

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DANILO LUCENA MENDES

**Extroversão da política e introversão dos sindicatos?  
O sindicalismo petroleiro entre o novo desenvolvimentismo e a restauração do  
neoliberalismo (2008-2020)**

SÃO CARLOS

2023

DANILO LUCENA MENDES

**EXTROVERSÃO DA POLÍTICA E INTROVERSÃO DOS SINDICATOS?**

O sindicalismo petroleiro entre o novo desenvolvimentismo e a restauração do neoliberalismo  
(2008-2020)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Sociologia do Centro de Educação e Ciências  
Humanas da Universidade Federal de São Carlos  
para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Jacob Carlos Lima

São Carlos

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

---

**Folha de Aprovação**

---

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Danilo Lucena Mendes, realizada em 01/12/2023.

**Comissão Julgadora:**

Prof. Dr. Jacob Carlos Lima (UFSCar)

Prof. Dr. José Ricardo Garcia Pereira Ramalho (UFRJ)

Prof. Dr. Iram Jácome Rodrigues (USP)

Prof. Dr. Jose Dari Krein (UNICAMP)

Profa. Dra. Vera Alves Cepêda (UFSCar)

Profa. Dra. Cibele Saliba Rizek (USP)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

## Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a Jacob Carlos Lima, meu orientador. Trabalhar com Jacob revelou-se um privilégio. Seja do ponto de vista pessoal, seja do ponto de vista acadêmico.

Estendo os meus agradecimentos à Breila Zanon pela generosa atitude. Tendo concluído sua tese, consentiu defendê-la em dezembro de 2019 para que eu fosse contemplado em janeiro de 2020 com a bolsa que vagaria.

Sou grato ao professor Iram Jácome Rodrigues e à professora Cibele Rizek. A participação de ambos na etapa da qualificação foi decisiva para o prosseguimento da pesquisa.

Agradeço também à professora Vera Cepêda e aos professores José Dari Krein e José Ricardo Ramalho pela participação na banca de doutorado.

O trabalho de produção de uma tese não é possível sem saúde. Durante a pandemia, a saúde mental de todos/as foi colocada à prova. Agradeço à minha família, na figura da minha mãe (Maria Madalena). A meus amigos que também me ofereceram a escuta. Agradeço a todos, através dos pares co-extensivos em ramos de amizade: Rogério e Erik; Flávio e Gilmar.

Sou grato à minha companheira Larissa pela compreensão ao longo da pesquisa e da escrita, pela escuta, pela leitura e pela revisão da tese.

Agradeço à Silmara Dionísio, todos os processos burocráticos do Programa de Pós-Graduação dependeram também dela para caminhar.

Agradeço aos colegas da turma de 2019 do doutorado. Em especial, ao colega de orientação, e meu amigo, João Gabriel, e à Rosana Sorbille, minha amiga. Nós sabemos que não foi fácil iniciar a travessia justamente quando os horizontes da carreira imaginada se estreitavam nos limites do insuportável.

Agradeço à Capes pela bolsa de doutorado.

Por último, mas não menos importante, agradeço a todos e todas que contribuíram para que a pesquisa prosseguisse. Em especial, é preciso dizer que esta pesquisa não teria sido possível sem a contribuição voluntária dos/as trabalhadores/as da Petrobras. Agradeço a cada um e a cada uma que me concedeu uma parcela de seu tempo para relatar a experiência como empregado/a de uma empresa extremamente sensível aos ciclos políticos do país.

## **Extroversão da política e introversão dos sindicatos?**

O sindicalismo petroleiro entre o novo desenvolvimentismo e a restauração do neoliberalismo

(2008-2020)

### **RESUMO**

O objetivo geral desta tese é analisar as condições pelas quais o sindicalismo petroleiro foi capaz de organizar-se para influenciar nos rumos da política do setor petrolífero a partir de 2008. Para tanto, reconstruiu-se o processo de formação desse sindicalismo desde os marcos nacional-desenvolvimentistas fundacionais da Petrobras na década de 1950 até a consolidação dos poderes institucional e discursivo do sindicalismo petroleiro. Além disso, examinou-se a relativa recuperação das bases estrutural e associativa do poder sindical petroleiro entre os anos 1990 e 2000. Essa recuperação permitiu aos petroleiros engajarem-se na tentativa de interferir no processo de definição do marco regulatório do pré-sal entre 2008 e 2010. E, na medida em que o fez, demonstrou a capacidade de agir estrategicamente e afirmar sua autonomia relativa frente aos interesses organizados pelo núcleo político dos diferentes governos, tanto no que diz respeito à política petrolífera, quanto no que concerne à gestão da Petrobras. Até 2020, as diretrizes econômicas novo desenvolvimentistas, direta e indiretamente, constituíram uma referência fundamental da ação do sindicalismo petroleiro, que insistiu na ideia de que o Estado deveria ampliar ao máximo sua participação no setor petrolífero, por meio dos investimentos praticados pela Petrobras. Desse modo, opuseram-se de modo sistemático à reversão dos pressupostos novo desenvolvimentistas em matéria de política econômica relativa à indústria de petróleo. No entanto, a oposição mais forte às políticas das gestões da estatal, de 2016 em diante, dependeu da fermentação de uma nova solidariedade entre as bases e a direção sindical. Em fevereiro de 2020, ameaçados pelos planos de privatização dos gestores da empresa sustentaram uma greve de vinte dias, a maior desde a paralisação histórica de 1995.

**Palavras-chave:** Sindicalismo petroleiro; recursos de poder; revitalização sindical; financeirização; crise dos sindicatos.

## **Politics Extroversion or Unions Introversion?**

Oil Unionism Between New Developmentalism and Neoliberalism Restoration (2008-2020)

### **ABSTRACT**

This dissertation aims at analyzing the conditions by which oil unionism was able to organize itself in order to shape oil politics courses since 2008. Thus, this research rebuilds such unionism formation process since Petrobras national-developmental landmarks in 1950s till the consolidation of oil unionism institutional and discursive power. Moreover, we investigated the recovery of structural and associative foundations of oil unionism power in 1990 and 2000 decades. Such recovery, allowed oil workers to engage in attempts of intervening on the pre-salt regulatory mark process between 2008 and 2010. As far as that was achieved, they revealed their ability of acting strategically and asserting their autonomy concerning the political interest of the cores of different governments, in what regards oil politics and Petrobras management. Up to 2020, the new developmentalism economical guidelines formed a fundamental reference to oil unionism action, direct or indirectly, insisting on the idea that state should expand its participation in oil sector to the utmost, by means of Petrobras investments on the branch. Therefore, they opposed to the reversion of new developmentalism principles in what concerns economic policies directed at oil industry. Nevertheless, the main antagonism to the public company policies, from 2016 onwards, has relied on effervescence of a new solidarity spirit between union bases and board. In February 2020, threatened by the company board privatization agenda, they went on a 20-day strike, the largest since the 1995 historical stoppage.

**Keywords:** Oil unionism; power resources; union revitalization; financialization; union crisis.

## **L'Extraversion de la politique et l'introversion des syndicats?**

Le syndicalisme pétrolier entre le nouveau développementisme et la restauration du néolibéralisme (2008-2020)

### **RÉSUMÉ**

L'objectif général de cette thèse est d'analyser les circonstances par lesquelles le syndicalisme pétrolier a été en mesure de s'organiser pour influencer les orientations politiques du secteur pétrolier depuis 2008. À cet effet, nous avons reconstitué le processus de formation de ce syndicalisme dès les marques national-développementistes fondatrices de la Petrobras des années 1950 jusqu'à la consolidation des pouvoirs institutionnels et discursifs du syndicalisme pétrolier. D'ailleurs, nous avons analysé l'apparent rétablissement des fondements structural et associatif du pouvoir syndical pétrolier entre 1990 et 2000. Ce rétablissement a permis aux pétroliers de s'engager dans une perspective d'intervention dans la définition du cadre d'action concernant le pré-sel, entre 2008 et 2010, mettant à l'évidence leurs compétences en actions stratégiques et en autonomie relative face aux intérêts arrangés par le socle politique des différents gouvernements, tant sur la politique pétrolière que sur la gestion de la Petrobras. Les directives économiques néo-développementistes ont établi de façon directe et indirecte, jusqu'à l'année 2020, une référence de base à l'action du syndicalisme pétrolier, qui a insisté sur l'idée que l'Etat devrait amplifier au maximum sa participation dans le domaine du pétrole par le biais des investissements réalisés par Petrobras. De ce fait, ils se sont systématiquement opposés à la réversion des principes néo-développementistes en ce qui concerne la politique économique par rapport à l'industrie du pétrole. Cependant, la plus grande opposition aux politiques des gestions de l'entreprise, à partir de 2016, n'a eu lieu que par la fermentation d'une nouvelle solidarité entre les bases et la direction syndicale. En février 2020, menacés par les projets de privatisation de leurs gestionnaires, les employés ont soutenu, pendant vingt jours, la plus grande grève depuis 1995.

**Mots-clés:** Syndicalisme pétrolier; ressources de pouvoir; revitalisation syndicale; financiarisation; crise des syndicats.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mesa de abertura da VII Plenafup .....	199
Figura 2 - Chegada à REGAP, manhã do dia 24 de maio de 2019.....	201
Figura 3 - Concentração na frente da REGAP .....	202
Figura 4 - Início do ato/assembleia na REGAP .....	203
Figura 5 - Secretário geral da FNP (no centro da imagem com o microfone) .....	204
Figura 6 - Coordenador da FUP (no centro da imagem com o microfone) .....	204
Figura 7 - A assembleia aprovando uma paralisação para o dia 14 de junho de 2019 em protesto contra a proposta de acordo coletivo e o plano de venda de ativos .....	205



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tempo de empresa (RAIS 2006-2021) .....	135
Gráfico 2 - Faixa salarial por salários mínimos (RAIS 2006-2021).....	138
Gráfico 3 - Faixa etária (RAIS 2006-2021).....	138
Gráfico 4 - Faixa de escolaridade (RAIS, 2006-2021) .....	139
Gráfico 5 - Investimentos da Petrobras (R\$ bilhões) entre 2003 e 2020 .....	169
Gráfico 6 - Emprego estatal na indústria de petróleo e gás entre 2006 e 2020 .....	174

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características gerais dos entrevistados/as. ....	51
Quadro 2 - Seção, Atividade Econômica e Código da Classe das categorias CNAE 2.0 utilizadas para aferir o estoque de emprego aproximado das atividades econômicas relacionadas à indústria de petróleo e gás.....	59
Quadro 3 - Abrangência das classes de atividade econômica CNAE 2.0.....	60
Quadro 4 - Intervenção militar nos sindicatos petroleiros .....	76
Quadro 5 - Organizações sindicais petroleiras de nível superior (1966-2006).....	91
Quadro 6 - Entidades sindicais e níveis de atuação .....	101
Quadro 7 - Atuação da FUP na campanha “O Petróleo tem que ser nosso” (2008).....	149
Quadro 8 - Atuação da FUP na campanha “O Petróleo tem que ser nosso” (2009).....	151
Quadro 9 - Principais pontos do Projeto de Lei 531/09 apresentado pelos petroleiros e movimentos sociais.....	154
Quadro 10 - Atuação da FUP na campanha “O Petróleo tem que ser nosso” (2010).....	155
Quadro 11 - Propostas dos petroleiros e do governo para o novo marco regulatório do setor petrolífero .....	158
Quadro 12 - Campanha reivindicatória de 2015 e oposição ao PLS 131/2015.....	182

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estoque de emprego no mercado de trabalho da indústria de petróleo e gás de empresa estatal segundo sexo (RAIS 2006-2021).....	122
Tabela 2 - FUP: Distribuição de cargos (2011-2023).....	123
Tabela 3 - FNP: Distribuição de cargos (2022-2025).....	126
Tabela 4 - Estimativa de sócios 11º CNFNP.....	126
Tabela 5 - Efetivo Petrobras Controladora por região em 2017.....	127
Tabela 6 - Tempo de empresa (RAIS 2006-2021).....	136
Tabela 7 - Faixa salarial (RAIS, 2006-2021).....	137
Tabela 8 - Faixa de Escolaridade (RAIS, 2006-2021).....	140
Tabela 9 - Investimento anual da Petrobras (2000-2021).....	170
Tabela 10 - Parcerias e desinvestimentos iniciados e concluídos entre 2015 e 2017.....	184
Tabela 11 - Desinvestimentos concluídos entre jan. de 2021 e fev. de 2022.....	212

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT – Acordo Coletivo de Trabalho  
AEPET – Associação dos Engenheiros da Petrobras  
AI-5 – Ato Institucional nº 5  
AL – Alagoa  
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas  
AM – Amazonas  
AMS – Assistência Médica Suplementar do Sistema *Petrobras*  
ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis  
AP – Amapá  
ARP – Abordagem dos Recursos de Poder  
ARTSIND-CUT – Articulação Sindical Petroleira  
AS – Articulação Sindical  
ASS – Alternativa Sindical Socialista  
BA – Bahia  
BC – Banco Central  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CA – Conselho de Administração  
CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica  
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho  
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa  
CDPND – Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização  
CE – Ceará  
CEB's – Comunidades Eclesiais de Base  
CGAPAR – Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União  
CGI – Comissão Geral de Investigação  
CIP – Conselho Interministerial de Preços  
CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes  
CMS – Coordenação dos Movimentos Sociais  
CNAE 2.0 – Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0  
CNFNP – Congresso Nacional da Frente Nacional dos Petroleiros  
CNOOC – China National Offshore Oil Corporation  
CNP – Conselho Nacional de Petróleo  
CNPC - China National Petroleum Corporation  
CNPE – Conselho Nacional de Política Energética  
CNQ – Confederação Nacional do Ramo Químico  
CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria  
CNV – Comissão Nacional da Verdade  
COMPERJ – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro  
CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores  
CONCUT – Congresso Nacional da CUT  
CONFUP – Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros  
CONLUTAS – Central Sindical e Popular Conlutas  
COPEL – Companhia Petroquímica do Sul  
CPDOC-FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas

CSC – Corrente Sindical Classista  
CSD – CUT Socialista e Democrática  
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional  
CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil  
CUT – Central Única dos Petroleiros  
DIVIN – Divisão de Segurança e Informações  
DNP – Departamento Nacional dos Petroleiros  
DNPP – Departamento Nacional dos Petroleiros e Petroquímicos  
E&P – Exploração e Produção  
EBITDA - *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation And Amortization* (Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização)  
ENP – Encontro Nacional dos Petroleiros  
EPC – *Engineering, Procurement and Construction* (Engenharia, Aquisições e Construção)  
ES – Espírito Santo  
EUA – Estados Unidos da América  
FAFEN-BA – Fábrica de Fertilizantes e Nitrogenados da Bahia  
FAFEN-PR – Fábrica de Fertilizantes e Nitrogenados do Paraná  
FAFEN-SE – Fábrica de Fertilizantes e Nitrogenados do Sergipe  
FENAPE – Federação Nacional dos Petroleiros  
FENAPE – Federação Nacional Livre dos Trabalhadores da Indústria de Petróleo  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FNM – Fábrica Nacional de Motores  
FNP – Federação Nacional dos Petroleiros  
FNTIP – Federação Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Petróleo  
FS – Força Sindical  
FUCP – Federação Única Cutista dos Petroleiros  
FUP – Federação Única dos Petroleiros  
GR – Guanabara  
I CNTPI – I Convenção Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Petróleo  
I PND – I Plano Nacional de Desenvolvimento  
ICV – Índice de Custo de Vida  
IFCH/UFPA – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará  
IG METALL – *Industriegewerkschaft Metall*  
II PND – II Plano Nacional de Desenvolvimento  
INEEP – Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra  
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social  
INTERSINDICAL – Central da Classe Trabalhadora  
IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo  
JOC – Juventude Operária Católica  
LGTB – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero  
LUBNOR – Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste  
MA – Maranhão  
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens  
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul  
MG – Minas Gerais  
MME – Ministério de Minas e Energia  
MPA – Movimento de Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
MTS – Movimento por uma Tendência Socialista  
NFSP – Necessidades de Financiamento do Setor Público  
NITROFÉRTIL – Empresa Nitrofértil  
NTS – Nova Transportadora do Sudeste  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
OLJ – Operação Lava Jato  
PA – Pará  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PB – Paraíba  
PCdoB – Partido Comunista do Brasil  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
PE – Pernambuco  
PED – Programa Estratégico de Desenvolvimento  
PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A.  
PETROFÉRTIL – Petrobras Fertilizantes S.A.  
PETROQUISA – Petrobras Química S.A.  
PETROS – Fundação Petrobras de Seguridade Social  
PFL – Partido da Frente Liberal  
PIDV – Plano de Incentivo à Demissão Voluntária  
PL – Partido Liberal  
PL – Projeto de Lei  
PLENAFUP – Plenária Nacional da Federação Única dos Petroleiros  
PLR – Participação em Lucros e Resultados  
PLS – Projeto de Lei do Senado  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PND – Programa Nacional de Desestatização  
PQU – Petroquímica União  
PRN – Partido da Reconstrução Nacional  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade  
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado  
PT – Partido dos Trabalhadores  
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais  
REDUC – Refinaria Duque de Caxias  
REFAP – Refinaria Alberto Pasqualini  
REGAP – Refinaria Gabriel Passos  
REMAN – Refinaria de Manaus Isaac Sabbá  
REPAR – Refinaria Presidente Getúlio Vargas  
REPLAN – Refinaria do Planalto Paulista  
REPSOL-YPF – Repsol S. A.- Yacimientos Petrolíferos Fiscales  
REVAP – Refinaria Henrique Lage  
RJ – Rio de Janeiro  
RLAM – Refinaria Landulpho Alves Mataripe  
RN – Rio Grande do Norte  
RNEST – Refinaria do Nordeste Abreu e Lima  
RS – Rio Grande do Sul  
SC – Santa Catarina  
SE – Sergipe

SINDIPETRO AL/SE – Sindicato Unificado dos Trabalhadores Petroleiros, Petroquímicos, Químicos e Plásticos nos Estados de Alagoas e Sergipe  
SINDIPETRO AM – Sindipetro Amazonas  
SINDIPETRO BAHIA – Sindicato dos Químicos e Petroleiros do Estado da Bahia, 1998  
SINDIPETRO CAXIAS – Sindipetro Duque de Caxias  
SINDIPETRO CE – Sindipetro Ceará  
SINDIPETRO ES – Sindipetro Espírito Santo  
SINDIPETRO LP – Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista  
SINDIPETRO MG – Sindipetro Minas Gerais  
SINDIPETRO NF – Sindipetro Norte Fluminense  
SINDIPETRO PA/AM/MA/AP – Sindicato dos Petroleiros do Pará, Amazonas, Maranhão e Amapá  
SINDIPETRO PE / PB – Sindipetro Pernambuco e Paraíba  
SINDIPETRO PR/SC – Sindipetro Paraná e Santa Catarina  
SINDIPETRO RJ – Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro  
SINDIPETRO RN – Sindipetro Rio Grande do Norte  
SINDIPETRO RS – Sindipetro Rio Grande do Sul  
SINDIPETRO SJ – Sindicato dos Petroleiros de São José dos Campos Sindicato  
SINDIPETRO UNIFICADO – Sindipetro Unificado dos Petroleiros do Estado de São Paulo  
SINDIQUÍMICA CAXIAS – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica de Duque de Caxias  
SIX-PR – Unidade de Negócio da Industrialização do Xisto do Paraná  
SMG – Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara  
SMS – Segurança, Meio Ambiente e Saúde  
SP – São Paulo  
STF – Superior Tribunal Federal  
TST – Tribunal Superior do Trabalho  
UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas  
ULTRAFÉRTIL – Ultrafertil S.A.  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
V ENDSP – V Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais de Petróleo

## SUMÁRIO

<b>PRIMEIRA PARTE: POSSIBILIDADES DE AGÊNCIA, EXTROVERSÃO DA POLÍTICA E INTROVERSÃO DOS SINDICATOS .....</b>	<b>17</b>
<b>Capítulo 1 – Introdução .....</b>	<b>18</b>
<b>Capítulo 2 – Extroversão da política e introversão dos sindicatos .....</b>	<b>30</b>
A abordagem dos recursos de poder .....	30
A extroversão da política .....	36
A crise dos sindicatos.....	37
Financeirização e sindicalismo .....	40
Sindicato e política.....	42
A questão da autonomia do sindicalismo nos governos do PT .....	44
<b>Capítulo 3 – Metodologia e operacionalização da pesquisa .....</b>	<b>49</b>
<b>SEGUNDA PARTE: DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DAS BASES DO PODER SINDICAL PETROLEIRO .....</b>	<b>61</b>
<b>Capítulo 4 – Relações de trabalho na Petrobras e as primeiras organizações sindicais (1950-1960) .....</b>	<b>62</b>
O caráter bifacial da Petrobras .....	63
As primeiras organizações sindicais e a identidade sindical petroleira .....	66
<b>Capítulo 5 – O sindicalismo petroleiro entre a experiência da primeira federação e o processo de reorganização institucional (1964-1995) .....</b>	<b>74</b>
A experiência da primeira federação petroleira.....	77
O sindicalismo petroleiro na década dos sindicatos (anos 1980) .....	89
Os petroleiros sob o governo Collor de Mello .....	92
Os petroleiros e os governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.....	95
<b>Capítulo 6 – A Federação Única dos Petroleiros entre a consolidação e a cisão.....</b>	<b>99</b>
O contexto institucional de formação e consolidação da FUP .....	100
Identidade sindical e filiações político-partidárias .....	102
O processo de repactuação do plano Petros e a cisão federativa.....	114
As federações e os sindicatos: a divisão interna de poder na FUP e na FNP.....	121
<b>Capítulo 7 – O sindicalismo petroleiro: poder sindical, recursos poder e revitalização .....</b>	<b>130</b>
Poder sindical e recursos de poder.....	130
Características socioeconômicas dos trabalhadores da Petrobras .....	134
O acordo coletivo e o ciclo de atividades do sindicalismo petroleiro .....	143
<b>TERCEIRA PARTE: O SINDICALISMO PETROLEIRO, ENTRE O NOVO DESENVOLVIMENTISMO E A RESTAURAÇÃO DO NEOLIBERALISMO.....</b>	<b>144</b>
<b>Capítulo 8 – Os petroleiros e o novo marco regulatório do petróleo (2008-2010) ..</b>	<b>145</b>
A construção de um projeto de lei com os movimentos sociais.....	150
O projeto de Lei 531/09 .....	152



Os projetos concorrentes .....	154
<b>Capítulo 9 – Os petroleiros e o declínio do novo desenvolvimentismo (2011-2016)</b>	161
O ACT de 2011: terceirizados, segurança e recomposição de direitos.....	163
A campanha reivindicatória de 2013 e as tensões com o governo .....	166
As crises financeira e de credibilidade.....	171
A revisão do PNG 2015-2019 .....	174
A politização da campanha reivindicatória .....	176
A greve de 2015 e a Pauta pelo Brasil .....	178
A reforma do modelo de partilha.....	181
<b>Capítulo 10 – Os petroleiros e o processo de reversão microeconômica da Petrobras</b>	183
.....	183
A campanha reivindicatória de 2017 .....	186
A criação do INEEP e o debate sobre as mudanças na Petrobras .....	188
Reestruturação do setor petróleo e uma nova política de preços.....	190
A paralisação de 2018 contra a política de Preços de Paridade de Importação (PPI) ....	193
<b>Capítulo 11 – Mantendo a chama acesa: trabalhadores/as, sindicalistas e a intensificação das privatizações na Petrobras (2019-2020)</b> .....	196
Mantendo a chama acesa.....	197
Direitos do trabalho como privilégios: antecedentes da campanha do ACT 2019 .....	209
O Acordo Coletivo de Trabalho de 2019 .....	213
A greve de 2020: uma nova relação de solidariedade entre a base e a direção sindicais	218
As bases do poder associativo do sindicalismo petroleiro .....	220
<b>Conclusões</b> .....	229
<b>Referências bibliográficas</b> .....	233
<b>Outras Referências</b> .....	244
<b>APÊNDICE A – Organizações sindicais petroleiras (1950-2010)</b> .....	248
<b>APÊNDICE B – Direções executivas da FUP (2008-2023)</b> .....	251
<b>APÊNDICE C – Diretoria Executiva da FNP (2022-2025)</b> .....	254
<b>ANEXO A – Ata de reunião do Grupo de Trabalho Pauta pelo Brasil</b> .....	255

**PRIMEIRA PARTE: POSSIBILIDADES DE AGÊNCIA, EXTROVERSÃO DA  
POLÍTICA E INTROVERSÃO DOS SINDICATOS**

## Capítulo 1 – Introdução

O objeto de estudo desta pesquisa é a capacidade de ação estratégica do sindicalismo petroleiro<sup>1</sup> entre o auge do novo desenvolvimentismo e o processo de reversão dessa política econômica no que se refere à Petrobras (2008-2020). Por capacidade de ação estratégica entende-se a possibilidade de organizações sindicais mobilizarem diferentes recursos de poder (Ludwig, Schmalz, Webster, 2018a) e, desse modo, agenciarem as pressões dos atores econômicos e políticos com os quais se relacionam (Fichter, *et al*, 2018). Nesse tipo de abordagem o foco é direcionado para a capacidade dos sindicatos fazerem escolhas tendo como referência os contextos político e social; esses são entendidos como específicos e em constante mutação. O pressuposto de que o contexto, considerado em sua especificidade, e a ação sindical possuem uma relação significativa serve para pensar tanto os limites, quanto as possibilidades implicadas nessa relação. Se as organizações sindicais não se limitam a sofrer injunções estruturais, então são capazes de atuar sobre o contexto no qual estão inseridas e alterá-lo.

Assim, trata-se de examinar a capacidade de ação do sindicalismo petroleiro no contexto cambiante demarcado entre o auge e a perda de sustentação da política econômica conhecida como novo desenvolvimentismo (Bresser-Pereira, 2006) sustentada pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) entre 2008 e 2013; bem como por seu declínio (2013-2015) e a explícita reversão dessa política pelos governos subsequentes (2016-2020). Um elemento fundamental do novo desenvolvimentismo foi a proposta de retomada dos investimentos públicos com vistas a impulsionar um ciclo econômico expansivo. Nesse quesito, já em 2008, também por força da vigência do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Petrobras tornava-se responsável por investir mais de 56 bilhões de reais (Cerqueira, 2016), o equivalente a 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB). Entre 2003 e 2008, os investimentos da estatal saltaram de R\$ 18,5 para mais de 50 bilhões de reais. Nesse mesmo período, o efetivo da empresa passou de 34.520 empregados para 55.195. Ao mesmo tempo, os petroleiros angariaram uma ampliação de seu Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), com uma expressiva recomposição das perdas salariais experimentadas na década anterior (Pereira; Neto, 2019). Esse dado, por si só, poderia ser tomado como um indício de uma potencial recuperação do sindicalismo petroleiro, sem a

---

<sup>1</sup> Com a expressão “sindicalismo petroleiro” circunscrevemos a ação das federações sindicais que, na prática, são as responsáveis por conduzir a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) dos/as trabalhadores/as da Petrobras diretamente com os representantes da empresa. Ao mesmo tempo, a ação dessas federações não deixa de manifestar um alvo político, qual seja, a tentativa de influenciar nos rumos da indústria petrolífera que tem a Petrobras como núcleo fundamental. Essa empresa, por sua vez, é controlada pelo governo federal, o que acentua esse caráter político, ainda que indiretamente (Brant, 1990).

qual as possibilidades de atuar sobre o processo político relativo às questões do setor petrolífero, explicitamente a partir de 2008, seriam muito limitadas.

Simultaneamente, a capacidade de ação estratégica do sindicalismo petroleiro não pode ser considerada sem se levar em conta o debate de fundo sobre as condições de atuação do sindicalismo brasileiro no processo político e social contíguo. Aqui importa reter que esse processo é dinâmico; por isso, entre 2008-2020, o sindicalismo petroleiro atuou sob condições legadas pelo passado, tanto o imediato, quanto o mais longínquo. Esse último nos remete às suas origens, coetâneas à fundação da Petrobras, bem como à sua evolução histórica.

Todavia, as questões de maior interesse relacionadas às possibilidades do sindicalismo brasileiro, em geral, e do sindicalismo petroleiro, em particular, estão referidas aos processos mais recentes. Entre a década de 1990 e os anos 2000, as interrogações da sociologia do trabalho (organizado) convergiram para o debate sobre a crise dos sindicatos, de um modo geral associada às mudanças estruturais do capitalismo.

No que se refere a essas mudanças, deve estar claro que o sindicalismo, em geral, não escapou das injunções relacionadas à paulatina limitação de sua capacidade de exercer influência no processo político<sup>2</sup>. Tal limitação, no caso dos petroleiros, pode ser referenciada, de modo indireto, ao processo de financeirização que se desenvolveu ao longo do último quarto do século XX.

Nessas décadas, o capital financeiro tornou-se um dos predicados do capitalismo hodierno, assim chamado de capitalismo financeirizado. Essa expressão designa “o atual regime do capitalismo como uma ordem social institucionalizada” (Fraser, 2018, p. 172). Tal expressão “nomeia um modo distintivo e historicamente específico de institucionalizar as divisões constitutivas do capitalismo, a saber, as divisões entre política/economia, produção econômica/reprodução social e sociedade/natureza.” (Fraser, 2018, p. 172). Associado ao capitalismo financeirizado, o termo neoliberalismo designa “um complexo ideológico que retrata o regime capitalista financeirizado como natural, justo, eficiente e gerador de prosperidade, destinado a assegurar a maior felicidade do maior número.” (Fraser, 2018, p. 172).

---

<sup>2</sup> A ideia de que às mudanças estruturais são acompanhadas de um deslocamento dos sindicatos para fora da política é formulada também por Oliveira (2006b): “O problema é mais grave porque a própria política é hoje inteiramente dominada pela economia. As empresas se converteram em atores políticos de primeira plana. Como pessoa jurídica, a empresa sempre deteve mais poder que os trabalhadores, que são, no limite, pessoas físicas. A luta de classes inventou os sindicatos para transformar as pessoas físicas dos trabalhadores em pessoas jurídicas. Mas os novos modos de produzir e organizar anulam o caráter coletivo dos sindicatos, o que significa dizer que a política perdeu um ator importante” (Oliveira, 2006b, p. 42).

Sob o domínio dessa nova “ordem social institucionalizada”, os sindicatos estariam condenados à negociação de relações de trabalho cada vez mais rebaixadas<sup>3</sup>. Ao mesmo tempo, e antes, perderiam a capacidade, se não a possibilidade, de influenciar na arena política (Streeck, 2012, 2014). Isso se configuraria, não apenas, mas também, por meio da relação geral entre a financeirização e a correlata extroversão do centro decisório (Oliveira, 2006a, 2007), cuja implicação direta se caracterizaria pelo comprometimento dos instrumentos de política econômica com os poderosos interesses concentrados no mercado financeiro global (Streeck, 2012; 2014; 2018).

Nas últimas décadas, a economia de mercado foi beneficiada por mais proteções institucionais contra a interferência democrática. Os sindicatos estão em baixa no mundo todo, e em países como os Estados Unidos foram quase erradicados. A política econômica ficou basicamente nas mãos de bancos centrais independentes – desobrigados de prestar contas democraticamente e interessados acima de tudo na saúde e na boa vontade dos mercados financeiros (Streeck, 2014, p. 8).

Ao mesmo tempo, não obstante a desregulamentação e o aniquilamento dos sindicatos, os mercados de trabalho não absorvem toda a mão de obra, e um desemprego residual da ordem de 7% a 8% passou a ser considerado normal [...]. O trabalho semiescravo se expandiu em muitos setores, inclusive nos serviços, em especial nos países periféricos, fora do alcance das autoridades e do que resta dos sindicatos [...]. Na competição entre essa mão de obra e aquela de países com tradição de proteções trabalhistas fortes, as condições de trabalho se deterioram na periferia e o desemprego se torna endêmico no centro (Streeck, 2014, p. 17).

Sob o domínio do mercado financeiro internacional, que tende a determinar fortemente o rumo da política econômica, as principais economias globais têm sido condenadas a taxas de crescimento insuficientes seja para ampliar o mercado de trabalho, seja para sustentar uma política de justiça social. Ora, ambas implicações tocam diretamente na razão de ser dos sindicatos. De modo que, as forças desatadas pela lógica da acumulação financeira tendem a comprometer o potencial dos sindicatos de cumprirem seus objetivos básicos, enquanto instituições capazes de não apenas atuar em prol de interesses corporativos, mas também de organizar-se para influenciar nos rumos da política (Hamann; Kelly, 2004; Hyman; Grumbell-McCormik, 2010; Rodrigues, 1997) com vistas a promover interesses relacionados à justiça social (Webster, 2013).

---

<sup>3</sup> “[...] ante a nova situação do mercado de trabalho, as organizações sindicais acham-se sob pressão: seu potencial de intimidação fica debilitado, elas perdem membros e contribuições, e vêm-se constrangidas a uma política de mediação ajustada aos interesses de curto prazo dos ainda empregados” (Habermas, 1987, p. 108).

Outra implicação do capitalismo financeirizado sobre as possibilidades do sindicalismo é que ao comprometer a política econômica com uma disciplina fiscal rígida (Streeck, 2012; Paulani, 2015), praticamente retira-se dos Estados nacionais a possibilidade de fazerem investimentos para dinamizar o ciclo econômico. Com efeito, através do processo de consolidação do capitalismo financeirizado, os Estados foram aconselhados, quando não obrigados, a aplacar a sua ação empresarial. Ação essa que havia marcado a face da ação estatal no período anterior hegemônico pela teoria econômica keynesiana (Streeck, 2018).

No Brasil, os anos 1990 marcam o processo de extroversão do centro decisório, ou extroversão da política (Oliveira, 2006a, 2007), correlata à consolidação da financeirização da economia nacional (Paulani, 2015).

A financeirização do capitalismo [...] abriu as comportas dos sistemas monetários e financeiros de cada capitalismo nacional. As dívidas externas, contraídas ainda no período chamado de grande liquidez (1970), foram para a periferia do sistema incluindo o Brasil e a América Latina, as primeiras formas da mundialização, ao lado, evidentemente, da forte presença das multinacionais. Mas estas operavam ainda num campo determinado pelas decisões internas, como Furtado sublinhara. A dívida externa extroverte o processo (Oliveira, 2006a, p. 273).

O período que se chamou neoliberal operou uma mudança extraordinária na dominação burguesa no Brasil. Em primeiro lugar, a financeirização da economia pré-determina a acumulação possível e o lugar do Estado na economia. Em segundo lugar, as intensas privatizações retiraram do Estado a capacidade de fazer política de produção. Torna-se patético que economistas acreditem que a moeda nacional, o real, estabilizado, seja capaz de produzir e conduzir política econômica. As relações entre as classes muda (sic) (Oliveira, 2006a, p. 286).

Na década 1990, portanto, o Estado brasileiro lançou-se no caminho das privatizações. Essa ação atingiu em cheio a Petrobras, os/as seus/as trabalhadores/as e seus os sindicatos. Nesse corolário, o setor petrolífero foi reformado com vistas a atrair investimentos privados. De um lado, o Estado abriu mão de comandar o processo de acumulação no setor, ao eximir-se de realizar os investimentos necessários. E, de outro lado, ao abrir o setor para que as empresas privadas assumissem o protagonismo das inversões produtivas. Assim, criou as condições tanto para a ampliação da terceirização da força de trabalho na indústria petrolífera, como para a redução do núcleo de empregos estatais. Com efeito, registrou-se um enfraquecimento da representação sindical tanto dos terceirizados – representados, geralmente, de modo heterônimo por uma miríade de organizações –, como dos trabalhadores da empresa estatal, que acumularam perdas salariais significativas ao longo desse período (Scaletsky, 2003).

Portanto, a problemática desta tese é definida pela relação entre o sindicalismo petrolífero e a política, essa última referenciada pelo processo de financeirização. Mas esse é o seu aspecto geral, ao qual, associa-se, por força das relações constituídas pelo sindicalismo petrolífero, um aspecto particular. Esse último diz respeito à singularidade da relação entre os petrolíferos e a Petrobras, empresa estatal controlada pelo Estado. Isso relaciona aquele sindicalismo à uma dimensão política específica. É, sobretudo, com o objetivo de tentar influenciar nos rumos da política petrolífera, por meio de ações que interpelam diretamente a Petrobras e indiretamente o governo, que o sindicalismo petrolífero se manifesta como ator político. Assim, a relação do sindicalismo petrolífero com os diferentes governos, entre 2008 e 2020, forma o aspecto particular da problemática.

Esses dois aspectos formam a embocadura do problema de pesquisa que indaga: sob quais condições o sindicalismo petrolífero foi capaz de organizar-se para influenciar na política do setor petrolífero em um contexto geral caracterizado tanto pela exteriorização do centro decisório como, inicialmente, pelo suposto comprometimento da autonomia sindical na relação com os governos do PT? Especificamente, esse contexto é marcado pelo auge (2008-2013), declínio (2013-2015) e reversão (2016-2020) de uma política econômica novo desenvolvimentista que esteve diretamente relacionada com o papel macroeconômico da Petrobras em seu auge e, por sua vez, com o desenvolvimento das possibilidades de atuação política do sindicalismo petrolífero.

Nossa tese é que o sindicalismo petrolífero, tendo experimentado uma relativa recuperação de sua capacidade de organização entre o final dos 1990 e o começo dos anos 2000, pôde, a partir de então, recuperar as bases de seu poder sindical e desenvolver novas formas de atuação. Esse processo pode ser caracterizado pela consideração de diferentes dimensões. Na dimensão institucional os petrolíferos consolidaram a criação de uma federação sindical entre 1995 e 1998. E, a partir dos anos 2000, configurou-se um processo de recuperação que se concentrou também nas dimensões dos poderes organizacional e estrutural. Desse modo, ao mesmo tempo em que os petrolíferos puderam recompor os níveis salariais e os direitos do ACT, também foram capazes de ampliar sua representação absoluta na esteira da ampliação do efetivo da *Petrobras*, por causa da retomada do investimento estatal. O coroamento desse processo pode ser exemplificado, por um lado, através de sua atuação política a partir de 2008. E, por um lado, pelas seguidas demonstrações de autonomia com relação aos governos Lula (2008-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). A partir de 2016, contudo, o quadro político se reverteu

e o contexto de atuação, que no momento anterior favoreceu o advento de um sindicalismo alinhado ao novo desenvolvimentismo, tornou-se adverso. Assim, até 2020, o sindicalismo petroleiro não demonstrou a mesma capacidade de atuar por meio da combinação de diferentes recursos de poder para tentar influenciar as ações da Petrobras, e indiretamente afetar o governo, tal como foi capaz de fazer no período anterior. Porém, entre 2018 e 2020, o acelerado processo de venda de ativos por parte das novas gestões da Petrobras fermentou um descontentamento generalizado entre os/as trabalhadores/as da estatal. Sob as tensões desatadas pela privatização, reconfigurou-se uma relação de solidariedade entre a base e os dirigentes petroleiros em torno do interesse comum de frear o ímpeto privatizante que tinha como um de seus fundamentos o desmantelamento do ACT dos/as empregados/as da estatal. Nesse último período, portanto, os petroleiros conseguiram recuperar a capacidade de mobilização para defender-se contra a perda de direitos e, direta e indiretamente, impor resistência a um acelerado processo de privatização.

O primeiro movimento por meio do qual os petroleiros se diferenciam claramente como atores políticos teria sido motivado pela reconfiguração do marco regulatório da indústria de petróleo ensejada pela descoberta do pré-sal. Nesse movimento, que se deu entre 2008 e 2010, o sindicalismo petroleiro organizou uma campanha nacional que teve como mote: “petróleo para o povo brasileiro”. Nessa campanha a Federação Única dos Petroleiros (FUP) estabeleceu uma rede de parcerias com movimentos sociais, o movimento sindical, organizações da sociedade civil e atores políticos. Assim, combinou-se, por um lado, uma série de manifestações massivas por todo país e, por outro lado, elaborou-se um projeto de lei com vistas a influenciar no debate sobre a regulamentação do setor que seria objeto de discussão pelo Congresso Nacional entre 2009 e 2010. Nesse processo, fortalecidos pelas parcerias e alianças estabelecidas, os petroleiros puderam pressionar os atores políticos no processo de redefinição da política setorial petrolífera. O estabelecimento dessas parcerias caracterizaria uma capacidade ímpar de ação estratégica. Assim, os petroleiros demonstraram capacidade de atuar na arena política e, apesar dos incontornáveis limites dessa escolha, ao afirmarem sua própria identidade de interesses em torno da tese do monopólio, diferenciaram-se do arco de interesses articulado pelo governo petista.

No primeiro ano do governo Rousseff (2011) os petroleiros mantiveram os protestos contra os leilões do pré-sal, realizaram uma greve em prol de melhores condições de segurança no trabalho e conseguiram ampliar as garantias de segurança para os terceirizados. Mas foi a partir de 2013, que o confronto extrapolou a relação com a empresa e alcançou a esfera do governo. O leilão do maior campo de petróleo até então descoberto na camada do pré-sal e a



sinalização de cortes de investimentos por parte da Petrobras levaram os petroleiros a confrontar o governo da presidente Rousseff. Entre 2015 e 2016 o sindicalismo petroleiro mobilizou-se novamente para influenciar os atores políticos com vistas a impedir os drásticos cortes de investimentos na *Petrobras*, por força da crise financeira e de credibilidade atravessadas pela empresa. Nesse processo, a estratégia sindical consistiu na mobilização conjunta dos poderes estrutural e associativo, em meio aos impasses políticos do contexto de crise do governo de esquerda, para pressionar os atores políticos no sentido de impedir tanto uma micro-reforma do setor petrolífero – por meio de Projeto de Lei do Senado (PLS) 131/15 que visava retirar da *Petrobras* a prioridade como operadora do pré-sal – quanto oferecer alternativas na reformulação do plano de negócios da empresa que visava fazer um drástico corte nos investimentos e vender ativos para diminuir a dívida da empresa. Novamente, é possível identificar uma destacada capacidade de combinar diferentes recursos de poder com a finalidade de efetuar os objetivos políticos das lideranças. Qual seja, influenciar na definição do plano de negócios da estatal. Ao mesmo tempo, nesses anos, intensificou-se os confrontos com o governo. O caráter político da greve de 2015, na hora mais delicada para o governo Rousseff, reforça tanto a dimensão da autonomia do sindicalismo petroleiro com relação ao governo petista, quanto a capacidade de atuar estrategicamente com vistas a influenciar na política de investimentos da mais importante empresa estatal brasileira.

A despeito da demonstração de poder no episódio da instalação do Grupo de Trabalho “Uma pauta pelo Brasil”, no ano de 2016, que debateu com os gestores da empresa a revisão do plano de negócios para o período 2016-2020, a concomitante deterioração do contexto político não permitiu que as lideranças petroleiras repetissem a conjugação de recursos vista antes. Assim, entre 2016 e 2018, os petroleiros atravessaram um hiato na possibilidade de exercício de pressão efetiva sobre a empresa e o governo. Nesse contexto, a criação do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (INEEP), entre 2016 e 2017, consistiu em um destacado exercício de fortalecimento do poder discursivo dos petroleiros. A relação com as diretrizes econômicas novo desenvolvimentistas foram ratificadas por meio da produção desse instituto. Porém, esse poder mostrou-se muito limitado, se comparado com os recursos combinados no período anterior. Mesmo assim, desde de 2017, o INEEP apontou para a questão da nova política de preços da Petrobras que teria o potencial de acelerar o processo inflacionário no país, bem como alertou para o impacto econômico negativo provocado pelo corte de investimentos estatais no setor petrolífero. Mas esse discurso parece não ter surtido o efeito pretendido. Assim, quando os caminhoneiros

pararam o país em maio de 2018, o protesto era contra os impostos, não contra a política criticada pelo INEEP. É certo que muitos fatores contribuíram para esse descompasso. Mas, seja como for, entre 2016 e 2018, os petroleiros não conseguiram canalizar as energias suficientes para enfrentar o processo de privatização que se instalou na Petrobras. Simultaneamente, a gestão da empresa, alinhada a uma política econômica fundamentalmente hegemônica pelos interesses financeiros, adotou uma nova política de preços de derivados de petróleo com vistas a aumentar o lucro para remunerar seus acionistas. Os interesses dos investidores dos mercados de ações passaram a ser privilegiados em detrimento da face pública da empresa estatal.

Entre 2019 e 2020 com a ofensiva avassaladora da nova gestão da empresa contra os direitos dos/as trabalhadores/as da Petrobras, o sindicalismo petroleiro pôde contar com uma nova disposição desses trabalhadores para protestar contra as investidas da empresa sobre os direitos conquistados e a confrontação das expectativas socialmente construídas acerca do emprego na *Petrobras*. Ou seja, o ímpeto potencialmente precarizante da ação empresarial que pretendia acabar com a estabilidade no emprego, que forma o núcleo substancial do ACT dos/as empregados/das da estatal, além da eliminação de direitos e do aumento dos encargos dos/as trabalhadores/as com o plano de saúde, tudo isso teria criado entre os/as trabalhadores/as da *Petrobras*, uma frustração que foi canalizada para apoiar a ação sindical no sentido de impor resistência aos desígnios da empresa. Desse modo, a conjuntura da ação sindical dos petroleiros, entre 2019 e 2020, mudou em um ponto sensível, qual seja, o da disposição de sua base em aderir a uma ação conflitiva contra a empresa, e indiretamente contra o governo. Com efeito, as lideranças sindicais passaram a ter à sua disposição os recursos de poder associativo e estrutural que não haviam conseguido mobilizar nos anos anteriores. Desse modo, reuniu-se novamente condições favoráveis para que os petroleiros pudessem politizar a pauta sindical e impor um freio às intenções da empresa, manifestamente direcionadas para reestruturar o setor petrolífero por meio da privatização de ativos da *Petrobras* e, simultaneamente, enfraquecer o ACT de seus/suas empregados/as.

Desse modo, em 2020, quando a empresa fechou a Fafen-PR, os petroleiros deram a resposta que a nova gestão, ao que parece, duvidava que pudessem dar, uma greve nacional que durou vinte dias. A crescente solidariedade com relação ao movimento fez a empresa voltar atrás e negociar os termos do processo de fechamento da Fafen-PR com os petroleiros. Esses, por sua vez, não impediram o fechamento da unidade. Porém, tampouco a empresa conseguiu impor seus objetivos de modo absoluto. A empresa não pôde ignorar a organização sindical e o

poder da ação coletiva dos petroleiros. Assim, ao invés de uma imposição total de interesses que parecia desconsiderar o sindicalismo petroleiro, relegando-o à irrelevância, a empresa foi forçada pelos trabalhadores/as e seus representantes a moderar seus objetivos. A greve de 2020 significou um freio de arrumação no *modus operandi* da gestão da empresa que explicitamente tratava os sindicatos como atores ilegítimos.

O objetivo geral desta tese é analisar as condições através das quais o sindicalismo petroleiro foi capaz de organizar-se para influenciar nos rumos da política do setor petrolífero a partir de 2008. E na medida em que o fez, demonstrou a capacidade de agir na arena política e afirmar sua autonomia relativa frente aos interesses organizados pelo núcleo político dos diferentes governos, entre 2008 e 2020, no que diz respeito à política petrolífera. Para tanto, é necessário considerar que a identidade sindical petroleira, cujo núcleo é a tese do monopólio estatal do petróleo, e (afinadas a essa tese) as diretrizes econômicas novo desenvolvimentistas, direta e indiretamente, consistiram as referências fundamentais da ação do sindicalismo petroleiro nesse período. Tanto no que diz respeito à sua tentativa de influenciar na política petrolífera, com vistas a pressionar para que o Estado ampliasse ao máximo sua participação nesse setor, quanto no que diz respeito à sua relação com os diferentes governos. No que se refere à relação com os governos petistas, é possível afirmar que havia um mútuo interesse na ampliação dos investimentos estatais por meio da Petrobras, tal como se mostrou nos primeiros anos dos governos petistas. Porém, a relação de mútuo reforço mudou. Primeiro em 2008, quando o núcleo político do governo elabora uma proposta de regulamentação do setor petrolífero que confronta a tese do monopólio defendida pelos petroleiros. Já sob a presidência de Rousseff ocorre um segundo deslocamento. Entre 2011 e 2013, esse governo declinou da proposta novo desenvolvimentista ao executar expressivos cortes no investimento estatal. A partir de então, os petroleiros opuseram-se à reversão dos pressupostos novo desenvolvimentistas em matéria de política econômica, porque também feria seus interesses relativos à manutenção do efetivo da Petrobras. Tal reversão se aplicou com mais força no período subsequente ao final dos governos petistas, com uma correlata ascensão de uma política econômica moldada segundo os interesses atrelados aos agentes dos mercados financeiros.

#### Objetivos específicos

- i) Definir as categorias de análise das condições de atuação do sindicalismo petroleiro; fundamentar, teoricamente, a problemática que relaciona o

sindicalismo petroleiro à política (Capítulo 2); e expor a metodologia desenvolvida (Capítulo 3).

- ii) Restabelecer o processo dinâmico relacionado à constituição das bases do poder do sindicalismo petroleiro (Capítulos 4 a 7):
  - a. Reconstruir o processo de formação desse sindicalismo que levou ao desenvolvimento dos recursos de poder institucional, relacionado à demanda histórica de construção de uma entidade sindical federativa, e discursivo, fortemente associado aos processos de configuração e reconfiguração da identidade sindical petroleira desde os marcos nacional-desenvolvimentistas fundacionais desse sindicalismo nos anos 1950 (Capítulos 4 e 5);
  - b. Demonstrar a consolidação e as reconfigurações dos poderes institucional e discursivo do sindicalismo petroleiro entre os anos 1990 e 2000; e especificar as divisões internas desse sindicalismo com vistas a explicitar os motivos que levaram tanto à cisão federativa no interior do sindicalismo petroleiro, quanto a relação de mútuo reforço de interesses em torno da reativação do papel macroeconômico da Petrobras entre a FUP, majoritária em termos de organizações sindicais filiadas, e o setor nacionalista do governo Lula I, ambos afinados com o consenso político novo desenvolvimentista em formação (Capítulo 6);
  - c. Distinguir as categorias de poder sindical e de recursos de poder; descrever as características básicas do mercado e da força de trabalho empregada na Petrobras e que formam a base dos poderes estrutural e associativo do sindicalismo petroleiro; criticar os limites da ideia de revitalização sindical para o caso dos petroleiros (Capítulo 7).
- iii) Demonstrar como os petroleiros combinaram e mobilizaram esses diferentes recursos de poder para tentar influenciar no processo de definição do marco regulatório do pré-sal entre 2008 e 2010 (Capítulo 8). Ao mesmo tempo em que os petroleiros afirmavam-se como atores políticos, também diferenciavam-se dos interesses articulados pelo núcleo político do governo petista; e, assim, demonstrar que os petroleiros foram capazes de afirmar sua autonomia com relação ao governo; e que essa autonomia foi reforçada novamente quando, sob o governo Rousseff, os petroleiros atuaram contra o começo da reversão das

diretrizes econômicas novo desenvolvimentistas, que se expressaram também por meio de cortes de investimentos da Petrobras;

- iv) Demonstrar que mesmo após a perda de sustentação política das diretrizes econômicas novo desenvolvimentistas, e a consequente reversão dessas diretrizes, os petroleiros mantiveram a capacidade de atuar estrategicamente (Capítulo 9). Embora, não com o mesmo potencial demonstrado no período anterior, mas, ainda assim, foram capazes de se opor à aceleração da venda de ativos na Petrobras. A oposição mais forte às políticas das novas gestões, no entanto, dependeu da reativação do poder associativo dos petroleiros que ameaçados pelos planos de privatização sustentaram uma greve de 20 dias em fevereiro de 2020 (Capítulos 10 e 11).

### Organização da tese

O argumento desta tese se desenvolve ao longo de três partes. Na primeira parte (Possibilidades de agência, extroversão da política e introversão dos sindicatos), à qual pertence este capítulo introdutório, apresento o enfoque analítico e o relaciono com a problemática definida pela relação entre sindicalismo e política. Em seguida, reconstruo a metodologia de pesquisa.

Na segunda parte (Desenvolvimento histórico das bases do poder sindical petroleiro), percorro o processo de formação desse sindicalismo e de sua identidade social ostentada, sobretudo, pelas lideranças sindicais. Essa identidade não apenas conferiu um lugar específico para os petroleiros no cenário sindical brasileiro, como também foi um dos elementos fundamentais na formulação da ação estratégica desse sindicalismo ao longo de sua trajetória. A definição e a redefinição dessa identidade também foram objeto de disputa no âmbito interno do sindicalismo petroleiro e não deixou de estar relacionada à cisão federativa que se consolidou em 2006. Simultaneamente, o sindicalismo petroleiro experimentou uma significativa recuperação de suas bases de poder, o que o capacitou para atuar na arena política a partir de então.

Na terceira parte (O sindicalismo petroleiro entre o novo desenvolvimentismo e a restauração do neoliberalismo), que consiste no esforço principal desta tese, analiso a atuação do sindicalismo petroleiro em diferentes momentos. Nos capítulos que a compõem, investigo a ação estratégica do sindicalismo petroleiro na tentativa de influenciar no processo de

redefinição do marco regulatório da indústria petrolífera (2008-2010); na confrontação à mudança da política econômica do governo Rousseff (2013-2015); e na oposição à intensificação da privatização de ativos da Petrobras (2016-2020).

## Capítulo 2 – Extroversão da política e introversão dos sindicatos

A abordagem dos recursos de poder

O sindicalismo petroleiro, tendo atravessado os anos 1990 com um acúmulo de perdas nas dimensões sindical e política, recuperou-se durante os anos 2000 e pôde reorganizar-se para tentar intervir no processo decisório da política setorial petrolífera (2008-2010; 2013-2016) e resistir à reversão microeconômica<sup>4</sup> da Petrobras (2016-2020). Esse processo apresenta elementos que se aproximam das recentes experiências registradas nos estudos sobre ação sindical e que delinearam um novo enfoque, convencionalmente chamado de “revitalização sindical” ou de “processos de renovação sindical”.

Essa perspectiva resultou do esforço conjunto de pesquisadores que, há mais de duas décadas, têm conduzido investigações empíricas, perseguindo tanto coordenadas globais, explorando as especificidades e as semelhanças dos contextos do Norte e do Sul (Fichter, 2018; Webster, 2013), quanto elegendo diretrizes menos heterogêneas e analisando as similitudes e as incongruências entre países com histórias marcadas por fortes economias de mercado (Lévesque; Murray, 2013).

Essa atualização dos estudos sobre organizações sindicais foi elaborada como uma resposta à narrativa acerca do declínio dos sindicatos e do sindicalismo, dominante nas últimas duas décadas do século XX e nos primeiros anos do XXI (Schmalz; Ludwig; Webster, 2018a). Além disso, também foi motivada pelo enfraquecimento dos arranjos corporativos, que, no mesmo período, foram comprometidos em sua funcionalidade por seguidas reformas trabalhistas nas principais economias capitalistas (Schmalz; Ludwig; Webster, 2018b; Schmalz; Thiel, 2017). Assim, uma nova agenda de estudos sobre sindicatos foi se consolidando primeiro, no norte global, depois se espalhando, por meio de uma rede de pesquisadores, para os contextos sociais menos homogêneos do sul global (Webster, 2013).

O desenvolvimento dessa nova agenda de pesquisa geralmente esteve relacionado à hipótese de que a uma expansão global do capitalismo dever-se-ia registrar uma (correlata)

---

<sup>4</sup> Essa ideia é inspirada em Alveal Contreras (1994) que analisando o comportamento das lideranças da Petrobras entre os primeiros anos da empresa (1953-1954) até a crise dos anos 1980 e começo da década de 1990, afirma que essas lideranças possuíam uma dupla face. Uma primeira que estaria voltada para o lado das políticas de Estado/governo e, assim, buscava cumprir objetivos macroeconômicos. A segunda face seria voltada para intermediar e integrar os interesses privados nacionais e externos, devotada, portanto, aos interesses do mercado, que é exercido conforme uma lógica microeconômica.

ascensão de conflitos do tipo “capital-trabalho” (Silver, 2005). Tal conjectura foi compartilhada por uma rede acadêmica internacional, buscando oferecer perspectivas alternativas à narrativa do declínio sindical. O argumento era o de que se os conflitos trabalhistas, que exigiam a atuação de organizações sindicais, perdiam força nos Estados Unidos e nos países da Europa ocidental (norte global), era provável que ressurgissem onde as indústrias estavam se instalando ou seja, no sul global.

Essa tese inspirou uma série de estudos, dos quais destacamos dois conjuntos. O primeiro grupo é relativo aos estudos sobre o sindicalismo global tal como apresentados por Evans (2009). O segundo resultou na literatura dos “processos de renovação sindical”. Essa, por sua vez, se distingue por constatar uma capacidade de agência das organizações sindicais frente às pressões estruturais, relacionadas às transformações econômicas e políticas recentes (Fichter, 2018; Webster, 2013; Schmalz; Thiel, 2017; Schmalz; Webster; Ludwig, 2018a).

Dentro dessa literatura, destaca-se a Abordagem dos Recursos de Poder (ARP)<sup>5</sup>, desenvolvida por Stefan Schmalz, Carmen Ludwig e Edward Webster (2018a). Esses autores incorporaram as ideias de poder estrutural e associativo, sistematizadas por Erik Olin Wright (2000) e Beverly Silver (2005), com a finalidade de sugerir um modelo de análise da ação sindical centrado na capacidade de agência das organizações por meio da mobilização de um arranjo de recursos de poder (Korpi, 2019).

O poder estrutural está relacionado à inserção econômica dos/as trabalhadores/as e se manifesta como poder de barganha no mercado e no local de trabalho<sup>6</sup>.

Os assalariados em setores com alta produtividade do trabalho, processos de produção altamente integrados ou em importantes ramos de exportação têm um grau particularmente alto de poder de barganha no local de trabalho, pois as paralisações locais têm um impacto que vai muito além do trabalho apenas daqueles em greve [...]” (Silver, 2005 *apud* Schmalz; Ludwig; Webster, 2018a, p. 116).

---

<sup>5</sup> A expressão original é “*power resources approach*”. Essa expressão nomeia o pressuposto dessa abordagem: “a premissa básica de que os trabalhadores podem defender com sucesso seus interesses por meio da mobilização coletiva de recursos de poder na relação estruturalmente assimétrica e antagônica entre capital e trabalho”. Esse modelo foi desenvolvido por meio de pesquisas empíricas sobre ação sindical em diferentes países, de pelo menos quatro continentes (África, América, Ásia e Europa), e incorporou, ao mesmo, um conjunto de referências cuja origem remonta aos anos 1960 e 1970 “com a redescoberta da classe como uma categoria analítica”. Nesse contexto, o “ressurgimento do conflito industrial, bem como a ascensão da Nova Esquerda e do movimento estudantil, destruiu a ‘tese do fim da ideologia’, desafiando a hegemonia do pluralismo, do neocorporativismo e do marxismo ortodoxo” (Schmalz; Ludwig; Webster, 2018a, p. 114-116).

<sup>6</sup> “O poder de barganha no local de trabalho e o poder de barganha no mercado são as duas formas de poder estrutural.” ((Schmalz; Ludwig; Webster, 2018a, p. 116)



Esse é o caso dos/as trabalhadores/as da Petrobras, uma vez que o setor de petróleo e gás é considerado essencial em uma economia que depende de combustíveis fósseis para garantir a circulação de bens e pessoas<sup>7</sup>.

No caso de categorias ocupacionais, como os petroleiros, as características do processo de trabalho favorecem o desenvolvimento do poder associativo, entendido como a capacidade de agir coletivamente. O poder associativo é caracterizado pela adesão dos trabalhadores aos sindicatos.

No caso dos petroleiros, essa possibilidade é favorecida pelas relações construídas desde o local de trabalho, principalmente nas áreas operacionais que envolvem maior risco à vida para os/as trabalhadores/as. Segundo as lideranças sindicais petroleiras, a coesão é maior nesses ambientes e a penetração do sindicato é facilitada pela participação de representantes na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). Já nos locais de trabalho dominados pelo típico trabalhador de colarinho branco, os escritórios, a recepção aos sindicatos é mais fria.

Desse modo, a adesão dos/as trabalhadores/as em áreas operacionais sustenta os sindicatos mais representativos e, por sua vez, a organização federativa (ver Capítulo 7). Esse tipo de organização constitui a base para o poder institucional dos petroleiros. Esse poder é desferido tanto para construir acordos coletivos de trabalho, por meio dos quais buscam cobrir as especificidades das relações de trabalho da indústria petrolífera, quanto para estabelecer alianças com movimentos sociais em prol de interesses comuns, o que caracteriza a face política do poder organizacional dos petroleiros.

Todavia, essa abordagem apresenta alguns limites que precisam ser evidenciados. Segundo Gallas (2018) e Nowak (2018), a ARP seria desconectada de uma análise do capitalismo global e, por isso, não captaria os movimentos de nível macro. Outro questionamento diz respeito aos efeitos figurativos dos casos analisados por Schmalz, Ludwig e Webster, que teriam selecionado apenas casos bem-sucedidos. O suposto caráter acríptico dessas análises é referido como um terceiro defeito da ARP. Um exemplo disso seria o uso do conceito de poder institucional. Outro limite do estudo, residiria na adesão implícita ao modelo teórico da escolha racional (Nowak, 2018), que pretenderia explicar a ação, mas nada mais faria

---

<sup>7</sup> A sensibilidade do poder com relação às questões da indústria de petróleo e gás se deve ao fato de que, no Brasil e no mundo, seus derivados ainda são a principal fonte de energia. No Brasil, equivalem a 47,7% da matriz energética; no mundo, representam 53,7%; em segundo lugar, vem o carvão mineral, com 26,8% da matriz energética. Cerca de 85% da matriz energética mundial é não renovável, enquanto no Brasil as fontes não renováveis representam 51,6%. Esses dados são da Empresa de Pesquisa Energética. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica>. Acesso em: 15 abr. 2023.

do que pré-determinar as possibilidades de escolha dos indivíduos anulando o potencial analítico pretendido por essa abordagem. Por fim, tanto Nowak (2018) quanto Gallas (2018) classificaram a ARP como uma reminiscência da ideologia social-democrata.

No entanto, nem Nowak, nem Gallas deixaram de explicitar os seus pressupostos teóricos, que sustentam a crítica à ARP. Assim, enquanto Nowak (2018) tende a classificar os sindicatos como uma instituição intermediária, ou seja, definindo-os como entidades que oscilam entre a organização de classe e a de interesses integrados à ordem capitalista; Gallas (2018) entende que não passam de uma estrutura de tipo corporativo.

Os autores que sistematizaram o conceito de recursos de poder não deixaram de responder a essas objeções. Segundo Schmalz, Webster e Ludwig (2018b), a ARP seria, prioritariamente, um arcabouço analítico capaz de “analisar espaços de atuação para além das rotinas estabelecidas de ação sindical, focando nas formas inovadoras de sindicalismo.” (Schmalz; Webster; Ludwig, 2018b, p. 85) De acordo com esses autores, a ARP não desconsideraria as condições estruturais do capitalismo, na medida em que o poder estrutural não pode ser definido sem se reconhecer as relações de nível macro. Nas suas palavras, a “noção de poder estrutural [...] pode ser entendida como um ponto de entrada para refletir sobre o impacto do capitalismo global no poder dos trabalhadores”. Ainda com relação a esse ponto, os autores da ARP afirmam que sua abordagem se assenta em um nível “intermediário que se concentra nas relações e ações trabalhistas e, portanto, no nível entre os desenvolvimentos da estrutura e da agência” (Schmalz; Webster; Ludwig, 2018b, p. 85).

Aqui se faz necessária uma observação. Entendo que essa justificativa não resolve o problema do silêncio sobre os processos macro, tal como apontado pelos críticos. Por esse motivo, na construção da problemática desta tese busquei complementar o arcabouço analítico da ARP com uma interpretação sobre os processos macro focados no tema da financeirização (Chesnais, 2001; Fraser, 2018; Lapavitzas, 2016; Oliveira, 2006a; Paulani, 2015; Streeck, 2012; 2014; 2018). Do mesmo modo, desenvolvi uma análise histórica da formação das bases de poder do sindicalismo petroleiro. Tal análise, por um lado, é necessária, sobretudo, para o entendimento do processo de evolução da dimensão institucional<sup>8</sup>. Por outro lado, a constatação

---

<sup>8</sup> São os próprios autores que reconhecem isso quando afirmam que “o poder institucional depende do contexto, da história e da tradição política” (Schmalz; Webster; Ludwig, 2018b, p. 87). Tal análise encontra-se, por exemplo, em Schmalz e Thiel (2017), que estudaram o recente processo de recuperação organizacional do IG Metall, na Alemanha. O IG Metall (Industriegewerkschaft Metall), que em tradução livre significa União Industrial Metalúrgica, é “o maior sindicato metalúrgico do mundo” com “mais de 2 milhões de filiados, foi fundado em 1891” Disponível em: <https://cnmcut.org.br/noticias/brasileiro-e-eleito-presidente-do-ig-metall-b676>. Acesso em: 21 mar. 2023.

de uma inovação relacionada à atividade de um grupo social requer uma análise histórica, pois o que pode parecer novo dentro de um período recente, pode se revelar com outro significado quando amplia-se o período analisado – tal como fizemos para o caso dos petroleiros no que diz respeito ao projeto de construção de uma federação que foi primeiramente elaborado nos anos 1960, de modo que a federação que surge nos anos 1990 não foi exatamente uma novidade organizacional na história do sindicalismo petroleiro.

Quanto à objeção relativa à seletividade dos casos, os autores defendem que a ARP “não é destinada a celebrar ou declarar um sucesso de cada resultado da ação sindical” (Schmalz; Webster; Ludwig, 2018b, p. 86) Contudo, seria capaz de oferecer “uma imagem matizada das expressões ambivalentes dos recursos de poder” (Schmalz; Webster; Ludwig, 2018b, p. 87). Esse caráter ambivalente tipifica o poder institucional. A tríade de autores o entende como uma espada de dois gumes: ao mesmo tempo em que integra e permite acessar a regulação pública sobre as relações de trabalho, também é fonte de subordinação. Além disso, é necessário levar em consideração que as instituições que regulam as relações de trabalho e a organização sindical têm “um papel diferente em cada país, no Norte e no Sul global” (Schmalz; Webster; Ludwig, 2018b, p. 87). Ou seja, o contexto social e político, em constante mutação, é decisivo para a análise do poder sindical. Por fim, o poder institucional deve ser entendido como um produto da luta dos/as trabalhadores/as por melhores condições de trabalho.

Portanto, para esses autores, a noção de recurso de poder permitiria captar a capacidade de agência da ação sindical nos contextos transformados pelas reformas políticas que acompanharam a revolução neoliberal do fim de século (Streeck, 2018). Desse modo, contra Nowak (2018), que acusa a ARP de esposar uma ideologia social democrata, a tríade afirma que a ARP permite uma abordagem mais detalhada das condições pelas quais a ação sindical se define nas sociedades contemporâneas. Essa nova abordagem possibilita:

[...] destacar as fontes primárias de poder dos trabalhadores (poder estrutural), a partir da capacidade de travar conflitos e da vitalidade das organizações trabalhistas (poder associativo) e suas possibilidades de cooperação com os movimentos sociais (poder societário), levando em conta as configurações institucionais (poder institucional). (Schmalz; Webster; Ludwig, 2018b, p. 88)

De modo complementar, outros recursos de poder têm sido descritos e analisados como novas contribuições a esse tipo de abordagem. É o caso do poder discursivo, cuja fonte é um atributo moral relacionado à atividade dos sindicatos. “Os sindicatos devem atuar como uma “espada de justiça” para demonstrar que a sua missão e identidade é alcançar uma sociedade

melhor, e convencer outros de que este é um objetivo viável e desejável.” (Gumbrell-McCormick; Hyman; Bernaciak, 2018, p. 24-25)

Além disso, é preciso retomar a crítica à ideia de ação estratégica, tal como defendida pelos autores da ARP. A sustentação deles a respeito da capacidade de agência ou de ações estratégicas, não entrega o que promete. A definição das razões específicas da ação cobra uma abordagem sensível à perspectiva dos sujeitos da ação. Nesse sentido, ao situar-se na dimensão intermediária entre as pressões estruturais e as formas de resistência, a categoria experiência (Thompson, 1981; 2019) permite captar os sentidos da ação elaborados na luta, ou seja, o modo pelo qual os agentes percebem e elaboraram as respostas às pressões estruturais. Foi com o auxílio dessa categoria que busquei interpretar a experiência social dos petroleiros. Todavia, diferentemente do percurso analítico demonstrado pelo historiador inglês, aqui não se pretende concluir que os petroleiros desenvolveram uma identidade de classe generalizável, mas apenas que o grupo de sindicalistas petroleiros ostentam uma identidade social distinta. Assim, enquanto sindicalistas, são reconhecidos e assumem uma identidade sindical particular. Tal identidade tem implicações fundamentais no comportamento do sindicalismo petroleiro, pois também tende a estabelecer tanto possibilidades quanto limites para a conformação das escolhas e estratégias desse sindicalismo.

Há ainda outra dimensão da abordagem que inspira a análise desta tese e que necessita de uma retificação. Do ponto de vista da revitalização do movimento sindical, procurou-se atentar para os possíveis sentidos correlacionados a esse processo a fim de pensá-lo para além de uma aceção meramente positiva. Nesse sentido, a ideia de revitalização, que também se encontra sugerida pela ARP, foi combinada com o aporte thompsoniano da luta de classes (Thompson, 2019). Segundo essa reflexão, a luta de classes trata-se de um processo de dominação e resistência. Isso nos permite escapar tanto de uma representação triunfalista do caso analisado, razão às objeções feita à ARP, quanto de uma imagem dos sindicatos como uma espécie de instituição de “mortos-vivos”.

Nesse sentido, a análise da ação sindical dos petroleiros com base nas categorias analíticas da ARP não visa estabelecer uma métrica de sucesso ou fracasso absolutos. Mas trata-se de mostrar as nuances de um processo que envolve tanto limites quanto possibilidades de agir e fazer escolhas estratégicas, seja para efetuar os interesses dos petroleiros, seja para enfrentar os interesses antagônicos. De uma forma ou de outra, trata-se de uma atitude analítica que pressupõe essas relações como forças que atuam reciprocamente umas sobre as outras de modo a oferecer uma mútua resistência à ação oposta (Fichter *et. al.*, 2018; Schmalz; Webster;

Ludwig, 2018a; 2018b), ou seja, nem o poder dos petroleiros, nem o poder de seus oponentes são considerados isoladamente, sem a resistência de uma força oposta.

Ao mesmo tempo, essa análise foi relacionada ao processo de financeirização (Streeck, 2018; Oliveira, 2006a) que, a despeito de ser definido como uma lógica atuante no nível macro<sup>9</sup>, não impossibilita a apreensão de relações sociais correlatas, as quais tendem a assumir caracteres peculiares em sua trajetória de particularização. Nesse percurso, segundo Oliveria (2006a; 2006b) e Streeck (2012; 2014; 2018) os sindicatos teriam sido feridos de morte, daí a relação entre esse processo e a problemática da crise dos sindicatos. Assim, as pressões estruturais relacionadas a essa aparência geral da dominação capitalista hodierna assumem formas específicas para cada grupo de trabalhadores, uma vez que a inserção social de cada grupo tende a conferir tanto restrições quanto capacidades diferenciadas de atuar coletivamente e angariar direitos específicos (essa discussão será retomada no Capítulo 7). A seguir, pretende-se identificar alguns fios através dos quais o processo de financeirização interpela o sindicalismo petroleiro por meio de uma aproximação daquele processo geral às especificidades do contexto histórico brasileiro.

#### A extroversão da política

A extroversão da política nomeia o modo pelo qual o centro decisório é transferido dos espaços políticos nacionais para os mercados financeiros internacionais (Oliveira, 2006a). No caso de países periféricos como o Brasil, a constituição de um espaço administrativo nacional, relativamente autônomo em matéria de diretrizes econômicas, foi uma obra política. Tal construção pode ser remetida à revolução de 1930, na medida em que, a partir de então, efetuaram-se as mudanças fundamentais para a emergência de um Estado moderno (Vianna, 1995).

Simultaneamente, essa construção teve nos sindicatos um ator fundamental, não só pelo fato de essas organizações influenciarem diretamente no processo de acumulação, como negociadoras das condições de venda da força de trabalho, mas também por se constituírem (Thompson, 2019) como atores influentes no espaço político nacional. Durante a primeira

---

<sup>9</sup> A necessidade de pensar a relação entre esses níveis deriva da incorporação da crítica realizada por Gallas (2018) e Nowak (2018). Desse modo, aqui esses níveis são pressupostos como distinções analíticas (Alexander e Giesen, 1994), e não como dicotomias concretas. Como escalas, então, podem ser pensados enquanto diferentes camadas analíticas. Dessa forma, persistir na separação concreta entre esses diferentes níveis, ou pressupor que não possa haver relações entre os fenômenos, caracterizados em cada uma dessas escalas, seria insistir na dicotomia entre ação e estrutura ou entre indivíduo e sociedade (Alexander, Giesen; 1994, p. 9).

experiência democrática brasileira (1946-1964), a política nacional se fez com sindicalistas ou contra eles, mas não sem eles (Gomes, Ferreira, 2014). Tanto foi assim que o golpe civil-militar de março de 1964 teve como um de seus motivos fundamentais impedir a suposta consolidação de uma república sindical (Negro, Silva, 2002). *A fortiori*, esse regime começou a entrar em declínio diante de um sindicalista, um dos protagonistas desse processo, que mais tarde seria eleito presidente da república: Luís Inácio Lula da Silva.

Entre os anos 1970 e 1980, os sindicalistas representavam as demandas de trabalhadores superexplorados por chefes de indústrias que haviam colaborado diretamente com o regime autoritário. Assim, afirmavam-se como atores políticos e antípodas de um regime despótico, dentro e fora das fábricas (Rodrigues, 1995). A liberdade sindical e a valorização dos salários definiam sua face reivindicatória de classe também inerente à política.

A era da invenção (Oliveira, 2007), que abrange esse período, consolidou o espaço político nacional e a formação das classes politicamente representadas. A relação direta entre classe e representação de interesses teve o seu auge durante a década de 1980. O curso da financeirização, cujas bases remontam ao endividamento externo dos anos 1970, desmanchará o que se consolidou na era da invenção. Não por acaso, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) assumiu o compromisso político de colocar um ponto final na “Era Vargas”. Fortemente apoiado pelas elites políticas e econômicas, algumas anteriores a Vargas, Cardoso fortaleceu a esfera privada em detrimento da esfera pública (Vianna, 1995). Como consequência, a democracia social foi sacrificada em nome da democracia política. O desmanche da classe teria significado o advento da era da indeterminação (Oliveira, 2007), quando as relações entre classe e política se tornaram opacas.

### A crise dos sindicatos

A introversão dos sindicatos nomearia uma trajetória decadente em termos de poder. Se, de um lado, esse enfraquecimento organizacional poderia ser relacionado ao deslocamento do centro de decisões políticas para fora do alcance dessas organizações, por outro lado, a flexibilização, a subcontratação, a desindustrialização, a deslocalização e as novas formas de gestão do trabalho intensificariam a crise do poder sindical. Essas tendências adversas, liberadas pela globalização, formaram um vetor específico de fragilização dos sindicatos (Ramalho, 2000). Além disso, a queda absoluta do emprego formal nos anos 1990 e o desaparecimento da inflação do horizonte de insatisfação dos/as trabalhadores/as debelou o ímpeto grevista registrado na década anterior (Santana, 2002). No período anterior, o sindicalismo havia se

afirmado como ator político capaz de impugnar o pacto político (Almeida, 1996), ao passo que, no final dos anos 1990, indagavam-se quanto ao futuro dos sindicatos em uma sociedade supostamente pós-industrial (Laranjeira, 1998; Martins Rodrigues, 2009).

No cômputo geral, os sindicatos pareciam estar condenados a abandonar o plano político, instância de regulação macrossocial, para entrincheirar-se nos espaços fabris, instância de regulação microssocial (Comin; Castro, 1998). Na década de 1980 os sindicatos foram capazes de atuar no plano da macro-regulação e constituir bens coletivos. Contudo, ao cabo dos anos 1990, introvertiam-se no plano da regulação-micro, negociando os detalhes das relações de trabalho transformadas pelas novas formas de gestão.

No começo dos anos 2000, a crise dos sindicatos era uma realidade, embora não fosse generalizada (Ramalho, 2000), ou se manifestasse de modo particular, conforme as coordenadas econômicas e setoriais de cada organização (Cardoso, 2001). Entre os petroleiros, por exemplo, a terceirização das atividades da Petrobras, cada vez mais intensa, diminuiu consideravelmente o efetivo da empresa e aumentou o número de terceirizados em grande proporção. Como o efetivo da empresa estatal é o que os sindicatos dos petroleiros efetivamente representam, a base dessas organizações encolheu consideravelmente durante os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. No final dos anos 1980, a Petrobras tinha mais de 60 mil funcionários, dez anos depois, tinha menos de 40 mil (Scaletsky, 2003; Romão, 2006).

Além disso, a empresa estatal teve sua autonomia financeira sacrificada para dirimir a escalada inflacionária dos anos 1980 (Alveal Contreras, 1994) e passou a depender do erário público. Quando a política econômica se tornou colonizada pelos imperativos do sistema financeiro internacional nos anos 1990, a privatização foi defendida pelos técnicos dos governos Collor e Cardoso como um imperativo (Pinheiro, Oliveira Filho, 1991). Assim, as empresas estatais, como a Petrobras, passaram a ser liquidadas por meio do Programa Nacional de Desestatização (PND) para se alcançar o ajuste fiscal, tido como necessário. O PND e a privatização do parque petroquímico que pertencia à Petrobras foram pensados como parte de uma nova política fiscal. A política econômica, sobretudo a partir de Collor, ingressava definitivamente nos marcos da financeirização: “o programa de privatizações é considerado um elemento essencial no ajuste fiscal brasileiro porque, de um lado, gera receitas de capital que complementarão as receitas correntes e, de outro, reduz as NFSP [Necessidades de Financiamento do Setor Público].” (Matos Filho; Oliveira, 1996, p. 23).

Os trabalhadores da Petrobras, embora contratados conforme o regime privado regulado pela CLT, foram estigmatizados como “marajás”. Tal categoria, da lavra do presidente Collor, fez parte de sua retórica, que associava o atraso brasileiro ao peso do Estado ineficiente, exemplificado pelos salários supostamente altos do funcionalismo público. Os petroleiros foram tratados na mesma chave também pelo governo Cardoso (Romão, 2006).

A partir desse corolário, justificavam-se as profundas reformas no setor petrolífero com vistas a promover uma modernização do mesmo. O corpo e a alma desse setor era a Petrobras, pois foi desenvolvido por ela e permanecia organizado em torno dela. Assim, modernizar significava abrir o setor com o intuito de atrair investimentos estrangeiros, ou seja, de contemplá-los (Ribeiro, 2022). A fim de torná-la atrativa, cogitou-se mudar seu nome para “PetroBrax”<sup>10</sup>. A ideia foi veiculada como um balão de ensaio e não pegou bem na opinião pública<sup>11</sup>. Parecia que o governo queria liquidar a empresa. Então, o governo voltou atrás na mudança do nome. A opinião pública nacional, aferida por meio de pesquisas da época, era contrária à ideia de privatizar a empresa, como ainda é<sup>12</sup>.

No começo dos anos 2000, as pressões externas sobre a empresa estatal foram ampliadas quando suas ações passaram a ser vendidas na bolsa de Nova York. Essa operação abriu um novo flanco de pressões sobre a gestão da estatal e, potencialmente, sobre as relações de trabalho sustentada pela empresa, que já vinham se deteriorando. A terceirização aumentava, enquanto seus funcionários acumulavam uma desvalorização salarial de 60% em 1995 (Scaletsky, 2003). Esse foi um dos motivos que levaram à grande greve de maio daquele ano, a maior greve já registrada no setor petrolífero mundial. No segundo semestre de 1995, o governo Cardoso, tendo enfraquecido a resistência dos petroleiros, aprovou a emenda constitucional nº 9/1995, que instituiu a quebra do monopólio da Petrobras nos segmentos de exploração, produção e refino de petróleo.

---

<sup>10</sup> A estatal Petrobras, maior empresa do país e terceira maior da América Latina, está mudando seu nome comercial (marca) para PetroBrax. Segundo o presidente da companhia, Henri Philippe Reichstul, o objetivo é unificar a marca e facilitar o seu processo de internacionalização. SANTOS, C.; CLEMENTE, I. Petrobras muda de nome para PetroBrax. Folha de São Paulo, São Paulo 27 dez. 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2712200008.htm>. Acesso em: 14 jan. 2023.

<sup>11</sup> O presidente Fernando Henrique Cardoso sabia que a direção da Petrobras planejava a mudança de nome da estatal para PetroBrax. O presidente deu sinal verde à operação, mas foi surpreendido pelo anúncio oficial da troca e determinou ontem o cancelamento da alteração após reação negativa da opinião pública e dos políticos. ALENCAR, K.; FRANÇA, W. Presidente sabia da mudança de nome. Folha de São Paulo, São Paulo 29 dez. 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2912200007.htm>. Acesso em: 14 jan. 2023.

<sup>12</sup> A mais recente pesquisa sobre a questão da privatização da Petrobras mostrou que 53% dos brasileiros são contrários à venda da estatal. “No caso da *Petrobras*, 53% se declaram contrários à privatização, 37% são favoráveis, 1% é indiferente e 8% não opinaram” (Data Folha, 2023, p. 5).



## Financeirização e sindicalismo

Desse modo, as últimas décadas do século XX foram, de fato, muito difíceis para as organizações sindicais. O “caminho de reajustamento global da economia e do Estado” (Martins Rodrigues, 1990, p. 19) que se viu nos países do centro do sistema capitalista nos anos 1980, chegava à periferia do sistema nos anos 1990. Nesse processo, os “sistemas nacionais de relações trabalhistas fundados na relação triangular de sindicatos, empregadores e governos foram desestabilizados por uma série de desafios externos, geralmente identificados como ‘globalização’.” (Hyman, Grumbell-Mccormick, 2013, p. 35).

Na esteira dessas transformações sistêmicas, os

[...] mercados de trabalho tornaram-se mais voláteis, inseguros e heterogêneos. Os sistemas partidários sofreram mudanças fundamentais ao se dissociarem das tradicionais clivagens de classe [...]. A filiação sindical diminuiu e, em muitos países, a coesão do movimento sindical como ator político está em dúvida. (Streeck, Hassel, 2003, p. 360)

No Brasil, o movimento sindical, que havia se constituído como ator político na transição democrática (Rodrigues, 1997), não exercia mais a força que exercera no passado recente. Sob as intempéries das mudanças sistêmicas, a face política de certos sindicatos e do movimento sindical estava debilitada. Sua capacidade de influenciar a política econômica foi colocada em xeque. Essa política passou a ser hegemônica pelos interesses dos centros financeiros (Streeck, 2012; 2018). Ao mesmo tempo, a diminuiu a possibilidade de os sindicatos confrontarem as novas formas de gestão das empresas multinacionais, controladas pelas matrizes localizadas nos países mais ricos (Ramalho, 2000) e cada vez mais enredadas pela lógica financeira (Chesnais, 2001; Lapavitsas, 2016).

Essa combinação de fatores parecia anular o potencial político dos sindicatos. As organizações teriam conseguido intervir nos rumos políticos enquanto teria perdurado o pleno emprego, ou seja, enquanto os mercados de trabalho nacionais eram suficientemente amplos para incluir a maior parte da população e oferecer as justas compensações sociais em troca da heteronomia implicada na relação de trabalho (Habermas, 1987; Offe, 1989).

Ao mesmo tempo, a integração das principais economias ao capitalismo financeirizado (Fraser, 2018), guardadas as devidas peculiaridades nacionais, caracterizou-se pelo endividamento estatal e a crescente centralidade da política monetária e fiscal (Streeck, 2018). O triplo choque da década de 1970 estabeleceu as bases para a financeirização. Os dois primeiros impactos vieram da indústria de petróleo nas seguidas crises dos anos 1970 – a

primeira em 1973, e a segunda em 1979. O terceiro choque consistiu no brusco aumento da taxa básica de juros do banco central estadunidense. O *Federal Reserve*, sob a direção de Paul Volcker (1927-2019), respondeu à crise inflacionária relacionada ao preço do petróleo com um acréscimo de 20% nos juros.

Em dez anos, a dívida pública dos Estados Unidos saiu de 40% para valer 70% do PIB (Streeck, 2018). Nos países periféricos com dívida externa elevada, como era o caso do Brasil, o choque Volcker provocou um colapso financeiro. A dívida em moeda estrangeira saltou de 25% para 50% do PIB brasileiro. O endividamento estatal, na periferia do capitalismo, marcou o começo do fim do ciclo econômico nacional desenvolvimentista (Bresser-Pereira, 2006) e o advento da era da indeterminação (Oliveria, 2007). Ao mesmo tempo, na esfera das ideias econômicas, os desenvolvimentistas e keynesianos perderam espaço para os neoliberais, a nova ortodoxia convencional<sup>13</sup>. Sob a égide dessa ortodoxia, globalmente dominante, o controle da inflação e a austeridade fiscal tornaram-se panaceias universais (Streeck, 2012; 2018). Na prática, as políticas monetária e fiscal consolidaram o caminho para a financeirização do capitalismo.

O controle da inflação, por meio da sustentação de elevadas taxas de juros, atraiu sistematicamente o capital para financiar a dívida pública em troca de remuneração segura. Então, simultaneamente, o capital disponível para investimentos produtivos, com potencial de criar uma oferta por trabalho, gerar riqueza e distribuição de renda, foi desviado para a esfera financeira. Com o potencial de investimento privado colonizado pela expectativa do lucro sem produtividade (Lapavitsas, 2016), restaria a possibilidade de os investimentos serem fomentados pelo poder público. Porém, a política fiscal está diretamente submetida à política monetária. Para pagar os juros da dívida pública, que hoje é o *locus* privilegiado dos grandes interesses econômicos (Streeck, 2012; 2018), o Estado deve adotar uma rígida disciplina fiscal.

---

<sup>13</sup> Bresser-Pereira (2006, p. 12) define ortodoxia convencional ou neoliberal como “discurso” ou “ideologia” que “tem origem em Washington e é adotado na América Latina pela direita neoliberal e cosmopolita, formada principalmente pela classe rentista e o setor financeiro. [...] Esse discurso, na forma que foi aplicado ao Brasil desde os anos 1990, diz quatro coisas: primeiro, que o maior problema do país é a falta de reformas microeconômicas que permitam o livre funcionamento do mercado; segundo, que, mesmo depois do fim da alta inflação inercial, em 1994, o controle da inflação continua a ser o principal objetivo da política econômica; terceiro, que, para realizar esse controle, os juros serão inevitavelmente altos devido ao risco-país e aos problemas fiscais; quarto, que ‘o desenvolvimento é uma grande competição entre os países para obter poupança externa’, não sendo motivo de preocupação os déficits em conta corrente implícitos e a valorização do câmbio provocada pelos influxos de capital.”

Streeck (2018) nomeia esse processo de revolução hayekiana. Friedrich Hayek (1899-1992) foi o principal inspirador da doutrina neoliberal, a qual, aplicada à política econômica, tem fortes implicações sobre o papel social do Estado. Harvey (2001) identifica essa doutrina com um projeto político favorável às classes capitalistas e em detrimento dos trabalhadores.

Isso significa que a capacidade de investimento do Estado tem sido sacrificada em nome dos interesses concentrados na dívida pública.

Esse corolário é acompanhado por uma série de implicações pró-crise (Streeck, 2018). O endividamento das famílias tem sido uma alternativa para o Estado endividado, inaugurada pelos técnicos em economia do presidente Bill Clinton, que governou os EUA entre 1993 e 2001. Tratou-se da reinvenção do keynesianismo, porém, como são as famílias e não o Estado que se endivida, seu caráter não é público, mas privado. Ao mesmo tempo, Clinton promoveu a maior desregulamentação da indústria financeira norte-americana, preparando o caminho para a crise financeira de 2008.

Outra implicação diz respeito ao medíocre desempenho expansivo das principais economias capitalistas. O baixo crescimento tem sido apontado como um resultado direto do monetarismo e do fiscalismo (Paulani, 2015; Streeck, 2018). Como os capitais migram para a lógica do ganho financeiro, o investimento produtivo tende a manter-se em um patamar estável ou declinar. Contudo, manter não é ampliar e, sem novos investimentos, os mercados de trabalho permanecem achatados. Se o alto desemprego ainda é fonte de insegurança dos que estão empregados, então, nesse contexto, o poder discricionário das empresas tende a aumentar em relação ao poder dos sindicatos na regulamentação das relações de trabalho. Dessa forma, não faltam motivos para as organizações sindicais (os sindicatos, as federações e as centrais sindicais) direcionarem parte de suas energias para a arena política (Hamann, Kelly, 2004; Hyman; Grumbell-McCormick, 2010; 2013) no sentido de tentar interferir na definição da política econômica. Ou de instrumentos específicos dessa política, que têm relação direta com as bases do poder sindical porque fortemente relacionados ao desempenho do mercado de trabalho.

### Sindicato e política

A combinação das mudanças sistêmicas acima descritas tendem a anular o potencial que os sindicatos experimentaram quando o centro decisório, no que diz respeito, sobretudo, à política econômica, correspondia ao espaço da nação. Apesar de essa política parecer extrapolar o alcance das organizações sindicais, essas tendem a continuar atentas à definição

do escopo da economia, pois o potencial da ação sindical depende também dos efeitos da situação financeira sobre o mercado de trabalho<sup>14</sup>.

Assim, durante o primeiro governo Lula (2003-2006), quando as linhas gerais da política econômica permaneciam dentro do quadrante neoliberal, começou a formar-se um esforço coletivo e um amplo consenso acerca da necessidade de alterar a política econômica. Tal congruência formava-se por diversos setores da sociedade civil, inclusive do sindicalismo, e apoiava a retomada do protagonismo estatal na impulsão de um novo ciclo econômico. O sindicalismo petroleiro, assim como a CUT, fez parte dos esforços que animaram uma nova política econômica, que veio a ser chamada de novo desenvolvimentismo (Bresser-Pereira, 2006).

No entanto, o novo desenvolvimentismo efetivou-se como diretriz política somente a partir do segundo mandato de Lula (2007-2010), por meio do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)<sup>15</sup>. Os petroleiros não ficaram de fora desse processo. Aqui, não se trata de afirmar que a ação petroleira causou de modo direto uma alteração na política econômica. Porém, trata-se de acentuar que, por meio do interesse específico na reativação do papel macroeconômico da Petrobras, partilhado também pelos setores nacionalistas do governo<sup>16</sup>, os petroleiros reforçaram um consenso em torno da mudança da política econômica.

Esse alinhamento com setores do governo não deixou de ter implicações dentro do sindicalismo petroleiro. Em 2006, cinco organizações sindicais deixaram a FUP, acusando essa federação de perder autonomia frente aos interesses de setores do governo petista.

---

<sup>14</sup> “Regular o mercado de trabalho é uma questão de recursos políticos.” (Hyman, Grumbell-McCormick, 2013, p. 132)

<sup>15</sup> O conceito de neodesenvolvimentismo utilizado por Marcelino (2017) e Boito (2018) é construído em oposição ao “velho desenvolvimentismo” que teria vigorado até os anos 1980. Assim, esses autores deixam de captar algumas nuances que permitem distinguir as diretrizes econômicas dos governos Lula I e Lula II. Marcelino (2017) analisou as greves entre 2003 e 2013 – para ela, portanto, o neodesenvolvimentismo cobre esse período todo. As características levantadas pela autora acentuam as contradições do sindicalismo no período: greves ofensivas com predominante motivos econômicos e cooperação entre dirigentes sindicais e patronais por políticas de crescimento favoráveis ao setor produtivo. Os atores sindicais nesse caso são os metalúrgicos, e não os petroleiros. Boito (2018) também analisou o comportamento do sindicalismo sob o período neodesenvolvimentista. Para esse autor o neodesenvolvimentismo permitiu uma relativa recuperação do sindicalismo, porém essa teria ficado restrita ao “plano da luta reivindicativa” e teria sido acompanhada por “uma orientação política moderada na cúpula do movimento sindical.” (Boito, 2018, p. 205). O conceito de neodesenvolvimentismo também foi utilizado por Katz (2016). Para esse autor, o neodesenvolvimentismo permite qualificar uma pequena diferença entre o neoliberalismo de FHC e aquele que vigorou sobre os governos do PT.

<sup>16</sup> O argumento aqui é que havia uma afinidade eletiva na dimensão dos interesses associados a tal estratégia de desenvolvimento que reunia diferentes setores da sociedade civil. Dentre os quais destacamos o sindicalismo de corte nacionalista, que tem nos petroleiros seus principais representantes. Esses têm forte relação com a CUT que também se comprometeu com os esforços de alterar a política econômica do governo Lula I. Assim, o novo desenvolvimentismo também foi “a forma por meio da qual empresários, técnicos do governo, trabalhadores e intelectuais” se constituíram como uma frente política em prol do “desenvolvimento econômico” (Bresser-Pereira, 2006, p. 12).

Do ponto de vista da sociologia do trabalho, a problemática da crise dos sindicatos passou a ser relacionada, direta ou indiretamente, com a questão da relação do sindicalismo com o governo (Druck, 2006). O cerne da nova problemática passou a ser a autonomia do movimento sindical em face do governo petista.

A questão da autonomia do sindicalismo nos governos do PT

Sob os governos do PT, é inegável que o trabalho organizado recuperou parte das perdas experimentadas ao longo dos anos 1990. E isso pode ser constatado observando-se diferentes dimensões, como “filiação, institucional, econômica e política” (Krein; Dias, 2016). Todavia, os resultados mais expressivos se apresentaram no plano das negociações coletivas (Krein, Teixeira, 2016). Durante os anos 2000, o contexto foi favorável para a melhora do mercado de trabalho em função de “resultantes da dinâmica da economia, queda da inflação, valorização do câmbio, a política de valorização do salário mínimo, o aumento do poder de barganha individual e coletiva [...]” (Krein, Teixeira, 2016, p. 214-215).

Por um lado, do ponto de vista político, as organizações sindicais teriam adotado um comportamento caracterizado seja pela acomodação e pela debilidade política (Galvão, 2009; Boito; Galvão; Marcelino, 2009); seja pela negação de ideais de classe (transformismo), ou ainda, pela cooptação (Antunes; Silva, 2015; Braga, 2016; Soares, 2013). Por outro lado, o comportamento do sindicalismo sob o primeiro mandato de Lula, também teria manifestado um caráter contraditório (Rodrigues; Ramalho; Conceição, 2008; Ladosky, 2009; Ladosky, Oliveira, 2014). Esse diagnóstico serviria, sobretudo, para o caso das organizações sindicais historicamente relacionadas ao PT, como a CUT.

No primeiro ano do governo Lula, o movimento sindical apresentou “A pauta do crescimento”

[...] por meio do qual manifestaram seu descontentamento com os indícios de recessão e apresentaram 21 propostas concretas para o aumento do nível de atividade econômica e a geração de postos de trabalho. Este documento foi entregue pelas centrais diretamente ao presidente da República. (Rodrigues, Ramalho, Conceição, 2008, p. 54)

De fato, o primeiro ano de governo não ofereceu resultados satisfatórios aos trabalhadores. O desemprego subiu de 11,7% para 12,4%; a massa salarial caiu 5,7% em relação ao ano anterior; e a renda média do trabalhador registrou uma contração de 12% no mesmo período (Rodrigues, Ramalho, Conceição, 2008).

Todavia, a CUT não se mostrou passiva em relação à gestão do Estado. A central, liderando as outras organizações de cúpula, articulou-se com setores empresariais objetivando ampliar a participação institucional com vistas a alterar o quadro econômico.

A intenção da CUT [...] era mostrar, por meio da ampliação e democratização do Conselho [Monetário Nacional] (com a presença de representantes dos trabalhadores e dos empresários), que a política monetária deveria levar em conta não apenas a meta de inflação, mas também o alcance das metas de crescimento econômico e de geração de empregos (Rodrigues, Ramalho, Conceição, 2008, p. 35).

Assim, entre 2003 e 2006, a CUT e outros setores do sindicalismo se opuseram de modo sistemático ao modelo econômico baseado em altas taxas de juros, *superávit* primário e câmbio flutuante (Ladosky, Rodrigues, 2016).

Outro ponto de tensão no sindicalismo foi a reforma da previdência pautada no primeiro ano do governo Lula I, a qual intensificou a fragmentação do movimento sindical (Galvão, 2009) e revelou o caráter acomodatório do sindicalismo hegemônico pela CUT. Na visão do setor à esquerda da CUT, dentro do movimento sindical, o enfrentamento à reforma poderia ter sido mais intenso. Portanto, a relação do sindicalismo com o governo Lula “ao invés de fortalecer a capacidade de organização e resistência dos trabalhadores e de seus organismos de representação” teria “evidenciado suas debilidades” (Galvão, 2009, p. 179). Dentre as principais implicações dessa relação destaca-se a fragmentação das organizações de cúpula, com o advento de novas centrais e federações sindicais.

Em outra perspectiva, o comportamento das duas maiores centrais sindicais brasileiras, a CUT e a Força Sindical (FS), durante os governos do PT, teria caracterizado um processo de burocratização (Antunes; Silva, 2015; Braga, 2016). Nas últimas décadas, as direções da CUT e da FS privilegiaram a estratégia de participação institucional, o que teve como implicação o enfraquecimento da autonomia e da independência relativa ao Estado e ao governo:

Participando de ministérios e secretarias nos âmbitos federal, estadual e municipal, elegendo-se para cargos de representação parlamentar, participando ativamente na gestão de fundos de pensão e dos conselhos de empresas estatais etc., o sindicalismo que propugnava a autonomia e a independência sindical frente ao estado, no caso da CUT, e o pretenso antiestatismo neoliberal propugnado pela Força Sindical, acomodaram-se muito bem nos aparatos burocrático-ministeriais dos governos do PT. (Antunes; Silva, 2015, p. 512)

Além disso, a mais importante central sindical do país não apenas não enfrentou a continuidade das políticas neoliberais dos governos petistas, como também transformou seus

dirigentes em “parceiros políticos do Estado na formulação de políticas públicas e na gestão de investimentos capitalistas por meio dos fundos de pensão” (Braga, 2016, p. 63).

Desse modo, CUT e FS teriam sido cooptadas<sup>17</sup> pelo governo petista (Soares, 2013) e tornaram-se um importante sustentáculo político. Por conseguinte, a atuação em prol dos interesses da classe trabalhadora perdera o ímpeto. Além disso, o imobilismo das centrais teria favorecido o avanço da reestruturação produtiva, da flexibilização e a precarização das relações de trabalho durante aquele período.

Em uma perspectiva distinta, a necessidade de enfrentar uma reforma da previdência lesiva para os trabalhadores e, portanto, de confrontar o governo (que também era formado por ex-sindicalistas, historicamente ligados à CUT), instalava um dilema no comportamento desse sindicalismo (Ladosky, 2009). Ao mesmo tempo em que era necessário se opor ao governo, também era preciso, na visão dos sindicalistas, buscar intervir nas decisões do governo. Assim, a CUT se organizou no sentido de ocupar e ampliar os espaços de participação institucional (Ladosky, Oliveira, 2018).

Dessa maneira, o sindicalismo cutista encarnava o contraditório papel de ser oposição e, simultaneamente, parceiro do governo. Essa situação tinha seu fundamento no fato de a CUT e o PT possuírem uma identidade histórica (Araujo; Oliveira, 2011). Ambas organizações nasceram e se desenvolveram no mesmo processo político (Cardoso, 2015), sofreram e exerceram influências mútuas e, desse ponto de vista, não houve cooptação.

O comportamento do sindicalismo petroleiro com relação aos governos do PT também pode ser caracterizado pela contradição. Esse caráter manifestou-se tanto em suas instâncias internas, quanto em sua atuação externa. Hegemonizada pela Articulação Sindical (AS), a corrente mais forte dentro da CUT, a FUP engajou-se na campanha que levou Lula à presidência em 2003. Com a chegada do PT ao poder, os petroleiros aprovaram, em seus congressos, moções de apoio ao governo. Enquanto isso, a oposição classificava o governo trabalhista como decepcionante. O alinhamento do setor majoritário dos petroleiros tinha sua razão de ser na expectativa de ver o governo reativar a função desenvolvimentista da Petrobras.

---

<sup>17</sup> O transformismo é definido da seguinte forma por Soares (2013): “Entendemos por transformismo, no sentido gramsciano, o movimento de cooptação política e ideológica desencadeado pelas classes dominantes sobre suas forças aliadas e/ou sobre as classes subalternas. Tal movimento de aproximação com o governo consiste em atrair para o campo político dominante os intelectuais orgânicos dos outros grupos sociais, seus dirigentes políticos e ideológicos, esvaziando sua postura crítica e decapitando as forças sociais oponentes de sua direção política. Desse modo, permite-se a conservação da ordem numa qualidade superior, pois as contradições sociais e a luta entre as classes não desdobram no plano da luta política e ideológica, ficando como que ‘congeladas’ no plano político [...]” (Soares, 2013, p. 548).

Se, durante o primeiro governo Lula, a FUP já se encontrava engajada no interesse de reativar o papel estratégico da Petrobras, que, por meio de sua capacidade de investimento, tornava-se um dos pilares da proposta novo desenvolvimentista, na segunda gestão presidencial, o engajamento se deu por meio da face política da FUP na tentativa de influenciar nos rumos da política petrolífera.

Na medida em que os petroleiros atuaram em sintonia com os interesses de setores do governo, o que inclusive contribuiu para a saída de cinco sindicatos da FUP em 2006, a autonomia dessa organização foi colocada em xeque. Todavia, a tese do comprometimento da autonomia pode ser também relativizada quando, a partir de 2008, os petroleiros concorreram com o governo no processo de redefinição da política petrolífera por ocasião da descoberta do pré-sal. O mesmo aconteceu sob o governo Rousseff, quando a mandatária decidiu mudar a política econômica, os petroleiros se opuseram. Observando a política do ponto de vista das atividades da indústria petrolífera, os petroleiros foram um dos primeiros grupos a protestar contra a mudança de rumos do governo que se pronunciou entre 2011 e 2013. No momento mais difícil do governo Rousseff, em 2015, os petroleiros sustentaram uma greve contra a empresa, tocando indiretamente no governo. Portanto, os petroleiros não deixaram de sustentar sua autonomia frente aos governos petistas, a despeito de haver interesses convergentes enquanto vigeu a política econômica novo desenvolvimentista (2007-2011)<sup>18</sup>.

Aqui cabe enfatizar que o que aproxima os petroleiros da diretriz econômica novo desenvolvimentista é a defesa do investimento estatal. Ou seja, esse é o elemento ao qual, permanentemente, os petroleiros defenderam. Se isso fosse suficiente, esse sindicalismo poderia ser chamado de novo desenvolvimentista. Porém, há um elemento mais fundamental ao qual os petroleiros encontram-se historicamente atrelados. É a ideia do monopólio estatal. Não nos cabe cogitar até que ponto isso é realizável. O fato é que a defesa do monopólio constitui o núcleo da identidade coletiva, por assim dizer, política desse sindicalismo. Em 2008, quando o governo conciliou interesses privados e estatais na elaboração da reforma do setor petrolífero, os petroleiros foram como que obrigados a se diferenciarem, porque historicamente defenderam o monopólio. Além disso, se a FUP não o fizesse, abria-se um flanco para o avanço da federação concorrente, que teria sua razão de ser consagrada, uma vez que os cinco sindicatos que saíram da FUP em 2006 o fizeram denunciado a perda de autonomia política da federação com relação aos interesses do governo petista. Desse modo, presa a uma identidade política

---

<sup>18</sup> Para Carvalho (2018) entre 2007 e 2011 os investimentos públicos foram o motor do crescimento econômico. A partir de 2011, sob orientação da equipe econômica, começam os cortes de investimento. O resultado foi que o freio de arrumação surtiu um efeito inesperado, desacelerando a economia mais que o desejado.



histórica, a FUP foi impelida a lançar-se na disputa para influenciar a política petrolífera. Em torno da tese do monopólio, reuniram-se também a FNP, a AEPET, a CUT, outras centrais sindicais e alguns movimentos sociais. A defesa da tese do monopólio, por mais anti-pragmática que possa parecer, foi capaz de unificar o sindicalismo petroleiro novamente e ainda angariar o apoio institucional da tradicional AEPET<sup>19</sup>, bem como de movimentos sociais como o MST. Assim, a defesa do monopólio mostrou-se uma escolha estratégica para FUP.

Esses fatos são significativos. Quando se caracteriza a diferenciação da FUP com relação ao governo petista no momento decisivo de reforma da lei do petróleo é possível relativizar a tese da perda de autonomia do sindicalismo. Quando a FUP se organizou e liderou uma campanha nacional em prol do monopólio, que resultou na elaboração de um projeto de lei próprio, os petroleiros afirmaram-se como atores políticos. A autonomia com relação aos governos que sucederam o PT foi mantida, talvez com mais razão, porém com menos força. É certo que no momento de maior poder do sindicalismo petroleiro, que coincide com os anos da política novo desenvolvimentista, o máximo que conseguiram foi participar do processo político (2008-2010), e no final desse período (2013-2015) tentar influenciar nos rumos da gestão da Petrobras, o que também significou tentar influenciar na política petrolífera (tal era a dimensão dessa empresa). Desse modo, os petroleiros demonstraram capacidade de atuar politicamente e, na medida em que o fizeram, afirmaram sua autonomia.

Em seguida, reconstruo a metodologia de pesquisa.

---

<sup>19</sup> A associação dos engenheiros foi fundada nos anos 1960 para distinguir-se das organizações sindicais controladas por trabalhadores de nível médio e técnico (Cruz, 1997).

### Capítulo 3 – Metodologia e operacionalização da pesquisa

As afinidades eletivas do sindicalismo petroleiro com os governos do PT formaram, inicialmente, as questões norteadoras desta pesquisa. Em hipótese, entendia-se que da parte do governo trabalhista que chegava ao poder, tratava-se de angariar legitimidade por meio da aposta no desenvolvimento econômico. Na perspectiva dos petroleiros, tratava-se de reativar o papel estratégico da Petrobras.

Assim, o potencial econômico e político da Petrobras fortalecia a associação de interesses entre o governo e os sindicalistas petroleiros. A ação do governo era interpretada em conformidade com a típica estratégia social democrata (Przeworski, 1984) de assumir o compromisso com o desenvolvimento para gerar e distribuir riqueza, o que parecia se desenhar nessa associação<sup>20</sup>. A aposta na Petrobras garantia ao governo não apenas a instrumentalização de uma empresa estratégica, como se legitimava com os petroleiros, um grupo social de relevo no sindicalismo brasileiro. Entedia-se que na perspectiva dos petroleiros, a estatal deveria retomar os investimentos no setor petrolífero, o que poderia implicar na recuperação do seu efetivo. O que resultaria em uma relativa recuperação das bases de poder do sindicalismo petroleiro.

A princípio, o tratamento metodológico a essa questão demandava o recurso à técnica de entrevista semiestruturada com sindicalistas petroleiros. Tratava-se de saber em que termos teria se dado a associação de interesses. De modo complementar, os dados, construídos por meio das entrevistas seriam combinados com a análise documental. Essa combinação tinha como pressuposto suprir os limites mútuos de cada técnica.

#### *A incursão no campo*

No entanto, a incursão no campo de pesquisa se deu primeiro através de uma entrevista (não gravada) com uma liderança da FUP em abril de 2019. Em seguida, essa liderança viabilizou a observação direta de uma plenária dos petroleiros<sup>21</sup>, realizada na cidade de Belo Horizonte (MG) no final de junho do mesmo ano.

---

<sup>20</sup> “Uma distribuição justa da pobreza não era, seguramente, a promessa socialista, e para aumentar a riqueza geral os social-democratas deviam concentrar seus esforços na elevação da produtividade.” (Przeworski, 1984, p. 59)

<sup>21</sup> As Plenárias ocorrem anualmente no primeiro semestre, exceto nos anos de Congresso. Entre 1995 e 2008 os Congressos da FUP foram realizados anualmente. A primeira plenária da FUP foi realizada em 2009. Nessas reuniões, os petroleiros discutem a pauta do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). A partir de 2008 o Congresso Nacional dos Petroleiros (CONFUP) passou a ser realizado a cada três anos. Segundo o estatuto da FUP, o

A experiência de observação das atividades dessa plenária provocou um primeiro deslocamento no plano da pesquisa. A partir de então, acentuou-se a perspectiva em direção ao passado. A memória e a história do sindicalismo petroleiro eram suscitadas a todo momento na fala das lideranças sindicais como justificativa das posições assumidas no presente. Ao mesmo tempo, as interações observadas nessa ocasião alimentaram o olhar para o tempo atual. Esse, na visão dos sindicalistas, encontrava-se saturado de incertezas e insegurança. Por isso, os exemplos das greves e lutas da categoria eram trazidos à tona, servindo como uma espécie de preparação para o conflito que se avizinhava. E, simultaneamente, justificava a decisão de organizar-se para confrontar os movimentos da nova gestão da Petrobras. No começo de 2019, a direção da estatal anunciou a intenção de acelerar o processo de desinvestimentos e privatização de refinarias.

A dimensão pretérita do sindicalismo petroleiro, considerada em relação ao presente, tornou pertinente questionar se a experiência atual desse grupo não se aproximava de um processo de formação de classe (Thompson, 2019). A categoria experiência orientou, a partir de então, a composição do roteiro de pesquisa e a análise dos dados. Ademais, a hipótese auxiliar da afirmação de uma identidade de classe pelos petroleiros foi pensada com base nesse conceito. Adiante, essa hipótese assumiu contornos menos ambiciosos. Então, adotou-se a ideia de identidade sindical (Hyman, 2002)<sup>22</sup>. A identidade sindical consiste em um importante recurso simbólico potencialmente catalisador de outros recursos. Ao longo da pesquisa, o conceito de recursos de poder foi adotado para captar a especificidade da ação sindical petroleira, bem como para interpretar a capacidade de agenciamento das adversidades enfrentadas por esse sindicalismo.

### *As entrevistas*

Se a entrevista consiste em uma “via de acesso privilegiado para apreender o ponto de vista e a experiência dos atores” (Poupart, 2008, p. 246), esse ponto de vista é, sobretudo, perspectiva do indivíduo. Porém, o interesse no ponto de vista dos sindicalistas não era tanto

---

congresso “é o órgão soberano da categoria, com poderes para deliberar sobre assuntos constitutivos e decidir sobre todos os demais atos da Federação em última instância” (FUP, 2008, p. 4). Nos congressos são realizadas as eleições para a direção da federação.

<sup>22</sup> Identidade sindical é pensada, aqui, como um tipo de identidade coletiva. Para Hyman (2001, 2002), convergindo com Thompson (2019), a identidade coletiva se forma na luta. “As ideias, os ideais e as identidades emergem geralmente através da contestação e luta; às vezes representam uma conciliação de interesses conflituais, mas também constituem frequentemente pontos de referência a partir dos quais as majorias oprimidas podem desafiar as minorias imperiosas.” (Hyman, 2002, p. 27).

na dimensão da experiência isolada. Mas da perspectiva de integrantes de um grupo social muito peculiar. Qual seja, o grupo de empregados da Petrobras. Não foi por outra razão que a questão inicial do roteiro de entrevistas mirava na relação inicial de cada trabalhador com a empresa. Tratava-se de saber quando, onde e por quê entraram na Petrobras<sup>23</sup>.

Por conta da pandemia, os encontros foram realizados através da plataforma *Google Meet*. Se, por um lado, perdeu-se a dimensão da interação face a face, por outro lado, significou um ganho de escala. Desse modo, o encontro virtual possibilitou que se entrevistasse 21 trabalhadores/as da Petrobras em escala nacional (ver Quadro 1) entre julho de 2020 e outubro de 2022.

Quadro 1 - Características gerais dos entrevistados/as

Nome (fictício)	Ano de Ingresso	Alocação Atual	Setor	Função
Otávio	1985	RJ	Operacional	Dirigente
Juliana	2002	SP	Escritório	Dirigente
Luisa	2007	RS	Operacional	Dirigente
Pedro	2005	RJ	Operacional	Dirigente
Carlos	2008	CE	Operacional	Dirigente
Roberto	2011	AM	Operacional	Dirigente
Hélio	2006	ES	Operacional	Dirigente
Fábio	2008	RN	Operacional	Dirigente
Eduardo	1984	SP	Operacional	Dirigente
Vitor	2008	SP	Operacional	T. D.*
Mauro	2015	SP	Operacional	E. S.**
Julio	2002	MG	Operacional	T. D.
Patrícia	2013	SP	Escritório	T. D.
Elias	2006	RJ	Escritório	E. S.
Camila	2011	AM	Escritório	E. NS.***
Antônio	2006	MG	Escritório	E. NS.
Felipe	2008	RJ	Escritório	E. NS.
Caio	2007	RJ	Operacional	E. NS.
Bárbara	2009	RS	Operacional	E. S.
Valdir	2005	RS	Operacional	E. S.
Regina	2007	RJ	Operacional	E. S.

\* Trabalhador Dirigente, é da direção sindical, mas mantém as funções de empregado.

\*\* Empregado Sindicalizado.

\*\*\* Empregado Não Sindicalizado.

As entrevistas foram disponibilizadas através dos contatos estabelecidos no campo realizado em 2019. Após as entrevistas solicitávamos outras indicações, geralmente, um

<sup>23</sup> Todos ingressam por concurso público, mas as relações de trabalho são regidas pela CLT. O dispositivo do concurso público é a forma escolhida pela empresa, desde seus primeiros anos de atuação, para selecionar seus funcionários. Ademais, o concurso rege-se pela impessoalidade e pelo mérito. Após o ingresso, todos são submetidos a etapa de treinamento antes de assumir suas funções. Dessa forma, a empresa cria para si uma força de trabalho segundo suas necessidades.

homem e uma mulher, variando o local do entrevistado. Por meio dessas sugestões, iniciamos o contato com os trabalhadores de base; paralelamente, utilizei minha própria rede de contatos para viabilizar mais entrevistas.

Inicialmente, a negociação das entrevistas enfrentou obstáculos. Muitos/as trabalhadores/as se recusaram a relatar suas experiências – “São outros tempos na empresa”, ouvi de muitos, no contato feito por *WhatsApp*. Então, elaborei mais de uma versão de apresentação até acertar na formulação que transmitisse a confiança suficiente para que o encontro virtual fosse consentido.

Os/as entrevistados/as, geralmente, estavam em suas casas, geralmente sós, em um quarto ou escritório; outros na sede do sindicato. Eu conduzi as entrevistas, também sozinho. Não houve interrupções graves durante as entrevistas, mas como aconteciam no ambiente doméstico às vezes alguém batia na porta do cômodo em que o entrevistado estava, o que não impedia que a conversa fosse reiniciada sem problemas. As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos participantes, cujas identidades foram protegidas com o uso de nomes fictícios. Não revelamos a unidade à qual pertencem os/as entrevistados/as, indicamos apenas o estado da federação onde se situava o posto de trabalho na época da interação.

Apliquei um roteiro de entrevista com questões organizadas em blocos. A primeira versão compunha-se por três blocos: “1 – Ingresso na Petrobras e as primeiras experiências de luta”; “2 – Os anos 2000 e a mudança de governo”; e “3 – Os anos 2010 e a experiência como dirigente sindical.”. Esse roteiro foi adaptado à trajetória dos sindicalistas. Para aqueles que entraram já durante os governos do PT não fazia sentido questionar sobre a passagem dos anos 1990 para os anos 2000. Do mesmo modo, o plano original foi adaptado para entrevistar o grupo de trabalhadores (não sindicalistas), passando a consistir em dois blocos: “1 – Ingresso e trabalho na Petrobras”; “2 – A Petrobras e a política.” Ao mesmo tempo, elaborei questões suscitadas durante os relatos. Essas combinavam-se com as demais, estabelecendo um corte entre a experiência passada, situada durante os governos do PT, e o que veio depois. Na medida em que o roteiro impõe uma problemática para os/as participantes, já se elabora um primeiro viés na produção dos dados.

A realização das entrevistas se deu, inicialmente, com o grupo de sindicalistas. A hipótese da identidade coletiva nos conduziu à inclusão de não sindicalistas, i. e., de trabalhadores comuns. Esse passo revelou uma forte consciência política restrita ao grupo de sindicalistas, embora, em alguns casos também foi possível verificar uma consciência política destacada entre os/as trabalhadores/as da base, seja do grupo sindicalizado, seja do grupo não

sindicalizado. Constatou-se, então, um *continuum* de consciência política relativa aos poderes e interesses políticos que envolvem o emprego na Petrobras com a indústria de petróleo, os diferentes governos e o Estado brasileiro.

### *O questionário*

A fim de constatar a clivagem interna na consciência política do grupo de trabalhadores da Petrobras foi elaborado um questionário<sup>24</sup>, desenvolvido de acordo com o roteiro de entrevistas, com vistas a captar a percepção dos/as trabalhadores/as da Petrobras com respeito às relações de trabalho na empresa e a atuação das lideranças sindicais. O questionário foi aplicado com o auxílio da plataforma *Google Forms*. O *link* de acesso às perguntas foi disponibilizado via *WhatsApp* dos contatos estabelecidos na etapa das entrevistas. Igualmente, enviei o *link* para os sindicatos por *email*, *Facebook* e por mensagem direta no *Twitter*. A primeira rede mostrou-se mais eficiente na circulação do *link*. Obtive 83 respostas, 75 foram validadas<sup>25</sup>.

A aplicação do questionário resultou em uma amostra não probabilística por conveniência ou por acessibilidade (Gil, 2008). Nesse procedimento, o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes podem, de alguma forma, representar o universo. Todavia, trata-se de um método de composição de amostra que não permite generalizar os resultados para toda a população, mas não impede que os valores aferidos sejam interpretados de modo hipotético (Babbie, 2001)<sup>26</sup>.

---

<sup>24</sup> O questionário foi elaborado entre outubro e dezembro de 2021, após a qualificação, e circulou entre janeiro e junho de 2022.

<sup>25</sup> O *link* de acesso único permite que cada pessoa responda apenas uma vez ao questionário. A primeira seção do instrumento era composta por duas questões filtros. A de número um era sobre o caráter voluntário da participação da pesquisa. A segunda inquiria se o respondente era empregado da ativa da empresa. Se respondesse “não” para qualquer uma das duas questões o questionário era encerrado com um agradecimento pela atenção despendida.

<sup>26</sup> A alternativa que possibilitaria a generalização dos resultados tem como requisito a construção de uma amostra probabilística com um grande número de respondentes. “A amostragem probabilística é mais eficiente porque evita o viés consciente ou inconsciente na seleção de elementos por parte do pesquisador. Se todos os elementos da têm uma chance igual [...] de seleção, há uma boa chance de a amostra assim selecionada representar bastante bem a população. Segundo, a amostragem probabilística permite a estimativa de erro amostral. Embora nenhuma amostragem probabilística seja perfeitamente representativa em todos os aspectos, métodos controlados de seleção permitem estimar o grau de erro esperado. (Gil, 2002, p. 152)” A desvantagem é que essa alternativa tem custos financeiros relativamente elevados para promover a composição da amostra. Assim, o principal problema dos resultados do questionário aplicado por esta pesquisa é a representatividade da amostra. Como a amostra não pôde ser construída conforme o princípio probabilístico de igual chance de resposta para cada sujeito da população, em seu fundamento certos grupos da população podem estar mais representados que outros. Por exemplo, como o questionário circulou com a colaboração de sindicalistas, é possível que trabalhadores/as mais distantes dos sindicatos sejam sub-representados; embora também a circulação tenha recebido a colaboração de não sindicalistas.

*Análise das entrevistas*

A análise dos relatos revelou uma acentuada homogeneidade. Isso pode se dever tanto ao efeito da imposição da problemática conferida pelo roteiro, quanto pela base geral da experiência individual, uma vez que todos compartilham do fato de serem empregados da Petrobras, o que os identifica no mundo social. Assim, ser empregado da Petrobras é um elemento constitutivo da identidade social de seus trabalhadores, o que é mais destacado entre os sindicalistas. A relação com a empresa estatal confere aos sindicalistas do setor petróleo um lugar específico no campo sindical brasileiro<sup>27</sup>.

Ao mesmo tempo, trabalhar na estatal era um prestígio social, tanto pelo fato de que o ingresso se dá por meio de certames extremamente concorridos, quanto pela relação com a aura simbólica da companhia, associada aos indivíduos que nela trabalham. Porém, quando a Petrobras foi associada ao escândalo de corrupção revelado pela Operação Lava Jato (OLJ), o que antes era motivo de prestígio, passou a ser estigma, conforme os relatos.

Por efeito do roteiro, a heterogeneidade geracional está inscrita não pela faixa etária dos entrevistados, mas pelo ano de ingresso na empresa. Assim, com a exceção de dois entrevistados que ingressaram na empresa nos anos 1980, a maior parte entrou a partir dos anos 2000<sup>28</sup>. De sorte que a maioria dos empregados atuais da empresa ingressaram durante os primeiros governos do presidente Lula, o que também se constata no grupo de entrevistados.

A despeito da homogeneidade, foi possível encontrar uma divisão do trabalho sindical no conjunto dos sindicalistas, na medida em que alguns se dedicam de modo exclusivo ao trabalho de representação e se especializam em questões muito particulares relativas ao sindicalismo do setor de petróleo. Essa especialização é própria das atividades sindicais. Assim, enquanto alguns sabem mais sobre o plano de previdência, outros demonstraram mais domínio sobre a gestão do plano de saúde. Há, ainda, os que dominam melhor o assunto relativo à sustentação financeira da empresa, assim como as possibilidades de postergamento e de administração da dívida de longo prazo. Esse foi o caso dos sindicalistas que participaram do Grupo de Trabalho (GT) “Pauta pelo Brasil”, criado em 2016.

---

<sup>27</sup> Historicamente, essa relação tendeu a lhes associar com as questões políticas do nacionalismo e do desenvolvimentismo. Do ponto de vista estritamente sindical, tratava-se de construir a unidade sindical nacional para fazer frente a uma empresa nacionalmente organizada.

<sup>28</sup> Durante a década de 1990 não houve concurso na Petrobras.

Portanto, por meio das entrevistas foi possível captar uma divisão social do trabalho sindical responsável pela especialização de certos membros dedicados exclusivamente à representação de interesses específicos da pauta do sindicalismo petroleiro.

### *Análise documental*

Ao contrário das entrevistas, a análise documental permite eliminar “em parte a dimensão da influência, dificilmente mensurável, do pesquisador sobre o sujeito”. Porém, “não é menos verdade que o documento constitui um instrumento que o pesquisador não domina.” (Cellard, 2008, p. 295).

Do ponto de vista da significação analítica, enquanto os dados das entrevistas, considerados isoladamente, podem conduzir ao subjetivismo, o uso exclusivo da análise documental pode condenar o pesquisador ao objetivismo e a perder de vista os motivos por trás das ações (Poupart, 2008). Se a primeira implicação conduz a um espontaneísmo demasiado, a segunda tem como consequência um objetivismo empedernido. Nem uma das duas soluções se adequam à necessidade de constituir um modelo explicativo plausível da ação social.

Nesse sentido, a análise documental tomou por referência, principalmente, a imprensa sindical petroleira. Essa foi submetida aos critérios básicos desse tipo de análise. Primeiro, deve-se reconhecer que todo *corpus* documental é “incompleto, parcial ou impreciso” (Cellard, 2008, p. 301). Por isso, a fonte documental deve ser tratada levando-se em conta o contexto, a autoria, a confiabilidade, a lógica interna e a natureza dos textos.

Desse modo, analisei documentos (como o acordo coletivo de trabalho), boletins informativos, periódicos digitalizados e, mais recente, informações dos sites da Federação Única dos Petroleiros e da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), bem como dos sindicatos de base de cada direção. Porém, uma distinção é necessária. Enquanto o site da FUP permite acessar e colher informações sobre o que os petroleiros fizeram a partir de 2008, o site da FNP, ainda em construção, possui poucas informações sobre a atuação pretérita da federação. Todavia, o Sindipetro PA/AM/MA/AP, que está na base da FNP, dispõe do mais completo conjunto de registros a que tivemos acesso. A vasta documentação reunida por essa organização foi digitalizada através de um consórcio com a Faculdade de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> Sobre o projeto: A pesquisa “Trabalhadores e Suas Lutas no Sindicato dos Petroleiros do Pará, Amazonas, Maranhão e Amapá”, que deu origem ao “Projeto de Memória – Sindipetro PA/AM/MA/AP 60 Anos” é resultado de uma parceria entre a entidade sindical e a Faculdade de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas



Esse *corpus* permite reconstruir a história da organização bem como a evolução do sindicalismo petroleiro a partir da década de 1960. O acesso a essa documentação possibilitou ampliar a base empírica na incursão para o passado do sindicalismo petroleiro. Assim, o processo de centralização que levou à fundação e consolidação da FUP entre 1994 e 1995 está registrado nos boletins do Sindipetro PA/AM/MA/AP. Como a corrente sindical ali dominante situava-se à esquerda das correntes filiadas à CUT, que eram hegemônicas dentro do movimento sindical petroleiro, foi possível captar as tensões internas. Portanto, a disputa entre as diferentes tendências políticas e sindicais na base da FUP antecede a chegada do PT ao poder. As tensões eram patentes, o alinhamento ao governo catalisou a divisão. Além disso, o acesso aos arquivos do Sindipetro PA/AM/MA/AP significou um contrapeso ao viés estabelecido pela incursão inicial no campo. O corpus documental de uma organização que fundou a FNP permitiu considerar uma perspectiva contraposta à da federação que se constituiu como hegemônica no sindicalismo petroleiro, a FUP.

Por sua vez, o conjunto de informações relativas à última década, que pode ser acessado diretamente nos sites das federações e dos sindicatos de base, permitiram reconstruir a atuação sindical recente e ir descobrindo as especificidades da pauta sindical dos petroleiros. A reconstrução da pauta e sua sistematização, para efeitos analíticos, foi facilitada pelo modo como as informações se encontram categorizadas, ou seja, divididas por temas específicos das demandas sindicais. Desse modo, os temas e as questões relativos ao acordo coletivo, ao plano de previdência, ao plano de saúde, à negociação da parcela relativa aos lucros e resultados, aos níveis de promoção, à jornada de trabalho e à segurança/meio ambiente, são todas caras ao setor da indústria de petróleo, conferindo a peculiaridade desse sindicalismo. Portanto, o contato com a imprensa petroleira deu a dimensão da complexidade dos temas a que esse sindicalismo está necessariamente atrelado.

### *Relatórios da Petrobras*

O exame da gestão da Petrobras contemplou uma dimensão fundamental do objeto. Contribuiu para isso o fato de a comunicação da companhia ter que se dar segundo as regras de uma empresa listada na bolsa de valores. Para tanto, a estatal publica relatórios anuais que versam sobre o desempenho operacional, a sustentabilidade financeira e o plano de negócios.

---

(IFCH) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Disponível em: <https://www.sindipetroamazonia.org.br/60-anos/>. Acesso 24 out. 2022.

Esse último, geralmente, faz um prognóstico dos investimentos para os próximos quatro anos à frente, sinalizando ao mercado as linhas gerais de sua estratégia de negócios.

Os dados referentes ao volume de investimentos e ao efetivo da empresa serviram de indicadores gerais para mapear os ciclos de negócios da empresa. Assim, no ciclo expansivo, que se inicia na primeira metade dos anos 2000, a estatal aumentou a contratação de pessoal e, simultaneamente, a curva de investimentos se inclina para cima. A partir de 2013, com uma queda acentuada no preço do petróleo no mercado mundial, inicia um corte de investimentos. A partir de 2014 abre um Plano de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) e o seu efetivo começa a encolher. No entanto, a partir de 2016, a companhia adota uma estratégia nova de negócios, sob a justificativa de sanar a dívida, passa a concentrar seus investimentos no segmento de Produção e Exploração (E&P), e corta nas demais áreas, o que leva o nível das inversões a se situar em um patamar cerca de 50% menor se comparado com o ponto alto do período anterior (2003-2013).

*Utilização de entrevistas do projeto Memória Petrobras e pesquisas desenvolvidas a partir da documentação revelada pela Comissão Nacional da Verdade*

O Projeto Memória Petrobras conduzido, a partir de 1987, pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) e o Projeto Memória dos Trabalhadores da Petrobras iniciado em 2001, colheram, por meio de entrevistas, o relato de trabalhadores/as da companhia. Esses relatos constituem, em seu conjunto, um registro da experiência biográfica de funcionários/as de uma empresa extremamente sensível às intempéries políticas e econômicas que atravessaram o país na segunda metade do século XX. Desse modo, tais relatos permitem captar, em algumas passagens dos depoimentos, a intersecção entre biografia e história (Wright-Mills, 1982) e deixam entrever o modo pelo qual os indivíduos, a partir de suas perspectivas socialmente localizadas, elaboraram os efeitos de processos macroestruturais que lhes foram impostos.

Recentemente o ímpeto na busca de reconstruir a história dessas organizações foi incentivado pelos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV). A CNV foi instituída em 2011 e trouxe um ânimo renovador para os/as pesquisadores/as do sindicalismo brasileiro ao criar uma linha de pesquisa específica sobre o tema. As investigações da CNV promoveram, sobretudo, descobertas no *modus operandi* da repressão, de modo que hoje é inegável que o movimento sindical era visto como um pilar da democracia inaugurada em 1945. Desse modo,

o ocaso do regime democrático não poderia vir desacompanhado da perseguição implacável às organizações sindicais.

*Banco de Dados da RAIS – Estoque de emprego na indústria de petróleo e gás*

A relação entre as especificidades do mercado de trabalho de determinados setores e o tipo de ação sindical constitui outra dimensão fundamental do objeto de pesquisa. O dimensionamento das características desse mercado está associado à interpretação do potencial da ação coletiva dos petroleiros.

Para aferir o estoque de emprego (aproximado) da indústria de petróleo e gás utilizei cinco categorias da Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 (CNAE 2.0) Classe. A combinação dessas cinco categorias com outras duas, relativas ao tipo de entidade empresarial (estatal e privada), permitiu uma aproximação do estoque de emprego mantido pela Petrobras no período 2006-2021.

As categorias foram selecionadas no catálogo da CNAE (Quadro 2 – Seção, Atividade Econômica e Código da Classe das categorias CNAE 2.0 utilizadas para aferir o estoque de emprego aproximado das atividades econômicas relacionadas à indústria de petróleo e gás.). Segundo essa classificação, as principais atividades da Petrobras encontram-se na seção “B”, a qual descreve as atividades econômicas relativas às “Indústrias Extrativas”. Complementarmente, foram listadas as atividades dos grupos “46.8 – Comércio atacadista especializado em outros produtos”; e na divisão “47 – Comércio Varejista”. Esse rol de atividades, especificadas no nível das classes da CNAE 2.0, é o que mais se aproxima do número de empregados informado pela Petrobras.

Essas categorias foram selecionadas na base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)<sup>30</sup> (menu esquerdo, CNAE 2.0 Classe).

O estoque de emprego aferido pela combinação dessas cinco categorias (Quadro 3 – Abrangência das classes de atividade econômica CNAE 2.0) foi diferenciado, por sua vez, pelas categorias “Entidade Empresa Estatal” e “Entidade Empresa Privada”, selecionadas na aba de assuntos “Estabelecimento”, item “Natureza Jurídica Especial”. A frequência de vínculos gerada pela combinação das cinco categorias CNAE 2.0 Classe com a categoria “Entidade Empresa Estatal” muito se aproximou dos números apresentados pela Petrobras em seus relatórios anuais.

---

<sup>30</sup> Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>. Acesso: 18 jan. 2023.

Quadro 2 - Seção, Atividade Econômica e Código da Classe das categorias CNAE 2.0 utilizadas para aferir o estoque de emprego aproximado das atividades econômicas relacionadas à indústria de petróleo e gás

	Seção – Atividade Econômica
Código CNAE 2.0	B – INDÚSTRIAS EXTRATIVAS
Classe 06.00-0	Extração de petróleo e gás natural
Subclasse 0600-0/01	Extração de petróleo e gás natural
Subclasse 0600-0/02	Extração e beneficiamento de xisto
Subclasse 0600-0/03	Extração e beneficiamento de areias betuminosas
Classe 09.10-6	Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural
Subclasse 0910-6/00	Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural
Código CNAE 2.0	C – INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO
Classe 19.21-7	Fabricação de produtos do refino de petróleo
Subclasse 1921-7/00	Fabricação de produtos do refino de petróleo
Código CNAE 2.0	D – ELETRICIDADE E GÁS
Classe 35.20-4	Produção de gás; processamento de gás natural; distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas
Subclasse 3520-4/01	Produção de gás; processamento de gás natural
Subclasse 3520-4/02	Distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas
Código CNAE 2.0	G – COMÉRCIO; [...]
Classe 46.81-8	Comércio atacadista de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, exceto gás natural e GLP
Subclasse 4681-8/01	Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (TRR)
Subclasse 4681-8/02	Comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (TRR)
Subclasse 4681-8/03	Comércio atacadista de lubrificantes
Subclasse 4681-8/04	Comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto
Subclasse 4681-8/05	Comércio atacadista de combustíveis de origem vegetal, exceto álcool carburante

Fonte: Elaboração própria.

O período considerado foi de 2006 até 2021. Os dados disponíveis na base da RAIS têm seus registros iniciados apenas em 2006, para as categorias selecionadas. O último registro é de 2021. Assim, foi possível construir uma série histórica para esse período, o que nos permite acompanhar o comportamento do estoque de emprego durante o período, bem como outras características socioeconômicas, tais como: sexo, idade, escolaridade, renda, tempo de empresa, tipo de vínculo.

Quadro 3 - Abrangência das classes de atividade econômica CNAE 2.0<sup>31</sup>

Classe CNAE	Abrangência da classe
<b>06.0 – Extração de petróleo e gás natural</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- a extração de petróleo cru e gás natural;</li> <li>- a extração de xisto e areias betuminosas e todos os beneficiamentos associados ou em continuação à extração;</li> <li>- a extração de xisto e areias betuminosas e todos os beneficiamentos associados ou em continuação à extração;</li> <li>- as atividades de preparação e beneficiamento de petróleo cru e gás natural realizadas no local pelos operadores de poços;</li> <li>- os serviços relacionados à extração de petróleo e gás realizados sob contrato;</li> <li>- perfuração dirigida, reperfuração, perfuração inicial, elevação, reparos e desmantelamento de torres de perfuração, cementação dos tubos dos poços de petróleo e gás, fechamento de poços e outras atividades conexas;</li> <li>- as atividades de liquefação, regaseificação e outros processos que facilitem o transporte de gás natural, feitos no local da extração;</li> </ul>
<b>09.10-6 – Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- a fabricação de produtos do refino do petróleo: gás liquefeito do petróleo (GLP) gasolina, nafta, gás de nafta craqueada, querosene de aviação, querosene comum, óleo diesel, óleo combustível, gasóleo, gases residuais, parafina, óleos lubrificantes básicos, asfalto (cimento asfáltico), coque de petróleo, alcatrão de petróleo, outros resíduos de petróleo, etc.</li> </ul>
<b>19.21-7 – Fabricação de produtos do refino de petróleo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- a produção de gás derivado de fontes primárias de energia, por processos que envolvem reação química; por exemplo, o gás produzido de carvão vegetal ou hidrocarbonetos líquidos, como a nafta (gás manufaturado);</li> </ul>
<b>35.20-4 – Produção de gás; processamento de gás natural; distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- a produção de combustíveis gasosos com determinado poder calorífico obtidos por purificação, mistura ou outros tratamentos a partir de gases de origens diversas;</li> <li>- a distribuição de combustíveis gasosos de qualquer tipo por sistema de tubulação;</li> <li>- a distribuição de gás para os usuários finais através de redes urbanas;</li> </ul>
<b>46.81-8 Comércio atacadista de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, exceto gás natural e GLP</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- o comércio atacadista de: <ul style="list-style-type: none"> <li>- combustíveis derivados do refino do petróleo</li> <li>- combustíveis para aeronaves e embarcações</li> <li>- álcool carburante derivado da cana-de-açúcar</li> <li>- querosene</li> </ul> </li> </ul>

Fonte: Elaboração própria.

<sup>31</sup> Disponível em:

[https://cnae.ibge.gov.br/?option=com\\_cnae&view=estrutura&Itemid=6160&tipo=cnae&versao\\_classe=5.0.1&versao\\_subclasse=6.1.1](https://cnae.ibge.gov.br/?option=com_cnae&view=estrutura&Itemid=6160&tipo=cnae&versao_classe=5.0.1&versao_subclasse=6.1.1). Acesso: 18 jan. 2023.

**SEGUNDA PARTE: DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DAS BASES DO PODER  
SINDICAL PETROLEIRO**

## **Capítulo 4 – Relações de trabalho na Petrobras e as primeiras organizações sindicais (1950-1960)**

O sindicalismo petroleiro nasceu do esforço de articulação política das lideranças sindicais que se tornaram representantes, nas décadas de 1950 e 1960, dos/as trabalhadores/as da indústria de petróleo e gás no Brasil (Oliveira Jr., 1995; Da Costa Neves, 1999; Ivo, 2008; 2019). Dentro desse grupo, formado também por trabalhadores de refinarias privadas (Cruz, 1997; Gerbelli, 2018), os/as empregados/as da Petrobras rapidamente predominaram, seja pela força da organização coletiva, seja por constituírem-se como o segmento majoritário do setor hegemônico pelas atividades de uma empresa estatal em expansão. Essa empresa liderou o desenvolvimento de toda a cadeia produtiva da indústria petrolífera (Dias; Quaglini, 1993; Ribeiro, 2022) e, nesse processo, criou um mercado de trabalho de acordo com as suas necessidades, o qual assumirá as principais características de um mercado de trabalho interno (Souza, 1978; Pochmann, 2012).

Se a Petrobras foi capaz de promover a criação e o desenvolvimento de toda a cadeia produtiva da indústria petrolífera no território nacional, deve-se reconhecer que os recursos políticos e financeiros necessários para tanto foram concentrados nela (Alveal Contreras, 1994). Por esse motivo, a companhia também se constituiu como a protagonista na configuração das relações de trabalho no setor petrolífero nacional (Scaletsky, 2003). Com efeito, os gestores da estatal tornaram-se os interlocutores imediatos das lideranças sindicais que representavam as reivindicações dos/as trabalhadores de uma indústria em formação.

Por sua vez, os primeiros gestores da empresa estatal, imbuídos por objetivos de eficiência produtiva e sustentabilidade financeira (Alveal Contreras, 1994), estavam submetidos, ao domínio de atores do sistema político institucional, sobretudo dos ocupantes do poder executivo federal, responsáveis por indicar tanto a direção da empresa, quanto os cargos de chefia.

Os/as empregados/as da Petrobras encontravam-se subordinados diretamente à autoridade dos gestores e de seus representantes (os gerentes) no local de trabalho. Uma vez constituídos os sindicatos, os representantes sindicais logo perceberam que a pressão sobre os atores do sistema político oferecia-se como uma estratégia alternativa e eficiente para resolver as demandas trabalhistas que nasciam no local de trabalho.

Contribuiu para a elaboração dessa estratégia o estreito vínculo de associação entre o movimento sindical e os atores políticos durante a primeira experiência democrática da história

republicana brasileira, entre 1946 e 1964 (Ferreira, 2006; Negro; Silva, 2002; Neves, 2002). Nesse contexto, as lideranças sindicais petroleiras tiveram à disposição canais de comunicação efetivos e influência sobre os atores políticos nas decisões relativas à Petrobras (Scaletsky, 2003; Oliveira Jr., 1995; Da Costa Neves, 1999; Ivo, 2019). Esse poder de influência mostrou-se eficiente, sobretudo, nos governos de Jânio Quadros (1961) e de João Goulart (1961-1964). No final desse período, os/as trabalhadores/as da indústria de petróleo já contavam com representantes eleitos, tanto para a esfera federal, quanto para a esfera estadual, em ambos os casos pelo estado da Bahia.

### O caráter bifacial da Petrobras<sup>32</sup>

Em maio de 1954, quando a Petrobras foi finalmente instalada, ainda não havia uma oferta de mão de obra com as qualificações exigidas pelas atividades complexas da indústria de petróleo no Brasil. Porém, a lei nº 2.004 de 3 de outubro de 1953, que dispôs sobre a criação de uma empresa estatal de capital misto devotada ao equacionamento da demanda nacional por derivados de petróleo (Morais, 2013), também transferiu à Petrobras todo o patrimônio que pertencia ao Conselho Nacional de Petróleo (CNP). Esse havia sido criado em 1938 com o intuito de regulamentar e coordenar as atividades da indústria de petróleo no território nacional (Cohn, 2017). Desse modo, com a criação da Petrobras, o CNP passaria a exercer apenas atividades auxiliares no processo de instalação da indústria de petróleo e gás no país.

Assumindo o protagonismo como empresa do setor produtivo estatal na indústria de petróleo (Alveal Contreras, 1994), o objetivo principal da Petrobras foi fixado na busca pela autossuficiência na produção do combustível fóssil. Para tanto, a empresa deveria centrar esforços na prospecção de petróleo; no desenvolvimento da infraestrutura necessária para o transporte e a distribuição dos produtos petrolíferos; e na ampliação do parque de refino a fim de aumentar a oferta de derivados para o mercado nacional. A esse objetivo específico estava associada uma meta macroeconômica, qual seja, diversificar a pauta de importações, diminuindo o empenho de divisas em produtos primários, o que, por sua vez, permitiria aumentar o consumo de bens de capital, essenciais para fomentar o desenvolvimento industrial interno. Ao mesmo tempo, a Petrobras viria a assumir a função de empresa indutora “do desenvolvimento de uma rede de empresas fornecedoras de serviços petrolíferos, firmas de engenharia e fabricantes de bens industriais” (Morais, 2013, p. 52-53). Ou seja, o

---

<sup>32</sup> A expressão caráter bifacial se refere às faces empresarial e estatal da Petrobras (Alveal Contreras, 1994).



empreendimento estatal promoveria a criação de toda uma cadeia de serviços diretamente vinculada às demandas dos negócios da indústria petrolífera nacional.

Quando os gestores da Petrobras assumiram as atividades operacionais até então conduzidas pelo CNP, contraíram uma dupla responsabilidade (Alveal Contreras, 1994). Para alcançar os objetivos estipulados, seus gestores tinham que, primeiramente, torná-la uma empresa financeiramente sustentável. Embora a União tivesse dotado o empreendimento com o capital suficiente para iniciar as atividades, os gestores sabiam que a autonomia da empresa dependeria de um constante aumento de sua taxa de lucro. Tal como qualquer empresa, a Petrobras, deveria ser gerida segundo uma lógica microeconômica. Essa era a face empresarial da Petrobras. Se, por um lado, o empreendimento dependia da eficiência empresarial, por outro, como ator do setor produtivo estatal, a empresa legitimava-se segundo suas responsabilidades de promover os objetivos relacionados ao desenvolvimento industrial e ao equilíbrio macroeconômico. Essa era sua face estatal, devotada à criação de bens públicos (Dias, 1993).

O caráter bifacial da Petrobras influenciou também o modo pelo qual se estabeleceram os vínculos da companhia com seus/as trabalhadores/as (Scaletsky, 2003). Nesse sentido, as relações de trabalho da empresa de capital misto se constituíram em conformidade com o modelo de organização legado pela CLT, ou seja, aplicava-se o mesmo regime de qualquer empresa privada. Porém, na Petrobras as relações de trabalho assumiram também uma legitimidade pública. O caráter estatal da empresa permitiu que seus gestores estabelecessem um tipo de legitimação muito peculiar com seus/suas empregados/as, os quais eram vistos quase como empregados públicos, ainda que não tivessem a estabilidade conferida a esse tipo de funcionário, podendo de ser demitidos a qualquer momento.

A relação de dominação e exploração inscrita nessas relações de trabalho (Wright, 2015) fundava seu consentimento (Gramsci, 2008) não apenas por meio da retribuição material (salário) como também através da menção ao fato de que seus/suas empregados/as estarem participando de “algo maior”, a emancipação econômica e industrial da nação (Ivo, 2008). O nacionalismo, ideologia imperante no processo político social do qual a Petrobras nasceu (Cohn, 2017), era um dos elementos basilares da formação do consentimento da força de trabalho engajada no empreendimento estatal do petróleo<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> Semelhante processo se deu na construção do consentimento dos trabalhadores da Fábrica Nacional de Motores (FNM), fundada em 1942. “O argumento do patriotismo desempenhou um papel fundamental nos procedimentos de formação [do trabalhador/a]. Havia um apelo constante aos valores de “pátria”, de “nação”, de “progresso”, de “moderno”, sobredeterminando o dia-a-dia do trabalho na fábrica. Este apelo foi reforçado pelo fato de tratar-se de uma empresa estatal e pelo fato de que as relações capital-trabalho, que se estabeleceram durante esta primeira

A ideologia nacionalista aparecia com muita frequência nas solenidades que reuniam os/as trabalhadores/as, os gestores e os atores políticos (Oliveira Jr., 1995, Ivo, 2008). Do ponto de vista dos/as empregados/as, trabalhar na Petrobras tornava-se motivo de orgulho pessoal. Reciprocamente, era objeto de reconhecimento público. Assim, o trabalho na Petrobras não envolvia apenas a troca de força de trabalho por recompensa salarial, através do prisma do espírito nacionalista hegemônico, na época, tal atividade tornava-se algo prestigioso. Segundo esse espírito, os trabalhadores da Petrobras participavam da obra de emancipação nacional do jugo dos interesses estrangeiros, entrincheirados nas empresas internacionais de petróleo (Ribeiro, 2022).

Se o nacionalismo dominava os corações e mentes, como um dos motivos fundamentais para engajar o trabalho na Petrobras, logo os sindicalistas tomaram para si esse fato como legitimador de sua própria ação. Se os/as trabalhadores/as da Petrobras tinham um *status* público sem possuir a estabilidade no emprego conferida aos funcionários públicos, todavia, ao contrário desses últimos, poderiam organizar sindicatos, os quais se formaram imbuídos da ideologia nacionalista (Oliveira Jr., 1995; Da Costa Neves, 1999; Scaletsky, 2003; Ivo, 2008; 2019).

Essas relações necessárias e peculiares potencialmente inscritas nas relações de trabalho promovidas pela Petrobras impuseram-se como o campo de possibilidades para a organização coletiva dos interesses de seus trabalhadores. Assim, a observação das trajetórias de fundação das primeiras organizações sindicais e a evolução do movimento sindical, originado dentro do escopo da relação entre a Petrobras e os sindicatos, são indispensáveis para a compreender o desenvolvimento do poder sindical dos petroleiros. É que a singularidade do padrão de relações de trabalho que irá se constituir não brotou naturalmente. Mas terá sido resultado do entrelaçamento do peculiar antagonismo de interesses posto pela relação de uma empresa estatal com as organizações sindicais de seus trabalhadores em formação (Thompson, 2019). O desenvolvimento da indústria de petróleo e gás brasileira foi uma condição necessária, mas não suficiente para definir os rumos do sindicalismo petroleiro, que não se fez sem a experiência sociocultural de suas lideranças sindicais.

---

fase, traziam características distintas daquelas de empresas privadas. A perspectiva de estar trabalhando para a “nação” parece ter sido uma marca importante na cultura fabril, e que prosseguiu na fase seguinte de produção de veículos” (Ramalho, 2007, p. 126).

## As primeiras organizações sindicais e a identidade sindical petroleira

A Refinaria Nacional de Petróleo localizada em Mataripe, na cidade de São Francisco do Conde (BA), construída entre 1949 e 1950 sob a responsabilidade do CNP, foi assumida integralmente pela Petrobras a partir de maio de 1954. Desse modo, os/as trabalhadores/as da refinaria de Mataripe ficaram submetidos, desde então, às ordens da nova empresa.

Do ponto de vista da relação de trabalho, houve uma alteração significativa. Enquanto foram empregados vinculados ao CNP, aqueles/as trabalhadores/as gozavam dos direitos e deveres do funcionalismo público, dentre os quais se destaca a estabilidade no emprego. Porém, como empresa de economia mista, a Petrobras enquadrou essa força de trabalho no modelo de relações típico de uma empresa privada, portanto em um regime distinto do funcionalismo público. Assim, o contrato de trabalho de seus empregados seria regido, desde então, pelo conjunto de leis instituído pela CLT.

Se, por um lado, os/as trabalhadores de Mataripe perdiam o *status* legal de funcionários públicos, por outro, mantinham o *status* simbólico de empregado de uma empresa criada pelo Estado como esforço nacional para auxiliar o desenvolvimento industrial do país e, além disso, o novo regime de trabalho lhes permitia criar suas próprias entidades sindicais em prol de seus interesses enquanto trabalhadores/as, o que era vedado para funcionários públicos.

Assim, ainda no ano de 1954 foi fundada a Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Petróleo da Bahia. Nessa época, as associações profissionais eram as figuras jurídicas às quais se reservava o direito de pleitear, junto ao Ministério do Trabalho, a criação de um sindicato. Logo, as associações normalmente deveriam anteceder a fundação dos sindicatos (Oliveira Jr., 1995; Ivo, 2008). Após três anos de existência, a associação deu origem ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Petróleo do Estado da Bahia (Stiep-BA).

O ano de 1957 ficou marcado também pela mudança do nome da Refinaria de Mataripe, que veio homenagear o senador baiano Landulfo Alves, defensor da solução estatal para a questão do petróleo quando da tramitação do projeto de lei<sup>34</sup> que deu origem à Petrobras. Entretanto, não foi concedida a permissão de integrar o sindicato recém-criado, o Stiep-BA, ao grupo trabalhadores/as da Refinaria Landulfo Alves – Mataripe (RLAM). Os diretores da empresa teriam apelado para a segmentação da cadeia produtiva de petróleo a fim de defender

---

<sup>34</sup> Trata-se do projeto de lei 1516/1951 apresentado no dia 11 de dezembro de 1951 (Cohn, 2017).

a diferenciação organizacional dos/as trabalhadores/as da indústria de petróleo na Bahia (Oliveira Jr., 1995), ou seja, a força de trabalho alocada no segmento de extração e de produção deveria ser representada pelo Stiep-BA, já os operários do setor de refino e de destilação deveriam ter outra entidade representativa.

A fundação de uma entidade sindical própria dos operários de Mataripe se deu apenas no ano de 1959. Tanto a associação profissional dos trabalhadores do refino e da destilação, como o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Destilação e Refino do Estado da Bahia (Sindipetro-BA), foram fundados nesse mesmo ano.

Nesse meio tempo, nasceram em 1958 o Sindicato dos Petroleiros de Cubatão, Santos e São Sebastião (Sindipetro-SP) e a associação profissional dos trabalhadores da indústria de petróleo do estado do Rio de Janeiro, que no ano seguinte originou o Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (Sindipetro-RJ). O Sindipetro-SP representava os/as trabalhadores da Refinaria Presidente Bernardes – Cubatão, que começou a operar em 1955. O Sindipetro-RJ representava os/as operários/as da Refinaria de Petróleo de Manguinhos, que começou a operar em 1954.

Embora pertencente ao setor privado do refino, a Refinaria de Manguinhos ensejou a criação de um sindicato que se engajou, a partir dos anos 1960, na campanha política em prol da encampação das refinarias do setor privado pela Petrobras, ou seja, a direção desse sindicato, hegemonizada por militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), atuou a favor da concretização do monopólio estatal na indústria de petróleo (Cruz, 1997).

Nessa campanha foi acompanhado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo de Mauá (Sindipetro-Mauá), que representava os/as operários/as da Refinaria de Petróleo União (Gerbelli, 2018), localizada na cidade de Mauá (SP). Essa refinaria também iniciou suas operações no ano de 1954. Sua instalação, como a de Manguinhos, se deu às pressas, aproveitando a licença que os negócios privados do segmento de refino de petróleo receberam para continuar suas atividades até a instalação da Petrobras (Cohn, 2017; Ribeiro, 2022). Os empresários por trás dos empreendimentos de Manguinhos e Mauá receberam a licença do CNP para a instalação de refinarias privadas, respectivamente, em 1946 e 1947. Contudo, foi somente na iminência da instituição do monopólio no segmento de refino, por força da criação da Petrobras pela lei nº 2.004 de 1953, que ambas as instalações foram finalmente realizadas.

Assim, o sindicalismo petroleiro, que floresceu primeiro na Bahia nasceu cindido, por força da intervenção dos gestores da empresa. No entanto, a unidade de ação desse sindicalismo

parece hoje algo tão natural quanto era o caráter insular da origem das primeiras entidades. Em outras palavras, a partir da organização centralizada da Petrobras era possível projetar, sobretudo na visão dos sindicalistas, uma necessária unidade nacional do sindicalismo petrolífero. Nesse sentido, é preciso enfatizar que se, por um lado, a articulação nacional dos interesses dos/as trabalhadores da Petrobras em prol da igualdade nas relações de trabalho foi propiciada, em parte, pela própria empresa que, involuntariamente, no ímpeto de expandir seus negócios, acabou por promover o intercâmbio de empregados de suas diferentes unidades produtivas, por outro lado, a capacidade de agência dos dirigentes sindicais foi decisiva na construção da unidade de interesses de classe.

Foi um operário da Refinaria de Cubatão que de passagem pela Bahia, mostrou o seu holerite para os colegas de Mataripe (Oliveira Jr., 1995; Da Costa Neves, 1999; Ivo, 2008) e desnudou o *modus operandi* da Petrobras. A estatal aplicava diferentes regimes de trabalho em diferentes regiões do país, o que era qualificável não apenas pela diferença salarial, mas pela forma especial da própria relação entre a empresa e a força de trabalho local.

Na Bahia, a Petrobras reproduziu um padrão de exploração da força de trabalho caracterizado pela configuração de um *continuum* fábrica-vila operária (Leite Lopes, 1988), ou seja, os operários baianos da Refinaria de Mataripe habitavam uma vila operária construída e administrada pela companhia. Nesse regime de trabalho, o aluguel era descontado diretamente da renda do trabalho. Isso parecia facilitar a integração do grupo de trabalhadores, além de proporcionar moradia próxima ao local de trabalho, mas era também uma forma de fixar uma força de trabalho especializada para a empresa.

Após uma viagem à Cubatão com o intuito de colher mais provas de diferenças salariais, os sindicalistas do Sindipetro-BA (representantes dos operários do refino) foram à sede da empresa no Rio de Janeiro cobrar explicações. Na perspectiva da empresa, a diferença salarial se devia ao fato de os operários de Mataripe não pagarem aluguel (Oliveira Jr., 1995, p. 95). De volta à Bahia, os sindicalistas do Stiep-BA e do Sindipetro-BA organizaram assembleias em ambos sindicatos, aprovando uma greve pela equiparação salarial.

A paralisação se deu em novembro de 1960 sob o lema “Equipara ou aqui para!”. Após três dias de greve, a empresa aceitou negociar. Os/as trabalhadores/as baianos conquistaram um aumento de 80% para aproximar-se do nível salarial dos operários de Cubatão (Oliveira Jr., 1995). A equiparação foi finalmente conquistada no ano seguinte. Além disso, os petrolíferos baianos instituíram pela primeira vez a modalidade de negociação de um ACT com a empresa.

O lema “Equipara ou aqui para!” foi incorporado pelas demais organizações sindicais petroleiras que foram surgindo pelo país na esteira da expansão da Petrobras. O equilíbrio de remuneração e a igualdade referente às demais relações trabalhistas praticadas pela empresa, tornaram-se o norte da ação sindical petroleira. A construção da unidade nacional entre esses sindicatos era a meta vislumbrada. Assim, formava-se um objetivo comum a todos os sindicatos petroleiros. Os motivos para a unidade estavam dados, faltava cumprir-se na realidade.

O sindicalismo petroleiro já se distinguia antes mesmo de completar dez anos de fundação das primeiras organizações sindicais, na primeira metade da década de 1960. No cenário sindical brasileiro, formava-se um ator com capacidade de influenciar em algumas questões relativas à Petrobras. Nas eleições de 1960 os petroleiros baianos firmaram, com o candidato Jânio Quadros, o compromisso de nomear um baiano para presidir a Petrobras. Assim, em fevereiro de 1961, Geonísio Barroso foi nomeado presidente da Petrobras (Oliveira Jr., 1995). Quando João Goulart demitiu Geonísio em janeiro de 1962, os petroleiros baianos fizeram uma greve.

A greve de 1962, iniciada na Bahia, teria começado sob a desconfiança dos sindicatos do Sul que lhe atribuíam uma pauta regionalista (Oliveira Jr., 1995). Não obstante, ao longo da paralisação, os sindicalistas baianos teriam ajustado seu discurso. “O isolamento do seu movimento levou os petroleiros a fazer concessões das suas posições iniciais e deflagrar um processo de articulação junto à categoria a nível nacional e outros setores da sociedade” (Oliveira Jr., 1995, p. 248). Desse modo, passaram a exigir que o novo presidente deveria ser comprometido com as causas nacionais, o que foi decisivo para unificar o movimento no país. Em torno do nacionalismo, os sindicatos dos trabalhadores da Guanabara e de Cubatão reuniram-se à greve iniciada na Bahia. Simultaneamente, as principais regiões produtoras de petróleo obrigaram a empresa a ceder na pauta corporativa.

Os efeitos da greve foram imediatos também para as reivindicações econômicas da categoria. Em 15 de fevereiro, o Conselho de Administração da Petrobras decide equiparar os níveis salariais do Norte e Nordeste com os do Sul. A diretoria executiva também estende o pagamento do adicional de periculosidade - retroativo a primeiro de fevereiro - para as unidades ainda não contempladas, e, ainda neste mês, no dia 12, entraria em vigor o novo horário de trabalho na Região da Produção, sendo estendido à Refinaria de Mataripe em 19 de março. (Oliveira Jr., 1995, p. 249)

Interagindo com esse fato, tal capacidade conferia a legitimidade necessária para que os sindicatos se consolidassem a partir de intervenções nos conflitos surgidos no local de trabalho

(Ivo, 2019). Além disso, contribuiu para a formação de uma identidade coletiva para os petroleiros, a convergência de seu discurso em direção ao centro das teses nacionalistas. O nacionalismo que havia respaldado a ação política que resultou na criação da Petrobras, também formava um pilar do consenso social com relação à ação política em geral (Cohn, 2017).

Ainda sob os efeitos do movimento de 1962, coube a outro baiano assumir a presidência da Petrobras. Tratava-se de Francisco Mangabeira.

Francisco Mangabeira tinha uma longa história de militância junto à esquerda católica, sendo um dos fundadores, inclusive, da Juventude Operária Católica (JOC). No decorrer das negociações para a sua indicação, os dirigentes sindicais do petróleo foram agindo cada vez com mais desenvoltura. Recebidos por Goulart, deixaram claro não ter preferência por nenhum nome em particular, mas exigiram que o nomeado seguisse os princípios nacionalistas e começasse a gerir a empresa ouvindo os trabalhadores. Em verdade, o protagonismo da greve deflagrada na Bahia, mesmo que por linhas tortas, deu grande ânimo ao movimento sindical. O novo presidente da Petrobras passou a dialogar com os sindicalistas. Neste sentido, garantiu a criação de uma comissão permanente de representantes de operários e técnicos, bem como de um novo cargo a ser instituído na direção da empresa, o de Diretor Social, cujo titular seria indicado pelos próprios trabalhadores através de seus sindicatos. (Ivo, 2019, p. 67)

A participação de sindicalistas petroleiros em encontros nacionais do movimento sindical brasileiro foi outro fator que contribuiu para o seu reconhecimento público. Se, por um lado, os petroleiros angariavam reconhecimento junto a outras organizações sindicais, por outro lado, a troca estabelecida durante esses encontros parece ter contribuído também para a construção da unidade nacional. Após a participação no III Congresso Sindical Nacional (1960), os petroleiros estabeleceram como meta organizar encontros dos sindicatos dos trabalhadores da indústria de petróleo no Brasil (Oliveira Jr., 1995).

Em 1962, os petroleiros promoveram uma convenção nacional (Gerbelli, 2018). Foi a partir dessa convenção que as lideranças petroleiras se organizaram nacionalmente para participar da campanha pela incorporação das refinarias privadas à Petrobras. No ano de 1963, o movimento sindical petroleiro concentrou-se no movimento em defesa do monopólio estatal da importação de petróleo, que viria a ser assumido pela Petrobras (Ribeiro, 2022).

Em 1964, às vésperas do golpe de Estado, o presidente João Goulart assinou o decreto de encampação das refinarias de Mangunhos (RJ) e de Capuava (SP). Nesse momento, a defesa do monopólio estatal na indústria de petróleo constituía-se como um elemento patente da identidade coletiva dos petroleiros. O monopólio da importação de petróleo foi instituído, mas a campanha pela encampação das refinarias foi decisiva para intensificar a unidade nacional dos petroleiros.

No esforço para a estatização das refinarias privadas, estiveram engajados tanto os/as operários/as das refinarias privadas quanto os/as da Petrobras (Gerbelli, 2018). Nesse sentido, a preparação desse movimento proporcionou um ganho organizacional extra para os petroleiros. Além da unidade, pautava-se a integração setorial, que seria concretizada quando a Petrobras incorporasse as refinarias do setor privado.

De fato, o ganho organizacional proporcionado pelo movimento de encampação das refinarias é notável. A organização dessa campanha motivou dois encontros nacionais entre os sindicalistas do setor do petróleo no ano de 1962. Em janeiro, reuniram-se em Salvador (BA) para participar da I Convenção Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Petróleo (I CNTIP). A pauta era: construir a unidade da classe petroleira (Gerbelli, 2018). Marcaram presença as entidades sindicais das seguintes localidades: da Bahia; do estado da Guanabara e da cidade do Rio de Janeiro; de Cubatão e de Mauá; e a recém-criada Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET).

A principal resolução desse primeiro encontro foi a criação de um contrato coletivo de trabalho nacional. O Sindipetro-Mauá defendeu, à parte, a tese de que o movimento pela encampação seria o meio mais eficiente e imediato para unificar a classe petroleira (Gerbelli, 2018).

Pensada entre setembro e outubro de 1961, mas ocorrida efetivamente em janeiro de 1962, na cidade de Salvador no estado da Bahia, a CNTIP teve como temário a “estrutura da Indústria Petrolífera Brasileira e a situação dos trabalhadores da Indústria do petróleo”. Ao fim, resultou em uma “declaração de princípios e resoluções”, destacando o “papel dos trabalhadores; a Petrobras como fator de emancipação econômica; conjuntura e problemas; os aspectos socioeconômicos; a legislação trabalhista e a formulação de um contrato coletivo de trabalho” (Gerbelli, 2018, p. 75).

A segunda convenção ocorreu em agosto de 1962. O II CNTIP foi realizado em Santos-SP. Dessa vez, a resolução principal não poderia ser menos óbvia: o movimento sindical do setor petrolífero deveria perseguir a construção de uma federação nacional como entidade representativa responsável pela negociação de um contrato nacional de trabalho.

A II CNTIP foi realizada sob a representação de 10 sindicatos com destaque para o tema da Petrobras como “fator de emancipação econômica do país”, da proposta da “criação da Federação dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo” e do “fortalecimento das relações e colaboração entre os trabalhadores de petróleo do Brasil e do Mundo” (Gerbelli, 2018, p. 83).



O primeiro passo nessa direção deveria ser a luta pela equiparação de direitos tendo como parâmetro o acordo coletivo conquistado pelos trabalhadores de Cubatão. Essa pauta deveria ser adotada, sobretudo, pelos sindicatos que representavam os operários do setor privado, que se encontravam ainda em situação de desigualdade na comparação com os/as trabalhadores/as da Baixada Santista.

Essa era a situação dos/as operários/as de Mauá, que protagonizaram um capítulo ímpar dessa campanha (Gerbelli, 2018, p. 83). A greve pela encampação na base de Mauá foi iniciada no dia 28 de outubro de 1963. A pauta salarial, ou seja, a equiparação com os salários de Cubatão, era a face legítima de uma greve que também tinha como fator de engajamento uma questão de fundo político: a integração da refinaria à Petrobras, o que equivaleria ao processo de estatização.

A greve se encerrou apenas no dia 14 de novembro. A base de Mauá foi a mais resiliente de todo o movimento, porém, ao custo de forte repressão e ameaças sobre os grevistas. O desfecho da paralisação incluiu o reajuste salarial, o abono dos dias parados e a incorporação dos 51 demitidos na Petrobras (Gerbelli, 2018, p. 83). Alguns efeitos da encampação alcançaram-se, de certo modo, pelos que foram integrados à força de trabalho da Petrobras.

A greve dos/as trabalhadores/as da Petrobras, em solidariedade aos operários de Mauá teve início no dia 12 de novembro e teria precipitado a disposição patronal da Refinaria de Capuava para negociar. O então Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Petróleo da Guanabara (Sindipetro-RJ) parou também em solidariedade (Cruz, 1997). Fundada em 1959, essa organização teve seu nome alterado em 1962, devido à fundação de um sindicato próprio para os operários da Refinaria Duque de Caxias (Reduc-RJ), que começou as suas operações em 1961. Assim, o Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria de Petróleo de Duque de Caxias (Sindipetro-Caxias) estaria livre da influência dos dirigentes do Sindipetro-RJ, dominado por militantes do PCB. Todavia, essa estratégia não conseguiu afastar o novo sindicato do rumo político assumido pelo movimento petroleiro, de modo que os operários de Caxias também pararam em solidariedade aos de Mauá.

O movimento de encampação da Refinaria de Capuava contava com o apoio de todos os sindicatos de trabalhadores/as da Petrobras; mais do que isso, contava com a simpatia do próprio presidente da empresa, o general Albino Silva, que via a possibilidade da incorporação daquela refinaria como uma medida estratégica para a empresa, uma vez que a expansão do consumo de combustíveis no planalto paulista recomendava a iminente participação da estatal naquele mercado de refino. (Cruz, 1997).

A encampação definitiva das refinarias privadas foi decretada pelo presidente João Goulart no dia 13 de março de 1964. O comício da Cinelândia o último ato do governo Goulart, pois, antes do término daquele mês fatídico, ele seria destituído por um golpe de estado.

Com o golpe que impediu a continuidade do governo Goulart, também se suspendia o projeto nacional reformista sustentado pelo setor majoritário do sindicalismo brasileiro e diretamente articulado com as principais forças de esquerda. Os petroleiros estavam engajados nesse projeto. As forças políticas nacionalistas e pecebistas formavam a base desse sindicalismo (Cruz, 1997; Gerbelli, 2018). Foi também contra o estágio de organização do sindicalismo brasileiro que o golpe civil militar de março-abril de 1964 foi desferido. “O fenômeno da aliança entre trabalhistas, nacionalistas e pecebistas constituiu-se com base nessa sensação de pertencimento da classe operária a um projeto nacional-reformista. E contra isso armou-se um golpe de Estado em abril de 1964.” (Negro; Silva, p. 87, 2002).

O movimento sindical, em geral, e o movimento sindical petroleiro, em especial, seriam alvos preferenciais da primeira onda de repressão que varreu o país nas primeiras semanas que sucederam o golpe civil-militar.

## **Capítulo 5 – O sindicalismo petroleiro entre a experiência da primeira federação e o processo de reorganização institucional (1964-1995)**

A cúpula das forças armadas, o *establishment* político e a elite empresarial do país chamaram o golpe de Estado de março de 1964, por eles planejado e executado, de revolução democrática. Na verdade, tratou-se de um movimento conservador que destituiu um presidente legitimamente eleito, pôs fim a um regime democrático e instaurou uma ditadura, que se estendeu por mais de duas décadas (Gomes; Ferreira, 2014). Como é comum nas ditaduras, a inaugurada no Brasil, em abril de 1964, caracterizou-se pela perseguição e pela prisão de seus adversários políticos.

O movimento sindical, esteio de um autêntico processo de participação popular na vida política do país no período 1945-1964 (Negro; Silva, 2002; Ferreira, 2012; Santana, 2008), constituiu-se como alvo preferencial da ditadura. Os sindicalistas vinculados aos partidos de esquerda, e centro-esquerda, como o Partido dos Trabalhadores Brasileiros (PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), foram defenestrados da vida pública. O sindicalismo petroleiro não teve uma sorte diferente, todos os sindicatos dos/as trabalhadores/as da indústria de petróleo sofreram intervenção política do Estado (Praun; Costa, 2016). Alguns tiveram suas atividades encerradas, outros tiveram suas operações suspensas por tempo indeterminado.

A repressão ao movimento sindical dos/as trabalhadores/as da Petrobras talvez tenha sido a mais sistemática. Sendo essa empresa considerada estratégica para a segurança nacional, o controle das atividades coletivas de seus/suas funcionários/as contou com uma estrutura diretamente articulada com os círculos mais importantes do sistema estatal de espionagem (Praun; Costa, 2016).

Na Petrobras, entre abril e outubro de 1964, foi instalada a Comissão Geral de Investigação (CGI) com o objetivo de livrar a força de trabalho da empresa da influência “comuno-sindicalista”. Os trabalhos da CGI, coordenados por três generais, colocaram sob suspeita cerca de 3.000 empregados, abriram 1.500 processos de investigação, indiciaram 712 funcionários e resultaram na demissão de 516 trabalhadores, todos submetidos a Inquéritos Policial-Militares (IPM). Em outra lista, intitulada “Empregados demitidos pelo Ato Institucional”, consta o total de 844 nomes. (Praun; Costa, 2016, p. 6)

Embora a CGI tenha funcionado até outubro de 1964, foi criada uma estrutura de vigilância e espionagem política permanente dentro da Petrobras, a Divisão de Segurança e Informações (DIVIN). A DIVIN atuou durante as duas décadas seguintes do regime militar de modo associado com uma coordenadoria geral de segurança da Petrobras, cargo reservado a

militares, que atuou em contato direto tanto com o Conselho de Segurança Nacional (CSN) quanto com o Serviço Nacional de Informações (SNI), que formavam a estrutura de espionagem do Estado. (Praun; Costa, 2016, p. 8-10).

As intervenções políticas nos sindicatos dos/as trabalhadores/as da Petrobras foram articuladas pelo Ministério do Trabalho e operadas por suas delegacias regionais. De praxe, as diretorias sindicais foram primeiramente afastadas e, em seguida, cassadas sob os argumentos mais genéricos possíveis (Ivo, 2019). A acusação mais comum era a de corrupção na administração das entidades; as provas eram cobradas dos acusados. O caso do Sindipetro-Mauá é exemplar nesse sentido (Gerbelli, 2018).

A intervenção no sindicato dos/as trabalhadores/as da Refinaria de Petróleo União (Mauá-SP) foi conduzida pelo Tenente Coronel da Aeronáutica, Paulo Haroldo Granadeiro Guimarães. Paulo Granadeiro foi nomeado interventor pela delegacia regional do trabalho, certamente com a anuência da direção da empresa, uma vez que prestava serviços de segurança para a mesma, tendo atuado inclusive como trabalhador exemplar durante a greve pela encampação de outubro-novembro de 1963. Quis o destino que, menos de seis meses após a histórica parede operária na Refinaria de Capuava, quando a memória ainda estava fresca, se interpusesse uma conjuntura favorável a uma desforra política, que não tardou a vir. Em 11 de maio de 1964, foram demitidos 86 operários/as, inclusive os dirigentes sindicais, todos/as haviam aderido à última greve (Gerbelli, 2018, p. 150-155).

Os dirigentes sindicais do Sindipetro-RJ não foram poupados. Após o golpe, o sindicato foi invadido, a sua documentação destruída, os seus dirigentes afastados, os seus direitos políticos cassados. Com as liberdades civis suspensas, o caminho de parte da direção do Sindipetro-RJ foi o exílio (Cruz, 1997).

Nos sindicatos dos/as trabalhadores/as da Petrobras, a repressão incluiu não apenas a demissão sumária, mas também prisões e, em alguns casos, violência psicológica e física (Praun; Costa, 2016). Os maiores sindicatos, como os da Bahia e de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, sofreram a maior repressão (Ivo, 2018) de que se tem notícia. Seus líderes foram sumariamente afastados e/ou presos.

Todavia, há muito o que se saber sobre esse processo de intervenções sindicais. O “Quadro 4 - Intervenção militar nos sindicatos” sintetiza o processo de ingerência nos sindicatos dos petroleiros sob o regime militar. Na verdade, a escassez de informações e documentos é maior para alguns casos, como o de Cubatão, importante sindicato da época, e para sindicatos

recém-fundados, como os do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina; do Amazonas e de Sergipe e de Alagoas. O caso baiano, contudo, é mais bem documentado, através de temas importantes acerca dos caminhos do sindicalismo petroleiro após o golpe de 1964 (Ivo, 2019; Cruz Junior, 2021).

Quadro 4 - Intervenção militar nos sindicatos petroleiros

<b>Organização e ano de fundação</b>	<b>Ano da intervenção e consequências</b>	<b>Período sob intervenção</b>	<b>Fim da intervenção</b>
Sindipetro PR/SC (1962/1963)	1964, o presidente da entidade é preso e seis diretores são demitidos.	1964-1984, 19 anos sob intervenção;	1984.
Sindipetro RS (1962/1963)	1964, diretores foram demitidos e perseguidos.	1964-1966; 1969	1967.
Sindipetro MG (1963)	1964.	1964-1966; 1969-1983;	1983.
Sindipetro Cubatão-SP (1958)	1964, demissões e prisões.	1964-1978.	1978.
Sindipetro Mauá-SP (1960)	1964, sindicato dissolvido.	Fechado: 1964-1977.	1977, re-fundação por força da incorporação da Recap à Petrobras.
Sindipetro Caxias-RJ (1962)	1964, membros do sindicato foram perseguidos, alguns saíram do país, outros foram presos e torturados.	1964-1986.	1986.
Sindipetro-RJ (1958)	1964, diretoria cassada e afastada.	1964-1966.	1977.
Sindipetro Campinas e Paulínia-SP (1972/1973)	1983, diretoria afastada e cassada.	1983-1984.	1984.

Fonte: Elaboração própria.

Os/as petroleiros/as baianos organizaram uma greve para resistir ao golpe de Estado (Ivo, 2019). Em seguida, o presidente do sindicato, Mário Lima, foi preso e os operários de Mataripe que tentaram resistir não tiveram um destino diferente. Seguiu-se, então, o primeiro período de intervenção sindical. Entre 1964 e 1966, os sindicatos dos/as trabalhadores/as da Petrobras na Bahia estiveram sob o comando de um interventor autorizado pela delegacia regional do trabalho. É certo que os novos dirigentes passaram por eleições, mas com participação ínfima dos trabalhadores. Entre 1966 e 1967, quando foi possível que um candidato apoiado pelos trabalhadores viesse a participar das eleições, o cenário mudou.

Não é forçoso considerar, a essa altura, o caráter persistente de certos processos sociais que, de um modo ou de outro, acabam por frustrar a ação de grupos sociais que atuam com expectativas disruptivas (Thompson, 2019). Desse modo, a limpeza do movimento sindical,

promovida pelo governo ditatorial instalado em abril de 1964, tinha como expectativa eliminar a agitação operária. Esperava-se a eliminação dos líderes resultasse na pacificação no plano das relações trabalhistas. Assim, após dois anos de assepsia política, as organizações sindicais começaram a ser autorizadas a realizar eleições livres. O perigo comunista parecia ter sido debelado pelos expurgos.

Após o período em que a junta governativa esteve à frente do Sindipetro-BA, as primeiras eleições ocorreram em novembro de 1965 (Ivo, 2019). Sob impacto da intervenção, o quórum eleitoral foi baixo, mas suficiente para legitimar a eleição de Tibério José Pereira, alinhado ao regime militar. Tibério concorreu à reeleição em 1967 contra Marival Caldas, que pertencia à diretoria eleita em 1966. Caldas havia construído sua candidatura por meio de escritos e discursos que apontavam para questões sensíveis aos operários de Mataripe, como um processo de demissões sem uma reposição de pessoal correspondente, e a piora na qualidade da alimentação dos operários da refinaria. (Ivo, 2019, p. 174). No geral, as suas falas indicavam o ano de 1964 como a origem dos males que acometiam as relações de trabalho na Petrobras. Foi crítico da lei de greve instituída em junho de 1964, que limitava as paralisações de trabalhadores apenas na possibilidade de atraso salarial.

Outro foco de descontentamento trabalhista foi a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) como alternativa à estabilidade no emprego. O projeto de lei do FGTS procedia do Ministério do Planejamento, chefiado por Roberto Campos. A lei incluía a possibilidade de escolha entre o FGTS ou a estabilidade no emprego, seus críticos argumentavam que as empresas imporiam a escolha pelo fundo. Seja como for, a crítica à política trabalhista da ditadura dava o tom do discurso de Caldas, quem venceu a eleição realizada entre os dias 12 e 14 de dezembro de 1967 com 1.954 votos contra 582 de Tibério Pereira (Ivo, 2019). Ao contrário do pleito de 1966, esse contou com uma taxa de abstinência muito pequena. A vitória de Caldas, porém, foi impugnada pela delegacia regional do trabalho, contudo, ele conseguiu um mandado de segurança que garantiu sua posse (Ivo, 2019, p. 176).

#### A experiência da primeira federação petroleira

As primeiras eleições no Stiep-BA após a intervenção sofreram com seguidos impasses, de modo que foram prorrogadas até junho de 1966. Carlos Cavalcanti venceu o pleito. Cavalcanti foi sucedido por Euvaldo Ferreira Lima, eleito presidente do Stiep-BA em 1968. Lima tomou posse em um auditório recheado de autoridades do governo (Ivo, 2019, p. 179). O

comportamento político da entidade que iria presidir não passaria despercebido pelas autoridades governamentais.

A preocupação das autoridades alinhadas ao regime militar tinha um fundamento real. Pelo menos desde 1966, era possível perceber, no comportamento do movimento sindical petroleiro, um conjunto de esforços na direção de fundar uma organização representativa desse sindicalismo nacionalmente articulado.

Isso era fonte de frustração para as autoridades. Esse era o caso tanto da Federação dos Trabalhadores da Indústria quanto da Delegacia Regional do Trabalho da Bahia, que expressaram descontentamento quando já em 1966 sediou-se, em Salvador (BA), a reunião da chamada Federação Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Petróleo (FNTIP). Esse encontro pautou a política de arrocho salarial e a nova lei de greve do governo militar (Ivo, 2019, p. 180).

O movimento de articulação por uma entidade nacional, que concentrasse a representação dos interesses dos/as trabalhadores da Petrobras, promoveu, em 1967, um encontro sindical na cidade de Porto Alegre (RS). Contudo, foi no ano seguinte que se deu-se a mais significativa reunião de dirigentes sindicais do ramo petrolífero.

O V Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais de Petróleo (V ENDSP) foi realizado na cidade de Belo Horizonte (MG). O V ENDSP ensejou a fundação da Federação Nacional Livre dos Trabalhadores da Indústria de Petróleo (FENAPE), cujo presidente foi o sindicalista Paulo Sampaio, também presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica de Duque de Caxias (Sindiquímica-Caxias); o vice-presidente era o dirigente do Sindipetro-BA, Marival Caldas (Ivo, 2019, p. 179).

Tal como os sindicatos da Bahia, o Sindiquímica-Caxias sofreu intervenção entre 1964 e 1967, quando Paulo Sampaio venceu as eleições. A partir de então, direcionou as energias de sua organização para construir a unidade nacional do sindicalismo petroleiro (Ivo, 2019). As eleições livres nos sindicatos dos/as trabalhadores/as da indústria de petróleo pareceram colocar esse sindicalismo de volta ao rumo interrompido temporariamente pelas intervenções da ditadura. Assim, o sindicalismo petroleiro voltava ao curso do movimento que tinha como finalidade construir uma entidade nacional.

Em julho de 1968, a Fenape foi efetivamente constituída pelos dirigentes sindicais do setor do petróleo, mas ainda sem o reconhecimento do Ministério do Trabalho. O primeiro ato da nova organização foi organizar uma audaciosa caravana nacional dos petroleiros, que passou pelas localidades mais importantes com atividades da Petrobras (Ivo, 2019, p. 185). Durante

essa caravana construiu-se uma pauta unificada pela reposição das perdas salariais provocadas pela política do governo e contra a privatização de empresas estatais. Nesse caso, o alvo era a oposição à venda da Fábrica Nacional de Motores (FNM), que pertencia ao Estado e estava em vias de ser comprada pela Alfa Romeo, empresa automobilística italiana.

A chamada desnacionalização da Fábrica Nacional de Motores (FNM) era mais um elemento que obrigava os petroleiros a permanecer de prontidão. A unidade foi comprada pela multinacional italiana Alfa Romeo num processo absurdamente rápido, eivado de ações suspeitas e contrariando até mesmo um relatório elaborado por um grupo de trabalho designado para analisar aspectos positivos e negativos da transação. Meses antes, Paulo Sampaio denunciou à imprensa que a Petrobras não era a única estatal ameaçada pela investida privatizante do governo. A já citada Fábrica Nacional de Motores, a Companhia Nacional de Álcalis, a indústria petroquímica e até mesmo a Companhia Siderúrgica poderiam ser vitimadas por este processo. (Ivo, 2019, p. 186)

Ao mesmo tempo, o sindicalismo petroleiro fazia um gesto de solidariedade aos trabalhadores da FNM<sup>35</sup>, que além de estarem situados na mesma localidade do sindicato presidido por Paulo Sampaio, Duque de Caxias, eram representados pelo Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara (SMG), o qual já havia mobilizado esforços a fim de fortalecer o movimento nacional dos petroleiros em greves anteriores.

A frustração de expectativas das autoridades, alinhadas ao regime militar, com relação ao comportamento do movimento sindical vinha numa escalada. Em abril estourou uma greve operária na cidade de Contagem (MG); em julho, a parede trabalhista aconteceu em Osasco, na grande São Paulo (Santana, 2008). Simultaneamente, os petroleiros estavam percorrendo as instalações da Petrobras pelo país afora. Após reunir-se em Belo Horizonte, o grupo passou por Salvador (BA) e Aracaju (SE). A Fenape pretendia seguir com as atividades nas cidades de Maceió (AL), Fortaleza (CE), São Luís (MA), Belém (PA), Tremembé (SP), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS) e Rio de Janeiro (GR) (Ivo, 2019, p. 185). O movimento sindical insistia em organizar-se à revelia da vontade das autoridades. Não demorou para que a força do arbítrio despencasse mais uma vez sobre o sindicalismo petroleiro.

As ações do regime ditatorial concentraram-se na cidade de Duque de Caxias (RJ). O Sindipetro e o Sindiquímica foram alvo de buscas efetuadas por agentes do exército. Como de praxe, procurava-se documentos que comprovassem crimes imputáveis aos dirigentes sindicais.

---

<sup>35</sup> A ambiguidade das relações de trabalho dos trabalhadores da FNM com o Estado foi analisada por Ramalho (1989).



Paulo Sampaio, presidente do Sindiquímica-Caxias e da Fenape, foi encarcerado (Ivo, 2019, p. 187).

Na Bahia, Marival Caldas, então presidente da Fenape, organizou uma greve de fome, executada por operários da Refinaria de Mataripe. Em setembro, o mesmo se deu na Refinaria de Duque de Caxias. A delegacia regional do trabalho agiu rápido, Marival foi afastado da direção do Sindipetro-BA (Ivo, 2019). A federação petroleira estava acéfala, o movimento sindical petroleiro encontrava-se novamente de mãos atadas. A articulação do sindicalismo petroleiro em nível nacional, rapidamente reconstruída após o golpe de 1964, era mais uma vez frustrada pela ação violenta do regime militar.

As atividades políticas do sindicalismo nacional seriam interditas, cabalmente, no bojo do fechamento do espaço político promovido pelos efeitos do Ato Institucional nº 5 (AI-5) de 13 de dezembro de 1968 (Santana, 2008). Por mais de uma década, as liberdades fundamentais do Estado democrático de direito estiveram suprimidas, de modo que as condições básicas para o exercício de atividades políticas foram anuladas. Entre 1968 e 1978, paira uma penumbra sobre a história do sindicalismo brasileiro, em geral, e sobre o sindicalismo petroleiro, em particular. Pouco se sabe acerca dos meandros da vida associativa dos/as trabalhadores/as durante esse período. De um modo geral, impõe-se uma hipótese comum de que nesse período vigorou o mais estrito controle autoritário do estado sobre as atividades sindicais (Figueiredo, 1978). A asfixia da vida associativa dos/as trabalhadores foi um dos fatores decisivos para a realização do milagre econômico da época. Em outras palavras, o celebrado sucesso dos técnicos da área econômica do regime militar foi auferido pelo processo de acumulação capitalista no Brasil. O fator decisivo advinha da política. O seu fundamento foi a exploração dos/as trabalhadores/as.

O controle autoritário do movimento sindical se caracterizou por práticas coercitivas diretas, afastamento de diretorias e domínio das entidades por meio de interventores; e, de modo indireto, através de regulamentação da vida sindical (Figueiredo, 1978). Todavia, durante esses dez anos foi fermentando-se um descontentamento operário. A propaganda do regime contrastava com as condições de vida dos/as trabalhadores/as (Santana, 2008). Não houve setor econômico que não registrasse perda salarial significativa nesse período. As instituições sociais, que deveriam conduzir ao acerto de contas anual provocado pela incessante exploração de classe, por meio do trabalho não pago, encontravam-se acorrentadas.

Do ponto de vista do processo social relacionado aos/as trabalhadores/as da Petrobras, a penumbra de 1968-1978 compromete o entendimento das respostas que um sindicalismo ativo poderia ter dado a um conjunto de atividades da empresa com potencial relevo para a ação sindical. O ano de 1968, além de se destacar pela eclosão das greves e da movimentação nacional do sindicalismo petroleiro, ficou marcado pelo fato de a Petrobras dar o seu primeiro passo na prospecção de petróleo na plataforma continental (Ribeiro, 2022). A primeira plataforma de exploração de petróleo, a Petrobras I, era capaz de explorar petróleo a uma profundidade de 30 metros sob lâmina de água.

Em março de 1970, a Petrobras formalizou a criação de um fundo de pensão complementar para os/as seus/suas empregados/as, o Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP). Segundo seu idealizador, Daphnis Souto (1923-2019), o PPSP era uma fonte de renda complementar, do ponto de vista dos/as funcionários/as da Petrobras, e, do ponto de vista da empresa, um mecanismo de reter essa força de trabalho qualificada. Ao patrocinar a fundação de um plano de previdência complementar ao teto das aposentadorias vinculadas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Petrobras ampliava as bases materiais do consentimento sobre a força de trabalho. Ao mesmo tempo, criava um fundo de pensão, que cumpriria um importante papel no sistema financeiro quando esse capital estivesse maduro para tanto<sup>36</sup>.

Cinco anos mais tarde, vinha à lume outra iniciativa da empresa cujo efeito certamente ampliaria as razões para reter a força de trabalho. Em 1975, a Petrobras criou a Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS), com o objetivo de oferecer um plano de saúde para seus empregados. O acesso a esse plano seria estendido a pensionistas, aposentados e dependentes através do acordo coletivo celebrado em 1983, que teria validade nos anos de 1983/1984. Em conjunto, tanto a criação do PPSP, quanto da AMS contribuíram para tornar as relações de trabalho na Petrobras muito particulares; e de certo modo privilegiadas, comparativamente à situação global dos trabalhadores brasileiros. A adesão ao PPSP foi considerada um sucesso, tendo em vista que dois meses após sua criação a fundação Petros contava com a participação de mais de 29 mil empregados do sistema Petrobras (cerca de 90% da força de trabalho da *holding* e de suas subsidiárias). Além da Petrobras *holding*, à Petros aderiram as seguintes empresas subsidiárias: Petroquisa, Petrobras Distribuidora e Braspetro<sup>37</sup>.

---

<sup>36</sup> 45 anos de história. Fundação faz aniversário pensando nas próximas décadas. Revista Petros e Você. Rio de Janeiro, ano 12, n. 108. 2015. Disponível em: [https://www.petros.com.br/PortalPetros/faces/Petros/arqnot/revp?\\_afzLoop=883645249358226&\\_afzWindowMode=0&\\_adf.ctrl-state=3m4y2u657\\_4](https://www.petros.com.br/PortalPetros/faces/Petros/arqnot/revp?_afzLoop=883645249358226&_afzWindowMode=0&_adf.ctrl-state=3m4y2u657_4). Acesso em 29 abr. 2023.

<sup>37</sup> Idem.

Ademais, como uma das principais empresas do país, a Petrobras seria responsável por executar grandes investimentos para viabilizar a expansão do PIB industrial, no âmbito de diferentes planos econômicos do regime militar, como o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED, 1968-1970); o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND, 1972-1974); e o II PND (1975-1979). Assim, em menos de uma década a empresa confirmaria a existência de reservas de petróleo na bacia de Campos e daria início à exploração e à produção de petróleo nessa região a partir de 1977, de tal modo que, entre 1979 e 1982, a Petrobras alcançaria a façanha de aumentar em mais de 100% a produção de petróleo, o que diminuiu significativamente a dependência nacional de petróleo importado, em um contexto econômico extremamente delicado, pois o país apenas começara a absorver os impactos acumulados dos aumentos abruptos nos preços do petróleo em 1973 e 1979 (Ribeiro, 2022).

A primeira crise do petróleo (1973) fez o seu preço do petróleo ser quadruplicado. O presidente da Petrobras à época, Shigeaki Ueki (1935-), sintetizou os efeitos dos choques de petróleo sobre a economia nacional:

Sofríamos, importando entre 80% e 85% do petróleo que consumíamos, o que era sufocante para a economia nacional. Na década de 1950, exportando um saco de café, tínhamos condições de comprar 50 barris de petróleo. Quando veio a primeira crise do petróleo, com um saco de café mal comprávamos cinco barris. E com a segunda crise, um saco de café comprava um barril e meio. (Ribeiro, 2022, p. 39-40)

No longo prazo, esses efeitos desequilibraram a economia nacional, que entrou em uma trajetória de endividamento externo, combinado com altas taxas de inflação no cenário interno. Após o segundo choque do petróleo (1979), a dívida externa do Estado brasileiro foi agravada quando o presidente do Banco Central dos Estados Unidos da América (*Federal Reserve*), Paul Volcker aumentou os juros básicos da economia americana para sanar uma crise inflacionária doméstica. O dólar valorizou-se rapidamente e as dívidas nacionais nessa moeda foram drasticamente ampliadas. Esse foi o caso brasileiro. A dívida externa saltou de 25% do PIB para mais de 50%.

O primeiro choque do petróleo acentuou o sentido de urgência do objetivo maior da Petrobras, alcançar a autossuficiência na produção de petróleo, reduzindo ao máximo a dependência de sua importação. Ainda que a Petrobras alcançasse a autossuficiência, a estrutura do parque de refino nacional exigiria a composição de petróleo leve, pouco produzido nacionalmente, tendo em vista que nossas reservas produzem um tipo de óleo mais denso. Como o nosso parque de refino foi construído para refinar petróleo importado (menos denso), a própria capacidade de refino do combustível fóssil nacional requereu, ao longo do tempo, uma

adaptação tecnológica de nossas refinarias para processar uma mistura de petróleo de diferentes densidades (Morais, 2015). Assim a autossuficiência permitiria uma necessidade residual de petróleo importado.

Alternativamente, a gravidade do cenário econômico internacional ensejou uma parceria entre interesses privados e públicos a fim de diminuir o peso do petróleo na matriz energética nacional. Assim, em meados dos anos 1970, os gestores da Petrobras coordenaram os esforços de empresários do setor sucroalcooleiro, a quem interessava assegurar o destino da produção nacional de cana-de-açúcar. A crise de 1973 trouxe a oportunidade de criar um mercado de consumo de álcool anidro, que viria a compor parte da matriz energética relativa ao mercado de combustíveis (Alveal Contreras, 1994).

O impulso expansivo das atividades da Petrobras, fiel à sua face empresarial, confirmava a necessidade que as empresas de seu porte contraem quando o mercado internacional se encontra em um momento de reconfiguração. Nesses momentos, tendem a ampliar seus espaços de atuação ou têm o seu espaço ocupado por outras, sendo incorporadas por outras companhias que se tornam ainda maiores. Do ponto de vista da indústria petrolífera, trata-se de movimentos típicos, que correspondem às tendências concretas das empresas desse ramo para a integração e a oligopolização de suas atividades (Alveal Contreras, 1994). Logo, o movimento da Petrobras foi no sentido de expandir seus espaços de atuação concentrando seus investimentos nos elos mais lucrativos da cadeia de valor da indústria petrolífera, o segmento de refino.

Além disso, entre os anos 1960 e 1970 a Petrobras rumou para a internacionalização de suas operações (Alveal Contreras, 1994). No cenário interno, nesse mesmo período, os seus investimentos foram direcionados para a expansão de sua capacidade de refinar o petróleo, abundante e barato, disponível no mercado internacional nos anos 1960. Dos altos investimentos na expansão no segmento de refino de petróleo resultaram a Fábrica de Asfalto de Fortaleza (Lubnor), em 1966; a Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), em Canoas (RS), e a Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Betim (MG), ambas inauguradas no ano de 1968. Em 1971, instalou-se no polo industrial de Camaçari (BA), a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen-BA) – a entrada da Petrobras no ramo petroquímico compôs o roteiro do processo de verticalização da empresa (Alveal Contreras, 1994) –, e na cidade de Manaus (AM) a Refinaria Isaac Sabbá (Reman), inaugurada em 1956, teve suas instalações expandidas. No ano seguinte, foi inaugurada a Refinaria do Planalto, instalada na cidade de Paulínia (SP). Em 1974, a Refinaria de Capuava foi incorporada à Petrobras (Petrobras, 2003).

A incorporação da antiga Refinaria de Petróleo União como subsidiária da Petrobras ensejou o reerguimento do Sindipetro-Mauá, que foi refundado em 1977, no contexto da abertura “lenta, gradual e segura” promovida pelo governo do general Geisel. Nesse mesmo ano, foi inaugurada a Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), em Araucária (PR). A derradeira usina instalada pela Petrobras, naquele que foi o grande ciclo de investimentos da empresa no século XX, foi a Refinaria Henrique Lage (Revap), inaugurada no ano de 1980 em São José dos Campos, no estado de São Paulo (Petrobras, 2003).

#### A experiência de reconstrução do sindicalismo petroleiro (1970-1980)

A devassa nas atividades das entidades sindicais que representavam os/as trabalhadores/as da Petrobras condenou não apenas os sindicalistas a perderem seus empregos e seus mandados, mas também comprometeu a memória dessas organizações por meio da destruição de seus arquivos (Cruz, 1997; Praun; Costa, 2016; Gerbelli, 2019). Por isso, ainda se sabe pouco sobre a história dessas organizações nos anos que coincidem com a evolução da companhia nos anos 1970.

Para compreender alguns aspectos relativos às circunstâncias sindicalismo petroleiro, recorreremos aos depoimentos de trabalhadores da Petrobras, que vieram a exercer o cargo de direção sindical entre os anos 1970 e 1980. Trata-se dos relatos captados pelo projeto Memória dos Trabalhadores da Petrobras, por meio deles será possível penetrar a penumbra desse período, durante o qual fermentaram-se as futuras mobilizações promovidas pelo sindicalismo petroleiro

Desse modo, na penumbra desse período, nasceu uma organização que viria a assumir um papel relevante entre o final dos anos 1970 e início dos 1980. Trata-se do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia e Campinas (Sindipetro-Paulínia), fundado em plena a “hora mais escura da ditadura”, entre os anos de 1972 e 1973.

O percurso desenhado no processo que levou à fundação desse sindicato permite levantar algumas hipóteses acerca do modo pelo qual as insatisfações com as relações de trabalho eram tratadas nesses anos. Assim, sugere o depoimento de Jacob Bittar (1940-2022), que ingressou na Petrobras, em julho de 1962, como operador de processamentos da Fábrica de Fertilizantes de Cubatão (SP). Quando essa fábrica foi privatizada em 1971, Bittar transferiu-se para a área de operação da Refinaria de Cubatão e, em seguida, para a refinaria de Paulínia. A princípio, segundo Bittar, o regime de trabalho na Refinaria do Planalto Paulista era mais

atrativo que o da refinaria da Baixada Santista. Na refinaria do interior, se trabalhava sob um turno de oito horas, além disso, a transferência renderia uma promoção de operador nível dois para operador nível três, o que o propiciaria um aumento de renda. Contudo, o valor da hora trabalhada em Paulínia era menor do que o recebido em Cubatão.

Esse aspecto reforça a ideia de que a Petrobras voltava a promover diferentes regimes de trabalho nas diferentes localidades onde atuava, o que levou os operários baianos, e depois de outros estados, a lutarem pela equiparação salarial e de direitos, tendo como parâmetro, justamente, a refinaria de Cubatão, onde as relações de trabalho eram melhores. Assim, foi contra esse tipo de prática que os sindicatos baianos pararam em 1960, e o movimento sindical petroleiro envidou esforços de integração na primeira metade da década de 1960, tendo angariado um acordo coletivo nacional já em 1962. Sem embargo, sob o regime militar essa situação mudou de figura, a empresa parecia ter liberdade para impor diferentes regimes de trabalho e diferentes remunerações, o que, por sua vez, relativizava os custos de manutenção de um mercado de trabalho interno.

O modo pelo qual o sindicato dos petroleiros de Paulínia foi criado revela fortes indícios de que o desbaratamento do sindicalismo petroleiro no período posterior ao golpe de 1964, deve ter sido aproveitado pela empresa para aplicar regimes de trabalho diferenciados em suas subsidiárias, uma vez que os sindicatos se encontravam bloqueados. No caso em tela, os empregados, que foram transferidos de Cubatão para Paulínia, logo perceberam a cilada. A companhia não reproduziria na nova refinaria as mesmas relações de trabalho experimentadas no local de origem.

Do ponto de vista do enquadramento legal da organização sindical, a primeira solução foi estender a base territorial do sindicato de Cubatão para que os/as trabalhadores/as de Paulínia pudessem ser representados pelo sindicato já estabelecido. No entanto, a diferença nos regimes de trabalho expôs uma contradição: um mesmo sindicato representando uma mesma categoria deveria celebrar dois acordos de trabalho diferentes. Mesmo sob os anos de chumbo, a contradição flagrante deve ter levado seus funcionários a perceberem a diferença. Foi o que aconteceu com Jacob Bittar:

Mas voltando a 1971, voltando à formação do sindicato, eu não tinha participação, era até difícil você se manifestar nesse meio, havia uma certa inibição, entende, as pessoas todas articuladas, essa coisa toda. A gente ia lá para bater palma e votar a favor das coisas do sindicato. [...] Em Paulínia, este ponto fundamental do valor-hora foi o que me jogou, me lançou e me colocou num patamar de pessoa que reivindicava. Os outros não, os outros se acomodaram no processo de subir dentro da empresa. Quer dizer, eles não lutavam por aquilo. Como o salário aumentou, está certo, em compensação

você trabalhava duas horas a mais por dia. Mas se você dividisse o salário por 240 e o de Cubatão por 180, então o valor-hora de Cubatão era maior. Era essa a minha reivindicação, entendeu? E isso me colocou em contato com o sindicato. Me colocou em contato e aí eu fui indicado delegado sindical. Mas mesmo assim eu continuei na base a pedido do pessoal, da chefia, porque precisávamos partir a refinaria, dar partida na refinaria, iniciar a refinaria, iniciar o processo de produção da refinaria. Então eu fiquei, mesmo podendo ser liberado como delegado sindical, eu fiquei trabalhando até ela entrar num ritmo normal (Bittar, 2003).

A solução veio através do Ministério do Trabalho, o mesmo que resolvera expandir a base de representação do sindicato que já existia em Cubatão, conforme sugere Bittar, voltou atrás na decisão e patrocinou, junto com a empresa, a criação de um sindicato novo a fim de representar os trabalhadores da refinaria da planta paulista. Bittar, que, nesse processo, tornara-se delegado de base do sindicato de Cubatão, viria a tornar-se também o primeiro presidente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia e Campinas.

Em 1972 o sindicato de Cubatão ganhou extensão de base para todo o território do Estado de São Paulo, e eu fui ser delegado sindical, fui indicado como delegado sindical [...]. Em outubro o sindicato perdeu a extensão de base, o ministro tirou. E aí à Petrobras não interessava que outro sindicato dos químicos tomasse conta, que fizessem parte da base os trabalhadores da refinaria, dos químicos e farmacêuticos. Inclusive chegaram a incentivar a formação do sindicato. Basta dizer que a primeira assembleia [sic] da formação da associação foi no refeitório da Petrobras. Em 1973 foi reconhecido o sindicato, e eu fui presidente do sindicato em 1973. (Bittar, 2003).

Nesse trecho, o depoimento de Bittar levanta duas questões relevantes. A primeira diz respeito à representação sindical. Segundo sugere o relato de Bittar, à empresa não interessava que a representação dos/as trabalhadores de Paulínia ficasse sob a responsabilidade de Cubatão, pois isso tornava flagrante diferentes práticas salariais. Por outro lado, também não interessava à Petrobras que os seus empregados fossem representados por um sindicato já estabelecido – como era o caso dos químicos e farmacêuticos –, daí seu incentivo para a formação de um sindicato para seus próprios funcionários em Paulínia.

Portanto, Bittar nos permite entrever que, de fato, a explosão de descontentamento que se expressou a partir de 1978; e intensificou-se durante a década seguinte, foi fermentada nos anos anteriores, durante a fase mais dura da repressão. Nesse momento, como ele mesmo relata, “havia uma certa inibição”, de modo que a participação nas atividades sindicais se resumia a referendar o que já havia sido decidido sem a participação dos/as trabalhadores/as: “A gente ia lá para bater palma e votar a favor das coisas do sindicato” (Bittar, 2003).

Do ponto de vista formal parecia não haver escapatória, tal como parece atestar a confissão acerca do caráter da primeira diretoria do sindicato de Paulínia: “Olha, a primeira diretoria era uma diretoria que o que eu diria, muito patronal, está certo?” (Bittar, 2003). Se houve algum tipo de organização relativamente autônoma durante esse período, então ela deveria ser necessariamente informal. Todavia, pouco a pouco, as circunstâncias parecem ter provocado mudanças sensíveis no jovem sindicalista.

Imaginava talvez, a Petrobras, que o meu comportamento fosse o mesmo. A gente foi mudando, foi mudando, fomos integrando, tirando... O sindicato - havia, se não me engano, oito refinarias ou nove refinarias, não me lembro bem, mas havia 10 ou 12 sindicatos que se reuniam anualmente, mas eram totalmente fora da luta da classe trabalhadora. (Bittar, 2003).

Assim, Bittar nos sugere a existência de organizações paralelas; reuniões entre sindicatos dos/as trabalhadores/as da Petrobras que não eram comunicadas ou não eram do conhecimento das autoridades. Tais encontros serviam apenas para compartilhar o descontentamento, tendo em vista que a canalização do mesmo se encontrava impossibilitada.

Onde o sindicalista podia se reunir era no Dieese, Departamento Intersindical. Nós não podíamos fazer nenhuma reunião com outros sindicatos, que imediatamente o Delegado Regional do Trabalho chamava agente lá e já cortava de cara, com ameaças ou coisas parecidas. Nós aproveitávamos então as posses de sindicato para fazer as respectivas reuniões e tirar documentos reivindicativos, problemas de salário mínimo real unificado, essas coisas mais comuns de todas as categorias. (Bittar, 2003)

Tendo participado das atividades sindicais durante um período sobre o qual pouco se conhece sobre o *modus operandi* dessas organizações, o depoimento de Bittar comporta também um caráter revelador sobre as alternativas criadas pelos sindicalistas. Nesse sentido, destacam-se a utilização do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) como espaço de relativa liberdade para reunião de dirigentes sindicais, bem como o fato de que poderia haver alguma liberdade para conceber iniciativas organizativas, mas essas eram sustadas tão logo fossem levadas ao conhecimento dos delegados do Ministério do Trabalho.

Jacob Bittar se destacaria entre os principais personagens do movimento sindical durante o processo de abertura política e redemocratização, participando tanto da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, como da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. Há registros da atuação direta dos petroleiros na construção da ideia de um partido trabalhista em um encontro realizado em Salvador (BA) no ano de 1978, no qual os petroleiros receberam delegados metalúrgicos, dentre os quais estava Lula (Cruz Junior, 2021; Secco,



2018). Após a fundação do PT, Jacob Bittar elegeu-se prefeito da cidade de Campinas (SP) em 1988, quando já era uma reconhecida liderança da geração daqueles que despontaram no movimento de ascensão política do sindicalismo do final dos anos 1970.

Esse grupo construiu para si, sem dispensar o intercuro de intelectuais e acadêmicos, como Francisco Weffort (Santana, 1998), uma identidade social calcada na ideia de rompimento com práticas sindicais, por assim dizer, inautênticas, na medida em que não representariam, de fato, os corações e as mentes dos/as trabalhadores/as. Esse sindicalismo inautêntico se localizava no período 1945-1964, quando, estigmatizado pelo seu desfecho trágico, o sindicalismo havia sido hegemônico pelo PCB e pelo PTB, responsáveis por acentuar o seu caráter de cúpula. Um elemento fundamental da afirmação da identidade do novo sindicalismo era o não reconhecimento explícito dos esforços organizativos realizados no período anterior, bem como dos sentidos e dos objetivos que aqueles atores sindicais atribuíam ao movimento que envidaram no período 1945-1964. Esse insistiu em se reorganizar entre 1966 e 1968, como tem revelado as recentes produções historiográficas sobre o movimento sindical petroleiro.

Desse modo, não deixa de ser digno de nota que, passados cerca de vinte anos do ápice do novo sindicalismo, em 2003, quando as principais organizações que envidaram aquele movimento já manifestavam sinais de crise, Bittar já demonstrava ter incorporado uma dimensão reflexiva sobre a sua prática quando após classificar o sindicalismo petroleiro de acomodado, nos anos 1960, reconheceu o passado de luta.

[...] a gente trabalhava a mobilização da classe trabalhadora, está certo, e conseguia se destacar até nos meios sindicais, principalmente no Sindicato do Petróleo, que eram muito acomodados. Eu não estou dizendo que a história é a partir da gente, não - teve muita gente que lutou no passado, mas naquele momento estava se vivendo isso. (Bittar, 2003)

Do ponto de vista da trajetória do Sindipetro-Paulínia, tudo foi construído a partir de 1972. O reconhecimento de que o sindicalismo petroleiro tinha uma longa história só poderia ser efetuado pelo contato futuro com as lideranças dos outros locais. Isso não tardou a acontecer quando, em 1983, os petroleiros articularam uma paralisação nacional, contra um decreto do governo Figueiredo, o qual em sintonia com algumas diretrizes do Fundo Monetário Internacional (FMI), colocava a Petrobras nos planos de um precoce processo de privatização (Brant, 1990).

## O sindicalismo petroleiro na década dos sindicatos (anos 1980)

A greve de 1983 elevou a articulação do sindicalismo petroleiro deixando-a próxima do nível alcançado pela última vez em 1968, quando esses trabalhadores fundaram sua própria federação (Ivo, 2019). Contudo, a coordenação nacional desse sindicalismo ainda estava em processo de reconstrução. Isso é atestado pela relativa descoordenação que se viu na parede de 1983; somente os Sindipetros de Paulínia e da Bahia foram efetivamente engajados no movimento.

Embora no clima de liberalização do regime, a greve contra os decretos de Figueiredo, desafiava uma ordem autoritária que ainda não havia se dissipado. Ao mesmo tempo, reafirmava uma pauta tradicional do sindicalismo petroleiro: negar qualquer movimento de privatização da Petrobras. Foi a maior paralisação do sindicalismo petroleiro até então desde o golpe de 1964.

Além disso, mesmo tratando-se de uma nova geração, nesse movimento encontravam-se dois sindicatos com percursos distintos. Isso revela pistas que confirmam representações comuns sobre o desenvolvimento do sindicalismo durante os anos de chumbo. Tanto Germino Borges dos Anjos, sindicalista baiano que participou da greve de 1983, quanto Maurício França Rubem, do Sindipetro-Caxias, oferecem ângulos distintos sobre o processo.

Ambos ingressaram na Petrobras por meio do concurso público realizado em 1973 e participaram de organizações coletivas durante os anos 1970, antes de ingressarem no movimento sindical. Anjos, atuou no movimento estudantil na cidade de Salvador (BA). Rubem sofreu a influência dos movimentos e organizações vinculados às Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), relacionados à ala progressista da Igreja Católica, que teve, segundo o seu depoimento, forte atuação na região sul fluminense entre os anos 1970 e 1990.

A participação de Anjos no movimento estudantil, embora com pouca possibilidade de organização, lhe levou a entrar em contato com a história do sindicalismo petroleiro na Bahia. Assim, quando considera a sua atuação frente ao sindicato baiano na greve de fome realizada em 1981, em protesto pela reposição salarial imposta pelo governo, não deixa de lembrar a luta das gerações anteriores.

A primeira greve de fome que nós fizemos foi... ah! Foi na campanha salarial de 1981. Que a gente conseguiu fazer movimento assim mais, e no caso, eu trabalhava de turno. A gente organizou junto com a direção do sindicato fazer esse movimento da greve de fome. [...] havia tido um movimento em 1968.

Houve um movimento em 1968, mas de 1968 para diante não tinha tido nenhum movimento mais na Petrobras. Qualquer movimento... Em 1968 houve uma greve, também não foi uma greve de paralisação. Então foi uma greve de fome também! O pessoal fez lá na Bahia, na própria refinaria. (Anjos, 2003).

No caso de Rubem, o evento basilar da sua participação na vida sindical foi a fala na assembleia dos petroleiros da Reduc, que pautava a entrada na greve de 1983. Rubem relatou que foi derrotado, pois a maioria votou conforme orientação da direção do Sindipetro-Caxias, à época, alinhada à gestão da Petrobras.

Aí em 1983 estourou uma greve de petroleiros em Paulínia, na Refinaria de Paulínia, e Mataripe na Bahia. Que foi ali greve de metalúrgico, criação de CUT, e essas duas refinarias estavam em greve por conta de um decreto do então general ditador Figueiredo, que apontava a privatização da Petrobras. E essas duas refinarias entraram em greve, foram cerca de 300 demissões, distribuídas. E eu me lembro que tinha uma assembléia (sic) lá na Refinaria Duque de Caxias. E nesse dia eu não me segurei e peguei no microfone pela primeira vez, e defendi a entrada da refinaria na greve também. E fui derrotado, porque a direção do sindicato não queria nada, era alinhada com a direção da Petrobras. E eu fui fragorosamente derrotado. (Rubem, 2014).

Os eventos posteriores à greve de 1983 ensinaram à nova geração a íntima relação dos acontecimentos ocorridos na Petrobras com a vida política nacional (Brant, 1990). Assim, a luta pela reincorporação dos demitidos, em 1983, assumiu o rumo da busca pela mediação de deputados e senadores em Brasília. Sobretudo, a greve de 1983 ensinara à nova geração que o sindicalismo petroleiro deveria assumir a mesma dimensão da Petrobras, no nível nacional, ou não seria nada.

O ano de 1984 marcou o sindicalismo petroleiro. O acidente na plataforma de produção de petróleo de Anchova, situada na Bacia de Campos, vitimou 37 petroleiros; e teve 19 feridos. Foi o acidente com maior número de vítimas da história da Petrobras. A partir de então, a pauta por melhores condições de segurança no trabalho tornou-se destaque nos acordos coletivos, negociados entre a empresa e seus trabalhadores.

Como se base, em 1985 se deu a eleição, ainda que indireta, do primeiro governo civil, depois de 21 anos de ditadura. Nesse ano, os petroleiros criaram, por meio dos sindicatos filiados à CUT o Departamento Nacional dos Petroleiros (DNP-CUT). Em 1987, em Curitiba (PR), a classe se reuniu no I Encontro Nacional dos Petroleiros (ENP), mas o sindicalismo do setor saiu dividido. Parte dos sindicatos permaneceram no DNP-CUT, outra parte sob o domínio da Fenape, recriada pelas organizações que há pouco tempo estavam alinhados ao regime militar. O II ENP foi realizado na cidade de Praia Grande (SP), quando a Federação Petroleira

foi criada. Nesse encontro, os petroleiros criaram um calendário de reuniões, uma importante prática no sentido de rotinizar encontros e envidar a existência de uma entidade de cúpula nacionalmente articulada. O Quadro 5 resume a evolução das organizações petroleiras de nível superior.

Quadro 5 - Organizações sindicais petroleiras de nível superior (1966-2006)

Organização de origem	Ano de fundação	Mudança Institucional	Atual
FENAPE	1966	Não reconhecida pelo governo militar	-
Departamento Nacional dos Petroleiros e Petroquímicos (DNPP) da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), (DNPP-CNTI).	1977	- 1987, FENAPE;	- 1994-1995, dissolução.
Departamento Nacional dos Petroleiros da CUT (DNP-CUT).	1985	- 1987, Federação Petroleira; - 1991, Comando Nacional dos Petroleiros (CNP) - 1993, Federação Única Cutista dos Petroleiros (FUCP); - 1993-1994, Federação Única dos Petroleiros (FUP).	- 1995-1996, Federação Única dos Petroleiros – filiada à Confederação Nacional do Ramo Químico (CNQ) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT).
Frente Nacional dos Petroleiros (FNP, formada por cinco sindicatos cindidos da FUP).	2006	- 2009-2010, Federação Nacional dos Petroleiros.	- 2010, Federação Nacional dos Petroleiros.

Fonte: Elaboração Própria.

Em 1989, os petroleiros fundaram a Federação Nacional dos Petroleiros; na ocasião realizava-se o quarto encontro nacional dos petroleiros no período pós-ditadura. A organização dos petroleiros no nível nacional urgia, pois, o ano de 1989 trouxe a derrota de Lula nas eleições presidenciais. Para Fernando Collor, candidato do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), que venceu com apoio do *establishment* político e empresarial, a Petrobras deveria ser privatizada. Em sua campanha, esse candidato vinculou-se a um discurso modernizante, que

tinha como principal eixo a reforma do Estado por meio da venda de empresas estatais. A Petrobras, cuja autonomia financeira fora sacrificada durante os anos 1980 para segurar os índices inflacionários (Alveal Contreras, 1994) e a inflação inercial dos choques de petróleo dos anos 1970, agora era prometida à iniciativa privada, como espólio da campanha vitoriosa.

#### Os petroleiros sob o governo Collor de Mello

Os anos 1990 inauguravam um período desalentador para o movimento socialista internacional, ao qual, de um modo ou de outro, o movimento sindical era associado à época (Antunes, 1993). A desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foi, por um lado, o último elo da corrente que manteve o capitalismo sob uma regulação social capaz de, nos países centrais, fundar um Estado de bem-estar social alternativo à solução socialista. Por outro lado, o capitalismo neoliberal e financeirizado, gestado na década anterior, completara o movimento libertador do capital, o que do ponto de vista dos/as trabalhadores/as e suas organizações, significaria a ampliação das formas de exploração do capital sobre o trabalho.

No Brasil, inaugurava-se uma década decisiva na trajetória do sindicalismo petroleiro. Nos primeiros dias do governo Collor foi lançado o Programa Nacional de Desestatização (PND). O PND foi instituído pela Lei 8.031 de 1990. Sua regulamentação foi feita por meio do Decreto Presidencial n. 99.463 em 16 de agosto do mesmo ano. “O objetivo central foi afastar o Estado de suas atividades empresariais e direcioná-lo para atividades tradicionais de educação, saúde e segurança.” (Pinheiro; Oliveira Filho, 1991, p. 27-28)

O PND de Collor era o primeiro ensaio de reforma do Estado, sob o diagnóstico de que o antigo modelo, nacional-desenvolvimentista, era totalmente ultrapassado e, por isso descartável, o que também conferiu legitimidade para o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). A justificativa geral do PND era a seguinte:

Seguindo as tendências mundiais de globalização da economia e de eliminação de barreiras à produção, o Brasil busca inserir-se nesse processo de transformação por meio da promoção do desenvolvimento via descentralização, flexibilização, desburocratização e reorientação das atividades do setor público. É nesse contexto que se situa o Programa Nacional de Desestatização (PND) brasileiro. (Pinheiro; Oliveira Filho, 1991, p. 10)

O diagnóstico geral reconhecia a necessidade de privatizar empresas públicas como “uma decorrência natural do modelo de crescimento adotado no país, nas décadas de 60 e 70” (Pinheiro; Oliveira Filho, 1991, p. 11) Desse modelo teria resultado uma “forte dependência da

iniciativa privada em relação ao Estado e o paradigma de que estaria a seu cargo todo o investimento preciso à ampliação e à manutenção da infra-estrutura [sic] necessária ao crescimento.” Com efeito, “surgiu um Estado inchado e sem qualquer flexibilidade, excessivamente controlador e burocrático.” Além disso, “esgotou-se a capacidade de poupança do governo, comprometendo a sua capacidade de investimento, o que o levou a um endividamento crescente ao longo desses anos, culminando na crise fiscal que ora é observada.” (Pinheiro; Oliveira Filho, 1991, p. 11)

Do Estado endividado à crise fiscal: essa é a trajetória comum que introduziu as economias nacionais na lógica da financeirização (Oliveira, 2006a, Streeck, 2012). O alvo final das privatizações está diretamente associado à política fiscal adotada pelos governos a partir dos anos 1980, mas, com maior força, desde os anos de 1990. A partir do governo Collor, com a elaboração do PND “a privatização de ativos públicos” tornou-se “a principal fonte de recursos não-inflacionários para financiamento do déficit público.” Ao mesmo tempo, buscava-se “complementar as receitas correntes com o resultado das vendas”. Desse modo, o processo de privatização reduziria as “necessidades de financiamento do setor público (NFSP) em duas vertentes.” Primeiro, diminuindo “a necessidade de emissão de papéis (títulos ou moeda) para financiar gastos correntes.” Depois, reduzindo “a dívida em virtude da troca de títulos públicos por ações das empresas privatizadas.” (Matos Filho; Oliveira, 1996, p. 9)

A crise do Estado justificava uma reforma estatal. Contudo, as parcerias do governo com os interesses privados não seriam abandonadas:

A reestruturação do setor público tornou-se uma condição necessária, embora não suficiente, para a retomada do processo de crescimento sustentado e a manutenção da estabilidade econômica. Um dos pilares desse processo está relacionado com o estabelecimento de um novo padrão de parceria entre a iniciativa privada e o Estado. (Pinheiro; Oliveira Filho, 1991, p. 11)

Nesse processo, o alvo primordial do PND era o setor industrial.

Oficialmente, a Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização (CDPND) buscou selecionar, para entrar no programa de privatização, aquelas empresas cujas desestatizações devessem ser efetuadas imediatamente, em função de sua natureza industrial. (Matos Filho; Oliveira, 1996, p. 16)

No bojo desse programa, “foram recomendados à Presidência da República três setores, a saber, siderurgia, petroquímica e fertilizantes.” (Matos Filho; Oliveira, 1996, p. 16). A intervenção no setor petroquímico atingiria em cheio o sistema Petrobras. A Petroquisa era a principal empresa do país nesse setor, a ela estava ligado o ramo de fertilizantes.

Como a organização do setor petroquímico se deu sob a liderança da Petrobras (Alveal Contreras, 1994), “a dependência dos setores petroquímico e de fertilizantes da PETROBRAS era algo grandioso.” (Matos Filho; Oliveira, 1996, p. 17)

No setor petroquímico, por meio da PETROQUISA — que controlava a COPESUL e a PQU — a PETROBRAS controlava a oferta de insumos. Além disso, influenciava o Conselho Interministerial de Preços (CIP) na hora de estabelecer os preços desses insumos. Por sua vez, no setor de fertilizantes, a dependência dos produtores em relação aos insumos nitrogenados era ditado pelo controle da NITROFÉRTIL e da ULTRAFÉRTIL, empresas controladas pela PETROBRAS por meio da PETROFÉRTIL. (Matos Filho; Oliveira, 1996, p. 17)

As privatizações dos segmentos petroquímico e de fertilizantes se deu sob o argumento de que era necessário fomentar a participação privada no setor:

O argumento para a adoção dessa estratégia decorreu da hipótese de que as eventuais possibilidades de sinergias que existissem entre empresas seriam identificadas pelos investidores e poderiam ser atingidas de forma autônoma após o processo de privatização. (Matos Filho; Oliveira, 1996, p. 17)

Igualmente o PND de Collor foi pensado como parte de uma nova política fiscal.

[...] o programa de privatizações é considerado um elemento essencial no ajuste fiscal brasileiro porque, de um lado, gera receitas de capital que complementarão as receitas correntes e, de outro, reduz as NFSP [necessidades de financiamento do setor público]. (Matos Filho; Oliveira, 1996, p. 23)

Portanto, a privatização de ativos públicos reforçava a tendência de inserção da economia brasileira no processo de financeirização (Oliveira, 2006a) que, em pouco tempo, seria acelerada pela mudança da regulamentação do setor financeiro no Brasil (Paulani, 2008).

Dentre outras medidas, o governo Collor aboliu o Conselho Nacional de Petróleo (CNP). Assim, da perspectiva dos empregados em empresas estatais, não havia alternativa senão resistir ao desmonte anunciado pelo novo governo. Não por acaso, a primeira joia oferecida ao mercado foi o setor petroquímico da Petrobras. A privatização da Petroquisa foi encaminhada por meio da demissão de 1.700 petroleiros (Ribeiro, 2022), o que desrespeitava o acordo firmado no ano anterior (1989). Como resposta, durante o mês de junho, os sindicatos interromperam suas atividades por nove dias em todo o país. Em setembro, a paralisação ocorreu dentro do processo de negociação do ACT, o motivo foi o reajuste salarial (Scaletsky, 2003).

Portanto, não foi sem resistência que esses processos foram se desenvolvendo. Já em 1991, os petroleiros organizaram outra greve, caracterizada como bárbara pelos agentes alinhados ao governo. Foram 24 dias de paralisação. Na pauta estava o reajuste salarial. O contexto de hiperinflação tornava a questão redistributiva ainda mais grave (Scaletsky, 2003). Além disso, os petroleiros discutiam a necessidade de readmissão dos grevistas de 1990.

Em 1991, as plataformas de petróleo em alto mar foram transformadas em verdadeiras trincheiras (Scaletsky, 2003). Nos locais onde havia greve, os/as trabalhadores/as impediram que as forças armadas, mobilizadas para debelar a resistência, se aproximassem, seja pelo ar, por meio de helicópteros do exército, seja por água, através de embarcações da marinha. Os petroleiros resistiram, o governo Collor não.

A gestão Collor foi implodida por intrigas políticas íntimas que resultaram em um processo de *impeachment* finalizado em dezembro de 1992. Assim, entre dezembro de 1992 e janeiro de 1995, instalou-se o governo do presidente Itamar Franco. Esse período ficou conhecido, por um lado, pelo esfriamento do processo de desestatização e, por outro lado, pelo esforço político e econômico de combate à inflação.

Os petroleiros e os governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso

No que diz respeito às estatais, o governo Itamar condicionou a desestatização ao desempenho das empresas. Desse modo, as companhias estatais sem sustentação financeira, que representassem custos para o Estado, poderiam entrar em processo de privatização, como forma de diminuir o déficit público (Ribeiro, 2022). O combate à inflação resultou no Plano Real, conduzido por uma equipe econômica liderada pelo então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que venceria as eleições presidenciais de 1994 pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), vindo a suceder Itamar Franco na presidência da República.

Do ponto de vista do sindicalismo petroleiro, a primeira metade dos anos 1990 foi de provação. Nesse período, a classe acumulou uma perda líquida salarial de 50% do valor referente a 1989 (Scaletsky, 2003). Desse modo, durante o governo Itamar, esses trabalhadores tentaram fazer diferentes acordos com vistas a recuperar as perdas relacionadas ao processo inflacionário. Para tanto, estiveram com ministros e com o próprio presidente Itamar Franco em mais de uma oportunidade, mas as três tentativas de acordo foram frustradas por diferentes atores, primeiro pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), depois pela Petrobras e, por fim, pelo governo eleito em 1994.



No entanto, nesse mesmo período, os petroleiros tiveram um ganho organizativo considerável. As lideranças sindicais petroleiras, filiadas à CUT, ocuparam a sede da Fenape em Brasília e, assim, determinaram o fim de uma estrutura federativa concorrente, mas de fachada, segundo o sindicalista Antônio Carlos Spis (Spis, 2003). Com o fim dessa organização, estava aberto o caminho para a construir a FUP, composta de todos os sindicatos representativos dos/as trabalhadores/as da Petrobras filiados à CUT. A fundação da FUP, entre 1993 e 1995, significava, que após 26 anos, os petroleiros refundavam uma entidade nacional capaz de unificar a pauta de interesses e exercer a representação, de fato, dos/as trabalhadores/as da Petrobras de modo unificado.

Foi através da FUP que os petroleiros se organizaram, junto com outras entidades sindicais representativas de trabalhadores de empresas estatais e funcionários públicos, com o intuito de protestar contra a acelerada política de privatização empreendida pelo governo Cardoso. A reforma do Estado, anunciada como um dos pilares da nova gestão, dobrava a aposta que a anterior havia feito no sentido de retirar o Estado da economia.

Em maio de 1995, os petroleiros deram início a uma greve contra a privatização de empresas estatais e pelo reajuste salarial, que não conseguiam desde 1989. A greve, no entanto, não se espalhou pelas demais categorias profissionais dos setores público e estatal como era o combinando (Rizek, 1998; Romão, 2006). Entretanto, os petroleiros, que já vinham acumulando seguidas frustrações com acordos não cumpridos, dessa vez, resolveram levar a paralisação até conseguir um acordo.

No vigésimo dia de greve, quando a tensão política estava próxima do clímax e o movimento petroleiro encontrava-se em um cerco, formado pelo poder judiciário, o poder executivo e os principais meios de comunicação, que também contribuíam para desqualificar o movimento paredista, o coordenador da FUP, Antônio Carlos Spis foi entrevistado pelo jornal *Folha de São Paulo*. Na entrevista, foi indagado sobre o caráter político da parede. Sob a alegação de que a parede já havia sido classificada como ilegal pelo TST. Spis, contestava a decisão:

A greve é contra o arrocho e as reformas. A gente não faz uma greve sem estar ligado à conjuntura. A pauta específica é econômica e social. Nos rotulam como greve política porque somos ligados à CUT e o governo tem como intenção primeira quebrar a CUT, que é a central que preocupa<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> EMERICK, Shirley. Greve dos Petroleiros só acaba com acordo diz FUP. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 mai. 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/22/brasil/4.html>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Do ponto de vista do poder de mobilização, a greve foi um sucesso. A própria empresa, depois de negar a capacidade de mobilização demonstrada pela federação, por meio de comunicados que afirmavam existir uma adesão aquém daquela afirmada pela FUP, assumiu que a greve tinha um caráter de massa (Rizek, 1998).

A greve, iniciada em 3 de maio de 1995, arrastou-se por todo aquele mês, sob ameaças de invasão das refinarias pelo exército, as quais tinham um alto potencial de intimidação. Na memória do movimento sindical brasileiro, era recente a truculência das forças do exército na invasão das instalações da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), na cidade de Volta Redonda, no Rio de Janeiro (Santana; Mollona, 2013). Esse episódio ficou marcado pelo fato de recair sob a responsabilidade do Exército o assassinato de três operários e dezenas de feridos na invasão das instalações da CSN. Ao mesmo tempo, a transição para a democracia era manchada pela ação violenta das forças armadas. Nessa ocasião, o Exército invadiu a CSN disparando contra os operários em greve, que ocupavam a companhia. Desse modo, a simples ameaça de uso da mesma força contra os petroleiros acendia a memória dos acontecimentos de Volta Redonda.

Sob uma forte tensão, a paralisação petroleira foi encerrada em 2 de junho de 1995. Na refinaria de Cubatão, a greve acabou no dia 3 de junho, os petroleiros saíram da refinaria cantando o hino nacional sob a bandeira brasileira. Em outras refinarias, houve invasão do Exército, mas sem mortes. Ao longo do processo, mais de uma centena de demissões foram executadas pela empresa (Romão, 2006); as lideranças sindicais foram as primeiras a ser afastadas. Os sindicatos tiveram que arcar com muitas milionárias aplicadas pelo TST. Por sua vez, o movimento sindical petroleiro demonstrou uma capacidade de mobilização invejável, sustentado uma greve por mais de um mês, mas não conseguiu alcançar o acordo almejado.

A desigualdade de armas que, simbolicamente, marcou essa greve, sinalizava para o aborto das possibilidades de reconhecimento dos trabalhadores como sujeitos políticos no processo de redemocratização do país (Rizek, 1998). Ao mesmo tempo, afirmava o caráter autoritário, que historicamente marcou a relação entre o Estado e a classe trabalhadora no Brasil. Os embates por trás dessa greve e a sequência do processo político deixaram claro o caráter do governo Cardoso (1995-2002), que acentuou a aposta na reforma de Estado e realizou as mudanças necessárias para inserir o país na rota da financeirização. Nesse sentido, a quebra do monopólio da Petrobras, entre 1995 e 1997, e a abertura do capital da empresa na bolsa de valores de Nova Iorque (2000) foram fatos significativos. Essa última medida, potencialmente,

ampliava o arco de interesses e pressões sobre a gestão da empresa. Os acionistas internacionais, representados por grandes fundos de pensão, tornavam-se os novos sócios da estatal.

Ainda na segunda metade dos anos 1990, o sindicalismo petroleiro centrou seus esforços na campanha de readmissão dos demitidos na greve de 1995. Simultaneamente, pautou-se pela recomposição das perdas salariais, acumuladas desde o começo da década, bem como pela estabilidade no emprego. Esse último ponto era tido como crucial, pois, como os petroleiros ficaram sem acordo coletivo entre 1994 e 1995, as demissões não encontravam sequer o gatilho da estabilidade, que tradicionalmente respaldou as campanhas de readmissão. Além disso, o contingente de trabalhadores/as da empresa vinha diminuindo rapidamente desde o começo da década. Se nos anos 1980 o efetivo da estatal chegou a superar os 70 mil, agora encontravam-se abaixo dos 40 mil (Romão, 2006). Nesse sentido, a quebra do monopólio da empresa tendia a agravar esse cenário, porém, os petroleiros agora estavam organizados em torno de uma federação.

## Capítulo 6 – A Federação Única dos Petroleiros entre a consolidação e a cisão

O reconhecimento formal da FUP, enquanto entidade representativa dos sindicatos dos/as trabalhadores/as da Petrobras, se deu após as duras lições da greve de 1995. O primeiro acordo coletivo de trabalho assinado por essa federação cobriu o período 1996-1997. Isso significa que, entre agosto de 1994 e dezembro de 1996, os petroleiros permaneceram sem um ACT.

Nesse meio tempo, a FUP se consolidou como entidade sindical apta a exercer um duplo papel: como legítima organização capaz de concentrar a representação dos interesses dos funcionários da Petrobras no processo de negociação, que tem como objeto o ACT; e como ator político capaz de mobilizar esforços com o objetivo de influenciar no âmbito específico das políticas do petróleo, por força do papel central exercido pela Petrobras nesse setor.

Na consideração desse processo, a abordagem do contexto institucional (Schmalz, Ludwig, Webster, 2018a) da organização federativa combina-se com a perspectiva da vida organizacional em seus momentos decisivos, representados pelos congressos dos petroleiros. Esses eventos são realizados anualmente desde 1995, com debates sempre sensíveis à conjuntura. Assim, é possível tomar esse processo e distinguir as suas diferentes fases.

Se, em um primeiro momento, marcado pelos três primeiros congressos (1995, 1996 e 1997), os petroleiros consolidam a unidade nacional como forma de resistir às graves implicações decorridas da greve de maio de 1995, entre o IV e o V Congresso (1998-1999), afloram tensões internas, inicialmente sob o registro de diferentes projetos sindicais.

Da parte das correntes minoritárias, tratou-se de impor resistência à tese do sindicato orgânico, esposada pelo setor majoritário dominado pela Articulação Sindical. Nos encontros seguintes, as tensões acentuam-se de modo que é possível identificar uma divisão política clara no sindicalismo petroleiro, a qual assumiu um nível mais intenso em 2003, quando se manifestam as teses sobre a relação dos petroleiros com os governos do PT. A reconfiguração do sindicalismo petroleiro que irá se efetivar a partir de 2006, encontrou nesse momento suas premissas básicas; faltava apenas um motivo diretamente relacionado às questões propriamente sindicais para que a cisão se efetivasse. Esse motivo apareceu no XI Congresso, quando se discutiu a repactuação do plano de previdência complementar dos petroleiros. Por meio de tal decisão, o setor majoritário dos petroleiros endossou uma nova estratégia adotada pela gestão da empresa sobre os governos do PT, qual seja, ampliar a capacidade da empresa estatal realizar investimentos. Como veremos, os sindicatos que resolveram sair da FUP denunciaram essa

adesão à proposta da empresa como uma afronta ao princípio da solidariedade intergeracional, que fundava o plano de previdência complementar. Do ponto de vista do setor majoritário, optava-se por dotar a Petrobras da capacidade de acessar um mercado de crédito a fim de realizar investimentos e voltar a ampliar o efetivo da empresa, fortalecendo o caráter estratégico da empresa.

#### O contexto institucional de formação e consolidação da FUP

No Brasil, a partir de 1988, o tradicional sistema corporativo de representação de interesses de classe assumiu características de um sistema híbrido (Comin, 1995; Noronha, 2000; Cardoso, 2003; Ladosky, 2014). A Constituição de 1988 legou um modelo ambíguo de relações de trabalho e de organização sindical. Se, por um lado, o novo modelo promoveu a liberalização da tradicional ordem corporativa, permitindo a criação de sindicatos sem a necessidade de anuência estatal, por outro lado, a unicidade sindical foi mantida, de modo que na prática os sindicatos tenderam a conservar o monopólio da representação. Isso se deu pela delimitação da representação tanto por uma base territorial, quanto pela categoria profissional.

De um modo geral, os esforços dos sindicatos foram no sentido de reduzir a tutela estatal, amplamente exercida no período anterior à 1988, mas sem extinguir todos os efeitos da estrutura de representação de interesses, o que consagrou os sindicatos como atores fundamentais do sistema, em detrimento das centrais, federações e confederações. Essas, na ausência de possibilidade de representação sindical propriamente dita (Comin, 1995), tenderiam a assumir o mero papel de porta-voz político dos sindicatos dos trabalhadores.

Dessa forma, o sistema de representação consagrou a estrutura vertical com uma divisão de organizações em três níveis (ver Quadro 6). Como a representação, no plano das relações de trabalho, cabe diretamente aos sindicatos (Comin, 1995), sem uma federação, o sindicalismo petroleiro tenderia a permanecer dividido com cada entidade sindical isolada, celebrando um acordo coletivo à parte. Tal como se deu nos primeiros anos da Petrobras, o que a permitiu criar distintos regimes de trabalho em seus diferentes locais de atuação no país.

Todavia, por força da estruturação nacional da empresa estatal, os petroleiros puderam pleitear a representação em nível nacional. A organização federativa estava potencialmente inscrita na própria forma de atuação da empresa, ou seja, a figura da federação sindical era projetada pela própria estrutura de organização da Petrobras no país.

Quadro 6 - Entidades sindicais e níveis de atuação<sup>39</sup>

<b>Tipo de organização</b>	<b>Nível da ação</b>	<b>Objeto</b>	<b>Mobilização</b>	<b>Efeitos</b>
<b>Centrais sindicais</b>	Cúpula (arranjos neocorporativos)	Políticas públicas (pressão política e participação institucional).	Greve geral e manifestações de massa.	Econômicos e políticos.
<b>Federações e Confederações</b>	Segundo grau (coordenação de interesses das entidades filiadas)	Políticas setoriais.	Greve setorial.	Econômicos e políticos.
<b>Sindicatos</b>	Base (representação de interesses dos assalariados)	Convenção coletiva e Acordo coletivo.	Greve no local de trabalho.	Custos econômicos.

Fonte: Elaboração própria.

Nesse sentido, o desenvolvimento e a consolidação de um tipo singular de sindicalismo foi possível porque as lideranças sindicais à frente da FUP puderam desempenhar o duplo papel de representantes sindicais, função legalmente reservada aos sindicatos de base, e de representantes setoriais dos petroleiros, enquanto uma entidade federativa de grau superior (ver Quadro 6). Desse modo, os petroleiros juntaram esforços para atuar coletivamente e influenciar a Petrobras, um ator central do setor petróleo, e, de modo indireto, o governo.

Do ponto de vista da organização federativa, sua mera existência não dispensa o consentimento dos sindicatos de base<sup>40</sup>. Essas entidades de primeiro grau, portanto, formam a federação, porém permanecem exercendo a função de representantes de local de trabalho. Continuaram a acompanhar as demandas trabalhistas cotidianas e a fiscalizar a correta aplicação do acordo coletivo de trabalho (Noronha, 2000).

O que também terá contribuído para consolidar a federação dos petroleiros, da forma singular em que se deu, foi o fato de as lideranças sindicais na base serem aptas, tanto a participar dos congressos da FUP, como a assumir cargos diretivos na federação. Por conseguinte, a federação torna-se uma extensão da burocracia sindical (Teixeira, 1973), na medida em que seus cargos são acessados por meio de eleições periódicas e com renovação diretiva, o que permite às lideranças sindicais de base se tornem lideranças federativas.

<sup>39</sup> Elaboração própria com base em: Comin (1995); Ladosky (2014).

<sup>40</sup> O regulamento das associações sindicais dispõe: “Art. 24. É facultado aos sindicatos, quando em número não inferior a cinco e representando um grupo de profissões idênticas, similares ou conexas, organizarem-se em federação.” Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del1402.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1402.htm). Acesso em: 11 fev. 2023.

Esse arranjo organizacional permitiu à federação petroleira assumir a responsabilidade de construir a pauta de reivindicações, conduzindo e finalizando o processo de negociação do ACT. Embora continuem indispensáveis na ratificação do processo negocial, os sindicatos subscrevem o acordo encabeçado pelo coordenador da federação. Portanto, a FUP assume o papel de protagonista do movimento sindical petroleiro.

Todavia, o processo de consolidação da FUP não deixou de acentuar divergências internas entre as diferentes correntes sindicais, externamente alinhadas a projetos e partidos políticos. Isso se deu pelo fato de o fortalecimento institucional da FUP entre 1995 e 2003 se fazer seguindo o modelo de institucionalização da CUT dos anos 1980 (Rodrigues, 1997), ao afunilar o processo de escolha e participação nas instâncias deliberativas da federação. Por conseguinte, isso significou a consolidação da hegemonia da Articulação Sindical (AS) como corrente majoritária dentro da FUP, tal como se tornou na CUT, graças ao enfraquecimento das correntes mais à esquerda no interior da federação.

Do ponto de vista do conflito interno, as tensões se expressam com mais força nos sindicatos ligados ao PSTU, caso do Sindipetro PA/AM/MA/AP e do Sindipetro AL/SE. Os conflitos apareceram por meio de críticas tanto à FUP quanto à CUT. Assim, entre 2003 e 2005 esses dois sindicatos se desfilaram da CUT e, em 2006, com a decisão majoritária dos sindicatos da FUP em aderir à repactuação do plano Petros, encontraram um motivo para justificar o acirramento das tensões e atrair para a oposição outros três sindicatos petroleiros: Sindipetro RJ, Sindipetro LP e Sindipetro SJC. Unindo-se então aos sindicatos alinhados ao PSTU, oposição de esquerda aos governos do PT, essas organizações formam uma frente de oposição à FUP desde 2007, quando passam a disputar os rumos do sindicalismo petroleiro.

#### Identidade sindical e filiações político-partidárias

A greve de 1995 revelou o caráter autoritário do governo, que não exitou no emprego das forças armadas para debelar o movimento, tampouco teve escrúpulos de alimentar uma campanha fraudulenta para desmoralizar o movimento, como veio a conhecimento público ainda em 1995<sup>41</sup>. Na visão dos sindicalistas, o movimento significou uma vitória simbólica,

---

<sup>41</sup> “Inéditos até este momento, documentos oficiais desmentem tudo o que foi alegado para o não-cumprimento dos acordos entre governo, Petrobrás e petroleiros, resultando na greve tão dramática para o país. Principal responsável pela tese de que o acordo foi feito à revelia da Petrobrás, Joel Rennó, seu presidente, é o próprio signatário de documentos que provam a inverdade da tese e a adulteração dos fatos, por interesses pessoais e políticos.” (Freitas, 1995)

sobretudo, do ponto de vista da mobilização realizada, pois construíram a maior greve já registrada na história da indústria de petróleo no mundo (Romão, 2006).

Entretanto, o que escapa ao escrutínio dos agentes envolvidos diretamente na ação é que, desses acontecimentos, criou-se uma situação propícia para, finalmente, se consolidar a federação sindical dos petroleiros. Nesse sentido, a Federação Única dos Petroleiros, representando a unidade nacional dos sindicatos dos trabalhadores da Petrobras, fortaleceu-se, na medida em que os sindicatos se encontravam fragilizados no contexto que resultou da greve de 1995. Essa conjuntura também contribuiu para a consolidação da FUP, ao aplacar possíveis resistências de centralização do poder sindical em uma federação e acelerar o processo de unificar a representação sindical e a ação política numa só instituição. De uma maneira ou de outra, algumas resistências ao protagonismo da FUP se expressam em seu primeiro congresso nacional, realizado em 1995.

As resoluções do I Congresso da FUP definiram o campo de atuação de uma entidade sindical federativa que ainda se encontrava em vias de estabelecimento. O enfrentamento às reformas da indústria petrolífera, anunciadas pelo governo federal, ocupava um lugar central nos debates porque o epicentro dessas reformas era a Petrobras. A quebra do monopólio da empresa estatal nos negócios da indústria de petróleo atingia os petroleiros frontalmente, tornando o futuro deles incerto, daí a necessidade de se oporem à reforma do setor e, assim, confrontarem os interesses do governo.

O antagonismo relativo a esse governo significou, ao mesmo tempo, a afirmação de uma identidade sindical muito específica, cujo principal elemento era a defesa do monopólio estatal, ainda atrelada à defesa da soberania nacional. Logo, resistir ao desmonte era uma questão de sobrevivência não apenas material, mas também simbólica, na medida em que o fundamento material da identidade estava em vias de ser privatizado.

Nesse sentido, as deliberações do congresso foram dominadas pelas consequências da greve de 1995, em um contexto no qual tramitava no Congresso Nacional a emenda que viabilizaria a quebra do monopólio estatal. Por isso, a ação sindical deveria desdobrar-se, na visão dos sindicalistas, em duas frentes: uma no âmbito institucional e outra no âmbito interno do sindicalismo.

Institucionalmente, os esforços foram direcionados à criação de canais de interlocução no Congresso Nacional “no sentido de forçar o governo a respeitar os acordos, tanto de petroleiros quanto de outras categorias” (FUP, 1995, p. 32).



No âmbito da ação sindical o foco era a defesa dos anistiados “no sentido do cumprimento da Lei 8.878/94, exigindo da direção da PETROBRAS de alocar aos anistiados, inclusive, se preciso for, enviar documento à Anistia Internacional.” (FUP, 1995, p. 32)

As divergências se revelaram por meio de críticas à atuação da CUT na greve de maio de 1995:

“A CUT, que em virtude da não aglutinação de outras categorias, teve uma atuação bastante discreta durante nossa greve.” O documento continua: “A não compreensão daquele momento político, fez com que ficasse apenas sobre “as costas” da categoria o enfrentamento às políticas do governo.” (FUP, 1995, p. 32)

No plano da Campanha Salarial o lema era: “ACORDO É PARA SER CUMPRIDO”, uma vez que a greve de 1995 teve, entre uma das suas motivações, o fato de o acordo de 1994 não ter sido reconhecido.

Do ponto de vista especificamente da organização federativa, há indícios acerca de resistência tácitas à consolidação do protagonismo da FUP. Formulava-se um diagnóstico de que a organização federativa “ainda está engatinhando no desenvolvimento de políticas unificadoras das ações dos sindicatos a nível nacional.” Isso permite interpretar que a FUP ainda levaria um tempo para se consolidar: “Temos cada uma das entidades afiliadas trabalhando de forma bastante diferenciada o dia-a-dia de cada sindicato. O resultado disso são as diferenças de atuação e condição das nossas greves, como também os encaminhamentos das questões específicas.” Ou seja, a despeito de a Federação ter reconhecimento formal, a unidade ainda estava por se fazer. O entendimento era o de que a “unificação é o caminho por onde vamos dar o salto de qualidade de nosso trabalho sindical.” (FUP, 1995, p. 34).

A FUP e os sindicatos devem definir essa como a grande meta a ser perseguida. Além das greves da categoria, que são peças fundamentais para ir construindo essa unidade e desenvolvendo o sentimento de solidariedade, é também, fundamental a gestão de políticas de atuação conjunta em todo o país para enfrentar situações comuns [sic] a todas as bases como saúde, terceirização, empreiteiras, aposentados, desmonte da PETROBRAS, ataque à própria organização sindical e encaminhamentos burocráticos e jurídicos, as represálias pós-greve que estão sendo feitas em todas as áreas, pois, entre tantos outros motivos, a empresa tem suas políticas unificadas de embate com a categoria. (FUP, 1995, p. 34)

A fim de fortalecer a instituição, era necessário que se suprisse as demandas de uma burocracia própria, uma comunicação centralizada e uma medida para revogar as demissões. Nesse sentido, as condições, colocadas após a greve de 1995, favoreceram o assentamento da federação, pois, nessa entidade, se concentrariam os esforços para dirimir problemas práticos,

imediatos, relativos a todos os sindicatos dos trabalhadores da Petrobras: as multas aplicadas pelo TST, que fragilizava todas as entidades, e a demissão dos grevistas.

Assim, deveria caber à FUP: “Tratar a questão dos demitidos como uma questão de interesse do conjunto da categoria, por isso deve ser centralizado [sic] na FUP a responsabilidade dessa questão entidade sindical centralizada.” Ao mesmo tempo, a federação deveria assumir também “o tratamento equalizado tanto das questões jurídicas como da sustentação financeira e apoio geral”. (FUP, 1995, p. 34).

A conjuntura político-sindical que se seguiu à greve de maio de 1995 tornou-se complicadíssima para os petroleiros. O governo federal atingiu o objetivo de encaminhar a quebra do monopólio da Petrobras no setor petróleo, a Lei 2.004/1953, instituída pelo presidente Getúlio Vargas, era finalmente reformada.

Além disso, o desfecho da greve se deu de tal maneira que os sindicatos se viram fragilizados, culminando com o isolamento dos petroleiros em uma mobilização, que deveria ter sido sustentada por outras categorias ligadas ao setor estatal e público, a demissão de grevistas, a condenação político-jurídica da greve e a aplicação de multas às entidades sindicais. Tudo isso também contribuiu para a unificação dos esforços em uma entidade nacional que passou a concentrar e coordenar as ações a fim de reverter o cenário adverso.

Desse modo, a partir do primeiro congresso, as lideranças sindicais, atuando em nome das entidades federadas, elaboraram uma estratégia específica para reverter o cenário adverso na medida de suas possibilidades. Para tanto, trataram de, primeiro, angariar apoio internacional para levar à OIT os fatos ocorridos na greve de maio de 1995; segundo, no plano da política interna, buscaram articular-se com atores políticos com o intuito de pressionar o governo para que cumprisse os efeitos da condenação da OIT.

Os congressos anuais da FUP tornaram-se uma arena privilegiada para construir socialmente a identidade sindical das lideranças petroleiras. Se, antes, as disputas em torno da definição da identidade sindical petroleira tinham lugar nas instâncias sindicais locais (Da Costa Neves, 1999), com a centralização dos processos decisórios no âmbito da federação, os congressos da FUP tornaram-se um espaço privilegiado de contestação. Como resultado, os petroleiros projetaram uma identidade tanto para dentro, por meio da filiação a certas correntes político-sindicais que disputavam a hegemonia do sindicalismo petroleiro, quanto para fora, fortalecendo uma identidade política centrada, ainda, no projeto de desenvolvimento nacional com participação da Petrobras.

No que diz respeito ao reconhecimento externo, desde os primeiros congressos, as lideranças sindicais petroleiras ratificaram a defesa do monopólio estatal nas principais atividades econômicas da cadeia de petróleo. Desse modo, marcavam uma posição contrária às forças políticas que levaram à quebra do monopólio estatal entre 1995 e 1997. Entretanto, o monopólio receberia uma nova finalidade na visão dessas lideranças sindicais nos anos 2000, como veremos, sob o efeito dos deslocamentos internos provocados pelo alinhamento do setor majoritário com o governo do PT. Tratava-se de defender o domínio da Petrobras, que deveria reassumir um papel estratégico no desenvolvimento econômico, com a expectativa de geração e distribuição de riqueza.

No que se refere a forjar as identidades no interior, as filiações político-partidárias e seus respectivos projetos políticos acirraram as disputas internas à FUP entre as diferentes correntes sindicais. Já no II Confup, instalou-se uma polêmica relativa ao sindicato orgânico. O setor majoritário dos petroleiros, identificados com a CUT, aprovaram a tese da organicidade sindical, segundo a qual: “O sindicato passaria a ser uma instância da CUT e, portanto, subordinado às suas instâncias de direção. A filiação do trabalhador seria uma filiação à Central, diretamente.” (FUP, 1996, p. 55)

A adoção da tese do sindicalismo orgânico à CUT por meio da FUP excluiria a pluralidade política no interior da federação, conforme denunciava o setor minoritário, o que, no II Confup, se revelou na posição dos sindicalistas do Sindipetro Caxias:

Repudiamos com veemência a centralização das decisões de cúpula da CUT Nacional, a falta de independência dos sindicatos e a cassação da iniciativa e poder de decisão das bases, que estão contidos na proposta de sindicalismo orgânico (FUP, 1996, p. 56).

O que essa polêmica revela é o caráter especial da disputa de poder interna ao sindicalismo petroleiro. Em jogo estava o controle da federação, ainda em processo de consolidação. Particularmente, esse embate não reproduzia a correlação de forças no plano das principais centrais sindicais, que externamente opunha a CUT à Força Sindical (FS), como a nova polarização trazida pela hegemonia política da centro direita no plano político partidário e cuja consequência foi debelar a antiga oposição entre o velho e o novo sindicalismo (Comin, 1995).

Contudo, o caráter especial do embate interno na FUP qualificava-se pelo fato de que as forças contendoras estavam situadas no campo da esquerda. A oposição à CUT, dentro da federação petroleira, foi formada por duas correntes entre 1995 e 2006: a Alternativa Sindical Socialista (ASS), que mais tarde constituiria a Intersindical; e o Movimento por uma Tendência

Socialista (MTS), composto por militantes afins com a antiga Convergência Socialista, a famosa tendência trotskista que também integrou o PT, mas foi expulsa em 1992 (Secco, 2016).

Assim, havia no movimento sindical petroleiro uma competição efetiva pelo controle das entidades de base, com vistas a alcançar a soberania do movimento. Na prática, a tese do sindicato orgânico estabeleceria o domínio da CUT. Com efeito, organiza-se uma oposição à tal resolução. Nesse sentido, é sintomático que a primeira resolução do III Confup, por ordem de apresentação, referendou a rejeição da tese do sindicato orgânico:

1. Defendemos que a CUT não implemente tal modelo de sindicalismo enquanto os trabalhadores não debatam o assunto, em todo o país, nas suas bases. Que a CUT, a nível nacional e através das CUT's estaduais, iniciem este debate nas bases. Em nossa categoria, devemos abrir esse debate, sobre Sindicato Orgânico, para que o conjunto dos petroleiros possa conhecer tal proposta. (FUP, 1997, p. 72)

Por outro lado, a hegemonia da CUT entre os petroleiros também se afirmava pelo enraizamento da FUP na estrutura vertical do sindicalismo cutista. Nesse sentido, o setor majoritário atrelou a federação ao estabelecimento do ramo químico da CUT; a FUP viabilizou o fortalecimento da Confederação Nacional do Ramo Químico da CUT. Isso foi determinado pela segunda resolução do III:

2. A FUP/CNQ deverão promover o processo de contatos para aproximação e discussão sobre o ramo químico entre os sindicatos de Petróleo Químico/Petroquímicos em cada Estado e Região;

3. Até dezembro de 97 a CNQ e a FUP deverão promover um Seminário Nacional entre as direções e representantes das bases para discutir a estrutura do ramo; (FUP, 1997, p. 72)

A intensificação do envolvimento da FUP na estrutura sindical da CUT já era uma evidência da hegemonia cutista entre os petroleiros, embora as correntes de oposição ainda se fizessem ouvir dentro da federação.

Em 1998, durante o IV Confup, as tensões internas à FUP ganharam outro contorno. Tratava-se de definir em que direção deveriam convergir os esforços dos petroleiros nas eleições para presidente da República daquele ano. As correntes MTS e ASS apoiavam o projeto político representado pelo candidato José Maria do PSTU. Talvez pelo fato de formarem o setor minoritário na federação, a proposta apresentada por essas correntes era a favor da formação de comitês que também contemplassem o candidato do PT, Lula da Silva. O resultado dessa disputa pode ser tomado como indício da representatividade das correntes no interior do movimento petroleiro. Enquanto 63% votaram pela “Constituição de comitês nacional e

regional Lula”, proposta apresentada pelo setor majoritário cutista alinhado ao PT; outros 33% votaram na proposta do setor vinculado ao PSTU que defenderam a “Constituição de comitês Lula-Presidente e José Maria-Presidente” (FUP, 1998, p. 71).

Assim, a partir de 1998, as tensões se expressam através de uma divisão entre um setor majoritário, formado pela Articulação Sindical ligada à CUT e ao PT, e por um setor minoritário, constituído pela MTS ligada ao PSTU, que paulatinamente marcará sua oposição à CUT no plano sindical e ao PT quando Lula chegar à presidência.

Entre o IV e o V Confup a tese do sindicato orgânico foi contornada pelos petroleiros. A partir do V Confup as teses são apresentadas diretamente pelas correntes sindicais, nos congressos anteriores eram as entidades sindicais que apresentavam as teses, como se não existissem correntes políticas distintas.

Desse modo, a consolidação da FUP se efetuava com a vitória da democracia interna, mas o princípio da unidade, que pressupõe a centralização das decisões na direção da federação, logo criaria outro foco de tensões entre os petroleiros. Como a FUP era hegemônica pela Articulação Sindical (AS), essa corrente tendia a dominar no plano da ação estratégica da federação. À oposição restava expressar as críticas à CUT e à direção da FUP por meio das entidades sindicais que controlavam.

Ao mesmo tempo, ocorreu, entre os petroleiros, a redefinição de sua identidade histórica. Relativamente resolvida a questão da democracia interna, assentada na pluralidade de identidades político-sindicais, formadas por meio da disputa do lado de dentro do movimento sindical petroleiro, a partir do VI Confup, processou-se uma reconfiguração dessa personalidade para o exterior, ou a atualização histórica da identidade sindical petroleira.

Os fóruns sindicais petroleiros se constituíram, historicamente, como os espaços através dos quais as diferentes correntes sindicais debatiam suas teses, e reafirmavam e redefiniam suas identidades (Da Costa Neves, 1999). Assim, entre 1995 e 2006, os congressos petroleiros foram o espaço através do qual as lideranças sindicais ratificaram e ressignificaram a identidade histórica do sindicalismo petroleiro.

Entre 1950 e 1980, o monopólio da Petrobras era tido como o modo mais adequado de promover a soberania nacional no plano da indústria de petróleo, na medida em que abria os caminhos para a emancipação econômica, tecnológica e estratégica da nação nos termos de uma estratégia de defesa nacional que incluía setores militares como um dos interessados no sucesso da empresa e, logo, como defensores do monopólio estatal (Cohn, 2017; Ribeiro, 2022). Entre

1995 e 2006, as lideranças sindicais passaram a defender que o monopólio deveria ser utilizado para desenvolver a indústria nacional, gerando emprego e renda para a classe trabalhadora.

Por meio dessa redefinição, os petroleiros demonstraram estar afinados com os interesses de outros setores sociais, parte de um esforço coletivo em prol de uma nova política econômica, a qual tinha, como um de seus pilares, a retomada do investimento público. O novo desenvolvimentismo começa a se configurar ainda no primeiro governo Lula (Bresser-Pereira, 2006) a fim de disputar as definições da política econômica do governo e tem no sindicalismo petroleiro e cutista um importante segmento social atuante no fortalecimento do consenso em torno da retomada da capacidade de investimento estatal. No caso dos petroleiros, essa demanda será relacionada diretamente à recuperação do papel macroeconômico da Petrobras.

Como não podia deixar de ser, a ressignificação da identidade sindical petroleira foi elaborada em estreita solidariedade com as discussões que aconteciam no interior da CUT, conforme sugerem as teses da Articulação Sindical acerca do significado da FUP:

1. O projeto de construção da FUP nasceu da vontade política dos petroleiros em fortalecer, cada vez mais, os momentos de mobilização e espaços de articulação das lutas em defesa dos direitos dos petroleiros e da PETROBRAS como empresa pública e de extrema importância econômica e social na construção e consolidação da soberania do país. Tal processo deu-se no bojo das mobilizações e lutas mais gerais do conjunto dos trabalhadores brasileiros por democracia e justiça social, consubstanciados nos princípios de organização sindical da Central Única dos Trabalhadores. (FUP, 2000, p. 30)

A afirmação da Petrobras como “empresa pública” e a alusão ao seu papel estratégico no reconhecimento de sua “importância econômica e social” para a “construção e consolidação da soberania do país” tocava em pelo menos um ponto comum do discurso dos petroleiros elaborado no contexto de formação da primeira experiência federativa entre 1966 e 1968. A novidade encontra-se afinidade com os valores da “democracia” e da “justiça social”, reconhecidamente manifestos na tese da Articulação Sindical, que associava esses valores à CUT: “consubstanciados nos princípios de organização sindical da Central Única dos Trabalhadores.” Desse modo, seria forçoso não reconhecer que a CUT foi outro elemento fundamental para o estabelecimento da FUP enquanto organização singular no contexto do movimento sindical brasileiro. Nesse sentido, é preciso lembrar que antes de formarem a federação, os sindicatos petroleiros reuniram-se em torno da CUT ainda na década de 1980.

O VII Confup realizado em Porto Alegre (RS), celebrava a filiação do Sindipetro RS à CUT. A novidade desse encontro apresenta-se nos preparativos da FUP para apoiar a candidatura de Lula na campanha eleitoral do próximo ano:

Os delegados presentes no Congresso Nacional dos Petroleiros, realizados no dia 29 e 30 de junho e 01 de julho em Porto Alegre/RS, aprovaram a construção do governo dos trabalhadores apoiando a candidatura à presidência da República do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva e a realização de uma plenária nacional da categoria para discutir especificamente nossa contribuição ao projeto de construção do Governo dos Trabalhadores – Lula presidente, e que esta iniciativa ocorrerá logo que for definido o quadro da candidatura presidencial. (FUP, 2002, p. 49)

Essa resolução foi apresentada na forma de destaque como a conclusão das deliberações do congresso. A vitória eleitoral de Lula e a chegada do PT ao poder se consolidaria em outubro de 2002. Em julho desse ano, os petroleiros deram expressivas amostras de estarem em sintonia com o diagnóstico político do período que se aproximava.

[...] a eleição de Lula por si não resolverá os problemas sociais do país. É necessário que as organizações populares e sindicais, uma vez Lula eleito, mantenham sua atenção autônoma ao governo e independente do Estado. E os quadros do movimento popular\sindical que vierem a assumir cargos no governo devem estar preparados para os conflitos que continuarão a ocorrer. [...] é importante que os movimentos mantenham a sua organização e radicalização para garantirmos a implementação do programa democrático e popular. Os delegados presentes ao 8º CONFUP REFERENDAM o documento intitulado “Carta ao povo brasileiro” do Partido dos Trabalhadores, assinado pelo candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva. (FUP, 2002, p. 72)

Destaca-se, sobretudo, a leitura de que a chegada do PT ao poder traria implicações não apenas para o caráter do governo eleito, cujos rumos deveriam ser pleiteados; mas também das consequências para o movimento sindical, na iminência do deslocamento de sindicalistas para o governo.

As tensões que foram, em um primeiro momento, absorvidas pela tolerância mútua, alcançaram um ponto de ruptura logo nos primeiros meses de governo Lula. No IX Confup realizado em julho de 2003, a dimensão político partidária da FUP, ou a questão da qualidade da relação do movimento sindical com o governo do PT, centralizou o debate interno na federação e conflagrou o começo de uma divisão.

As teses apresentadas pelas correntes à esquerda da CUT e pelo setor majoritário anteciparam os principais desenvolvimentos do dilema do movimento sindical sob os governos do PT (Ladosky; Rodrigues, 2018). Especificamente, o foco das discussões se definiu em torno da qualificação do caráter do governo iniciado em janeiro de 2003.

As teses da Articulação Sindical aparecem primeiro no documento do congresso. As teses das correntes de oposição, em menor ou maior grau, eram um contraponto às teses

majoritárias. Na perspectiva dominante, a vitória do PT foi vista como uma possibilidade ou uma chance histórica de criar canais de participação da sociedade civil, em especial do movimento sindical, na formulação de políticas públicas com a finalidade de combater a desigualdade.

A vitória de Lula deslocou pela primeira vez no Brasil as massas excluídas – rurais e urbanas – da condição de reserva estratégica das forças conservadoras para o papel de agentes favoráveis às mudanças estruturais; completando um ciclo histórico que pode ser computado como efetiva conquista da democracia política neste país. Com a ampliação da participação dos setores oprimidos no palco de disputa política, está dado um requisito fundamental para que se possa avançar de maneira consistente rumo à conquista da democracia que falta – aquela que atinge os fundamentos econômicos e sociais da vida nacional. Estão abertos os potenciais para a participação e mobilização dos setores populares, o que poderá permitir uma inversão na correlação de forças entre as diferentes classes sociais, rompendo-se a hegemonia exercida pelas elites no transcurso de cinco séculos.

Desse modo coloca-se a possibilidade para que o Estado brasileiro deixe de ser instrumento à disposição dos interesses privados de elites gananciosas e, sem regredir para vícios estatistas, assumo o papel estratégico de indutor de um desenvolvimento econômico sustentado, assentado na distribuição da renda e justiça social. Bandeiras históricas do movimento sindical brasileiro, como a reforma agrária, a geração de empregos, redução da jornada de trabalho, a liberdade e autonomia sindical, a implantação de um sistema democrático de relações de trabalho, a recuperação dos salários, a eliminação do analfabetismo, o combate à fome e à exclusão social converte-se em possibilidades concretas. Mas a condição para atingi-las é de que o novo governo e o movimento sindical (CUT/FUP) estabeleçam mecanismos adequados de diálogo para a negociação, assim como espaços e instrumentos para a fiscalização e cobrança, em meio ao conflito e confronto inerentes à vida democrática. Estas possibilidades abertas demonstram o acerto da firme decisão da CUT/FUP em apoiar a candidatura Lula, mas também a necessidade de manutenção de nossa política de autonomia frente ao governo e à Petrobras. (FUP, 2003, p. 12-13)

O realinhamento das forças políticas a favor do projeto autodenominado democrático e popular, afirmado inicialmente, deveria sustentar a redefinição do papel do Estado no sentido de assumir um “papel estratégico de indutor de um desenvolvimento econômico sustentado, assentado na distribuição da renda e justiça social.” Ao mesmo tempo, o dilema sindical se expressa na adversativa, que segue o reconhecimento das possibilidades abertas pelo novo governo: “mas também a necessidade de manutenção de nossa política de autonomia frente ao governo e a Petrobras.”

As teses apresentadas pelo Movimento por uma Tendência Socialista pontuaram a reversão de expectativas predominantes nas interpretações da esquerda acerca dos primeiros atos do novo governo. Ao mesmo tempo, sinalizaram o cerne do debate à esquerda, que tomava



a política econômica como o teste de fogo do governo recém-eleito. Em outras palavras, a política econômica foi tomada, pelos setores à esquerda, como um parâmetro definidor do caráter político do governo petista:

No Brasil, a esperança daqueles que ajudaram a eleger Lula começa a se tornar perplexidade. Foi com desejo de mudança que milhões de trabalhadores e jovens votaram em Lula. A vitória de Lula representou a vontade do povo de derrotar o projeto neoliberal do governo FHC. A população quer o fim da submissão do Brasil aos ditames dos EUA e dos organismos internacionais; quer o fim das privatizações, dos juros altos, do arrocho salarial, quer mais investimentos em saúde, educação e nos serviços públicos.

O governo Lula completou 120 dias há pouco tempo e já é possível perceber que a política econômica adotada é bem diferente da que se esperava: juros altos, elevação do *superávit* primário, encaminhamento da autonomia do banco central com a votação da PEC 53, pagamento em dia da dívida externa, cumprimento rigoroso do acordo com o FMI e continuidade das negociações da ALCA. (FUP, 2003, p. 22)

Todavia, o contraponto ao setor majoritário não se limitava à qualificação da política econômica como neoliberal. Manifestava-se também por meio de uma divergência fundamental com relação às possibilidades do programa de esquerda em uma democracia constitucional.

Várias correntes do movimento afirmam que o governo Lula é um governo em disputa. Que os setores conservadores pressionam Lula para que não haja mudanças, e que o papel dos movimentos sociais seria fazer mobilização para ajudar o governo a combater os setores conservadores.

[...] Achamos que estes companheiros se equivocam na sua avaliação. Na verdade, quem colocou os setores conservadores no governo foi Lula e o PT, quando indicaram José Alencar do PL [Partido Liberal] como vice, e se aliaram ao PMDB [Partido do Movimento Democrático Brasileiro] e até ao PFL [Partido da Frente Liberal]. Também foi o PT que colocou Henrique Meirelles na presidência do BC e Furlan, da Sadia no governo (FUP, 2003, p. 22)

As duas organizações sob a direção do MTS, os Sindipetro PA/AM/MA/AP e AL/SE, indicam a aprovação de uma tese cujo fundamento é o cálculo de “tudo ou nada”. “O 9º CONFUP delibera por exigir que Lula demita os ministros burgueses e governe para os trabalhadores, pois do contrário às mudanças que todos esperam darão lugar a uma grande frustração.” (FUP, 2003, p. 23)

Uma terceira posição foi elaborada pelo Sindipetro RJ, autodeclarado “Opção pelos Trabalhadores”, ou seja, pretensamente não alinhado a nenhuma outra corrente sindical.

A necessidade do segundo turno impôs novas alianças e novos compromissos. Além disto, os partidos da frente não conseguiram maioria nas eleições do

legislativo e nas sucessões estaduais, criando dificuldades para governar o país em busca de uma emancipação do povo brasileiro. Apesar da derrota para a presidência da República, os partidos conservadores conseguiram representação em diversos governos estaduais e no Congresso Nacional, formando uma maioria conservadora que poderá comprometer a realização dos compromissos de campanha. A capacidade de reorganização dos conservadores não deve ser negligenciada. O novo governo inclui um conjunto de novas forças políticas, mas não constitui um novo poder político. Lula é a alternativa possível mais progressista, não havia e não há outra que a substitua em curto prazo. Portanto, enfraquecê-lo significa abrir a perspectiva de retorno das forças conservadoras. Não podemos subestimar a mídia que hoje expressa o pensamento do poder econômico e tenta enquadrar o novo governo através da chantagem do mercado. (FUP, 2003, p. 25)

A leitura da conjuntura do governo e da relação futura desse com o movimento sindical, feita pelo Sindipetro RJ e independentes, não deixava de expor o dilema da ação petroleira: apoiar, externamente, significava defender o governo contra as forças da direita; mas, internamente, havia a necessidade de pressionar pelas mudanças necessárias. Não se podia abandonar a identidade do movimento e a sua pauta histórica, que agora se delineava de modo mais claro através da defesa do papel estatal da Petrobras de promover o desenvolvimento econômico e social.

A tese nacionalista, defendida por essa corrente, não podia ser mais clara nesse sentido. Tratava-se de recolocar a Petrobras no centro de uma estratégia de desenvolvimento nacional em contraposição ao modelo neoliberal:

Um projeto de reconstrução da PETROBRAS passa pelo rompimento com esta cultura neoliberal, pela discussão da sociedade sobre o resgate do monopólio do petróleo e da importância da Companhia como empresa pública para o desenvolvimento nacional, pelo levantamento da perda de recursos próprios e da sociedade brasileira, por uma auditoria interna e externa sobre a ética nos negócios das antigas diretorias, pela ética nos investimentos, pela democratização da gestão e por um pacto nacional para o desenvolvimento. (FUP, 2003, p. 27)

A quarta tese foi apresentada pela Corrente Sindical Classista (CSC), também alinhada à CUT:

Emergindo desse contexto geral de crise profunda e resistência, a vitória de Lula inaugura uma nova fase da luta política do povo brasileiro. Essa vitória impõe um novo desafio, mais difícil e complexo: a construção de um projeto democrático, nacional-desenvolvimentista, de base popular. (FUP, 2003, p. 29)

Segundo a proposição da CSC, a chegada ao governo não era conquista do poder. Essa distinção levanta uma contradição no seio do novo governo. O governo eleito havia vencido

afirmando os valores de uma plataforma democrática e popular, mas a política econômica era a ortodoxia neoliberal, herdada do governo anterior:

Um balanço no atual estágio da correlação de forças em desenvolvimento na realidade brasileira mostra que as novas correntes vitoriosas conquistaram o governo nacional, alcançaram postos e posições políticas importantes; porém, ainda não conquistaram o poder real em sua plena forma.

O governo Lula ainda não reúne as condições políticas necessárias para a ruptura imediata com a política implementada pelo governo FHC. Destarte, as mudanças a serem realizadas pelo novo governo devem ser de um modelo desenvolvimentista voltado para o crescimento da economia, da soberania nacional e da melhoria das condições de vida do povo e de libertar o país do jugo do capital financeiro internacional.

Temos, em meio a essas adversidades, um governo que assume uma feição contraditória: apresenta um caráter democrático e progressista ao buscar um amplo pacto político para governar, ao assumir o combate à fome e definir uma política externa ativa e afirmativa; em contraste a isso, permanece preso à política econômica neoliberal predominante no governo anterior. (FUP, 2003, p. 30)

No entanto, a resolução final promovia o apoio crítico ao governo. O setor majoritário parece ter dado o teor geral dessa resolução. Assim, a maioria aprovou a moção de apoio crítico ao governo do PT:

Portanto nós, reunidos no 9º CONFUP (Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros), assim como tivemos a coragem e iniciativa de sempre, em diversos outros congressos da categoria, referendar a candidatura Lula Presidente estamos deliberando neste a sustentação ao Governo Lula sem perder de vista os interesses da categoria respaldados pela nossa proposta de Acordo Coletivo 2003/2004, pelas negociações em curso e pelas futuras perspectivas de avanço através dos canais que se vislumbram. (FUP, 2003, p. 54)

O processo de repactuação do plano Petros e a cisão federativa

O alinhamento da CUT aos governos do PT provocou um acirramento das tensões dentro do sindicalismo petroleiro porque na FUP os sindicatos foram também se filiando à central sindical. Desse modo, o primeiro gesto de ruptura foi com a central. Em 2005 os petroleiros dos Sindipetros PA/AM/MA/AP e SE/AL aprovaram a desfiliação da CUT (Sindipetro Amazonas, 2005 p. 9-13).

A desfiliação da CUT é fruto do entendimento dos petroleiros de que a entidade há muito vinha destoando do papel para o qual foi criada: a defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores. Na gestão Lula, a Central verdadeiramente se acovardou diante da inércia e incompetência do que seria “um governo dos trabalhadores”. Lula não priorizou as questões sociais e não fez a revolução necessária no campo econômico, que pudesse garantir melhoria de vida aos brasileiros como prometido. (Sindipetro PA/AM/MA/AP, Boletim Informativo, n. 13, 06 julho de 2005, p. 1)

Fundado em 1961, o Sindipetro PA/AM/MA/AP está entre as entidades mais tradicionais do sindicalismo petroleiro. Desde os anos 1980, essa organização promove congressos regionais. Assim, em 2005 realizou-se o XXI Congresso Regional dos Petroleiros do PA/AM/MA/AP na cidade de Manaus (AM) no qual se decidiu pela desfiliação da CUT.

Se em 2005 referendou-se a desfiliação da CUT, no ano seguinte indicava-se o ingresso à nova central sindical do campo político à esquerda da CUT, a CONLUTAS. Essa entidade foi fundada em um congresso nacional realizado na cidade de Sumaré (SP) entre os dias 5 e 7 de maio de 2006. Assim, em junho desse mesmo ano, no congresso regional do Norte, o Sindipetro PA/AM/MA/AP já encaminhava seu ingresso na nova central:

[...] queremos afirmar a importância de abirmos o debate da filiação de nossa Entidade a essa nova ferramenta de luta de classe a CONLUTAS no sentido de combatermos a atual política de governo Lula e da direção da Petrobras que, com o reforço da FUP, CUT e Sindicatos Governistas, estão tentando aplicar uma grande derrota com os trabalhadores petroleiros principalmente na questão do nosso fundo de pensão, PETROS [...] (Sindipetro PA/AM/MA/AP, Boletim Informativo, n. 9, 14 junho de 2006, p. 1).

Nesse comunicado se faz alusão ao motivo que levou à saída de cinco sindicatos da FUP no XII Confup realizado entre 28 e 30 de julho de 2006 em São Paulo (SP): a “questão do nosso fundo de pensão”. O setor majoritário da FUP aderiu à repactuação do plano Petros proposto pela Petrobras, principal patrocinadora do plano de previdência complementar.

Conforme a FNP, que seria formada pelos cinco sindicatos de oposição à FUP, sabendo de antemão a pauta do XII Confup, o “Sindipetro-LP decidiu em reunião que não participaria” do congresso “em virtude da repactuação.” Os demais sindicatos do Rio de Janeiro, do Pará/Amazonas/Maranhão/Amapá, de Alagoas/Sergipe e de São José dos Campos compareceram ao congresso, mas em protesto contra a adesão da FUP à proposta de repactuação, “abandonaram o Congresso imediatamente”<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> Esse relato é apresentado pelo sítio da Federação Nacional dos Petroleiros. Disponível em: <https://fnpetroleiros.org.br/a-historia/>. Acesso em: 12 mai 2022.

O grupo de contrário à FUP reuniu-se em agosto de 2006 para criar a Frente Nacional dos Petroleiros. Em outubro de 2006, o Sindipetro PA/AM/MA/AP iniciava o processo de desfiliação da FUP:

Nós, da maioria do Sindipetro PA/AM/MA/AP, estaremos defendendo lamentavelmente a posição de nos desfiliar da FUP, porque na nossa visão, como já dissemos esta entidade não cumpre mais com o seu papel de defender os princípios de direitos dos trabalhadores (Sindipetro PA/AM/MA/AP, Boletim Informativo, n. 19, 25 de outubro de 2006, p. 1).

Em maio de 2007, o Sindipetro LP, que já havia saído da FUP, votou a saída da CUT: “Durante Assembléias [sic] realizadas ontem (31/05), em Santos e São Sebastião, a categoria petroleira decidiu por ampla maioria a desfiliação da CUT. Dos 17 sindicatos de petroleiro do país, o Sindipetro-LP é o terceiro a se desfiliar da central.”<sup>43</sup>

A FNP definiu a primeira pauta em seu primeiro congresso em julho de 2007

Sindicatos, oposições e associações constroem um novo instrumento de luta e organização dos petroleiros. No último dia do Congresso Nacional (15) diversas questões foram discutidas na Plenária que consolidou a primeira pauta de reivindicações discutida pela Frente Nacional dos Petroleiros a ser encaminhada à Petrobras.<sup>44</sup>

O I Congresso Nacional da Frente Nacional dos Petroleiros (I CNFNP) foi realizado na cidade de Praia Grande (SP) entre 13 e 15 de julho de 2007:

Hoje é um dia histórico para nós trabalhadores petroleiros. Começaremos o I Congresso Nacional dos Petroleiros, fruto da necessidade urgente de organização de uma alternativa nacional para a luta da categoria petroleira. Os cinco Sindipetros que estão se empenhando na construção da FNP - Rio de Janeiro, São José dos Campos, Litoral Paulista, Sergipe/Alagoas, Pará/Amazonas/Maranhão/Amapá – e diversas oposições sindicais petroleiras (Bahia, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Duque de Caxias, Norte Fluminense), além de entidades do setor, estarão reunidas em Praia Grande, São Paulo, até domingo, 15/07 para debater e analisar não só questões específicas da categoria, como também o momento político vivido em nosso país<sup>45</sup>.

No XIII Confup, a direção da FUP reconhece que a organização passava “por um dos momentos mais críticos de sua história.” (FUP, 2007, p. 56). A saída do grupo de oposição é registrada da seguinte forma:

<sup>43</sup> Notícia do sítio do Sindipetro Litoral Paulista. Disponível em: <https://www.sindipetrolp.org.br/noticias/158/categoria-decide-sair-da-cut>. Acesso em: 23 abr. 2023.

<sup>44</sup> Notícia do sítio do Sindipetro Litoral Paulista. Disponível em: <https://www.sindipetrolp.org.br/noticias/158/categoria-decide-sair-da-cut>. Acesso em: 23 abr. 2023.

<sup>45</sup> Notícia do sítio do Sindipetro Litoral Paulista. Disponível em: <https://www.sindipetrolp.org.br/noticias/223/construindo-uma-alternativa-nacional>. Acesso em: 23 abr. 2023.

Dentro de nossa Federação o MTS possui o comando de dois Sindipetros, o Sindipetro SE/AL e o Sindipetro PA/AM (E&P) [...].

O advento da negociação da Petros, com o debate da Repactuação, propiciou a cunha necessária a esses companheiros para provocarem uma cizânia na organização petroleira em torno da FUP, levando consigo os Sindipetros RJ, Sindipetro Litoral Paulista e Sindipetro SJC. O Sindipetro Caxias, ficou dividido nesse processo, onde os companheiros que defendiam nossa organização nacional possuíam a Coordenação do Sindicato, mas não a maioria da direção. Na eleição do Sindipetro Caxias, a chapa que defendeu a FUP venceu, tirando esse Sindipetro da influência dos setores de oposição à FUP, e que a FUP organize oposições na base dos sindicatos, que são oposição a CUT, FUP e CNQ. (FUP, 2007, p. 57)

Nesse mesmo congresso os petroleiros da FUP celebram a participação da Petrobras na retomada da estratégia de desenvolvimento. “A Petrobras que construímos é hoje a alavanca do crescimento do nosso país, sendo responsável por mais de 50% dos investimentos previstos no Plano de Aceleração do Crescimento – PAC.” (FUP, 2007, p. 53)

O grupo que se opôs à repactuação alegava o seguinte: “A repactuação nada mais é que uma transferência do risco de déficit, que é responsabilidade da Petrobras, para os participantes que repactuarem” (Tedesco, 2012 *apud* Sousa, 2016, p. 71). O cerne do desacordo fundamentava-se “no receio de que a separação de massas” implicasse a “retirada do patrocínio da Petrobras dos participantes que não aderiram à repactuação.” (Sousa, 2016, p. 72).

A adesão à nova modalidade se deu entre 2006 e 2007. A primeira rodada, realizada em 2006 contou com adesão de 53%, equivalente a menos de dois terços. A maioria qualificada foi aferida em nova consulta realizada em 2007.

Satisfeita tal condição, em julho/2007 a PETROS lançou o Plano PETROS 2. Sendo da modalidade “Contribuição Variável”, o benefício a ser percebido pelo participante na sua aposentadoria é função do saldo capitalizado e do desempenho dos investimentos feitos pela PETROS com tal soma. É distinto do Plano PETROS original, do tipo “Benefício Definido”, permitindo a seu participante conhecer no momento de sua contribuição o valor do benefício que perceberá. (Sousa, 2016, p. 71)

A modalidade de contribuição variável atrelava o destino da remuneração do plano de previdência complementar à lógica dos fundos de pensão que, por sua vez, estava mais propensa a ser dominada pelo capital financeiro, como defenderam os críticos da repactuação (Souza, 2016). Esse foi um aspecto explorado pelos opositores da FUP.

[...] o Plano PETROS 2 é um “regime de capitalização”, cuja renda a ser recebida é função da capitalização do saldo individual, sua efetiva implementação marca o fim da solidariedade intergeracional implícita nos

“regimes de repartição”, sob os quais a contribuição do participante “paga” a renda do assistido. (Sousa, 2016, p. 78)<sup>46</sup>

O interesse governamental nesse processo era claro, a repactuação permitiria ampliar o potencial dos investimentos sustentados pela empresa estatal. A adequação do Petros aos ditames do mercado financeiro era a condição para a Petrobras acessar o mercado de crédito e sustentar os investimentos necessários para a expansão dos negócios. De fato, “em torno de 50% dos recursos captados pela Petrobras em 2003 e 2005 [...] tiveram origem em operações nas quais o *credit rating* da empresa é relevante” (BNDES, 2009, p. 428 *apud* Sousa, 2016, p. 73).

Do ponto de vista da FUP, o apoio a esse processo não era nada estranho às posições assumidas pela federação em seus debates internos. Em seu VII Congresso, a FUP havia aprovado um conjunto de resoluções que reconheciam a necessidade de os petroleiros/as disputarem os rumos dos investimentos dos fundos de pensão. Assim, era preferível que esses capitais funcionassem como “a mola propulsora para o desenvolvimento econômico e social do país” do que permanecer a serviço dos “predadores de mercado” (FUP, 2002, p. 69).

Ao mesmo tempo, dentro da CUT, os petroleiros investiram esforços com o objetivo de superar a política econômica neoliberal mantida pelo governo Lula I. Assim, em junho de 2006, no 9º Concut, os petroleiros engajaram-se na defesa de que a central adotasse uma resolução no sentido de superar o neoliberalismo, afirmando uma estratégia de desenvolvimento econômico com distribuição de renda.

No 9º Concut, aprovamos uma resolução, apoiada pela imensa maioria da delegação presente, que definia uma plataforma democrática da classe trabalhadora. Essa plataforma estava orientada pela rejeição ao retrocesso neoliberal (representada pela candidatura tucana) e pela busca do desenvolvimento democrático e popular (representada pela candidatura Lula), “uma conquista necessária para modificar a situação de vida do povo trabalhador”. Essa plataforma precisa ser dimensionada pelo sentido estratégico definido pelo Concut. Para nós, é necessário transformá-la na Plataforma da Classe Trabalhadora para o Desenvolvimento – com distribuição de renda, geração de emprego, inclusão social e democracia (FUP, 2007, 57).

A crítica ao modelo de política econômica neoliberal lança-se em um esforço coletivo no sentido de apoiar uma mudança nos princípios da política econômica, a qual se cristaliza na formulação do novo desenvolvimentismo (Bresser-Pereira, 2006).

---

<sup>46</sup> A questão das implicações da modalidade de contribuição variável sobre a solidariedade intergeracional é desenvolvida por Sousa (2016).

Contudo, a adesão ao Plano Petros 2 não deixou de atrelar a FUP aos interesses da empresa e do governo, conforme apontava o grupo opositor. Todavia, o acesso ao mercado de crédito permitiu à Petrobras reassumir um papel estratégico tanto na indústria petrolífera, quanto no plano da política econômica novo-desenvolvimentista que disputava a hegemonia da área econômica nos bastidores do governo. O novo desenvolvimentismo daria o tom dessa área no segundo governo Lula (Bresser-Pereira, 2016). Não por acaso, quando o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi lançado em 2007, a Petrobras assumiu a responsabilidade de mais da metade dos investimentos previstos pelo programa.

Do ponto de vista do poder institucional, a cisão federativa levanta uma questão que não pode ser esquecida. A divisão em duas federações terá enfraquecido a capacidade de ação estratégica do sindicalismo petroleiro? Na prática, essa cisão não debilitou a capacidade de ação estratégica dos petroleiros, sobretudo pelo fato de que a saída de cinco sindicatos não surtiu o efeito de impossibilitar a ação sindical da FUP<sup>47</sup>.

Embora o número de cinco sindicatos fosse o mínimo para formar uma federação, a FNP demoraria quase uma década para se consolidar. O estatuto dessa federação só foi homologado pelos cinco sindicatos em 2019. Uma possível hipótese para a demora da homologação do estatuto é o fato de que apenas dois Sindipetros PA/AM/MA/AP e Sergipe/Alagoas, ostentam serem filiados à Consultas. Isso porque, diferentemente da FUP, que tem em seu estatuto a filiação dos sindicatos de base à CUT, no estatuto da FNP não consta qualquer vínculo necessário com a Conlutas.

Enquanto a FNP se consolidava, a FUP continuou respaldada por 13 outras organizações<sup>48</sup>. Desse modo, teve sustentação para exercer o protagonismo como ator sindical capaz de pactuar o ACT com a empresa, bem como liderar a campanha nacional pela monopolização do setor petrolífero entre 2008 e 2010. Todavia, o surgimento da FNP acirrou

---

<sup>47</sup> O “APÊNDICE A – Organizações sindicais petroleiras (1950-2010)” resume as informações sobre a evolução histórica das organizações sindicais petroleiras e o nome atual de cada uma delas.

<sup>48</sup> Os sindicatos que subscrevem os ACT negociados pela FUP são: 1. Sindipetro-Rio Grande do Norte, 2. Sindipetro Bahia, 3. Sindipetro Minas Gerais, 4. Sindipetro Duque de Caxias, 5. Sindipetro Norte Fluminense, 6. Sindipetro São Paulo, 7. Sindipetro Santa Catarina, 8. Sindipetro Espírito Santo, 9. Sindipetro Pernambuco / Paraíba, 10. Sindipetro-Rio Grande do Sul, 11. Sindipetro Amazonas, 12. Sindipetro Ceará e 13. Sindiquímica Paraná (Sindicatos dos trabalhadores nas indústrias petroquímicas do Estado do Paraná). Disponível em: <https://www.fup.org.br/>. Acesso em: 9 jul. 2019.



a disputa pela hegemonia do movimento sindical petroleiro. Vejamos os detalhes da formação da FNP<sup>49</sup>.

Do ponto de vista dos sindicatos que formaria a FNP, se impôs a necessidade de criar uma federação para competir com a FUP pela hegemonia do sindicalismo petroleiro. Esse processo ocorreu ao longo da última década, quando os sindicatos da Frente Nacional dos Petroleiros (2006) fizeram sucessivas tentativas de criar um consenso para formar a federação. Os primeiros passos foram dados no III e IV Congressos da Frente Nacional dos Petroleiros. Em 2013, na cidade de Caraguatatuba-SP, houve uma assembleia chamada de “rerratificação” da fundação da FNP. Em 2017, a Petrobras reconheceu a FNP como ator sindical, mas faltava à entidade o reconhecimento jurídico. Em 2019, finalmente, a FNP tornou-se uma figura jurídica, o que a tornou apta a assinar os acordos coletivos: antes os sindicatos de sua base assumiam essa tarefa, sem a figura do coordenador da federação.

Enquanto, a FNP prosseguia nesse processo de formação de um consenso, a FUP deu continuidade à sua atuação sindical, como entidade hegemônica. Do ponto de vista sindical, como a cisão não impediu que a FUP continuasse a desempenhar o papel sindical, foi ela que tomou a iniciativa de negociar os acordos coletivos dos trabalhadores da Petrobras. Os sindicatos dissidentes ficaram condicionados, em sua ação sindical, aos movimentos abertos pela FUP na negociação com a Petrobras. Assim, restou a esses sindicatos a estratégia de retardar os indicativos de negociação com a empresa para apontar a FUP como responsável por não avançar mais na conquista de direitos para os trabalhadores (Batista, 2018).

Do ponto de vista político, a FUP manteve-se na dianteira da FNP. Na medida em que essa federação não perdeu legitimidade para pautar as questões atinentes à política do setor de petróleo no Brasil, tendo em vista que permanecendo como integrante da CUT, a FUP preservou os canais de atuação política que historicamente construiu com as lideranças cutistas. Assim, a FUP pautou já entre 2008 e 2010 a política da indústria de petróleo, e nessa ocasião os sindicatos dissidentes alinharam-se à iniciativa da FUP na construção de um projeto de iniciativa popular e na parceria com os movimentos sociais para influenciar na regulação do setor de petróleo, propiciada pela descoberta do pré-sal, que exigiu um novo marco regulatório para o setor.

---

<sup>49</sup> Essa Federação reúne cinco sindicatos em sua base: 1. Sindipetro Alagoas e Sergipe, 2. Sindipetro Litoral Paulista, 3. Sindipetro São José dos Campos, 4. Sindipetro Pará, Amazonas, Maranhão e Amapá e 5. Sindipetro Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.fnpetroleiros.org.br/a-federacao/historia>. Acesso em: 9 jul. 2019.

## As federações e os sindicatos: a divisão interna de poder na FUP e na FNP

A análise dos quadros diretos de cada federação permite observar a rotatividade nas direções; a distribuição de cargos entre homens e mulheres; e os sindicatos com maior poder, ou seja, aqueles que por força de seu poder associativo conseguem eleger mais dirigentes para o quadro diretivo da federação<sup>50</sup>.

Entre o XIV e XV Confup (ver APÊNDICE B – Direções executivas da FUP, 2008-2023), a renovação foi de apenas dois diretores. Havia uma mulher na direção eleita em 2008, já em 2011 não havia nenhuma representante feminina. Em 2008, a direção da FUP contava com dois representantes de sindicatos da oposição, que haviam protestado contra a repactuação do plano de previdência votada no XII Confup no ano de 2006. Esses dois representantes permaneceram na diretoria eleita em 2011.

Por força da saída dos sindicatos à esquerda da Articulação Sindical, a partir de 2008, se estabeleceu uma hegemonia de correntes sindicais da CUT e da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) dentro da FUP. Assim, no XIV Confup a chapa (única) vencedora era formada pelas correntes: Articulação Sindical Petroleira (ARTSIND-CUT); CUT Socialista e Democrática (CSD-CUT); Corrente Sindical Classista (CSC-CTB); e independentes. Além dessas correntes, eram considerados independentes os sindicalistas dissidentes que faziam oposição dentro da FUP.

Entre 2011 e 2014 houve um baixo índice de renovação na direção executiva da FUP. Dos 15 secretários eleitos em 2011, treze permaneceram na diretoria eleita em 2014. Porém, elegeu-se um novo coordenador, que estava presente na composição da diretoria anterior.

Além de um baixo índice de renovação na direção eleita em 2014, não foram eleitas representantes femininas nos dois últimos congressos (2011 e 2014) da FUP. De certo modo, a baixa representatividade feminina reproduz a distribuição de homens e de mulheres que existe entre os trabalhadores da Petrobras. De acordo com os dados sobre o estoque de trabalho de empresas estatais no setor petrolífero para o período 2006 e 2021 (Tabela 1) a distribuição média entre os sexos é de 84% para homens e 16% para mulheres.

---

<sup>50</sup> Os dados sobre a divisão dos cargos por sindicatos dentro das federações não permitem cobrir o período completo de existência dessas organizações. No caso da FUP, foi possível acessar os dados a partir do ano de 2008 (ver APÊNDICE B – Direções executivas da FUP, 2008-2023). No caso da FNP o período coberto (2022-2025) corresponde à derradeira direção (Ver APÊNDICE C – Diretoria Executiva da FNP (2022-2025)).

Tabela 1 - Estoque de emprego no mercado de trabalho da indústria de petróleo e gás de empresa estatal segundo sexo (RAIS 2006-2021)

Ano	Masculino	Feminino	Total
2006	85,93%	14,07%	100%
2007	86,66%	13,34%	100%
2008	85,62%	14,38%	100%
2009	85,46%	14,54%	100%
2010	84,65%	15,35%	100%
2011	84,92%	15,08%	100%
2012	84,52%	15,48%	100%
2013	84,28%	15,72%	100%
2014	84,16%	15,84%	100%
2015	83,98%	16,02%	100%
2016	83,63%	16,37%	100%
2017	83,78%	16,22%	100%
2018	83,45%	16,55%	100%
2019	83,35%	16,65%	100%
2020	82,99%	17,01%	100%
2021	82,19%	17,81%	100%
<b>Média</b>	84%	16%	100%

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS

No período 2014-2017 o coordenador da FUP foi reeleito. Mas houve uma expressiva renovação do quadro diretivo. Permaneceram apenas quatro diretores da direção anterior. Nessa gestão, três mulheres assumiram cargos titulares. Como nas duas últimas gestões não houve participação feminina na diretoria colegiada, foi justamente nesse período que se iniciaram as discussões acerca da representatividade feminina no sindicalismo petroleiro. Em 2022, a FUP divulgou um balanço da participação feminina em seus fóruns:

A participação feminina nas plenárias e congressos nacionais da FUP saltou de 5%, em 2010, para 19%, em 2021, chegando a alcançar 22% na Plenafup de 2019, a última realizada de forma presencial. O Coletivo também possibilitou a conquista histórica de oito vagas para as mulheres na direção da FUP. Desde a sua fundação, em 1994, a principal entidade sindical da categoria nunca havia tido mais do que uma mulher em sua diretoria e, quando teve, na grande maioria das vezes, foi em cargo de suplência<sup>51</sup>.

Embora o coletivo feminino da FUP tenha sido fundado em 2012, as discussões reapareceram apenas na VII Plenafup, realizada em 2018<sup>52</sup>. Entre o XVII (2017) e o XVIII Congresso da FUP (2020), manteve-se o percentual total de participação feminina nos cargos

<sup>51</sup> Disponível em: <https://fup.org.br/coletivo-de-mulheres-petroleiras-da-fup-completa-dez-anos/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

<sup>52</sup> Disponível em: <https://fup.org.br/mulheres-reafirmam-importancia-de-ocupacao-dos-espacos-politicos/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

diretivos, confirmando o processo que se iniciou no Congresso anterior. A diretoria executiva do período 2020-2023 conta com duas mulheres titulares e seis como suplentes.

Do ponto de vista da distribuição de cargos entre os sindicatos que formam a FUP (Tabela 2), observa-se o domínio de dois sindicatos mais tradicionais, o Sindipetro-BA, fundado ainda na década de 1950 pelos operários da Refinaria de Mataripe, em São Francisco do Conde (BA); o Sindicato Unificado de São Paulo, que reúne os trabalhadores de três regiões (Campinas, Mauá e São Paulo) – o Sindipetro Mauá foi fundado em 1959, o Sindipetro Paulínia/Campinas foi fundado em 1972. Em 2022, esses sindicatos unificaram-se para formar o Sindipetro Unificado de São Paulo. Os sindicatos mais novos desse grupo são: o Sindipetro Norte Fluminense e o Sindipetro Rio Grande do Norte, fundados em 1996 e 1983, respectivamente.

Tabela 2 - FUP: Distribuição de cargos (2011-2023)

Organização sindical	2011-2014		2014-2017*	2017-2020		2020-2023		Total
	Titulares	Suplentes	Titulares	Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes	
Unificado SP	1	2	2	2	1	2	2	12
Sindipetro BA	4	3	3	4	1	3	2	20
Sindipetro NF	2	2	2	2	3	5	2	18
Sindipetro MG	1	0	1	1	1	1	1	6
Sindipetro Caxias	1	1	1	1	2	1	2	9
Sindipetro RS	1	1	1	1	1	1	1	7
Sindipetro AM	1	1	1	0	1	1	1	6
Oposição LP/PA/RJ/SJC	3	3	3	1	2	0	0	12
Sindiquímica-PR	0	0	1	1	1	1	0	4
Sindipetro RN	2	1	1	2	1	1	1	2
Sindipetro PR/SC	1	1	1	1	1	1	1	7
Sindipetro PE/PB	0	1	0	1	0	1	0	1
Sindipetro CE/PI	0	1	0	0	1	0	2	4
Sindipetro ES	1	1	1	1	2	0	3	9
Total	18	18	18	18	18	18	18	126

Fonte: Elaboração própria com base em informações da FUP. \*Não há dados sobre suplentes.

Considerando a distribuição de cargos desde 2008, os Sindipetros BA/NF/SP têm a maioria de cargos titulares. De fato, os três primeiros sindicatos dominam a maior parte dos cargos no período considerado (2008-2020). Além disso, pertencem a esse grupo os três últimos coordenadores da FUP: João Antonio de Moraes (Sindipetro Unificado-SP), eleito em 2008 e reeleito em 2011; José Maria Rangel (Sindipetro do Norte Fluminense-SP), eleito em 2014 e reeleito em 2017; e Deyvid Bacelar (Sindipetro-BA), eleito em 2020 e reeleito em 2023.

A diretoria colegiada da FUP teve sua coordenação renovada em 2020. O novo coordenador eleito foi Deyvid Bacelar que ingressou na Petrobras em 2006, como técnico de segurança do trabalho na Refinaria de Mataripe. Foi representante dos/as trabalhadores/as no Conselho de Administração da Petrobras no biênio (2015-2016). Bacelar tornou-se o primeiro coordenador da nova geração, que entrou na empresa durante os governos do PT<sup>53</sup>.

Os dois coordenadores anteriores ingressaram na empresa estatal na década de 1980. João Antonio de Moraes, eleito em 2008 e 2011, ingressou no ano de 1984 como técnico de operação da Refinaria de Capuava (Mauá-SP). Em 1996 foi eleito presidente do Sindipetro Mauá, em 2002 tornou-se o primeiro presidente do Sindipetro Unificado<sup>54</sup>.

José Maria Rangel ingressou na Petrobras como técnico de manutenção no ano de 1985. Tornou-se representante sindical pela primeira vez em 1993. Fez parte do grupo que fundou o Sindipetro NF, e em 2004 tornou-se presidente desse sindicato<sup>55</sup>.

A hegemonia dessa trinca de sindicatos no controle da maior parte dos cargos mais importantes da FUP pode estar relacionada ao fato de esses sindicatos possuírem as maiores bases e poderem, assim, aferir a maior representatividade nos congressos eleitorais. A Bahia é a região produtora de petróleo mais tradicional do país. Na base do Unificado-SP encontram-se as refinarias de Paulínia (a maior do país em capacidade de refino) e de Mauá; o Norte Fluminense se destaca pela produção de petróleo nas plataformas marinhas. A base desses sindicatos é formada, majoritariamente, por operadores de nível técnico que atuam nas áreas operacionais. Segundo os dirigentes sindicais esse é o perfil mais comum dos sindicalizados, uma vez que os funcionários de escritório são mais resistentes à filiação.

Aí os 9 mil que nós temos da base, que a nossa base é em torno de 9 mil trabalhadores da Petrobras, desses 9 mil nós temos 3 mil não filiados e

---

<sup>53</sup> Disponível em: <https://fup.org.br/deyvid-bacelar-assume-coordenacao-geral-da-fup/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

<sup>54</sup> Disponível em: <https://fup.org.br/o-novo-coordenador-da-fup-fala-sobre-os-desafios-da-gestao-da-federacao-que-foi-eleita-no-xiv-confup/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

<sup>55</sup> Disponível em: <https://fup.org.br/xvi-confup-aprova-apoio-a-dilma-e-elege-jose-maria-rangel-novo-coordenador-da-fup-3/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

majoritariamente do administrativo, no offshore nos temos aí 90% de filiação. No administrativo não, isso fica para 50%, fica um percentual bem menor, 40, 50%, então o trabalhador das áreas operacionais, é que são os que fazem a greve, é os que estão junto o tempo inteiro e tal. (Pedro, dirigente sindical)

Os trabalhadores dessas bases tendem a hegemonizar a pauta sindical da FUP, com destaque para as questões de segurança no trabalho, assistência médica e jornada. As questões relativas à segurança nas plataformas e áreas operacionais demandam um trabalho especial dos diretores sindicais.

Nós, eu diria que esse foi um ponto que também foi muito importante pra gente. Muito importante para a gente. Eu me lembro que quando a gente começou o governo do PT, 2003, até dois mil e... 2003 até 2007, 2008 todo ano você tinha uma queda de helicóptero, e nós atuamos de uma maneira muito firme nessa questão da segurança de voo. E que a gente conseguiu, hoje... há quantos anos você não escuta falar que caiu um helicóptero nas operações marítimas da Petrobras? Isso eu tenho muito orgulho que foi uma intervenção pesada nossa, mas muito firme nossa mesmo. E da mesma forma o número de óbitos na indústria do petróleo caiu muito, também por uma intervenção nossa. Trabalho muito bem feito que nós pegamos CAT's com subnotificação de ata de CIPA. Nós fizemos. Nós fizemos um trabalho muito minucioso [...]. (Otávio, dirigente sindical)

Parte da legitimidade do sindicalismo petroleiro com sua base se deve a esse tipo de atuação.

No XVIII (2020) Confup, os sindicatos das bases de São Paulo, da Região Produtora da Bahia e do Norte Fluminense permaneceram como o grupo hegemônico dentro da FUP. Como já dissemos, esse domínio pode estar relacionado ao fato de essas áreas desenvolvem, majoritariamente, atividades de exploração, produção e refino de petróleo. Nessas áreas o perfil majoritário dos trabalhadores é mais sensível à organização sindical, segundo os dirigentes sindicais<sup>56</sup>.

Na FNP os Sindipetros RJ/LP/AL/SE hegemonizaram a distribuição de cargos diretivos. Apesar da distribuição de cargos entre os sindicatos ser paritária, os dois primeiros dividem o posto de maior destaque político da federação, são os secretários gerais. O Sindipetro RJ tem mais de um terço dos cargos diretivos, e as entidades do Litoral Paulista e de Sergipe e Alagoas são contemplados com outros seis cargos na diretoria executiva, três para cada<sup>57</sup>.

Esse grupo de sindicatos é majoritariamente perfilado por trabalhadores de áreas operacionais, mas o sindicato como maior número de sócios, o Sindipetro RJ tem em sua base

<sup>56</sup> Os dados da Tabela 4 (a baixo), referente ao XI Congresso da Federação Nacional dos Petroleiros, realizado em 2017, confirmam essa ideia. Os Sindipetros BA/NF/SP aparecem como aqueles que possuem o maior número de sócios.

<sup>57</sup> O APÊNDICE C – Diretoria Executiva da FNP (2022-2025), resume as informações sobre a divisão interna de poder entre as organizações sindicais que formam a FNP.

os escritórios da Petrobras na cidade do Rio de Janeiro. Isso é o que o diferencia com relação ao grupo sindical hegemônico da FUP, cujo perfil dominante é de trabalhadores de áreas operacionais.

Tabela 3 - FNP: Distribuição de cargos (2022-2025)

Organizações sindicais*	Titulares	Suplentes	Conselhos Fiscal e de Ética	Total
Sindipetro LP	3	3	2	6
Sindipetro RJ	6	6	2	12
Sindipetro SJC	2	2	2	4
Sindipetro AL/SE	3	3	2	6
Sindipetro PA/AM/MA/AP	2	2	2	4
Total	16	16	10	32
Sexo	Titulares	Suplentes	CFE	Total
Masculino	13	14	10	37
Feminino	3	2	0	5
Total	16	16	10	42

Fonte: Elaboração própria com base em informações da FNP. \*Cada sindicato conta com um representante nos Conselhos Fiscal e de Ética (CFE).

A diretoria eleita para o triênio 2022-2025 conta com três mulheres em cargos titulares e mais duas na suplência (ver Tabela 3). Porém, não há participação feminina nos Conselhos Fiscal e de Ética. Dos 42 cargos da FNP, apenas cinco são ocupados por mulheres.

Tabela 4 - Estimativa de sócios 11º CNFNP

Sindicatos	Sócios <sup>58</sup>	Delegados	Observadores	Convidados	Total
Sindipetro RJ	4.629	24	5	5	34
Sindipetro AL/SE	3.563	16	5	5	26
Sindipetro Litoral Paulista	4.066	16	5	5	26
Sindipetro PA/AM/MA/AP	1.103	12	5	5	22
Sindipetro S. J. dos Campos	1.100	12	5	5	22
Oposição do Unificado de SP	3.000	2	1	0	3
Oposição N. Fluminense / RJ	7.100	2	1	0	3
Oposição de Caxias / RJ	1.700	2	1	0	3
Oposição de Minas Gerais	1.120	2	1	0	3
Oposições do RN	2.588	2	1	0	3
Oposição do Sindipetro RS	1.366	2	1	0	3
Oposição do Sindipetro Bahia	9.700	2	1	0	3
Conselheiros da Petros	-	0	0	8	8
AEPET / convidados	-	0	0	2	2
AMBEP	-	0	0	2	2
FENASPE	-	0	0	2	2
Sindipetro CE/PI	-	0	0	2	2
Sindipetro ES	-	0	0	2	2
Total (delegados observadores e Convidados)	-	94	32	43	169

Fonte: Elaboração própria com base nos dados publicados na Proposta de Regimento e Funcionamento do XI Congresso da FNP (2017, p. 4)<sup>59</sup>.

<sup>58</sup> Os dados se referem a trabalhadores da ativa e aposentados, por isso nos casos do Nordeste e do Norte a porcentagem de sócios ultrapassa 100% do efetivo da empresa.

<sup>59</sup> Disponível em: <https://fnpetroleiros.org.br/a-federacao/congresso>. Acesso em 25 jan. 2023.

Os dados da Tabela 4 confirmam a análise precedente acerca dos grupos de sindicatos hegemônicos tanto na FUP, quanto na FNP<sup>60</sup>. Os sindicatos que possuem maior número de cargos e elegem coordenadores, no caso da FUP, e secretaria geral, no caso da FNP, são os sindicatos com maior número de sócios. Por óbvio, como o número de sócios é o critério para eleger delegados para os congressos, os sindicatos com mais associados, nos congressos, tendem a ter o controle das atividades, bem como têm maiores chances de transferir o poder de associação da base para os congressos, elegendo mais secretários e, articulando-se com outras entidades para determinar a escolha do coordenador, no caso da FUP, e dos dois secretários gerais, no caso da FNP.

Tabela 5 - Efetivo Petrobras Controladora por região em 2017<sup>61</sup>

Região	Efetivo Petrobras	Sócios dos sindicatos em 2017	Relação sócios / efetivo Petrobras 2017
Sudeste	34.456 (34.633)	22.795	65%
Nordeste	8.963	15.851	176% <sup>62</sup>
Sul	2.397	1.366	56%
Norte	986	1.103	111%
Centro-Oeste	177 <sup>63</sup>	-	-

Fonte: Elaboração própria.

Uma peculiaridade do sindicalismo petroleiro é o peso dos/as trabalhadores/as aposentados entre os sócios dos sindicatos (Tabela 5). A relação entre sócios (que inclui tanto os/as trabalhadores/as da ativa, quanto os/as aposentados/as) e efetivos mostra que em algumas regiões, como o Nordeste e o Norte, o número de sócios supera o número de trabalhadores efetivos.

Os sindicatos petroleiros contam com a permanente adesão dos/as aposentados/as por força de dois fatores. O primeiro, diz respeito ao plano de saúde, a antiga AMS, atual Saúde Petrobras, cujo custeio depende do poder dos sindicatos de impedir maiores descontos por parte da empresa. A partir de 2017, quando a nova legislação (CGPAR – 23/2017) promoveu aumentos de repasses para os trabalhadores, tanto da ativa, quanto aposentados, essa questão passou a ser um ponto delicado para os sindicatos e as federações.

<sup>60</sup> Estimamos a confiança relativa desses dados tendo em vista que foram utilizados como métrica para a composição do quadro de delegados no XI Congresso da FNP realizado em 2017.

<sup>61</sup> Fonte: Relatório de Sustentabilidade da Petrobras 2017, p. 29. Disponível em: [Relatórios Anuais - Petrobras \(investidorPetrobras.com.br\)](http://relatorios.annuals-petrobras.com.br). Acesso em: 25 jan. 2023.

<sup>62</sup> A porcentagem das regiões Norte e Nordeste ultrapassa 100% porque os sindicatos dessa região apresentam muitos aposentados como sócios.

<sup>63</sup> Os trabalhadores do Centro-Oeste encontram-se na base do Sindipetro Unificado de São Paulo.



O segundo fator está relacionado com o plano de previdência complementar dos petroleiros, o Plano Petros. Os petroleiros indicam conselheiros fiscais para a gestão do plano. Esses conselheiros exercem a função de fiscalizar a gestão financeira do fundo, o que é do interesse dos aposentados. Contudo, não depende dos conselheiros eleitos pelos trabalhadores a alocação de recursos do fundo, tampouco a definição da carteira de investimentos, que depende do conselho deliberativo, indicado pela empresa estatal, a principal mantenedora do fundo.

A título de exemplo, no XII Confup (2006), quando o setor majoritário dos petroleiros encaminhou a pauta da repactuação do plano de previdência complementar, encaminharam também, com ou sem intenção, a cisão federativa. Os sindicatos com maior peso de sócios aposentados lideraram a saída da FUP. Esses eram os Sindipetros LP/RJ, dois dos mais tradicionais do sindicalismo petroleiro.

Todavia, a afinidade demonstrada pelo setor majoritário com a proposta da nova gestão da estatal com vistas a reequilibrar a gestão do fundo para acessar o mercado de crédito internacional (Sousa, 2016) e, assim, financiar a expansão dos investimentos da empresa estatal não era estranha à identidade que esse grupo vinha afirmando. Apesar da questão da quebra da solidariedade intergeracional, o setor majoritário da FUP estava optando pela via que permitiria a retomada da capacidade estratégica da Petrobras, como os petroleiros vinham defendendo desde pelo menos 2002. Isso explica, em parte, a permanência de sindicatos tradicionais como os da Bahia e os de São Paulo na FUP.

Ao mesmo tempo, e nos anos subsequentes, os petroleiros foram capazes de recuperar os direitos no ACT e ampliar a representação dos sindicatos em números absolutos (Pereira; Neto 2019), fenômeno correlato à recomposição do efetivo por parte da empresa. Ambos interesses foram aferidos pelos petroleiros sob o governo Lula.

Desse modo a relação dos petroleiros não poderia deixar de ser prenhe de contradições, porque assim foram também as relações do sindicalismo, em geral, com esse governo (Araújo; Oliveria, 2011; Krein; Teixeira, 2014; Ladosky; Rodrigues, 2018). Assim, se a autonomia esteve ameaçada quando o setor majoritário optou pela repactuação, não se pode deixar de pontuar que simultaneamente os petroleiros obtinham ganhos do ponto de vista sindical. O acordo coletivo que havia sido dilapidado ao longo dos anos 1990, sob os governos do PT, estava sendo reconstruído.

Portanto, a face sindical da FUP se mostrava ativa e efetiva. Se a face política parecia ceder ao governo (conforme o ponto de vista da oposição à FUP), não se pode esquecer de

pontuar que o alinhamento do setor majoritário à repactuação, ao garantir a recuperação do papel macroeconômico da Petrobras (Alveal Contreras, 1994) contribuía também para que as bases de poder do sindicalismo petroleiro fossem restabelecidas. Sobretudo, no que diz respeito ao efetivo da empresa. No começo dos anos 2000, o efetivo da empresa estatal era de menos de 40 mil, ao final da década já passava de 80 mil trabalhadores/as próprios/as (Pereira; Neto 2019).

A partir de 2008, a questão da autonomia relativa do sindicalismo petroleiro com relação ao governo petista ganhará um novo capítulo quando se abriu o processo de redefinição da política petrolífera por força da descoberta e confirmação das reservas de petróleo na camada do pré-sal entre 2007 e 2008. Então, os petroleiros não vão aderir ao projeto do governo que conciliava interesses privados e públicos. Afirmando sua autonomia, os petroleiros lutaram pela restituição do monopólio estatal executado pela Petrobras. Tal movimento encontrou respaldo, e foi respaldado, pelo elemento fulcral da identidade sindical petroleira: a defesa do monopólio estatal no setor petrolífero.

Entretanto, a face política e a capacidade de agir estrategicamente nessa campanha, que se estenderá pelo período de 2008 a 2010, foi possível para os petroleiros por força de sua peculiar situação em um setor estratégico (Silver, 2005), tanto do ponto de vista econômico e político, quanto do ponto de vista social. Esse caráter estratégico, aliado às peculiaridades da formação do sindicalismo petroleiro em torno de uma identidade coletiva e de interesses de cunho nacionalista, define também o caráter de um ator político especial.

No próximo capítulo analiso as bases do poder sindical petroleiro.

## Capítulo 7 – O sindicalismo petroleiro: poder sindical, recursos poder e revitalização

A dimensão estritamente corporativa do sindicalismo petroleiro é uma de suas características distintivas no cenário sindical brasileiro. Os petroleiros, por força da posição estratégica ocupada na estrutura produtiva (Silver, 2005; Webster, 2013), foram capazes de, historicamente, construir um ACT muito específico, com uma cesta de direitos especialmente moldada pelas necessidades e demandas dos/as trabalhadores/as das áreas operacionais da indústria de petróleo e gás.

Após a acumulação de perdas de direitos e do declínio dos salários na década de 1990 (Rizek, 1998; Scaletsky, 2003; Romão, 2006), durante os anos 2000, os petroleiros puderam recuperar, consideravelmente, o que haviam perdido. Na verdade, o período compreendido entre 2003 e 2015, que coincide com os governos trabalhistas, é caracterizado por um excepcional desempenho positivo da ação sindical petroleira. Entre 2003 e 2014, esses trabalhadores petroleiros “conquistaram ganhos reais em seus salários de 35,4%.” (Pereira; Neto 2019).

### Poder sindical e recursos de poder

No Brasil, a representação de interesses de classe por categorias profissionais consagrou-se como tradição desde, pelo menos, o Decreto 1.637 de 1907, que legou às entidades sindicais uma identidade jurídica, portanto, conferindo-lhes o reconhecimento legal para pleitear, perante os poderes públicos, a arbitragem das relações de trabalho (Santos, 1979). Assim, quando a unicidade sindical foi instituída pelos técnicos do, então, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no projeto de lei sindical de 1931, tal instituto encontrava lastro no costume da representação de interesses por categoria profissional (Gomes, 2003)<sup>64</sup>.

Reformado em 1934, pelas tendências pluralistas do novo pacto político (Vianna, 1999), a unicidade foi reinstituída sob a legislação autoritária do Estado Novo e ratificada em 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A partir de 1946, sob a primeira experiência democrática, a estrutura sindical corporativa, a despeito de livrar-se das feições autoritárias do corporativismo estado-novista, consagrou o imposto e unicidade sindicais, além da

---

<sup>64</sup> Se a lei de 1907 reconheceu às entidades sindicais identidade jurídica, portanto, conferindo-lhes o reconhecimento legal para pleitear perante os poderes públicos os direitos do trabalho, a lei de 1931 “ressaltava a profissão como ‘unidade social’ e a necessidade de o sindicato ser seu único órgão representativo, fortalecendo-se, com isso, os trabalhadores diante dos patrões” (Gomes, 2003, p. 19).

representação por categoria profissional (Comin, 1995; Cardoso, 2003; Ladosky, 2008). Com a Constituição de 1988 eliminou-se a tutela estatal sobre a vida sindical, mas as linhas gerais desse arranjo foram mantidas. Por sua vez, o imposto sindical deixou de ser obrigatório apenas em 2017 (Galvão; Teixeira, 2018).

Sendo assim, importa-nos reter a proposição segundo a qual a pactuação das relações de trabalho depende da força das categorias profissionais<sup>65</sup>. Em outras palavras,

[...] a diferenciação social e o peso relativo de uma categoria ocupacional, no processo de acumulação, são insuficientes para produzir consideráveis mudanças de curso na produção de políticas governamentais, se não são acompanhados por simultânea estruturação organizacional. (Santos, 1979, 33-34)

Esse ponto de vista foi confirmado pelas recentes pesquisas sobre a legislação sindical, que definem o quadro normativo legado pela Constituição de 1988 como tendo assumido um caráter híbrido (Comin, 1995; Cardoso, 2003). Esse quadro combinaria elementos neocorporativos e pluralistas (Ladosky, 2015) exemplificados, respectivamente, pelos arranjos tripartites e pelas possibilidades de competição nas bases sindicais. E, em outro nível, pela possibilidade diferenciada de certos grupos influenciarem o processo político (Almeida, 1996).

Com efeito, não basta que os sindicatos tenham identidade jurídica, que o poder público sustente um direito do trabalho se, simultaneamente, não houver “estruturação organizacional”, ou seja, se as entidades representativas dos/as trabalhadores, diferenciadas por categorias profissionais, não desenvolveram a capacidade de impor seus interesses pela força de sua ação coletiva. Um bom exemplo disso é fornecido por Santos (1979):

O conformismo rural, até meados da segunda metade da década de 50, assim como a dificuldade de organizar as demandas de duas parcelas ponderáveis da estratificação ocupacional urbana – as empregadas domésticas e os trabalhadores autônomos –, em razão de sua fragmentação e dispersão, respondem pelo atraso, ou descuido, da ação protecionista governamental em relação a elas. Pela mesma razão, é a agitação camponesa que se deflagra na segunda metade da década dos 50 que irá provocar a atenção do poder público para os problemas de acumulação e equidade na área rural, refletida na promulgação da Lei 4.214, de 2 de março de 1963, sob a solene denominação de Estatuto do Trabalhador Rural, o qual, não obstante, revelou ser apenas outro exemplo de manipulação simbólica de estatutos legais, uma vez que não lhe foram definidos os meios materiais – financeiros e outros – de operação efetiva (Santos, 1979, p. 33-34).

---

<sup>65</sup> Seguimos aqui a observação seminal de Wanderley Guilherme dos Santos que, examinou o histórico da legislação social no Brasil e sua evolução a partir dos conflitos sociais engendrados pela esfera das relações de trabalho.

Assim, as categorias ocupacionais mais fortes conseguiram proteção antes que as menos organizadas. Esse foi o caso dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e das empregadas domésticas que alcançaram os direitos básicos do trabalho apenas nas décadas de 1960 e 1970, respectivamente (Santos, 1979), décadas depois que algumas categorias de trabalhadores empregados na indústria, por exemplo.

Identificando a relação fundamental entre a existência do direito do trabalho e sua efetividade, que depende do poder de organização dos sindicatos, a interpretação de Santos (1979), tem seu potencial analítico ampliando quando combinamos sua proposição básica com o conceito de sistema legislado de relações de trabalho (Noronha, 2000). Esse sistema é caracterizado por uma “forte presença da lei na estruturação do mercado de trabalho” brasileiro. Segundo essa tese, as relações de trabalho são negociadas em três espaços normativos: “o legislativo, a contratação coletiva e as normas das empresas definidas unilateralmente pelos empregadores” (Noronha, 2000, p. 241).

Com o auxílio desse conceito é possível ampliar a precisão da análise da efetividade da legislação trabalhista pela distinção entre as diferentes esferas de regulação. Contudo, aqui faz-se necessária uma ressalva. Embora reconheçamos a “forte presença da lei na estruturação do mercado de trabalho” brasileiro, cabe lembrar que nosso argumento principal reforça a ideia de que a lei, a contratação coletiva e as normas têm efetividade, ou não, segundo o poder de organização dos/as trabalhadores/as, em geral, e de categorias ocupacionais em particular. Ou seja, o conflito de classes entendido como processo aberto (Thompson, 2019), e socialmente diferenciado por força das tendências inerentes à complexificação da divisão social do trabalho, é central para a estruturação da perspectiva aqui desenvolvida.

Desse modo, entendemos que o acordo coletivo de trabalho não reproduz automaticamente os direitos da malha de proteção social constituída. Ou seja, a proteção social está prevista tanto na legislação trabalhista, quanto na sindical, mas por força da tradição do modelo categorial de pactuação das relações de trabalho os acordos coletivos de trabalho ou as convenções coletivas não reproduzem automaticamente toda a cesta de direitos legislados. Isso depende da força da ação coletiva, do poder organizacional de cada grupo. Em outras palavras, entre a possibilidade e a realização dos direitos, o poder sindical é o recurso decisivo.

Nesse sentido, cabe enfatizar que o poder público reconheceu a organização de sindicatos profissionais no Brasil em 1907. Se o poder dos sindicatos não se fez manifestar de imediato, não se deve ao poder restritivo da lei, mas à força relativa dos trabalhadores, pois “os limites de ação de qualquer organização social, definidos por lei, serão ou não respeitados por

força do peso político dos grupos que lhes dão vida, antes que pela obediência formal aos estatutos legais” (Santos, 1979, p. 21).

A posição estratégica dos petroleiros na estrutura produtiva do setor petrolífero lhes confere um peso político diferenciado, bem como a possibilidade de pactuar relações de trabalho especialmente adequadas às necessidades da indústria petrolífera.

Do ponto de vista da segurança do trabalho, a indústria petrolífera está entre as que mais vitimam<sup>66</sup>. Com efeito, esse tema requereu uma política específica do sindicalismo petroleiro, o qual destacou, tanto no plano das federações quanto, no plano dos sindicatos, direções especializadas na pauta da segurança no trabalho. O tópico “Saúde e Segurança” forma um capítulo inteiro do ACT dos petroleiros<sup>67</sup>. Também por questões de segurança, as atividades produtivas da indústria de petróleo e gás demandam uma mão-de-obra especialmente qualificada. O treinamento prévio e constante é uma premissa dessas atividades.

A demanda por mão-de-obra com qualificação e conhecimento técnicos especiais tornam os custos com a reprodução da força de trabalho outro fator distintivo dessa indústria. Os petroleiros possuem, por força de suas qualificações, grande poder relativo de barganha, pois situam-se em um setor estratégico do ponto de vista econômico e logístico. O poder estrutural (Schmalz; Ludwig; Webster, 2018a) está diretamente relacionado a esse tipo de inserção na estrutura econômica. Tal potencial permite aos trabalhadores alcançarem poder de barganha tanto no local de trabalho e quanto no mercado de trabalho.

Todavia, esse potencial é limitado pelo fato de o setor de petróleo e gás ser considerado essencial. Se toda greve petroleira coloca no horizonte a possibilidade do desabastecimento, essa possibilidade é limitada pela lei de greve<sup>68</sup> que enquadra essa categoria como prestadora de serviço essencial, o que, em tese, lhe proibiria de efetuar uma paralisação total.

---

<sup>66</sup> Em 16 de agosto de 1984, ocorreu o maior acidente da história da indústria de petróleo e gás no país. Morreram 37 petroleiros e 19 ficaram feridos na queda de uma baleeira que transportava os trabalhadores na plataforma de Enchova na Bacia de Campos no estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.fup.org.br/ultimas-noticias/item/24290-35-anos-do-acidente-de-enchova-pior-acidente-de-trabalho-da-Petrobras;https://www.fup.org.br/ultimas-noticias/item/24291-ato-no-heliporto-do-farol-nesta-manha-lembra-35-anos-da-tragedia-de-enchova>. Acesso em: 16 abr. 2020.

<sup>67</sup> O Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) dos empregados da Petrobras contém benefícios específicos pelas seguintes razões: “A primeira e mais importante é que ele é coletivo e negociado pelos representantes sindicais para todos os trabalhadores do Sistema Petrobras. Composto por direitos específicos dos riscos dessa profissão, que foram conquistados ao longo dos anos, que a CLT não consegue garantir. Nosso ACT é a segurança que iremos voltar para nossa família em segurança, após uma jornada de trabalho”. Disponível em: <https://www.fup.org.br/ultimas-noticias/item/24276-Petrobras-propoe-fim-do-acordo-coletivo-de-trabalho>. Acesso em: 16 abr. 2020.

<sup>68</sup> Trata-se da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, que dispõe sobre o exercício do direito de greve, limitando-o no caso de atividades essenciais. “Art. 10 – São considerados serviços ou atividades essenciais: I – tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis; [...]. Art. 11 – Nos serviços ou atividades essenciais, os sindicatos, os empregadores e os trabalhadores ficam obrigados, de comum acordo, a

Outra dimensão relativa à posição estratégica dos petroleiros é que as próprias características da organização do trabalho nas áreas operacionais favorecem o desenvolvimento do poder associativo (Schmalz; Ludwig; Webster, 2018a). Este último é entendido como a capacidade de agir para exercer pressão em prol de um interesse do coletivo. Assim, integrada desde o processo de trabalho, essa categoria apresenta forte capacidade de ação coletiva com destacado impacto político (Brant, 1990; Romão, 2006).

Ao mesmo tempo, as bases do poder estrutural e associativo do sindicalismo petroleiro são reforçadas pelas características socioeconômicas associadas ao grupo de trabalhadores/as que representa.

#### Características socioeconômicas dos trabalhadores da Petrobras

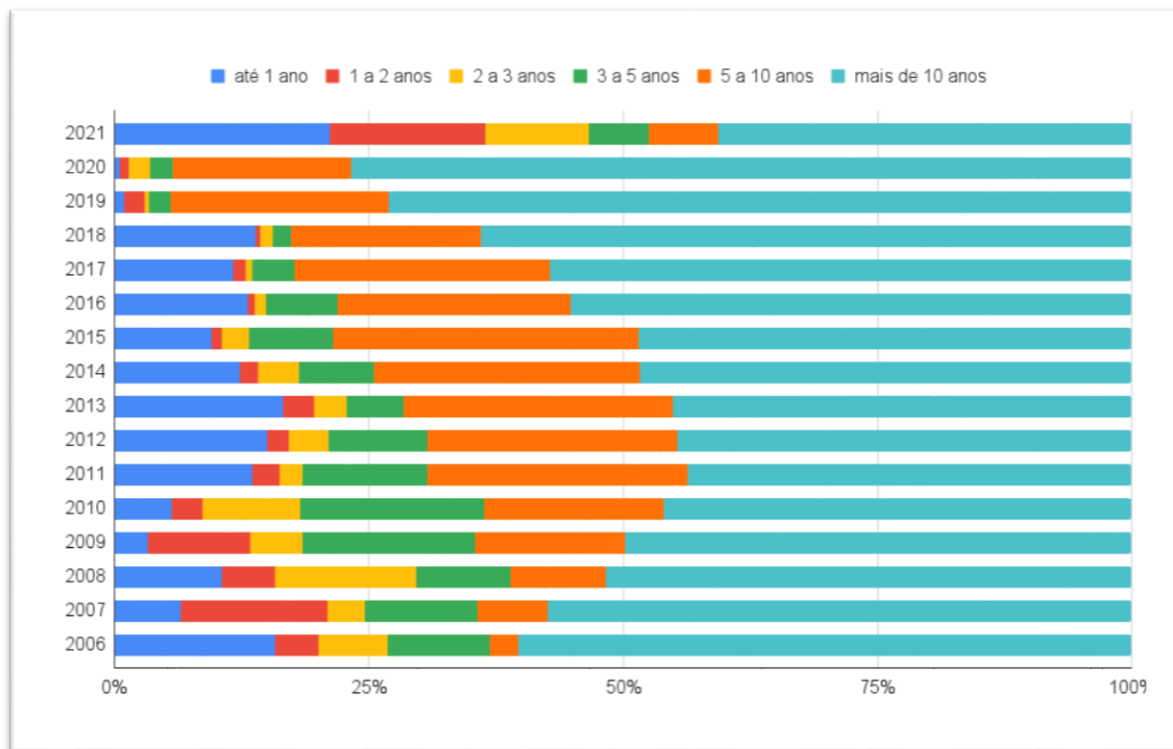
O exame da composição particular dos mercados de trabalho é fundamental para a compreensão das especificidades das formas de organização sindical, bem como do potencial de ação coletiva de diferentes frações da classe trabalhadora (Offe, Wiesenhal, 1984; Lima, 1996; Cardoso, 1999). A premissa desse tipo de análise é que tende a existir uma relação de mútuo reforço entre as características socioeconômicas de setores específicos do mercado de trabalho e o desempenho da ação sindical. Essa relação pode ser favorável ou desfavorável. O perfil geral dos/as trabalhadores/as da Petrobras tende a favorecer o desempenho efetivo da ação coletiva.

No entanto, há outro fator que distingue o mercado de trabalho formado pelos/as trabalhadores/as da Petrobras. É que as características gerais desse mercado se aproximam de uma situação típica de mercado de trabalho interno (Souza, 1978; Pochmann, 2014). Tais características tendem a influenciar positivamente no potencial da ação sindical. Dentre as principais características de um mercado de trabalho interno encontra-se uma longa durabilidade do vínculo. Os dados do Gráfico 1 demonstram a predominância de uma longa duração do vínculo empregatício da força de trabalho diretamente empregada na Petrobras.

---

garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.” Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17783.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17783.HTM). Acesso em: 8 set. 2020.

Gráfico 1 - Tempo de empresa (RAIS 2006-2021)



Fonte: Elaboração própria com base em dados da RAIS vínculos.

Na maior parte da série, que cobre o período de 2006 a 2021, a maioria da força de trabalho encontra-se na faixa de tempo que supera os dez anos de empresa. Como a média geral de tempo na ocupação do mercado de trabalho brasileiro encontra-se no patamar intermediário entre 75 e 100 meses (Colombi *et al*, 2022, p. 98), o que equivaleria a sete anos em média, então o tempo de empresa dos petroleiros encontra-se, de fato, acima da média.

Nos anos de 2020 e 2019 se pode observar as frequências mais altas da série para o grupo com mais de dez anos de empresa, com 76,76% e 73,07% (ver Tabela 6), respectivamente. Contudo, a faixa de mais de 10 anos apresentou sua menor proporção logo em seguida, no ano de 2021. Em hipótese, isso pode estar relacionado à venda de ativos concluídas até esse ano. Ao mesmo tempo, as faixas de até um ano e de um a dois anos de empresa apresentam maior representatividade também em 2021<sup>69</sup>.

Do ponto de vista da ação sindical, o tempo de empresa, ou a rotatividade relativa no emprego, é um fator relevante para o desenvolvimento das atividades sindicais (Rodrigues,

<sup>69</sup> A partir de 2020, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) incorporou informações do eSocial e do empregadorWeb (registro de seguro-desemprego). Essa operação tende a inflar o saldo de vínculos. Assim, a sensível diferença verificada em 2021 também pode ser explicada pela alteração metodológica na produção dos dados da Caged.



2003). A duração do vínculo favorece, por exemplo, a formação de uma identidade coletiva (Offe; Wiesenthal, 1984), bem como, tende a favorecer a produção e a reprodução de lideranças sindicais (Cardoso, 1999). Essas últimas relações, por sua vez, encontram-se fundamentalmente associadas à reprodução da identidade sindical do grupo. Os dados da Tabela 6 reforçam que, ao longo da série, o grupo com “mais de 10 anos de empresa” sempre foi o majoritário entre os/as trabalhadores da Petrobras.

Tabela 6 - Tempo de empresa (RAIS 2006-2021)

Ano	até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 10 anos	mais de 10 anos	Total
2021	21,09%	15,32%	10,20%	5,88%	6,81%	40,70%	100,00%
2020	0,41%	0,90%	2,14%	2,30%	17,48%	76,76%	100,00%
2019	0,85%	2,02%	0,50%	2,15%	21,42%	73,07%	100,00%
2018	13,84%	0,43%	1,23%	1,83%	18,69%	63,98%	100,00%
2017	11,65%	1,24%	0,58%	4,24%	25,13%	57,16%	100,00%
2016	13,07%	0,68%	1,10%	7,10%	22,87%	55,18%	100,00%
2015	9,48%	0,99%	2,67%	8,30%	30,01%	48,54%	100,00%
2014	12,27%	1,79%	4,03%	7,43%	26,13%	48,35%	100,00%
2013	16,59%	2,94%	3,24%	5,60%	26,43%	45,20%	100,00%
2012	14,98%	2,16%	3,86%	9,73%	24,58%	44,70%	100,00%
2011	13,52%	2,69%	2,17%	12,32%	25,59%	43,71%	100,00%
2010	5,65%	3,00%	9,60%	18,13%	17,54%	46,09%	100,00%
2009	3,21%	10,09%	5,18%	16,98%	14,68%	49,87%	100,00%
2008	10,52%	5,28%	13,82%	9,29%	9,32%	51,77%	100,00%
2007	6,47%	14,39%	3,77%	11,04%	6,95%	57,38%	100,00%
2006	15,75%	4,21%	6,86%	10,04%	2,81%	60,33%	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base em dados da RAIS vínculos.

Outro fator associado à longa duração do vínculo, e mantendo com esse uma relação de mútuo reforço, é o nível de renda aferido pelos indivíduos no mercado de trabalho (ver Tabela 6). Em conformidade com o funcionamento de mercados internos, que contam com planos de carreira e diversos níveis de evolução salarial (Pochmann, 2014; Souza, 1978), a renda aferida pelo trabalho tende a evoluir de acordo com o tempo de empresa. Assim, a renda aferida por esses indivíduos é relativamente mais alta do que a média geral do mercado de trabalho brasileiro, que se encontra no patamar próximo a três mil reais (Colombi *et al*, 2022).

Simultaneamente, para aferir uma renda mais alta, esses indivíduos tendem a querer permanecer por mais tempo na empresa. Como exemplifica o caso seguinte: o salário motivou Elias a permanecer na empresa quando os planos iniciais eram outros: “[...] eu entrei falando que eu ia ficar 5 anos e sair. Fazer um pé de meia e sair. Só que não tem como, sabe. Assim, ainda mais que é muito bom o salário, eu não reclamo [...]” (Elias, empregado da Petrobras, setor administrativo) Elias ingressou na empresa em 2007. Nos concedeu entrevista em 2021.

Tabela 7 - Faixa salarial (RAIS, 2006-2021)

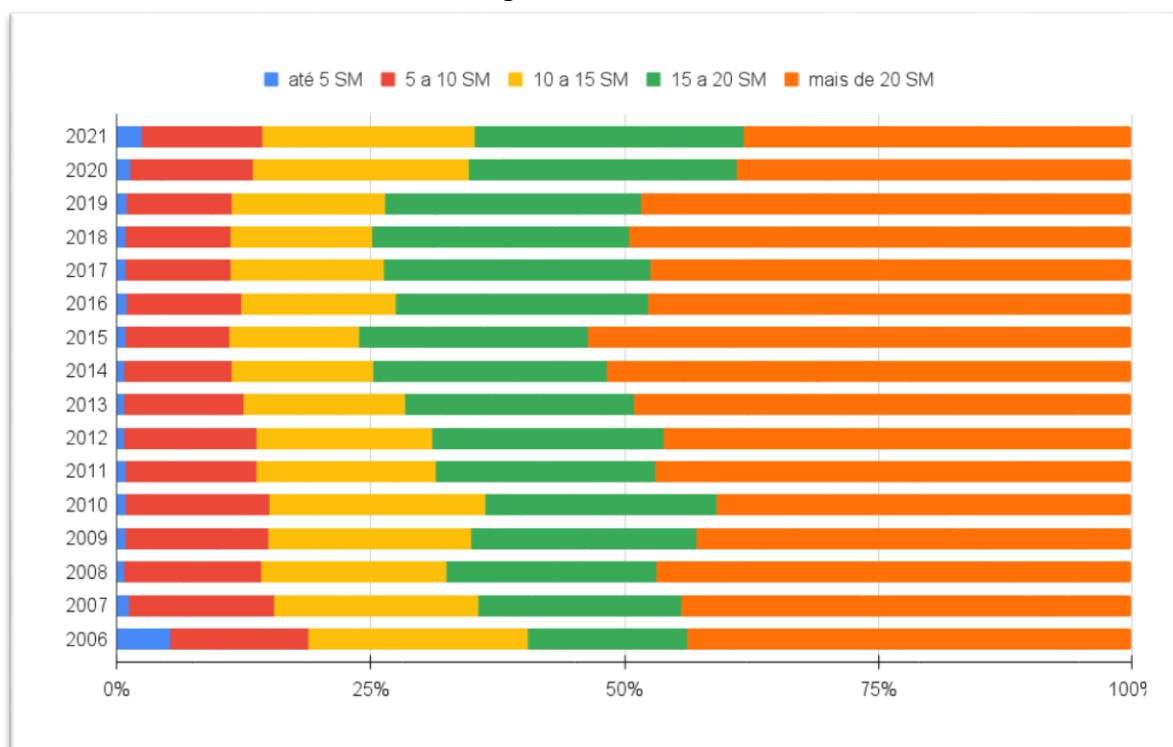
Ano	Até 5 SM	5 a 10 SM	10 a 15 SM	15 a 20 SM	Mais de 20 SM	Total
2021	2,48%	11,86%	20,91%	26,46%	38,29%	100,00%
2020	1,30%	12,06%	21,30%	26,34%	39,00%	100,00%
2019	0,93%	10,33%	15,18%	25,17%	48,40%	100,00%
2018	0,89%	10,31%	13,90%	25,38%	49,53%	100,00%
2017	0,80%	10,43%	15,02%	26,25%	47,50%	100,00%
2016	0,98%	11,25%	15,24%	24,80%	47,72%	100,00%
2015	0,78%	10,26%	12,75%	22,55%	53,66%	100,00%
2014	0,75%	10,57%	13,96%	22,96%	51,76%	100,00%
2013	0,77%	11,69%	15,93%	22,52%	49,10%	100,00%
2012	0,75%	12,93%	17,42%	22,76%	46,14%	100,00%
2011	0,83%	12,86%	17,73%	21,56%	47,03%	100,00%
2010	0,82%	14,23%	21,27%	22,80%	40,88%	100,00%
2009	0,86%	14,06%	20,01%	22,21%	42,86%	100,00%
2008	0,67%	13,56%	18,17%	20,79%	46,80%	100,00%
2007	1,24%	14,24%	20,13%	20,00%	44,38%	100,00%
2006	5,29%	13,58%	21,58%	15,67%	43,88%	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base em dados da RAIS vínculos.

Conforme os dados do Gráfico 2, as faixas salariais inferiores a dez salários mínimos são minoritárias ao longo da série e a mais elevada apresenta uma média de 46,06% ao longo da série (Tabela 7). Desse modo, há uma grande chance de que o tempo de empresa possa estar associado com a esperança de atingir uma renda maior, uma vez que, em um contexto de mercado interno, a renda varia de acordo com o tempo de empresa.

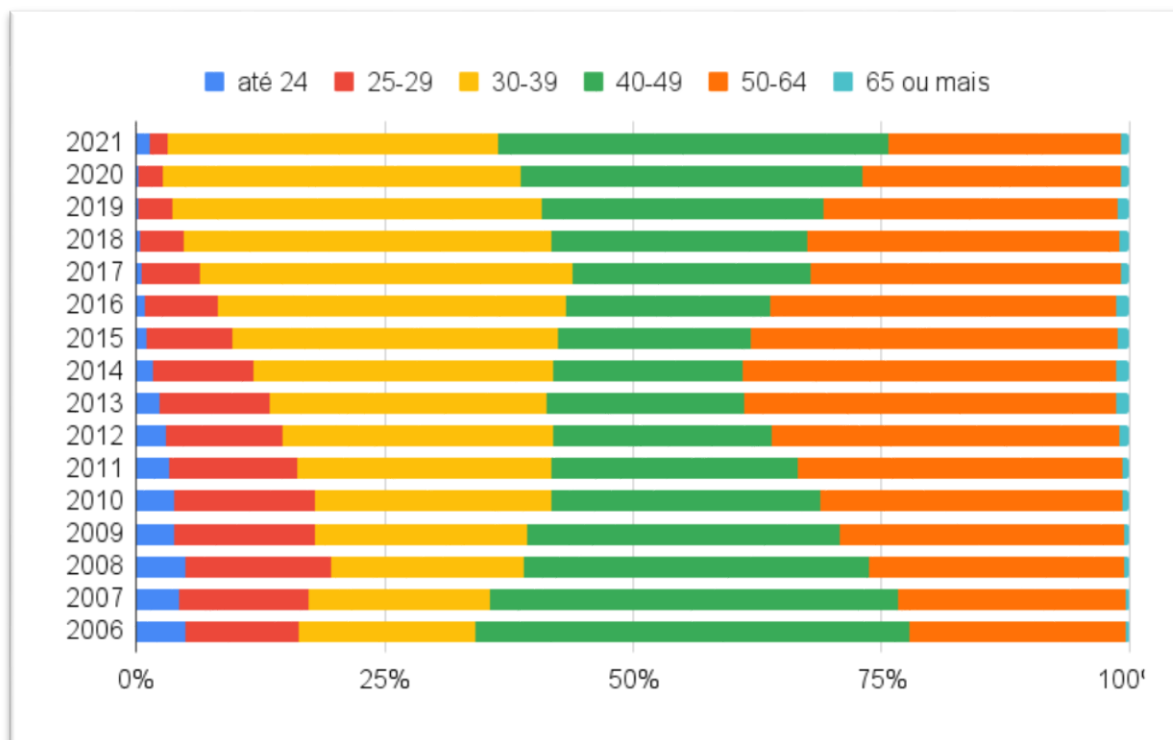
Assim, reforçam-se, mutuamente, as variáveis “tempo de empresa” e “renda”, tendo em vista que há fortes incentivos por parte da empresa a fim de manter a força de trabalho por longo tempo em suas funções. Outra variável, associada à permanência, na companhia é a composição etária do grupo. Entre os trabalhadores da Petrobras, as faixas etárias dominantes encontram-se no intervalo de 40 a 64 anos de idade. Em toda a série, esse conjunto representou mais que 50% da força de trabalho (Gráfico 3). Ou seja, a maior parte dos/as trabalhadores/as tendem a permanecer na empresa até uma idade próxima da aposentadoria, o que reforça o caráter duradouro do vínculo empregatício nessa empresa.

Gráfico 2 - Faixa salarial por salários mínimos (RAIS 2006-2021)



Fonte: Elaboração própria com base em dados da RAIS vínculos.

Gráfico 3 - Faixa etária (RAIS 2006-2021)



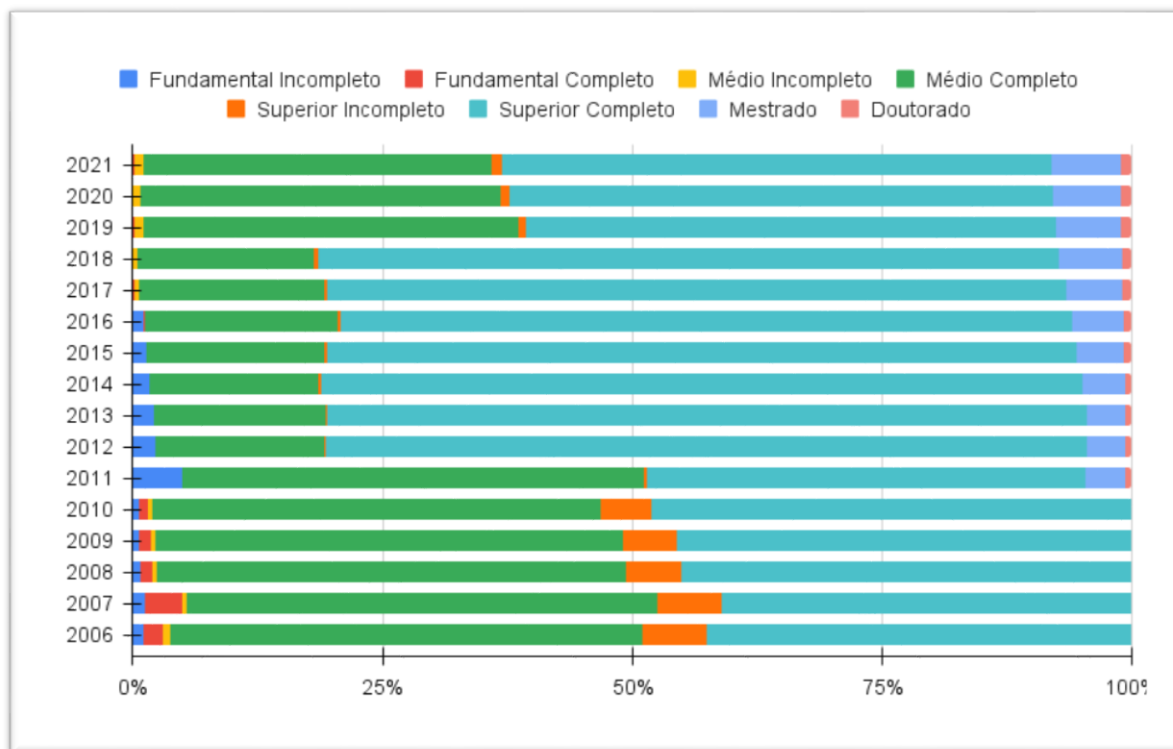
Fonte: Elaboração própria com base em dados da RAIS vínculos.

Os dados construídos por meio do desta pesquisa questionário reforçam essa hipótese relacionada à aposentadoria. Em resposta à questão: “O que você pensa sobre o seu futuro profissional relacionado à Petrobras?”, de 75 respondentes, 53 escolheram a opção: “Pretendo continuar na Petrobras até me aposentar.” Sete pessoas responderam: “Pretendo sair assim que conseguir passar em um concurso público qualquer.” Outras cinco apontaram a alternativa: “Pretendo sair para abrir meu próprio negócio.” Também cinco pessoas assinalaram a opção: “Não sei”. As demais respostas entram na categoria “Outras”.

Isso pode reforçar a tese de que os mercados de trabalho são moldados segundo as necessidades das empresas (Pochmann, 2014; Souza, 1978) que, geralmente, têm a necessidade de fixar a mão de obra. Isso se daria tanto para aproveitar os recursos investidos na formação e no treinamento da mão de obra para assumir atividades muito especiais, normalmente não ofertadas em outros segmentos econômicos, como é o caso das atividades na Petrobras. Via de regra, os ingressantes passam por um treinamento remunerado de seis meses antes de assumir suas funções. Todavia, a expansão das atividades terceirizadas no setor nas últimas décadas têm formado um mercado de trabalho paralelo na indústria de petróleo e gás, o que é visto pelos petroleiros, como uma ameaça de serem substituídos por terceirizados se não garantirem a estabilidade no acordo coletivo.

Outro fator associado à renda são os níveis de escolaridade. De um modo geral, quanto maior a escolaridade, maior tende a ser a renda aferida pelos indivíduos no mercado de trabalho formal (Oliveira, 2015). Embora, estejamos tratando com um mercado de trabalho singular, a escolaridade não deixa de estar relacionada à renda aferida. Conforme o Gráfico 4 e a Tabela 8, verifica-se que as faixas de escolaridade dominantes são o ensino médio completo e o superior completo.

Gráfico 4 - Faixa de escolaridade (RAIS, 2006-2021)



Fonte: Elaboração própria com base em dados da RAIS vínculos.

Tabela 8 - Faixa de Escolaridade (RAIS, 2006-2021)

Ano	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	Mestrado	Doutorado	Total
2021	0,07%	0,14%	0,97%	34,79%	0,92%	54,99%	7,06%	1,07%	100%
2020	0,00%	0,13%	0,63%	36,06%	0,84%	54,33%	6,93%	1,08%	100%
2019	0,00%	0,17%	0,89%	37,50%	0,78%	52,97%	6,63%	1,06%	100%
2018	0,00%	0,10%	0,39%	17,59%	0,49%	73,98%	6,43%	1,02%	100%
2017	0,07%	0,10%	0,44%	18,50%	0,33%	73,87%	5,75%	0,93%	100%
2016	1,11%	0,09%	0,04%	19,32%	0,32%	73,13%	5,20%	0,79%	100%
2015	1,35%	0,05%	0,03%	17,68%	0,30%	75,05%	4,78%	0,76%	100%
2014	1,71%	0,01%	0,03%	16,88%	0,29%	76,08%	4,33%	0,68%	100%
2013	2,10%	0,01%	0,02%	17,15%	0,23%	75,90%	3,96%	0,63%	100%
2012	2,24%	0,00%	0,02%	16,86%	0,24%	76,13%	3,90%	0,61%	100%
2011	4,97%	0,01%	0,01%	46,07%	0,34%	43,95%	4,03%	0,62%	100%
2010	0,63%	1,01%	0,39%	44,81%	5,03%	48,11%	0,03%	0,00%	100%
2009	0,72%	1,15%	0,44%	46,73%	5,34%	45,59%	0,03%	0,00%	100%
2008	0,77%	1,26%	0,49%	46,78%	5,59%	45,09%	0,01%	0,00%	100%
2007	1,24%	3,71%	0,51%	47,00%	6,46%	40,95%	0,12%	0,02%	100%
2006	1,10%	1,95%	0,70%	47,23%	6,42%	42,48%	0,10%	0,02%	100%

Fonte: Elaboração própria com base em dados da RAIS vínculos.

Do ponto de vista da ação sindical, quanto maior a escolaridade, maior tende a ser a taxa de filiação sindical (Cardoso, 1999). De fato, o setor petrolífero possui uma das maiores taxas de filiação sindical, considerando os dados relativos ao mercado de trabalho brasileiro em geral.

Apesar de uma queda generalizada nas taxas de adesão às organizações sindicais, entre 2015 e 2021, o setor do petróleo, mantém-se com a mais elevada taxa de sindicalização (Colombi *et al.*, 2022). Porém, como essa taxa é global, ou seja, abrange tanto empresa estatal quanto as empresas privadas, pode-se esperar que a taxa de sindicalização do setor estatal (Petrobras) seja mais elevada que a média, uma vez que essa última é composta pela agregação de dados do setor geral.

De fato, os dados construídos por meio do questionário reforçam essa hipótese. Em resposta à questão: “Atualmente, você é filiado ao sindicato e/ou exerce alguma função de representação sindical?”, de 75 respondentes, 40 escolheram a opção: “Sou filiado ao sindicato, mas não exerço funções de representação.” Nove pessoas responderam: “Sou filiado ao sindicato e já fui representante/dirigente sindical.” Outras quatro apontaram a alternativa: “Sou filiado ao sindicato e um dia gostaria de ser representante sindical.”

Contudo, uma ressalva se faz necessária com relação à variável escolaridade. Essa variável tal como informada pela RAIS, para a categoria empresa estatal (Petrobras), pode não corresponder, necessariamente, à distribuição de cargos na estrutura funcional da empresa. Esses cargos são acessados, principalmente pela forma de ingresso, condicionada ao cargo pretendido na etapa da inscrição do concurso. Ou seja, um indivíduo com nível superior pode ingressar na empresa para um cargo de técnico, como foi possível registrar nas entrevistas. Assim, confirma-se a tendência de que os diplomas são reconhecidos, ou não, pela empresa segundo suas necessidades (Silva, 2002). Assim, nesse caso, os indivíduos com escolaridade superior podem estar em funções que exigem escolaridade inferior.

Portanto, segundo a consideração das características relativas à escolaridade, renda e tempo de empresa, que não independem do contexto político, o sindicalismo petrolero encontra-se relacionado a condições singulares de atuação. Assim, o desempenho desse sindicalismo pode ser caracterizado pela combinação dos seguintes fatores:

- i) Estar relacionado a um setor econômico estratégico, a indústria petrolífera, que se destaca pela intensidade tecnológica, pela alta produtividade, por uma elevada geração de valor e uma grande concentração de capital (Alveal Contreras, 1994; Dias; Quaglino, 1993; Ribeiro, 2022). Além disso, esse poder estrutural é reforçado pela configuração interna do mercado de trabalho (Souza, 1978; Pochmann, 2014) construído pela Petrobras;
- ii) Consequentemente, organizar trabalhadores/as empregados/as em um mercado de trabalho com características especiais, típicas de um mercado interno, possibilita o

desenvolvimento de uma ação sindical estratégica. Assim, as características do mercado de trabalho formado pelos trabalhadores/as da Petrobras confirmam isso por apresentar:

- a. Baixa rotatividade: o que favorece a reprodução de lideranças sindicais com uma forte identidade coletiva;
- b. Alta escolaridade: o que favorece uma ação sindical efetiva na medida em que é um fator que contribui para incrementar a participação no sindicato;
- c. Renda alta: correlacionada tanto ao tempo de empresa quanto à escolaridade, a renda aferida pelos trabalhadores da Petrobras reforça-se mutuamente com esses fatores e pode estar correlacionada também com a filiação sindical;
- d. Características adicionais: plano de carreira interno, evolução salarial constante, ingresso por concurso público (mercado interno); tudo isso contribui para um maior tempo de empresa o que se reforça mutuamente com os demais fatores positivos para o desenvolvimento de uma ação sindical estratégica.

Além disso, outros fatores que extrapolam as relações colocadas pelo caráter do mercado de trabalho interno se oferecem como pertinentes a fim de explicar a força do sindicalismo petroleiro.

Nesse sentido, destaca-se a organização federativa, que pode ser relacionada ao conceito de poder institucional (Schmalz; Ludwig; Webster, 2018a). As duas federações petroleiras exercem o monopólio da representação sindical dos/as trabalhadores/as da Petrobras. São essas federações que efetuam a pactuação dos direitos, dentre os quais as cláusulas relativas aos níveis salariais por tempo de empresa, custeio da assistência médica e do plano de previdência complementar, tendo em vista que, a alta renda aferida ultrapassa o teto do INSS<sup>70</sup>.

Outra característica da organização federativa é a possibilidade de combinar os papéis de representação sindical e política. Assim, o sindicalismo petroleiro, tal como a empresa estatal, parece ter uma dupla face. A primeira voltada para a lógica corporativa, estritamente sindical, a segunda voltada para a defesa de interesses mais amplos. Como veremos, a ação estratégica dos petroleiros se caracterizou pela combinação dessas duas faces. Uma como reforço da outra.

Além disso, uma das federações petroleiras integra a mais importante central sindical do país, a CUT. E isso lhe possibilita ativar e fortalecer canais de interlocução com atores

---

<sup>70</sup> O teto do INSS para o ano corrente (2023) é de R\$ 7.507,00 reais. Assim, quem ganha mais que o teto deve recolher uma contribuição privada para quando se aposentar continuar com uma faixa de renda compatível com a recebida na ativa. Disponível em: [Teto do INSS sobe para R\\$ 7.507; veja como ficam os valores dos benefícios acima do salário mínimo | Economia | G1 \(globo.com\)](https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/02/13/teto-do-inss-sobe-para-r-7.507-veja-como-ficam-os-valores-dos-beneficios-acima-do-salario-minimo-1.7081842.html). Acesso: 13 fev. 2023.

políticos e sociais poderosos. Por isso, pode ser considerado como um outro fator que confere maior potencial institucional, especialmente à FUP.

Isso posto, a compreensão do sindicalismo petroleiro exige categorias de análise que permitam lançar luz sobre o potencial de ação descrito. Esse potencial de ação, contudo, não é o mesmo independente do contexto de atuação sindical, tendo em vista que seu desempenho é relativo aos poderes aos quais se opõem. Os poderes antagônicos do sindicalismo petroleiro emergem como uma constelação de atores cujos interesses estão referidos pela ação da Petrobras, ator principal da indústria de petróleo e gás, que se encontra subordinada aos atores políticos do governo federal, bem as relações de poder e interesse que os contorna.



**TERCEIRA PARTE: O SINDICALISMO PETROLEIRO, ENTRE O NOVO  
DESENVOLVIMENTISMO E A RESTAURAÇÃO DO NEOLIBERALISMO**

## Capítulo 8 – Os petroleiros e o novo marco regulatório do petróleo (2008-2010)

Em janeiro de 2007, a Petrobras publicou o relatório anual referente aos negócios executados no ano anterior. A empresa celebrava uma marca histórica. O objetivo precípuo, que orientou sua criação em 1954, a busca pela autossuficiência na produção de petróleo, fora finalmente alcançado após 52 anos de existência, em 2006 (Petrobras, 2007).

Nesse relatório, a empresa reafirmava o caráter público de sua existência, que se efetuava através de sua atuação no setor de petróleo e gás com vistas a oferecer energia, com o menor preço possível, para promover o desenvolvimento da nação. O meio utilizado para tanto foi a instituição, pela lei n. 2.004/53, do monopólio na prospecção, exploração, produção, refino e distribuição (importação) de petróleo e seus derivados. Mesmo com a quebra do monopólio na segunda metade da década de 1990, a empresa manteve-se como núcleo dinâmico do setor.

Esse domínio estava fundamentado (e ainda permanece assim) na liderança da corrida tecnológica que envolve os desafios de produzir petróleo em alto mar, ou conforme o jargão da indústria, em “águas ultraprofundas” (Morais, 2013). Além disso, a empresa manteve-se como líder no segmento de refino. Embora a quebra do monopólio abrisse oportunidade para empresas estrangeiras investirem na construção de refinarias, nenhuma empresa se candidatou. O governo Cardoso esforçou-se para introduzir empresas privadas no setor de refino (Ribeiro; Novaes, 2014). Em agosto de 2008, a estatal cedeu 30% da Refinaria de Canoas-RS para a Repsol-YPF. Na ocasião os petroleiros fizeram uma paralisação nacional por 24 horas em protesto contra a operação que foi denunciada como início da privatização do segmento de refino<sup>71</sup>.

Se o monopólio caiu em 1995, a regulamentação da atuação das empresas privadas no setor só veio à tona em 1997<sup>72</sup>, com a criação da ANP e a criação do regime de concessão, por meio do qual as empresas privadas atuavam em parceria com a Petrobras no segmento de exploração e produção. Assim, entre 1997 e 2006, as empresas privadas atuaram na produção de petróleo, mas com a indispensável parceria da Petrobras, líder mundial nesse segmento.

Frustrada a expectativa de rápida evolução de relações competitivas na indústria de petróleo, confirmava-se a vocação monopolista da Petrobras (Ribeiro, 2002). Essa empresa estatal, orgulho dos brasileiros, formou-se e transformou-se através do monopólio concedido

---

<sup>71</sup> Petroleiros protestam contra venda de refinaria no RS. Folha de São Paulo, São Paulo, 4 ago. 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u2520.shtml>. Acesso 18 jul. 2023.

<sup>72</sup> Trata-se da lei n° 9.478, de 6 de agosto de 1997 que dispunha “sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo”, instituiu o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19478.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19478.htm). Acesso em 12 fev. 2023.

pelo Estado. A sua primeira grande mutação se deu quando se tornou um oligopólio com atuação integrada em toda cadeia produtiva da indústria de petróleo, entre as décadas de 1960 e 1970. Sua segunda grande mutação manifestou-se como uma vocação para transformar-se na oitava irmã (Alveal Contreras, 1994), quando iniciou o processo de internacionalização por meio da subsidiária Interbrás, criada nos anos 1970.

Assim, a despeito da quebra do monopólio e da nova regulação do setor de petróleo e gás, no bojo das reformas político-econômicas dos anos 1990, reformas essas explicitamente orientadas segundo teses neoliberais, a Petrobras de 2007 mantinha-se como empresa integrada.

A Petrobras é uma sociedade anônima de capital aberto, que atua de forma integrada nos seguintes segmentos da indústria de óleo, gás e energia: exploração e produção, refino, comercialização, transporte e petroquímica, distribuição de derivados, gás natural, biocombustíveis e energia elétrica. Criada em 1953, é hoje a sexta maior companhia de petróleo do mundo com base no valor de mercado, segundo o ranking da consultoria PFC Energy. Líder do setor petrolífero brasileiro, vem expandindo suas operações para estar entre as cinco maiores empresas integradas de energia do mundo até 2020. (Petrobras, 2007, p. 2).

No ano de 2007, a Petrobras executaria os maiores investimentos de sua história (até então). Foram R\$ 45,1 bilhões de reais, R\$ 11,50 bilhões a mais que o montante aplicado em 2006, o que representou um aumento percentual na ordem de 25,49%. Desse total, o segmento de E&P recebeu R\$ 20,7 bilhões. Os investimentos nessa área permitiram à empresa a descoberta da maior reserva de petróleo e gás realizada no século XXI. A camada do pré-sal colocou o Brasil no rol dos maiores produtores, em potencial, de petróleo no planeta.

Ao mesmo tempo, a estatal assumiu o protagonismo no recém-lançado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O PAC foi uma das principais ações da nova política econômica do segundo governo Lula. No âmbito desse programa coube à Petrobras “responder por R\$ 171,7 bilhões dos investimentos.” (DIEESE, 2007, p. 3). A retomada dos investimentos públicos, em parte por meio das empresas estatais, foi um dos elementos fundamentais da política econômica novo desenvolvimentista (Bresser-Pereira, 2016). A Petrobras foi a principal protagonista no setor energético.

O papel desempenhado pela estatal no PAC estava de acordo com os interesses manifestos pelos petroleiros desde pelo menos 2002. Isso reforçava a relação com o governo, sobretudo, pelo papel de destaque conferido à Petrobras. Na expansão dos negócios da estatal, os petroleiros ampliaram a base de representação em números absolutos. Porém, com a descoberta do pré-sal, essa relação ganhou um novo capítulo. A partir de então, tornou-se mais clara a autonomia dos petroleiros com relação aos projetos do governo.

A divulgação da descoberta de uma grande reserva de petróleo no litoral da região Sudeste do Brasil, entre o final de 2007 e o começo de 2008, despertou os interesses dos atores implicados nas questões da indústria de petróleo e gás no Brasil. Desse modo, os petroleiros reunidos no XIV Congresso da Federação Única dos Petroleiros nos primeiros dias de agosto de 2008, tomaram como tema fundamental do encontro o debate acerca da destinação dos recursos provenientes das reservas de petróleo do pré-sal (FUP, 2008).

O XIV Confup foi realizado na cidade de Formosa (ES), a apresentação do congresso alertava os/as delegados/as sindicais para a questão que urgia naquele momento:

O Brasil é hoje auto-suficiente na produção de petróleo, com a expectativa de se tornar nos próximos anos uma das três maiores potências mundiais em reservas comprovadas de petróleo. Esta é uma vitória do povo brasileiro! [...] A luta continua para que a utilização do petróleo seja em prol do desenvolvimento do país e melhoria da qualidade de vida de nossa população<sup>73</sup>.

Em 2008, o debate sobre as possibilidades das reservas ainda era incipiente. Não se sabia ao certo a dimensão da descoberta. Mas as lideranças sindicais abordaram o tema conforme o costume da identidade sindical petroleira. Assim, sobressaiam os temas da soberania e do desenvolvimento econômico e social. Os objetivos prioritários elencados pelos delegados do XIV Confup eram um misto do corolário dos anos anteriores com os desafios colocados pela descoberta de uma nova fronteira de exploração e produção de petróleo.

Nesse sentido, os objetivos traçados eram: “Barrar os leilões e avançar rumo à nacionalização das reservas de petróleo e gás”. As lideranças sabiam que para alcançar esses objetivos era necessário mobilizar: “precisamos intensificar a luta para que a utilização do petróleo seja em prol do desenvolvimento do país e melhoria da qualidade de vida de nossa população.” (Primeira Mão, Boletim da Federação Única dos Petroleiros, 2008, p. 2)

A ideia de promover uma campanha nacional nasceu nesse congresso, mas um primeiro obstáculo se apresentava: a cisão ocorrida dois anos atrás deveria ser superada para a realização dessa campanha. Por isso, era premente definir: “estratégias de ação que unifiquem a categoria em torno de uma campanha nacional cobrando a retomada do controle da União sobre as reservas de petróleo e gás.” (Primeira Mão, Boletim da Federação Única dos Petroleiros, 2008, p. 2)

---

<sup>73</sup> Disponível em: <https://fup.org.br/xiv-confup/>. Acesso em 11 nov. 2022.

A viabilização das tarefas elaboradas no XIV Confup levou as lideranças sindicais a iniciar um périplo pelo país inteiro em busca de apoio para a campanha nacional por uma nova lei do petróleo.

Em setembro de 2008, os petroleiros da FUP reuniram-se com representantes da CUT e da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) em São Paulo (SP) na sede da central sindical. Era o primeiro encontro para tratar da estratégia da campanha nacional em defesa do pré-sal. Esse encontro marcou o estabelecimento de uma forte parceria do sindicalismo petroleiro com os movimentos sociais para viabilizar a definição de um novo marco regulatório para o setor petrolífero a partir dos interesses da classe trabalhadora brasileira.

Semanas após esse primeiro encontro a FUP lançou a cartilha “Petróleo para o povo brasileiro”, então, já se delineava o tom da campanha por meio da defesa da retomada do monopólio estatal no setor petrolífero por meio da Petrobras e do financiamento do desenvolvimento social por meio da renda das novas reservas (FUP, 2008).

Enquanto a construção da parceria com os movimentos sociais ganhava força através do périplo nacional do sindicalismo petroleiro, a ANP estava patrocinando a décima rodada de leilões de campos de petróleo, que incluía a área das reservas recém-descobertas. A proximidade da décima rodada ensejou um primeiro ato unificado da FUP com os movimentos sociais e as centrais sindicais em Brasília (DF). Os sindicalistas e militantes sociais foram recebidos por ministros do governo, e pressionaram para que a ANP interrompesse os leilões, posto que era necessário um novo marco regulatório para o setor.

No começo de dezembro, realizava-se a V Marcha da Classe Trabalhadora, que reunia o movimento sindical brasileiro na capital federal e centralizava a pauta de reivindicações gerais. Nessa marcha, dentre as principais bandeiras de luta estava a defesa da reabilitação do monopólio estatal.

Assim, o ano de 2008 marca o início de um novo tipo de mobilização do sindicalismo petroleiro. A partir de então, os petroleiros deram demonstração de possuir uma capacidade ímpar de elaborar uma estratégia com vistas a influenciar no processo de redefinição do marco regulatório da indústria petrolífera. Se esse alvo está bem definido desde os debates do XIV Confup, a estratégia, no entanto, não estava. Essa última foi se desenhando conforme os petroleiros avançaram em busca do alvo estabelecido. Nesse sentido, cabe considerar que a ação estratégica desenvolvida pelos petroleiros não consistiu na antecipação e planejamento de todas as etapas necessárias para alcançar o objetivo. Na verdade, os petroleiros foram capazes de

fazer escolhas e empregar os meios que estavam a seu alcance para, então, aproximar-se da meta. O Quadro 7 resume as principais atividades dos petroleiros durante o ano de 2008.

Quadro 7 - Atuação da FUP na campanha “O Petróleo tem que ser nosso” (2008)

Data	Evento
03/08/2008	XIV Confup aprova que a campanha por nova lei do petróleo deve ser a principal bandeira de luta da categoria
25/08/2008	Conselho Deliberativo da FUP aprova propostas para nova lei do petróleo
04/09/2008	Reunião com CMS e CUT para debater ações em defesa do pré-sal
05/09/2008	Lançamento da campanha reivindicatória reforça importância de uma nova lei do petróleo. Sindicatos criam comitês regionais para tratar do tema
15/09/2008	Lançamento da cartilha “Petróleo para o povo brasileiro”
18 e 19/09/2008	Participação no Seminário Nacional da CUT – Energia, Desenvolvimento e Soberania, em São Paulo
24/09/2008	Reuniões em Brasília com presidente nacional da OAB e ministros da Casa Civil e do Planejamento
01/10/2008	Lançamento de um portal na internet dedicado à campanha por uma nova lei do petróleo ( <a href="http://www.presal.org.br">www.presal.org.br</a> )
09/10/2008	Reunião em Brasília com o secretário geral da CNBB
16/10/2008	Participação do lançamento do comitê paranaense em defesa do pré-sal
23/10/2008	Participação em debate na CUT-RJ sobre pré-sal e soberania
01/11/2008	FUP, CUT, MST e mais 14 entidades discutem em São Paulo o controle social do petróleo
26/11/2008	Participação com centrais sindicais e movimentos sociais em reunião com ministros para discutir a crise econômica. FUP cobra a suspensão da 10ª Rodada da ANP
27/11/2008	Participação de seminário sobre o pré-sal no Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro
01/12/2008	Realização de seminário nacional em São Paulo: “Regulamentação do setor petrolífero brasileiro: um desafio para os trabalhadores”
03/12/2008	Participação da V Marcha da Classe Trabalhadora em Brasília. A FUP reivindicou uma nova lei do petróleo
05/12/2008	Indicação de greve para barrar leilão dos blocos de petróleo
14 e 15/12/2008	Campanha de mídia da FUP contra a 10ª Rodada da ANP (TV, rádio, outdoors)
15/12/2008	Ocupação do Ministério das Minas e Energia inicia a jornada nacional de lutas do MST, UNE, CUT, FUP e movimentos sociais contra a 10ª Rodada da ANP
16/12/2008	Petroleiros realizam paralisações em várias unidades do Sistema Petrobras contra os leilões de petróleo

Fonte: Elaboração própria com informações da FUP

O percurso dos petroleiros durante o ano de 2008 sugere que a ideia de tomar parte no debate aberto pela descoberta do pré-sal amadureceu, de início, nos fóruns internos da federação. Pouco a pouco, os petroleiros externalizaram suas ideias por meio de um verdadeiro périplo junto aos representantes de organizações da sociedade civil. Ao mesmo tempo, destaca-se a atuação conjunta com centrais sindicais e movimentos sociais. Nessas atuações a FUP reivindicava uma nova lei para o setor petrolífero. Além disso, sobressai-se a participação em reuniões com ministros do governo. Tratava-se de disputar a hegemonia no debate específico acerca do futuro da indústria de petróleo no país.

## A construção de um projeto de lei com os movimentos sociais

No começo de 2009, a estratégia do sindicalismo petroleiro para avançar na participação do processo de redefinição da política energética relativa ao setor do petróleo apresenta um ponto de inflexão.

Entre o final de janeiro e início do mês de fevereiro, os petroleiros participaram do VIII Fórum Social Mundial realizado em Belém (PA). Nesse evento, além de defender a paralisação dos leilões, a participação dos petroleiros concentrou-se na obtenção de assinaturas para sustentar um projeto de iniciativa popular, o qual versava sobre a nova lei do petróleo com o monopólio estatal e a destinação de parte da renda para o desenvolvimento social.

O requisito mínimo para um projeto desses é a reunião de assinaturas que representem pelo menos 1% do eleitorado nacional, à época representava cerca de um milhão de assinaturas. Para tanto os petroleiros tiveram que intensificar o périplo pelo país, e assim o fizeram. O Quadro 8 resume as atividades de 2009.

Mas há outras implicações da estratégia adotada. Com a viabilização de um projeto de lei, a pressão do movimento sindical petroleiro teria como alvo os atores políticos situados no Congresso Nacional, para onde o projeto seria encaminhado. Todavia, uma questão restava pendente. Apesar de a FUP permanecer à frente da articulação do movimento sindical petroleiro, posto que era a entidade que reunia as condições para tanto, segundo as lideranças sindicais petroleiras, era mister construir um consenso entre todas as organizações. A conquista do apoio dos sindicatos que haviam deixado a FUP em 2006 e agora formavam a FNP, era um imperativo. A unidade do movimento precisava ser reconstituída como uma condição necessária para o sucesso da campanha.

Em março de 2009, um primeiro passo foi dado no sentido da reconstrução da unidade. No dia 3, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), a FUP participou “do fórum dos movimentos sociais que integram a campanha que defende a nacionalização do petróleo”. Esse fórum reunia os “representantes de centrais sindicais (CUT, CTB, Intersindical e Conlutas), da Via Campesina, da Assembleia Popular e do Fórum Rio contra Privatização do Petróleo e Gás, do qual a FUP também faz parte”.<sup>74</sup> A novidade estava na participação de representantes dos sindicatos dissidentes que se encontravam próximos da Intersindical e da Conlutas, que se situavam, no movimento sindical, à esquerda da FUP e da CUT.

---

<sup>74</sup> Disponível em: <https://fup.org.br/sindipetro-rj-aprova-projeto-de-nova-lei-do-petroleo/>. Acesso: 22 nov. 2022.

Quadro 8 - Atuação da FUP na campanha “O Petróleo tem que ser nosso” (2009)

Data	Evento
27/01 a 01/02/2009	Coleta cerca de 20 mil assinaturas para o anteprojeto de uma nova lei do petróleo no VIII Fórum Social Mundial, em Belém, no Pará
03/03/2009	Participação na segunda plenária nacional da campanha “O petróleo tem que ser nosso”
12 e 13/05/2009	Participação na terceira plenária nacional da campanha “O petróleo tem que ser nosso”. FUP defende unidade de ação no sindicalismo petroleiro
28/05/2009	Reunião com ministro Édson Lobão. Em pauta os leilões de petróleo e proposta do governo de mudanças na legislação
02/06/2009	Participação de atividades em defesa do pré-sal na Câmara dos Deputados Federais, em Brasília
03/06/2009	FUP, movimentos sociais, estudantis e centrais sindicais realizam “ocupação pacífica” do Congresso Nacional
15/06/2009	Participação de manifestação na Assembléia Legislativa de São Paulo
17/06/2009	Lançamento do comitê de Santos (SP) por uma nova lei do petróleo, que reforça a campanha nacional coordenada pela FUP
17/06/2009	Participação em Brasília do lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobras
18/06/2009	Reunião em Brasília com Conselho Episcopal Pastoral da CNBB
02 a 05/07/2009	I Plenária da FUP, realizada no Paraná tem a nova lei do petróleo como um dos temas centrais do encontro
16/07/2009	Participação no Congresso da UNE em Brasília. A defesa do pré-sal é tema dos debates do movimento estudantil
29/07/2009	Conselho Deliberativo da FUP aprova anteprojeto para nova lei do petróleo
06/08/2009	Congresso da CUT aprova plano de lutas por nova lei do petróleo
03/09/2009	Participação em audiência pública sobre Lei do Petróleo no Senado
09/09/2009	Audiência na Câmara Municipal de São Leopoldo-RS
15/09/2009	Debate na Câmara dos Deputados Federais sobre as novas regras para exploração do pré-sal
04/11/2009	Comissão de Direitos Humanos do Senado aprova o projeto da FUP e dos movimentos sociais
11/11/2009	Participação na VI Marcha Nacional da Classe Trabalhadora em defesa de um novo marco regulatório para o pré-sal
12/11/2009	Participação no Seminário Oportunidades e Desafios do Pré-sal organizado pela Petrobras em Brasília

Fonte: Elaboração própria com informações da FUP

A unidade foi finalmente selada através da participação de representantes dos sindicatos da FNP no processo de elaboração do projeto de iniciativa popular. Mas a elaboração final do projeto também contou com a participação de representantes de movimentos sociais e de outros setores envolvidos com as questões da indústria de petróleo, como é o caso da tradicional AEPET.

O ato simbólico da unidade do sindicalismo petroleiro na campanha nacional pela nacionalização do petróleo se deu no dia 24 de agosto. Na sede do Sindipetro-RJ as lideranças sindicais da FUP e FNP reuniram-se para aprovar a última versão projeto de lei. Ao todo, a campanha envolveu “além da FUP, FNP e AEPET, a CUT, Intersindical, Conlutas, CTB, MST, Via Campesina, UNE, UBES, Consulta Popular, MAB, CONAM, Assembléia Popular, entre



outras organizações.”<sup>75</sup> Esse encontro selava a unidade do sindicalismo petroleiro, bem como, a aliança com movimentos sociais e o movimento sindical em nome de interesses em comum. O projeto dos petroleiros e dos movimentos sociais, como foi nomeado, era baseado no espírito da lei 2004 de 1953.

O projeto aprovado [...] resgata os principais pontos da Lei 2004/53, que criou a Petrobras e estabeleceu o monopólio da União sobre o setor, e contempla outras reivindicações dos trabalhadores e movimentos sociais, como a transformação da Petrobras em uma empresa 100% estatal e pública, a criação de um Fundo Social Soberano com recursos gerados pelo petróleo e a retomada dos blocos petrolíferos que já foram leiloados pela ANP<sup>76</sup>.

Os petroleiros revolviam também ao espírito do nacional-desenvolvimentismo que nos anos 1950 embalou o sonho de criação de uma empresa 100% nacional para dar cabo do problema da dependência de derivados de petróleo e fomentar um desenvolvimento industrial autocentrado.

O projeto de Lei 531/09

O projeto de lei dos petroleiros e dos movimentos sociais foi acolhido, primeiramente, por deputados do campo político da esquerda. Assim, no dia 27 de agosto o projeto foi “apresentado pelo deputado federal Fernando Marroni (PT/RS)”. Nele reunia-se “as propostas consensuadas pela FUP, Sindipetro-RJ, Aepet e movimentos sociais”<sup>77</sup>.

Simultaneamente, a FUP protocolou o projeto no Senado federal. Em 3 de setembro, compõem a mesa de uma audiência pública realizada na mesma casa com a finalidade de debater a reforma de lei nº 9478 de 1997. Dois meses depois, no dia 4 de novembro de 2009, o projeto de lei foi aprovado em uma comissão do Senado. Assim, cumpria-se o requisito básico para ser considerado pelo plenário do Senado.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal aprovou nesta quarta-feira sugestão da Federação Única dos Petroleiros (FUP), apoiada por movimentos sociais, de regulamentação da política energética nacional. O texto, que propõe o monopólio da União sobre a exploração do petróleo por meio da Petrobras, após o debate em quatro audiências públicas, passou a ser de autoria da CDH. A proposta agora será encaminhada à Mesa e tramitará no Senado como projeto de lei 531/2009<sup>78</sup>.

---

<sup>75</sup> Disponível em: <https://fup.org.br/sindipetro-rj-aprova-projeto-de-nova-lei-do-petroleo/>. Acesso: 11 fev. 2023.

<sup>76</sup> Idem.

<sup>77</sup> Disponível em: [https://www.fup.org.br/email\\_geral/fup\\_582.pdf](https://www.fup.org.br/email_geral/fup_582.pdf). Acesso: 11 fev. 2023.

<sup>78</sup> Disponível em: <https://fup.org.br/monopolio-estatal-do-petroleo-agora-e-projeto-de-lei-tambem-no-senado/>. Acesso em 11 fev. 2023.

O Projeto de Lei (PL) 531/09 tornava-se, nas palavras do senador Paulo Paim (PT-RS), “um eixo no grande debate do pré-sal no congresso nacional”<sup>79</sup>.

O projeto de iniciativa popular construído por meio do poder de articulação dos petroleiros tinha como alvo dispor sobre a política do setor petrolífero. A ementa do projeto aprovado pela comissão do Senado sintetiza os objetivos dos petroleiros:

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio estatal do petróleo, gás natural, e derivados, sobre o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a empresa pública Petróleo Brasileiro (PETROBRAS), a destinação das receitas geradas pela atividade econômica para o combate às desigualdades sociais, e dá outras providências<sup>80</sup>.

Tratava-se, portanto, de influenciar na definição dos rumos políticos do novo marco regulatório da indústria de petróleo. Ao mesmo tempo, os principais pontos do projeto (resumidos no Quadro 9) atualizavam os elementos centrais da identidade sindical petroleira.

O primeiro ponto do projeto implicaria na anulação dos leilões de campos de petróleo. Na prática voltava-se à situação anterior à lei de 1997. O segundo tocava no elemento central da identidade sindical petroleira, qual seja, estabelecer o monopólio estatal no setor petrolífero sob o controle da Petrobras. O terceiro ponto visava comprometer parte da renda do petróleo com investimentos na área social. Bem como, financiar o processo de transição energética, ou seja, reservar parte da renda obtida no pré-sal para fomentar o desenvolvimento de fontes energéticas renováveis. O quarto tratava de encaminhar a estatização de ativos dos segmentos de refino, transporte e logística (a Refap foi reincorporada ainda em 2010). O quinto ponto visava criar empecilhos para a atuação na empresa. A adoção da quarentena sugere que visava-se tornar a passagem pela empresa menos atraente para perfis de profissionais ligados às empresas concorrentes e outras instituições de interesse privado. O sexto e último ponto visava anular o papel regulador da ANP. Essa seria transformada de órgão regulador em órgão fiscalizador.

A identidade sindical petroleira se atualizava através da elaboração de um projeto de lei que articulava o interesse pelo monopólio estatal com interesses sociais. Assim, a atribuíria-se à renda do petróleo uma função social. A criação de um fundo social, no modelo daquele que existia na Noruega. O engajamento dos petroleiros em prol de um projeto próprio para a

---

<sup>79</sup> Disponível em: <https://fup.org.br/senador-paulo-paim/>. Acesso: 11 fev. 2023.

<sup>80</sup> Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/94336>. Acesso: 11 fev. 2023.

indústria de petróleo no Brasil sustentava não apenas um papel proeminente para a Petrobras, mas também a estratégia de utilizar a renda petrolífera para produzir bens públicos.

Quadro 9 - Principais pontos do Projeto de Lei 531/09 apresentado pelos petroleiros e movimentos sociais

	<b>Princípios</b>
<b>1</b>	Fim das rodadas de licitações e retomada dos blocos petrolíferos que já foram leiloados;
<b>2</b>	Monopólio estatal na exploração, desenvolvimento, produção, refino, pesquisa e transporte do petróleo bruto e seus derivados, tendo a Petrobras como executora;
<b>3</b>	Fundo Social Soberano (com controle social) para garantir que os recursos gerados pelo petróleo sejam investidos em políticas públicas voltadas para as necessidades do povo brasileiro (previdência, saúde, educação, habitação, reforma agrária, trabalho, etc) e no incremento de fontes alternativas de energia renovável e limpa;
<b>4</b>	Petrobras 100% estatal e pública, garantindo também a reincorporação da Transpetro e da Refap e a incorporação da Refinaria Riograndense (antiga Ipiranga), da Refinaria de Mangueiras (RJ) e da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG);
<b>5</b>	Estabelecimento de quarentena de 12 meses para os diretores e gerentes executivos da Petrobras que deixarem a empresa;
<b>6</b>	Mudança do papel da ANP, que deixa de ser reguladora do setor e passa a ter a função de fiscalizar as atividades da indústria nacional de petróleo e gás, sobretudo a distribuição.

Fonte: Elaboração própria com base em informações da FUP.

Assim, como em 2008, os petroleiros participaram de reuniões diretas com ministros do governo. Destaca-se, nesse sentido, a reunião com o ministro de Minas e Energia. No âmbito do poder legislativo, os petroleiros participaram da criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobras. A utilização dos canais políticos disponíveis, tanto no âmbito do poder executivo, quanto no congresso nacional, marca a atividade do sindicalismo petroleiro durante os governos do PT.

Todavia, os petroleiros utilizaram esses canais para afirmar sua autonomia relativa na relação com o governo. Tal autonomia se concretiza com a elaboração de um projeto próprio acerca da questão do pré-sal. Uma das questões em debate era a organização do setor. Nesse sentido, os petroleiros eram interpelados acerca do problema do monopólio estatal sob controle da Petrobras, elemento fundamental de sua identidade histórica.

#### Os projetos concorrentes

Os projetos do governo foram apresentados no dia 1º de setembro de 2009. O PL 5939/09 autorizava o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. PETRO-SAL. O PL 5940/09 criava

o Fundo Social do pré-sal. E o PL 5941/09 estabelecia a criação do modelo de cessão onerosa, por meio do qual garantia-se à Petrobras a participação na exploração e produção de petróleo<sup>81</sup>.

O projeto dos petroleiros foi apresentado primeiro na Câmara dos Deputados como PL 5.891/2009. Mais tarde foi protocolado no Senado, em 26 de novembro de 2009, como PL 531/09. Esse projeto apresentava a seguinte ementa:

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio estatal do petróleo, gás natural, e derivados, sobre o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a empresa pública Petróleo Brasileiro (PETROBRAS), a destinação das receitas geradas pela atividade econômica para o combate às desigualdades sociais, e dá outras providências<sup>82</sup>.

Com o projeto aprovado por comissão do Senado em 2009, as divergências com as propostas concorrentes se acentuam no ano de 2010 (as principais atividades da FUP e registros desse debate estão resumidas no Quadro 10).

Quadro 10 - Atuação da FUP na campanha “O Petróleo tem que ser nosso” (2010)

Data	Evento
25 e 29 de janeiro/2010	Participação Fórum Social Mundial 10 anos Grande Porto Alegre;
03/02/2010	FUP e movimentos sociais lutam para agilizar tramitação do PL 531/09 no Senado;
12/04/2010	Participação em audiência pública no Senado sobre o pré-sal
01/06/2010	Participação na Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
04/06/2010	Participação de Dilma Rousseff da II Plenafup
30/06/2010	FUP pressiona governo para impedir privatização de campos terrestres
16/08/2010	Participação em seminário “Pré-sal e a nova lei do petróleo: desafios e possibilidades”, organizado pela Petrobras na Bahia
17-19/11/2010	Moção “O Petróleo tem que ser nosso!” é aprovada no 7º Congresso Nacional do Engenheiros em Brasília
02/12/2010	Aprovação dos projetos do governo
13/12/2010	Refap volta a ser 100% Petrobras
15/12/2010	Senado garante representantes de trabalhadores em conselhos de estatais

Fonte: Elaboração própria com informações da FUP

O debate sobre o marco regulatório evidenciou que havia uma disputa entre o projeto da FUP, em articulação com os outros setores sociais interessados na reforma iminente, e outras propostas. Dentre essas, destacam-se os projetos do governo.

A elaboração dos projetos do governo se deu através dos trabalhos de “grupos compostos de membros de vários ministérios e da Petrobras para elaborar estudos e embasar as decisões da Comissão Interministerial”. O “grupo composto por ministros de Estado” foi

<sup>81</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=447937>. Acesso em: 25 nov. 2022.

<sup>82</sup> Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/94336>. Acesso em: 25 nov. 2022.

liderado pela “então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, especialista na área e também ex-ministra de Minas e Energia”. (Loureiro; Trojbciz, p. 205, 2018)

Dilma Rousseff foi a principal articuladora dos projetos de lei. Tendo sido ministra de Minas e Energia e com histórico de atuação pública relacionado ao setor energético, a ministra manteve ascendência sobre o Ministério de Minas e Energia, mesmo após sua ida para a Casa Civil. Dada a posição estratégica desse órgão na coordenação intragovernamental, a transferência da então ministra Dilma Rousseff para a Casa Civil aumentou inclusive a importância do tema energético na agenda do governo. (Loureiro; Trojbciz, p. 206, 2018)

O relato de um dirigente sindical da FUP reconstrói o contexto e o processo de elaboração das propostas do governo e dos petroleiros.

Quando a gente confirma a existência do pré-sal, o presidente Lula suspende uma rodada de leilões que aconteceriam naquele ano, aonde [sic] grandes áreas de nossas bacias sedimentares estariam sendo licitadas. [Ele] compõe um grupo de trabalho e propõe que esse grupo apresente uma nova proposta de legislação de petróleo no país. Paralelamente a tudo isso, a FUP, através de suas relações no movimento sindical e social, a gente passa a discutir com o movimento social brasileiro uma proposta do povo para essa nova lei do petróleo. Então, antes do governo Lula apresentar a proposta dele, nós apresentamos a nossa, onde [sic] nós propomos a retomada do monopólio estatal, lá dos anos 1950, de Getúlio Vargas, e o controle total do povo brasileiro dessa área. Essa propositura nossa acabou por influenciar muito os debates que aconteciam tanto no governo quanto no Congresso Nacional. (Eduardo, sindicalista)

Os petroleiros defendiam a suspensão dos leilões desde que a reforma da lei do petróleo de 1997 abriu o setor. Assim, não era uma novidade a bandeira da suspensão dos leilões. Porém, agora tratava-se também de evitar que os blocos de exploração localizados sobre a reserva do pré-sal fossem leiloados. Foi o que levou a ANP a retirar da 9ª rodada de licitações os 41 blocos que estavam na região do pré-sal.

Outra propriedade do projeto dos petroleiros é que ele foi construído tendo como modelo a situação do setor da Noruega. É o que relatou um dirigente sindical da FUP que à época participou do conselho deliberativo da federação que definiu as linhas gerais do projeto alternativo ao do governo. O “projeto que a FUP apresentou, ele foi muito pautado pelo setor de petróleo da Noruega, nós tivemos duas vezes na Noruega, estudando o modelo norueguês, então nós apresentamos esse projeto.” (Otávio, sindicalista)

Ao mesmo tempo, o sindicalista reconhece que o projeto da FUP, que, no limite, restituiria o monopólio estatal no setor, seria aprovado se houvesse força suficiente da esquerda no Congresso.

Então, era muito difícil que esse projeto passasse devido aos grandes interesses que estavam ali colocados, a lei da partilha se não me engano, ela foi aprovada em 2010. O último ano do governo Lula, e que uma configuração do congresso, que não era, que já não era favorável. Nós já não tínhamos a maioria de parlamentares de esquerda que pudesse bancar o projeto da FUP. Então, a lei da partilha, o que se conseguiu, ela pra aquele momento, foi um avanço. Tanto é verdade que, o José Serra, na eleição de 2010 ele disse que ia destruir, que ia acabar com aquilo. Então, obviamente que o projeto nosso, ele era um projeto que dava uma blindagem à Petrobras, mas que não havia força no parlamento naquele momento para que ele fosse aprovado. (Otávio, sindicalista, 58min42s).

O relato de Otávio revela os limites da própria estratégia escolhida pelos petroleiros. Quando elegeram a disputa via Congresso, conscientemente ou não, sabiam que se limitava o alcance de seus objetivos. O próprio dirigente reconhece que a íntegra do projeto não teria o apoio suficiente. Todavia o engajamento nesse processo não deixou de surtir efeitos sobre os atores envolvidos na campanha.

As energias despendidas na construção do projeto reforçaram para dentro do movimento sindical petroleiro a necessidade de unificar-se. Nesse sentido, reforçou, ainda que momentaneamente, a solidariedade do grupo. Ao mesmo tempo, reforçava a identidade do sindicalismo petroleiro para fora, na medida em que a construção do projeto exigiu a busca de apoio de outros grupos sociais para a causa dos petroleiros.

Reforçava-se mutuamente também a solidariedade e as possibilidades de aliar-se em prol de interesses comuns. Sindicalismo e movimentos sociais mobilizaram-se para ampliar ao máximo possível a destinação da renda das novas reservas de petróleo para compor um fundo social. Nesse sentido, a participação na campanha de criação do projeto popular teve uma forte reverberação para o fortalecimento de uma identidade de interesses entre os sindicatos e os movimentos sociais.

Além disso, os petroleiros tinham estabelecido canais de diálogo com importantes agentes políticos. Sobretudo, aqueles envolvidos no grupo de trabalho que elaborou os projetos do governo. Não por acaso, o fundo social é um ponto comum dos dois projetos, o dos petroleiros e o do governo. Nesse sentido, a liderança de Rousseff, então ministra da Casa Civil, também é destacada por um sindicalista da FUP:

A presidente Dilma foi muito protagonista no debate de destinar os royalties do pré-sal pra saúde e pra educação. Sendo 75% para a educação e 25% para a saúde. Era esse o debate que a presidente Dilma acabou por fechar. O que garantiria grandes investimentos nessas duas áreas. (Eduardo, sindicalista)

Em outros aspectos, os pontos fundamentais do projeto dos movimentos sociais, conduzido pelos petroleiros, divergem das propostas do governo (como se vê no Quadro 11). A convergência está na criação do fundo social do pré-sal e na prerrogativa da Petrobras como operadora preferencial na distribuição dos blocos dos campos de petróleo do pré-sal. Esse último ponto resultou na substituição do modelo de concessão, estabelecido pela reforma de 1997, pelo modelo de partilha.

Quadro 11 - Propostas dos petroleiros e do governo para o novo marco regulatório do setor petrolífero

Temas	PL 531/2009 apresentado pela FUP	Projetos de Lei 5939/09; 5940/09; 5941/09 apresentados pelo Poder Executivo
CNPE*	É fortalecido, assumindo funções antes delegadas à ANP.	É fortalecido, assumindo funções antes delegadas à ANP.
ANP**	Perde a função de regular, tendo a atuação centrada na fiscalização da distribuição/qualidade dos combustíveis.	Perde parte de seu poder, principalmente no que tange às questões estratégicas de política energética. Mas se mantém como agência reguladora e fiscalizadora.
Modelo de contratação das atividades de exploração e produção	Fim dos leilões – Restabelece o monopólio do Estado por meio da Petrobras em todas as regiões do país, em terra e no mar.	Adota um sistema duplo: • nas áreas do pré-sal e em outras consideradas estratégicas pelo CNPE: Partilha da Produção com ou sem leilão; • nas demais áreas, permanecem os contratos de concessão por meio de leilões.
Blocos já leiloados	Todos os leilões realizados a partir do ano de 1999 são anulados e os direitos de exploração são transferidos para a Petrobras, representante exclusiva da união nas atividades petrolíferas realizadas no país.	Mantém a situação atual.
Propriedade do Petróleo	É do Estado brasileiro.	Nos contratos de partilha: parte é do contratante (petróleo de custo e um percentual do petróleo de lucro) e parte é do Estado brasileiro (percentual do petróleo de lucro). Nos contratos de concessão: a propriedade do petróleo cabe ao contratante.
Ritmo da produção	É determinado de acordo com os interesses do povo, representado pelo Estado brasileiro.	É determinado em função da capacidade da indústria nacional internalizar os benefícios do crescimento da indústria do petróleo.

Fonte: DIEESE, 2009. (\*Conselho Nacional de Política Energética. \*\* Agência Nacional de Petróleo.)

A comparação das propostas dos petroleiros com as apresentadas pelo governo acentua a divergência. Os itens mais importantes são: “Modelo de contratação das atividades de E&P (Exploração e Produção)”; “Blocos já leiloados”; e “Propriedade do Petróleo”.

A lei que redefiniu o lugar do Estado e das empresas privadas na exploração do petróleo no Brasil foi sancionada em 2010, prevalecendo o projeto do governo. Os petroleiros não conseguiram restabelecer o monopólio. No entanto, conseguiram um objetivo parcial: a

“utilização do petróleo (...) em prol do desenvolvimento do país e melhoria da qualidade de vida de nossa população”. Esse objetivo foi contemplado pela Lei 12.351 de 2010<sup>83</sup>.

Um dos últimos atos do governo Lula II foi a aprovação da Lei 12.353 que garantiu a representação de trabalhadores nos conselhos de administração de empresas estatais<sup>84</sup>, como a Petrobras.

Esse espaço foi conquistado com o presidente Lula. Foi uma das últimas leis que o presidente Lula assinou foi sancionando a participação dos trabalhadores nos conselhos de administração das empresas estatais. Eu vejo, assim, essa representação ela, do ponto de vista do poder de fato, ela é muito pequena. Então, você tem lá onze conselheiros e tem um lá que é representante dos interesses dos trabalhadores. Então, é muito pequeno do ponto de vista do poder de fato. Agora, ela é muito importante no aspecto do conhecimento que você participa de instância onde só tinha o capital participando. Então, você fica sabendo de muitas informações que você não tinha (dirigente sindical, Eduardo).

No balanço das atividades realizadas no ano de 2010, os petroleiros destacam que o principal fruto da atuação política da FUP foi “pautar o governo e os parlamentares sobre a necessidade do Estado [sic] controlar os recursos energéticos do país.” Ao mesmo tempo, a FUP se colocava como tarefa alinhar-se na “defesa de um projeto popular e democrático de reconstrução do Brasil, onde a Petrobras e o pré-sal são o passaporte da nação para um futuro sem miséria, com mais e melhores empregos, educação, saúde e desenvolvimento para todos.” (Unidade e Luta. Revista da FUP, 2011, p. 5) A aposta era na capacidade de o Estado organizar o processo econômico com vistas a promover o desenvolvimento. Consciente ou inconscientemente, os petroleiros faziam parte de um esforço coletivo em prol de uma estratégia novo desenvolvimentista (Bresser-Pereira, 2006).

---

<sup>83</sup> O Artigo 47 da Lei 12.351 de 2010 dispôs sobre a criação do Fundo Social “de natureza contábil e financeira, vinculado à Presidência da República, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento: I – da educação; II – da cultura; III – do esporte; IV – da saúde pública; V – da ciência e tecnologia; VI – do meio ambiente; e VII – de mitigação e adaptação às mudanças climáticas”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2010/Lei/L12351.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Lei/L12351.htm). Acesso em: 25 nov. 2022.

Em 2016 essa norma foi alterada pela Lei 13.365/2016. Segundo a agência de notícias do Senado: “A proposta, de autoria do senador José Serra (PSDB-SP), tramitou no Senado em regime de urgência. (...) Pela lei anterior, de 2010, a Petrobras atuava como operadora única dos campos do pré-sal, com uma participação de pelo menos 30%” Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/30/sancionada-lei-que-revoga-obrigatoriedade-de-exploracao-do-pre-sal-pela-Petrobras>. Acesso em 25 nov. 2022.

Em julho de 2018, ocorreu um leilão de oito campos de petróleo sob o marco regulatório de 2016. De acordo com Pereira (2018), esses campos abrangem uma “área de 7.977 km<sup>2</sup> e estima-se, segundo ANP, um volume de reservas de petróleo de cerca de 12 bilhões de barris (...)” Sem a participação da Petrobras na exploração desses campos, “estima-se perdas para a União de cerca de R\$ 500 bilhões de arrecadações nos 30 anos de produção destes campos. No que tange ao volume de *royalties* e recursos gerados ao Fundo Social (destinados a Saúde e Educação) as perdas são da ordem de R\$ 25 bilhões sem a participação da Petrobras” (Pereira, 2018, p. 98).

<sup>84</sup> Instituído em 2010 pela lei 12.353 de 28 de dezembro. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/lei/12353.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/12353.htm). Acesso em: 12 set. 2022.



Entre 2011 e 2013, os petroleiros continuaram a desempenhar uma postura de adesão crítica aos governos do PT. Essa relação sempre foi ambígua na medida em que combinou a defesa do governo contra os ataques de uma oposição hegemônica por grupos de interesses contrários ao papel macroeconômico da Petrobras, e com amplo espaço para difundir seu ponto de vista naquilo que os petroleiros chamaram de “mídia hegemônica”, composta pelos grandes grupos de comunicação do país, geralmente diretamente interessados na política de gestão da Petrobras.

Contudo, em 2013, a relação com o governo de Rousseff foi tensionada quando ocorreu o primeiro leilão do campo de petróleo da bacia do pré-sal. Os sindicatos ligados à FUP participaram de protestos contra o leilão e usaram seus jornais para denunciar o que classificaram como entreguismo do governo federal. Apesar de não impedir a venda do campo de petróleo, os petroleiros angariaram um bom acordo coletivo, o que confirmava a trajetória de recuperação do poder de barganha depois dos duros golpes experimentados nos anos 1990.

Nos dois anos seguintes, viu-se um roteiro semelhante na forma, mas com um conteúdo mais dramático. Entre 2013 e 2015, o governo Rousseff experimentou uma rápida perda de popularidade, o que colocou em risco a sua reeleição em 2014. Nesse pleito eleitoral, confrontaram-se as principais forças políticas da nova república, o PT e o PSDB. Rousseff venceu por uma pequena margem, o que propiciou um terceiro turno. O candidato derrotado não apenas contestou o resultado das urnas, quebrando uma tradição de não questionar a soberania popular expressa nas urnas, como também iniciou um processo de conspiração e de radicalização política, que, ao cabo ao fim, suscitou a emanção das forças de extrema direita. Para defender-se do golpe em curso, Rousseff iniciou uma série de mudanças em seu governo. Com esse objetivo, trocou a política econômica e, com efeito, mudou a direção da Petrobras. No lugar da funcionária de carreira, Graça Foster, entrou um *player* vinculado aos grupos de interesses do sistema financeiro, o ex-diretor do Banco do Brasil Aldemir Bendini.

## Capítulo 9 – Os petroleiros e o declínio do novo desenvolvimentismo (2011-2016)

A II Plenária Nacional da Federação Única dos Petroleiros (II Plenafup) foi realizada em Brasília no mês de junho de 2010 e contou com uma presença ilustre. A então pré-candidata pelo PT à presidência da República, Dilma Rousseff.

Na ocasião, Rousseff suscitou a memória da greve dos petroleiros de 1995, lembrou da tentativa do governo Cardoso de alterar o nome da Petrobras para “PetroBrax” e recordou do descrédito com que a oposição e alguns formadores de opinião teriam tratado a descoberta do pré-sal, colocando em dúvida a capacidade técnica da Petrobras de explorar as reservas. Sobre isso, a ex-ministra de Minas e Energia<sup>85</sup> disse: “Faz parte da história do Brasil esses ataques sistemáticos. Primeiro, eles disseram que não tinha petróleo. Depois, disseram que se tivesse petróleo nós não teríamos capacidade de explorar”<sup>86</sup>.

Vestida com o colete da FUP, a ex-ministra da Casa Civil<sup>87</sup> enfatizou o potencial do pré-sal: “O Brasil dá passos decisivos na exploração do petróleo transformando essa riqueza mineral numa riqueza social e humana.” Lembrando de sua participação decisiva no processo de redefinição do marco regulatório do setor – “Eu tenho uma grande honra nesse processo. Que é saber o que fazer, como fazer e saber o caminho.” – a futura presidenta da República reconhecia a participação dos petroleiros naquele processo: “E eu tenho certeza que nesse caminho eu não estou sozinha, porque vocês também sabem qual é o caminho.”<sup>88</sup>

Em sua participação no encerramento da II Plenafup, a pré-candidata tocava em pontos fundamentais da identidade sindical petroleira. Assim, consolidava o apoio entusiasmado de um importante setor do sindicalismo brasileiro. No final de seu discurso ela concluiu dizendo: “os petroleiros são a pátria de capacete e macacão”<sup>89</sup>.

A relação de Rousseff com dirigentes petroleiros não era uma novidade. Quando assumiu o Ministério de Minas e energia em 2003, ela também acumulou o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Petrobras. Então, foi sob sua presidência no conselho que a

---

<sup>85</sup> Rousseff esteve à frente do Ministério de Minas e Energia entre janeiro de 2003 e junho de 2005.

<sup>86</sup> “Ao discursar para petroleiros, Dilma diz que pode ‘fazer mais’.” G1, 4 jun. 2010. Disponível em: <https://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/06/ao-discursar-para-petroleiros-dilma-diz-que-pode-fazer-mais.html>. Acesso em: 12 fev. 2023.

<sup>87</sup> Rousseff foi ministra da Casa Civil entre junho de 2005 e março de 2010, quando se afastou do cargo para ingressar no pleito eleitoral daquele ano.

<sup>88</sup> “Dilma na II Plenária dos Petroleiros.” Disponível em: <https://youtu.be/7tj67xPQ40c>. Acesso em: 12 fev. 2023.

<sup>89</sup> “Petroleiros lembram os 15 anos da greve de 95 e recebem apoio de Dilma”. *Contraf*, 4 jun. 2010. Disponível em: <https://contrafcut.com.br/noticias/petroleiros-lembram-os-15-anos-da-greve-de-95-e-recebem-apoio-de-dilma-7076/>. Acesso em: 12 fev. 2023. “ ‘Os petroleiros são a pátria de capacete e macacão’, afirma Dilma Rousseff na II Plenafup”. FUP, 4 jun. 2010. Disponível em: <https://fup.org.br/os-petroleiros-sao-a-patria-de-capacete-e-macacao-afirma-dilma-rousseff-na-ii-plenafup/>. Acesso em 12 fev. 2023.

estatal retomou seu potencial estratégico. A partir de 2003, adotou uma política de ampliação dos investimentos e reconfigurou uma política de conteúdo local na cadeia de valor do petróleo para aumentar a participação de empresas nacionais nessa cadeia (Ribeiro; Novaes, 2014). Portanto, o começo da retomada de uma política de desenvolvimento nacional por meio da ativação do potencial de investimento de empresas estatais, como a Petrobras, foi realizada sob a presidência de Rousseff no conselho de administração da estatal petrolífera<sup>90</sup>.

Em 31 de outubro de 2010, Rousseff foi eleita presidenta da República. Para os petroleiros a vitória de Rousseff significava a continuidade do protagonismo da Petrobras na estratégia de desenvolvimento. No bojo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) de 2007, cuja formulação foi atribuída a então ministra da Casa Civil<sup>91</sup>, a Petrobras ocupou o papel de protagonismo. A estatal contribuiu com R\$ 171,7 bilhões de investimentos dentro das ações do PAC (DIEESE, 2007). Nesse sentido, na visão de um diretor da FUP: “O principal desafio do governo Dilma é avançar no modelo de desenvolvimento iniciado por Lula.” Porém, ao mesmo tempo em que reconhece as mudanças positivas promovidas pelo governo petista, o dirigente sindical ligado à CTB não deixava de pontuar as tensões que permaneciam na relação com o governo.

Nesse cenário a Petrobras no governo Dilma tende a ter a mesma continuidade estratégica, mas penso que teremos muito enfrentamento político para superarmos os gargalos gerenciais que ainda permanecem na condução da empresa. Caberá ao movimento sindical também a tarefa de enfrentá-los e garantir os interesses coletivos dos petroleiros.<sup>92</sup>

A luta para superar “os gargalos gerenciais” era uma referência tanto às questões das relações de trabalho quanto do comprometimento da gestão da empresa com práticas herdadas do modelo de concessão instituído pela reforma de 1997. Tratava-se da manutenção dos leilões de campos de petróleo para empresas privadas. Com relação a esse último ponto, os petroleiros não podiam ceder. A defesa do monopólio era um elemento fundamental de sua identidade. Logo, os leilões era um ponto de tensão permanente na relação com o governo e com a empresa. O outro ponto de tensão dizia respeito às relações de trabalho. O primeiro embate entre os

---

<sup>90</sup> “Com saída de Dilma, Mantega assume presidência do Conselho da Petrobras”. G1, 19 mar. 2010. Disponível em: [https://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,MUL1537006-9356,00-COM+SAIDA+DE+DILMA+MANTEGA+ASSUME+PRESIDENCIA+DO+CONSELHO+DA+PETROBRAS.html](https://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1537006-9356,00-COM+SAIDA+DE+DILMA+MANTEGA+ASSUME+PRESIDENCIA+DO+CONSELHO+DA+PETROBRAS.html). Acesso 12 fev. 2023.

<sup>91</sup> “Lula: ‘Dilma é uma espécie de mãe do PAC’.” G1, 7 mar. 2008. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL341272-5601,00-LULA+DILMA+E+UMA+ESPECIE+DE+MAE+DO+PAC.html>. Acesso em 12 fev. 2023.

<sup>92</sup> “Desafio de Dilma é avançar no modelo de desenvolvimento”, afirma o diretor da FUP e dirigente nacional da CTB. FUP, 30 jan. 2011. Disponível em: <https://fup.org.br/quot-desafio-de-dilma-e-avancar-no-modelo-de-desenvolvimento-quot-afirma-o-diretor-da-fup-e-dirigente-nacional-da-ctb/>. Acesso em 12 fev. 2023.

petroleiros e os gestores da Petrobras sob o governo Dilma se deu sob a campanha reivindicatória de 2011.

#### O ACT de 2011: terceirizados, segurança e recomposição de direitos

No começo de 2011, o coordenador da FUP à época fazia um balanço do governo Lula. Dentre as decepções ele elenca “a manutenção dos leilões de petróleo, como determina a Lei 9478, herdada dos tucanos FHC, Serra e companhia.” (Unidade e Luta. Revista da FUP, 2011, p. 6)

As relações de trabalho eram outro ponto de tensão permanente da relação dos petroleiros com a empresa. Nesse sentido, se durante os dois mandatos de Lula “a Petrobras retomou os investimentos no setor e voltou a contratar trabalhadores” isso era resultado de “uma luta contínua da FUP e de seus sindicatos”. Se no começo dos anos 2000, o efetivo da estatal era de “pouco mais de 30 mil petroleiros”, em 2011 esse número tinha mais que dobrado: “hoje já somos mais de 70 mil” (Unidade e Luta. Revista da FUP, 2011, p. 6). Contudo, ao mesmo tempo em que se dava uma expressiva recuperação do efetivo da empresa estatal, a terceirização crescia consideravelmente nas franjas de atuação da Petrobras.

Desde os anos 1990, a terceirização se expandiu nas franjas dos negócios da Petrobras. Ao longo dessa década, intensificou-se a contratação de “serviços EPC”. EPC é a sigla em língua inglesa para *Engineering, Procurement and Construction*. Portanto, designa os serviços de engenharia, aquisições e construção. Na linguagem da indústria petrolífera, EPC nomeia a “empresa responsável pela obra. O EPCista na realidade é um integrador que subcontrata outras empresas para fornecimento de equipamentos e serviços.” (Ribeiro, Novaes; 2014, p. 56). A demanda de “serviços EPC” (complexos por natureza, uma vez que integram a combinação de diferentes finalidades) enseja que as empresas subcontratadas, as “EPCistas”, subcontratem outras empresas. Assim, se origina a prática de “quarteirização” (Marcelino, 2009). Na esteira dessa prática, a categoria de trabalhadores da indústria de petróleo sofre uma intensa divisão. Uma vez que tende a ser submetida a uma considerável diversidade de contratos de trabalho que responde à diversidade de empresas que atuam no complexo ramo da indústria petrolífera.

Os principais setores favorecidos por esses contratos são a construção civil e o setor de serviços. A subcontratação relacionada à indústria de petróleo se concentra nesses setores. Da parte da Petrobras, os serviços de manutenção das unidades de operação, como as refinarias e plataformas de produção de petróleo, representam a típica relação de terceirização. A outra face da subcontratação demandada pela empresa estatal diz respeito à demanda por serviços

necessários à expansão de seus negócios. A partir de 2006, no bojo das ações do PAC, a gestão da empresa ampliou seus investimentos na “construção de novas refinarias em Pernambuco, Rio de Janeiro (Comperj), Maranhão e Ceará.” (Ribeiro; Novaes, 2014, p. 48)

A construção de novas unidades de refino, bem como a fabricação de plataformas de produção de petróleo *offshore*, demandas pela necessidade de explorar a área do pré-sal, explicam o rápido crescimento no número de terceirizados entre 2006 e 2013. Em 2006, o registrava-se 175.810 terceirizados no Sistema Petrobras. Em 2012, eram 360.372 (Pereira; Neto, 2019, p. 19). Com a paralisação das obras de expansão do parque de refino e as interdições dos contratos da Petrobras provocadas pelas denúncias orquestradas pela Operação Lava Jato, o número de terceirizados cai drasticamente. Em 2016, os vínculos empregatícios sustentados por empresas subcontratadas somam 117.555 (Pereira; Neto, 2019, p. 19).

Assim, a terceirização no Sistema Petrobras é uma questão que não poderia ser negligenciada pelo sindicalismo petroleiro, tendo em vista a sua dimensão. Contudo, os sindicatos e as federações petroleiras são legalmente impedidos de representar e organizar esse significativo contingente de trabalhadores (Manfio, 2014). Apesar disso, os petroleiros não deixaram de se solidarizar com os terceirizados.

No começo de 2011, na realização do balanço das atividades do ano anterior, o coordenador da FUP registrava uma preocupação com a situação dos terceirizados do sistema Petrobras:

[...] é necessário que tenhamos uma atenção específica para o setor privado da indústria do petróleo, já que hoje existem muitas empresas atuando nessa área, fato que tem causado um enorme crescimento da contratação de trabalhadores terceirizados. Diante disso, a FUP e seus sindicatos têm a meta de lutar contra a terceirização, mas a favor dos terceirizados, ou seja, lutar contra a política de precarização do trabalho. É preciso construir uma unidade maior entre os trabalhadores próprios do Sistema Petrobras com os terceirizados e, desta forma, ajudá-los na organização sindical, para que melhores condições de trabalho sejam conquistadas. (Unidade e Luta. Revista da FUP, 2011, p. 6)

Na campanha reivindicatória de 2011 os petroleiros conseguiram efetuar um avanço significativo para auxiliar os terceirizados. Naquele momento, estava-se próximo do auge da expansão das atividades da Petrobras na indústria de petróleo. Simultaneamente, os acidentes

vinham se multiplicando. As principais vítimas eram os terceirizados. Em 2011, de 16 mortes relacionadas a acidentes naquelas atividades, 14 eram de terceirizados<sup>93</sup>.

No que diz respeito a esse tema, os petroleiros têm um capítulo específico em seu acordo de trabalho sobre essa questão. Trata-se do capítulo de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS). Tendo em vista o aumento expressivo do número de acidentes fatais, os petroleiros incluíram na pauta do ACT de 2011 propostas “para uma nova política de segurança.” Nessas propostas incluíam-se mecanismos que ampliavam o potencial de proteção aos trabalhadores terceirizados. No entanto, ao longo do processo de negociação a empresa se negou a responder à essa demanda. Assim, em 7 de novembro os petroleiros indicaram que entrariam em greve a partir do dia 16 de novembro<sup>94</sup>.

Entre os dias 16 e 21 de novembro, os petroleiros, nas bases da FUP e da FNP, iniciaram diversas operações em protesto contra a negativa da empresa. Nas bases da FUP, realizou-se a “Operação Gabrielli”. Essa operação consistiu na ação dos sindicalistas que fomentaram a ocupação de refinarias e de terminais comunicando a insegurança crônica do trabalho na empresa e a negligência da gestão. De acordo com o informativo da FUP de 8 de novembro de 2011: “Desde 1995, pelo menos 310 trabalhadores morreram em acidentes na Petrobras e subsidiárias.”<sup>95</sup>

No dia 21, a empresa resolveu acatar a pauta sobre segurança e a “Operação Gabrielli” foi interrompida pelos sindicalistas. Já se passavam mais de dois meses que os petroleiros haviam enviado a pauta completa para a empresa. Mas essa só aceitou negociar as questões relativas à segurança depois das paralisações.

Dentre os principais avanços na questão de segurança estava a participação dos sindicalistas na investigação dos acidentes, bem como nas atividades de prevenção de acidentes com a participação garantida nas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) *offshore*. Essa participação se daria por meio do “embarque das representações sindicais para acompanhamento das reuniões das CIPAs *offshore*.” Os petroleiros estimavam que só na Bacia de Campos seriam realizados “mais de 150 embarques anuais”. (Primeira Mão, Boletim da Federação Única dos Petroleiros, 2011, p. 7).

---

<sup>93</sup> As mortes entre os terceirizados seriam mais frequentes porque as empresas subcontratadas, geralmente, não oferecem o treinamento técnico necessário para o exercício das atividades especializadas demandadas pelos serviços da indústria de petróleo. A esse respeito conferir Marcelino (2009).

<sup>94</sup> “Petroleiros decidem entrar em greve a partir do dia 16”. G1, 7 nov. 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2011/11/petroleiros-decidem-entrar-em-greve-a-partir-do-dia-16.html>. Acesso em: 12 fev. 2023.

<sup>95</sup> “COMUNICADO À IMPRENSA: Greve dos petroleiros a partir do dia 16.” FUP, 8 nov. 2011. Disponível em: <https://fup.org.br/comunicado-a-imprensa-greve-dos-petroleiros-a-partir-do-dia-16-2/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

Na visão dos petroleiros a participação na investigação dos acidentes era fundamental para cobrar a prestação de auxílio aos acidentados, que em sua maioria eram terceirizados. Assim, conseguiriam responsabilizar a empresa. Essa passou a ser obrigada a comunicar aos sindicalistas sobre os acidentes ocorridos. Isso era feito por meio da “comunicação de acidente de trabalho” (CAT). Segundo uma diretora sindical, por meio da CAT

a gente fica sabendo quando teve um acidente. Aí logo em seguida a gente é convocado pra participar da análise do acidente. Tanto nós, quanto a CIPA. Isso aí está no acordo coletivo, que a gente participa. Nós e a CIPA participa [sic] da análise do acidente. Então a gente acaba conseguindo dar um suporte pra pessoa que se acidentou, ela não fica totalmente desamparada, nesse sentido. (Juliana, diretora sindical)

Além disso, o ACT 2011 previa a instalação da “Campanha nacional de registro de acidentes – a Petrobras realizará uma campanha nacional enfatizando a importância e a obrigatoriedade do registro de acidentes e incidentes, bem como da prática do “na dúvida, pare”. Outro avanço foi o compromisso de formação do “Fórum de SMS” por meio do qual se reuniria um “grupo paritário, composto por representantes da FUP e da Petrobras, para apresentar propostas de novas práticas de segurança.”<sup>96</sup> A primeira reunião desse Fórum deveria se dar em dezembro de 2011.

A campanha reivindicatória de 2013 e as tensões com o governo

Se a campanha reivindicatória de 2011 manteve-se às margens da relação entre as federações e a empresa, em 2013 as tensões eram de tal ordem que extrapolaram para protestos contra o governo. Tratava-se da tentativa de impedir o leilão do maior campo de petróleo já maduro para exploração na área do pré-sal.

Na visão do coordenador da FUP:

A realização deste leilão é descabida e o governo deveria ter utilizado o artigo 12 da Lei da Partilha nº 12.351, de 2010, aprovada pelo presidente Lula, que deixa claro: todas as vezes em que houver risco ao interesse da nação e à política energética, o governo poderá contratar a Petrobras sem necessidade de leilão.<sup>97</sup>

<sup>96</sup> “Principais conquistas da proposta garantida na luta pelos petroleiros.” FUP, 24 nov. 2011. Disponível em: <https://fup.org.br/principais-conquistas-da-proposta-garantida-na-luta-pelos-petroleiros-2/>. Acesso em 12 fev. 2023.

<sup>97</sup> “Maior campo de petróleo já descoberto, Libra vai a leilão e FUP explica porque é contra”. FUP, 19 out. 2013. Disponível em: <https://fup.org.br/maior-campo-de-petroleo-ja-descoberto-libra-vai-a-leilao-e-fup-explica-porque-e-contra/>. Acesso em 12 fev. 2023.

O ex-presidente da empresa estatal, José Sérgio Gabrielli também era contra o leilão, pois compreendia, à época, que o campo de

Libra é realmente um prospecto extraordinário. A Petrobras, contratada pela ANP, fez a descoberta. Fez as perfurações exploratórias iniciais, já tem uma cubagem mais ou menos conhecida com volume e potencial já conhecidos, e ele é hoje não só o maior campo do mundo, mas da História. Se você pensar em um preço de valor adicionado (preço de exploração) de 10 dólares o barril, vezes, por baixo, 10 bilhões de barris, são 100 bilhões de dólares. (Ribeiro; Novaes; 2014, p. 49)

Para barrar o leilão, a estratégia dos petroleiros foi condicionar as negociações do ACT de 2013 ao cancelamento da rodada de licitação conduzida pela ANP. No dia 15 de outubro, uma semana antes da data do leilão, os petroleiros entraram em greve. As atividades foram reduzidas ao mínimo permitido por lei durante sete dias consecutivos em todo o país. Já era a maior paralisação desde a histórica greve de 1995.

No sétimo dia, houve um enfrentamento dos petroleiros e dos movimentos sociais com as forças armadas, convocadas para debelar as manifestações. O confronto se deu em frente à sede da Petrobras, na cidade do Rio de Janeiro, no dia em que ocorreria o leilão.

O Campo de Libra, um dos lotes com maior potencial produtivo das recém-descobertas reservas do pré-sal foi arrematado por um consórcio de empresas estrangeiras. A FUP registro o evento em sua retrospectiva do ano de 2013 como uma privatização. O governo entregou “40% de Libra para as multinacionais Shell e Total Elf e 20% para as estatais chinesas, CNPC e CNOOC. [...] O Estado brasileiro, que antes do leilão tinha 100% do controle de Libra, passou a ter apenas 40%.” (Primeira Mão, Boletim da Federação Única dos Petroleiros, 2013, p. 7)

No mesmo dia do leilão, a presidente Rousseff fez um pronunciamento em cadeia nacional anunciando as vantagens do negócio.

Nos próximos 35 anos Libra pagará os seguintes valores ao Estado brasileiro: primeiro, R\$ 270 bilhões em royalties; segundo, R\$ 736 bilhões a título de excedente em óleo sob o regime de partilha; terceiro, R\$ 15 bilhões, pagos como bônus de assinatura do contrato. Isso alcança um fabuloso montante de mais de R\$ 1 trilhão. Repito: mais de R\$ 1 trilhão.<sup>98</sup>

Os petroleiros não engoliram a justificativa oferecida por Rousseff, pois, na visão deles, um trilhão de reais divididos em 35 anos parecia não ser um bom negócio. Sobretudo, quando

---

<sup>98</sup> “21-10-2013 - Pronunciamento da Presidenta da República em rede nacional sobre o leilão do Campo de Libra”. Biblioteca da Presidência da República, 21 out. 2013. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-rede-nacional-de-radio-e-televisao-sobre-o-leilao-do-campo-de-libra>. Acesso em 12 fev. 2023.



havia a possibilidade de a Petrobras operar o campo de modo exclusivo. Se o governo cedesse à estatal ao invés de leiloar para empresas privadas.

Um dos mais importantes sindicatos da FUP, o Sindipetro Unificado de São Paulo, não poupou críticas. A edição da semana de 27 de outubro a 2 de novembro de 2013 estampou a presidente na capa ao lado da estava escrito em caixa alta: “VERGONHA”. O subtítulo explicava: “Governo Dilma promove megaprivatização do campo de Libra”. (Jornal Dos Petroleiros, 2013, p. 1).

O editorial ratificava a crítica ao leilão.

Na noite de 21 de outubro, após o exército atirar contra trabalhadores e estudantes para garantir o leilão de Libra, a presidente Dilma Rousseff fez um pronunciamento em cadeia nacional exortando o “grande negócio” feito pelo país e garantindo que Libra é o primeiro de muitas outras entregas (Jornal Dos Petroleiros, 2013, p. 2).

Na interpretação dos petroleiros do Sindipetro Unificado de São Paulo o leilão teria sido realizado porque o governo queria fazer caixa para aferir um *superávit* primário.

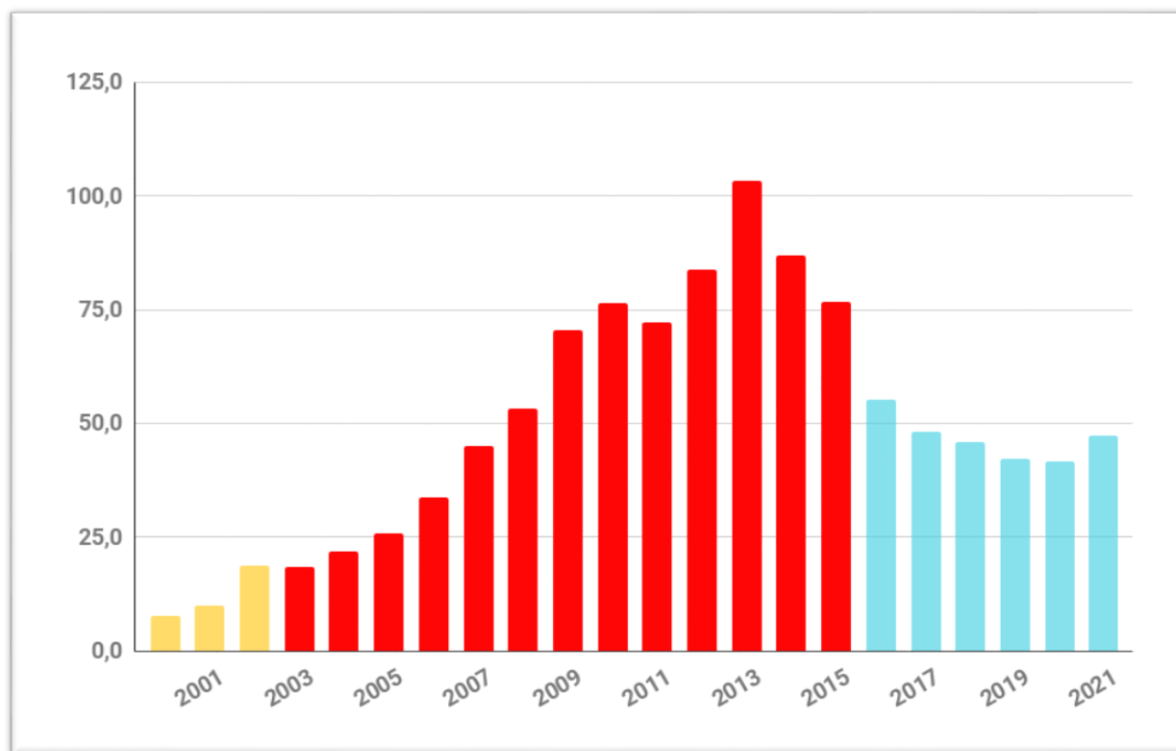
O governo queria dinheiro rápido para fazer caixa e *superávit* com vistas às eleições do próximo ano. Não pensou nas gerações de brasileiros, nos impactos ambientais, no projeto de soberania; entregou o futuro de olho no imediatismo. O custo final para o governo poderá ser amargo (Jornal Dos Petroleiros, 2013, p. 2).

O vaticínio da última frase mostrou-se correto e o remédio foi amargo. A mudança da política econômica patrocinada por Rousseff pareceu partir da leitura de que o modelo econômico herdado do segundo governo Lula estava esgotado (Carvalho, 2018). No novo ciclo, os investimentos deveriam provir do setor privado. O *superávit* primário deveria ser perseguido como forma de legitimação frente aos setores dominantes da economia. O governo voltava a fazer o jogo do mercado financeiro. Os petroleiros, por estarem atentos às questões que envolviam a Petrobras, foram um dos primeiros grupos a sentir a mudança de ventos do governo, que tinha lugar em um de seus principais pontos de tensão, a política econômica.

Na opinião de Carlos Lessa, que presidiu o BNDES no governo Lula, o governo Rousseff teria optado por leiloar o campo de Libra por uma razão geopolítica: “o país quer aparecer ao capital financeiro mundial como bem-comportado. Para quê? Para atrair mais capital de curto prazo para o Brasil.” (Ribeiro, Novaes; 2014, p. 50) Assim, a mudança de rumo na política econômica do governo Dilma, conforme os observadores da política petrolífera, começou antes de 2015, quando o “cavalo de pau” na política econômica (Singer, 2018) se mostrava de modo inequívoco.

Para os petroleiros, o leilão do campo de Libra simbolizava o deslocamento da Petrobras do papel de protagonista de uma estratégia de desenvolvimento. A partir de 2013, os investimentos da empresa caíram pela primeira vez desde o ciclo iniciado em 2003 (Ver Tabela 9 e Gráfico 5). Como apontou Lessa, se a estratégia era atrair investimentos privados de fora, configurava-se uma reversão da política de desenvolvimento experimentada a partir de 2006, com a intensificação do investimento público (Carvalho, 2018)<sup>99</sup> e a Petrobras como protagonista. Além disso, a aposta na poupança externa era uma flagrante reversão da política novo desenvolvimentista (Bresser-Pereira, 2006). Uma vez que a atração de investimentos externos havia justificado inclusive as privatizações durante os anos 1990.

Gráfico 5 - Investimentos da Petrobras (R\$ bilhões) entre 2003 e 2020



Fonte: Elaboração própria com base nos relatórios anuais da Petrobras

<sup>99</sup> No início de 2011, houve um corte de 10 bilhões no orçamento do governo federal. O então Ministro da Fazenda Guido Mantega reconheceu, mais tarde, que esse corte foi exagerado e seus efeitos comprometeram o investimento público, um dos motores da economia no período anterior. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia-e-negocios/noticia/2010/05/mantega-anuncia-corte-de-mais-r-10-bilhoes-no-orcamento-dos-ministerios.html>. Acesso em: 29 nov. 2019.

Tabela 9 - Investimento anual da Petrobras (2000-2021)

Ano	Investimento (bilhões US\$) <sup>100</sup>	Média anual do câmbio nominal <sup>101</sup>	Investimentos (bilhões R\$)	Varição Absoluta	Varição Relativa
2021	8,772	5,4	47,4	5,88	12,40%
2020	8,057	5,15	41,5	-0,83	-2,01%
2019	10,743	3,94	42,3	-3,69	-8,71%
2018	12,607	3,65	46,0	-2,10	-4,57%
2017	15,084	3,19	48,1	-7,23	-15,03%
2016	15,859	3,49	55,3	-21,44	-38,73%
2015	23,058	3,33	76,8	-10,18	-13,25%
2014	37,004	2,35	87,0	-16,45	-18,92%
2013	48,097	2,15	103,4	19,66	19,01%
2012	42,949	1,95	83,8	11,67	13,93%
2011	43,164	1,67	72,1	-4,33	-6,00%
2010	43,415	1,76	76,4	5,95	7,79%
2009	35,406	1,99	70,5	17,24	24,47%
2008	29,079	1,83	53,2	8,11	15,25%
2007	23,248	1,94	45,1	11,50	25,49%
2006	15,486	2,17	33,6	7,95	23,65%
2005	10,559	2,43	25,7	3,93	15,32%
2004	7,441	2,92	21,7	3,27	15,05%
2003	6,012	3,07	18,5	-0,34	-1,84%
2002	6,437	2,92	18,8	8,86	47,15%
2001	4,227	2,35	9,9	2,34	23,55%
2000	4,15	1,83	7,6	-	-

Fonte: Elaboração própria com base nos relatórios anuais da Petrobras

A observação dos investimentos da Petrobras, nesse período, evidencia a redução nas inversões da estatal. Essa política exerceu papel fundamental no agravamento da crise econômica, uma vez que a Petrobras é a maior empresa do país e, no intervalo entre 2003 e 2013, investiu mais que qualquer outro agente econômico. Em 2013, por exemplo, o investimento da estatal foi equivalente a 1,7% do PIB, enquanto todo o investimento do governo federal foi de apenas 0,9% (Cerqueira, 2016).

O traço mais marcante do biênio 2014-2015 é o colapso dos investimentos do Grupo Petrobras, em termos reais de R\$ 103,5 bilhões em 2013 para R\$ 59,2 bilhões em 2015, uma queda de 43% que coincide com a baixa internacional dos preços do petróleo e com os desdobramentos políticos, a partir de meados de 2014, das investigações da Polícia Federal e do Ministério Público Federal sobre lavagem de dinheiro e corrupção associada à empresa (operação Lava Jato). A alta real do investimento federal em 2014 não foi capaz de compensar no ano a queda do investimento da estatal. Já em 2015, o comportamento pró-cíclico do investimento federal, em decorrência do forte ajuste fiscal implementado, reforçou a baixa do investimento da Petrobras, o que ensejou dois anos seguidos de queda do investimento federal somado ao da Petrobras,

<sup>100</sup> Dados disponíveis em: <https://www.investidorPetrobras.com.br/visao-geral/indicadores/investimentos/>. Acesso: 30 jan. 2023.

<sup>101</sup> Médias anuais do câmbio nominal disponíveis em: <http://ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?serid=38389>. Acesso: 30 jan. 2023.

um fato inédito no período 2003-2015. O ponto a destacar é que em 2015, em termos reais, o investimento federal e da Petrobras voltou ao nível de 2008, em torno de R\$ 98 bilhões, enquanto em % do PIB regrediu a 1,7% do PIB (contra 2,5% em 2013), nível próximo ao de 2007, ano de início do PAC e do anúncio das primeiras descobertas no pré-sal. (Cerqueira, 2016, p. 17).

Assim, se a política econômica mudou, a Petrobras e os petroleiros foram os primeiros a serem atingidos. A curva descendente de inversões da empresa estatal coincide com a revelação de atos de corrupção que a vitimou.

Somou-se a isso a crise do mercado petrolífero internacional. A “crise do setor que se instalou no fim de 2014” era “fruto da queda do preço do petróleo, das dificuldades financeiras da Petrobras e dos efeitos da Operação Lava Jato”. Esse último logrou a desestruturação da “cadeia de fornecedores nacionais com as recuperações judiciais e o fechamento de diversas empresas”. A partir de 2015, a Petrobras passou a privilegiar “uma estratégia de venda de ativos e de drástica redução dos investimentos” (Pinto; Dweck, 2019).

Foi contra essa estratégia que os petroleiros se levantaram em 2015. Antes, porém, é preciso entender a crise que se instalou na Petrobras e a saída escolhida pelo governo, que novamente levantaria os petroleiros contra si.

#### As crises financeira e de credibilidade

Do ponto de vista financeiro, a empresa vinha experimentando uma queda na taxa de lucros desde 2012 em decorrência do comércio de combustíveis. O governo federal impôs à empresa uma política de absorção dos custos de venda dos combustíveis como forma de frear o processo inflacionário interno (Morais, 2017). Ao mesmo tempo, no cenário internacional, o preço do petróleo ultrapassou a casa dos US\$ 110,00 dólares. Assim, entre 2011 e 2014 os prejuízos somaram US\$ 41 bilhões. Apesar disso, a situação financeira estava sob controle, tendo em vista a capacidade de geração de receitas por parte da estatal.

Não obstante a deterioração que se verificava nas condições financeiras da companhia, o fato que deflagrou a crise e a necessidade de ajustes nos investimentos e em sua produção planejada futura não está relacionado diretamente à evolução financeira comentada, mas aos desdobramentos da operação Lava Jato, conduzida pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal, que revelou a existência de um amplo esquema de corrupção na companhia (Morais, 2017, p. 20)

De imediato, aplicaram-se dois efeitos diretos da OLJ na sustentação financeira da empresa. Primeiramente, “a empresa responsável pela auditoria dos seus balanços, *Price Waterhouse Coopers*, recusou-se a aprovar seu balanço contábil do terceiro trimestre de 2014”. As

denúncias da OLJ colocaram em cheque a credibilidade da empresa. Por isso, a empresa responsável pela auditoria “exigiu investigações internas para comprovar a extensão das perdas ocorridas com as primeiras denúncias de subornos na companhia.” (Morais, 2017, p. 21).

Essa situação foi agravada em 2015, quando “as empresas de classificação de riscos de crédito *Moody's*, *Standard & Poor's* e *Fitch* rebaixaram a nota de crédito da Petrobras para grau especulativo”. O motivo alegado foram “incertezas sobre sua capacidade de fazer os ajustes necessários para cumprir os compromissos da dívida.” A crise financeira vinha sendo produzida desde 2012 por conta da política de preços de combustíveis que sacrificou o caixa da Petrobras, passou a ser também uma crise de credibilidade, precipitada pelo descalabro da OLJ.

Do ponto de vista das condições econômicas externas, que atuam sobre os negócios da empresa, a situação se agravou com o duplo efeito de variáveis importantes: o preço do barril de petróleo e o valor relativo do dólar. Como a empresa gera receita em reais e o grosso de sua dívida é acumulado em dólar, esse fator tornou a situação ainda mais grave. Somou-se a esse movimento a queda no preço do barril de petróleo, o que afetou a capacidade de gerar receita. Assim, em 2015 a empresa registrou um novo prejuízo, de U\$ 8,5 bilhões de dólares.

De um modo geral, o período 2013-2016 foi crítico para o setor de petróleo no mundo. Assim, se a Petrobras registrou perdas, as maiores petrolíferas também. O que agravou o problema da Petrobras foram os efeitos provocados pela OLJ. Novamente, se expandirmos o olhar para considerar o cenário mundial da indústria de petróleo, o caso da Petrobras é comum, pois a queda no preço internacional do Petróleo é uma das principais variáveis que explicam a queda de receitas (Morais, 2017). Além disso, a queda no preço do petróleo afetou diretamente as demais petrolíferas, enquanto a Petrobras foi fragilizada por outros fatores adicionais como o endividamento e perda de credibilidade, essa última diretamente associada aos efeitos da OLJ.

A OLJ estimou um desvio no montante de R\$ 2,5 bilhões de reais dos cofres da Petrobras<sup>102</sup>. No entanto, a famosa operação de combate à corrupção deixou um rastro de devastação econômica (Brasil de Fato, 2022a). Entre 2014 e 2017, causou efeitos deletérios para economia nacional que superam em muito o montante desviado. Para começar, o impacto

---

<sup>102</sup> Desde que o *The Intercept Brasil*, em associação com outros setores da imprensa, começou a revelar o caráter faccioso da Operação Lava-Jato, que preferencialmente escolheu o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores como alvos de sanha justiceira ficou claro o viés político das ações dessa Operação. O caso do vazamento do áudio que envolvia a, então, presidente da República e o ex-presidente Lula, cujo efeito político foi reativar as manifestações de rua contrárias ao governo trabalhista, não deixam dúvida sobre o caráter parcial dos agentes envolvidos nessa trama. As denúncias de corrupção de diretores da Petrobras, do mesmo modo, foram lançadas com tamanha intensidade e veiculadas de tal modo, sem nenhum cuidado de preservar a imagem da estatal, que, certamente, esse procedimento também contribuiu para lançar a empresa numa crise sem precedentes, cujos efeitos expandiram-se sobre a cadeia produtiva de petróleo e gás no país, eliminando milhares de postos de trabalho.

negativo estimado no PIB nesse período foi de 3,6%. Em termos concretos, isso significou a eliminação de 4.439.789 milhões de empregos na cadeia de valor de petróleo e áreas adjacentes.

Para que se tenha uma ideia dos efeitos em áreas vinculadas ao setor de petróleo, a Odebrecht, empresa de engenharia civil, teve uma redução de 94% no quadro de seus funcionários, suas operações foram praticamente eliminadas no território nacional. Somente essa empresa deixou de recolher R\$ 41,3 bilhões em impostos (Brasil de Fato, 2022b). O Estado deixou de arrecadar, ao todo, R\$ 47,4 bilhões de reais. Entre 2015 e 2019, o setor da construção civil acumulou 89% de perdas no faturamento total; em 2015, alcançaram um faturamento de R\$ 107,9 bilhões, já em 2019, somente R\$ 11,8 bilhões. A massa salarial dos trabalhadores poderia ter a soma de R\$ 85,8 bilhões nesse período. A previdência social deixou de recolher R\$ 20,3 bilhões de reais. Ao cabo desse processo, a economia brasileira deixou de agregar um valor de R\$ 244,6 bilhões.

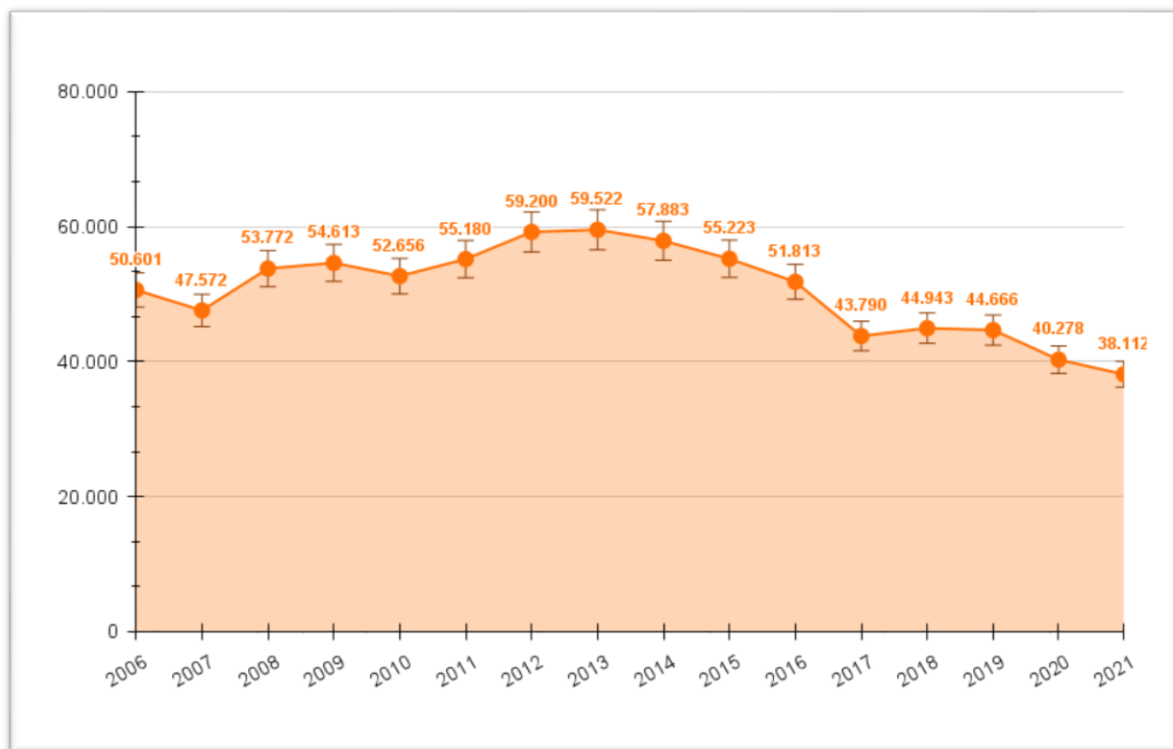
A crise financeira obrigou a empresa a readequar seus objetivos de curto prazo (Morais, 2017). Assim, com o objetivo de honrar as dívidas próximas do vencimento, a nova gestão da Petrobras, com perfil adequado para agradar o mercado financeiro, escolheu diminuir os investimentos e vender ativos, com vistas a reduzir a relação dívida líquida/Ebitda para o nível de equilíbrio (2,5). De um modo geral, o objetivo era alcançar o equilíbrio financeiro para readquirir a credibilidade no mercado financeiro.

Para isso, a nova gestão passou a “realizar ajustes em seu nível de investimentos, adequando-os às necessidades de cumprimento dos serviços anuais da dívida, e de desenvolver um extenso programa de venda de ativos” (Morais, 2017, p. 20). Essa estratégia, no entanto, limou os investimentos da empresa com forte impacto sobre o mercado de trabalho:

Em termos de emprego, 17,8 mil funcionários próprios saíram da companhia, de 2013 a 2016. Foram ainda desligados, desde dezembro de 2014, 114 mil pessoas prestadoras de serviços à Petrobras, envolvendo trabalhadores em serviços de obras, montagens, administrativos e operacionais. Nos estaleiros, o emprego caiu de 82,5 mil pessoas, em 2014, para 35 mil, em dezembro de 2016 (Morais, 2017, p. 20-21).

A aproximação do ocaso dos governos do PT (2013) coincidiu com o declínio das inversões praticadas pela Petrobras (Cerqueira, 2016), a eliminação de postos de trabalho (Ver Gráfico 6) e a intensificação do conflito entre os/as trabalhadores/as e a empresa.

Gráfico 6 - Emprego estatal na indústria de petróleo e gás entre 2006 e 2020



Fonte: Elaboração própria (RAIS).

A disputa entre desenvolvimentistas e neoliberais em torno da condução dos negócios da estatal foi alimentada durante todo o período dos governos petistas. O teor da competição, não era meramente ideológica (Fiori, 2019), pois a Petrobras pode ser considerada como um verdadeiro instrumento de política econômica. Para que se tenha ideia de sua importância econômica, a aplicação “de R\$ 1 bilhão realizado no refino implica na geração de R\$ 1,27 bilhão no PIB e de 32.348 ocupações” (Pinto; Dweck, 2019, p. 112). Foi com base na defesa do papel macroeconômico da Petrobras que os petroleiros realizaram outro enfrentamento contra o governo Rousseff.

#### A revisão do PNG 2015-2019

No dia 28 de maio de 2015, as lideranças sindicais petroleiras foram recebidas pelo presidente da Petrobras. A principal preocupação, do lado dos petroleiros, era o Plano de Negócios e Gestão (PNG) da Petrobras para o período 2015-2019, o qual estava sendo revisado pela nova gestão. O presidente da estatal alegou que a dívida se encontrava em um nível próximo da insustentabilidade financeira, por isso, era certo que haveria corte de investimentos.

Os petroleiros demonstraram preocupação com o freio nos investimentos e com possíveis vendas de ativos. Além disso, solicitaram a realização de debates acerca da revisão do PNG 2015-2019, uma vez que os desinvestimentos poderiam afetar a empresa e os trabalhadores, através do fechamento de postos de trabalho.

Todavia, a solicitação das lideranças petroleiras não foi acatada pelo presidente. Em junho de 2015, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a revisão do plano de negócios para os próximos quatro anos. Segundo o novo PNG, a empresa executaria um corte de US\$ 130,3 bilhões de dólares, cerca de 37%<sup>103</sup> do montante inicialmente previsto. Além disso, também era anunciado a intenção de alienar ativos no valor de US\$ 57,7 bilhões de dólares.

Ainda no início do mês de julho, os petroleiros reuniram-se na Escola Nacional Florestan Fernandes, mantida pelo MST na cidade de Guararema-SP, para a realização da V Plenária Nacional da Federação Única dos Petroleiros (V PLENAFUP).

A organização para a plenária se deu na confluência de duas questões prementes para o sindicalismo petroleiro: a mobilização para barrar o PLS 131/15 e elaborar uma estratégia eficaz para estabelecer um espaço de debate acerca dos rumos da Petrobras com os gestores da empresa, uma vez que a solicitação de participação dos petroleiros na revisão do PNG feita em maio, e as comunicações, emitidas nos meses seguintes foram ignoradas pela gestão.

As lideranças sindicais recordam desse encontro com muitos detalhes. Durante a V Plenafup vivia-se o clímax da Operação Lava Jato, que revelara um esquema de corrupção de diretores da Petrobras. O estigma da corrupção colou na empresa e em seus funcionários, os petroleiros entrevistados relataram que se antes era motivo de orgulho ostentar o emprego na Petrobras, conseguido por meio de concurso público, e sinônimo de ótimas perspectivas profissionais, depois da OLJ, ser vinculado à Petrobras passou a ser motivo de constrangimento, porque a empresa era associada ao esquema de desvio de cifras vultuosas.

Então a lava a jato pegou a gente de cheio, porque a gente virou alvo preferencial de todo mundo, as pessoas olhavam pra gente e falavam: “Se você que defendeu o PT por tanto tempo, você também é conivente com o roubo”. “Você ajudou a quebrar a empresa”. “Você ajudou isso, você ajudou aquilo”. Então foi a Lava a Jato, eu diria que mexeu muito com a gente (Otávio, dirigente sindical)

---

<sup>103</sup> Informação disponível em: <https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2015/06/Petrobras-reduz-investimentos-em-37-em-novo-plano-de-negocios.html>. Acesso em fev. 2023.



A identidade sindical petroleira também estava ameaçada. Os sindicalistas relatam que a perda de legitimidade foi quase que instantânea. Historicamente compondo o mesmo campo político do PT, a crise, que retirava a sustentação do governo, afetava também os petroleiros.

Mas em 2015 foi a primeira vez que a gente usou o jaleco laranja como bandeira de luta, até pra gente recuperar a autoestima, porque a Lava-a-Jato tava destruindo com a imagem do petroleiro. Então, as pessoas tinham vergonha de dizer que trabalhavam na Petrobras. (Luísa, dirigente sindical)

Desse modo, na reunião da V Plenafup havia mais uma questão a ser resolvida: como resgatar a legitimidade dos sindicatos? A resposta veio por meio da afirmação do orgulho ser petroleiro.

E não foi à toa que a gente, [...] “não, perai pô, não podemos ficar acuado [sic]. Nós temos que ir pra cima desses caras, como é que nós vamos fazer? Vamos usar o jaleco nosso”. E hoje, eu não tenho dúvida que foi uma decisão muito acertada porque todo mundo quer usar o jaleco. Todo mundo quer usar o jaleco. E esse jaleco virou uma febre. A Petrobras quer nos impedir de usar o jaleco. Então, é sinal que nós estamos no caminho certo, foi uma decisão correta. (Otávio, dirigente sindical)

Os sindicalistas adotaram o jaleco laranja usado nas áreas operacionais como símbolo de afirmação da identidade sindical petroleira. Ao mesmo tempo, o discurso sindical não podia evadir-se da realidade e o combate à corrupção foi defendido por eles, em nome do fortalecimento da Petrobras. Defendiam a ideia de combater a corrupção sem comprometer as atividades da empresa.

O resultado prático da V Plenafup foi a elaboração de um conjunto de iniciativas, economicamente viáveis, com vistas a atender dois objetivos. O primeiro, reconhecendo a necessidade de a empresa amortizar sua dívida, oferecer alternativas nesse sentido. O segundo, diminuir ao máximo possível o impacto dessas medidas sobre as atividades econômicas da indústria de petróleo e gás, tendo em vista a importante participação da Petrobras no PIB.

#### A politização da campanha reivindicatória

Contra o corte nos investimentos da empresa nasceu a “Pauta pelo Brasil”. Tratava-se de um conjunto de medidas elaboradas pela assessoria técnica dos petroleiros, formada por economistas e por professores/as de universidades públicas especialistas na economia do petróleo que mais tarde formariam o Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (INEEP). À época, os petroleiros visavam intervir nos

rumos do plano de negócios da empresa que teria desdobramentos diretos sobre os/as trabalhadores da empresa, conseqüentemente, sobre a organização sindical.

A imposição dessa pauta significou uma politização da campanha reivindicatória. Do ponto de vista da estratégia da ação sindical, as lideranças petroleiras condicionaram a renovação do ACT à criação de um Grupo de Trabalho (GT) que chamaram de Pauta pelo Brasil. O objetivo desse GT era debater as alternativas viáveis aos expressivos cortes de investimentos da estatal.

Comparando ao movimento organizado entre 2008 e 2010 para intervir na definição do novo marco regulatório do pré-sal, os petroleiros conjugavam diferentes formas de atuação e possibilidades de exercer pressão sobre os atores políticos e da gestão empresarial. O atrelamento da pauta política à pauta corporativa na prática fortalecia a capacidade de pressão das lideranças sindicais no sentido de influenciar no plano de negócios da empresa, ainda central, para todo um setor econômico, a indústria de petróleo e gás. Além disso, como as greves políticas são consideradas ilegais, a vinculação de uma pauta política no processo de negociação dos triviais interesses corporativos, sob a justificativa de defesa de postos de trabalho, solucionava o impedimento legal, ao mesmo tempo em que se politizava a pauta.

Se, entre 2008 e 2010, a novidade na atuação do sindicalismo petroleiro foram as parcerias com os movimentos sociais atreladas a uma efetiva interlocução com os congressistas do campo político da esquerda, em 2015, a novidade era caracterizada pela combinação de outros recursos de poder, como o social, caracterizado pela parceria com os movimentos sociais, e o institucional, marcado pela interlocução com os atores políticos.

Quando essas lideranças vincularam a negociação do ACT à instalação de um espaço de debate cujo objeto era intervir no plano de negócios da empresa, elas sinalizavam para a possibilidade de uma greve.

A primeira possibilidade dos petroleiros era aprovar uma greve por tempo indeterminado. Mas em um cenário de dificuldade de mobilização do poder associativo, decretar uma greve sem adesão significaria uma derrota. A estratégia foi, primeiro, aprovar o estado de greve, tendo em vista que a empresa se recusava a negociar, e como passo seguinte, aprovar uma greve de 24 horas no dia 24 de julho.

Embora o motivo da paralisação tenha sido a defesa da Petrobras como exploradora preferencial do pré-sal e da manutenção dos investimentos e dos postos de trabalho, a outra face da moeda era a renovação do melhor acordo coletivo já conquistado pelos petroleiros até então (Paranhos, 2015).

Porém, a base e a direção tinham interesses diferentes no movimento.

“Eu vou te dizer que era assim. A grande parte da base foi pra greve pra renovar o acordo. Foi pra greve pra renovar o acordo. E aí vamos dizer que a gente enfiou a Pauta pelo Brasil.” (Luisa, dirigente sindical).

As lideranças sindicais não negam que o papel de defesa dos interesses dos trabalhadores é proeminente em termos de reconhecimento da base, enquanto que o papel político dos sindicatos fica em segundo plano e é, comparativamente ao primeiro, menos legitimado. Assim, com a defesa da renovação do ACT de 2013, e sua ampliação, conseguiram garantir uma relativa adesão da base.

Ainda, assim, a adesão precisou ser construída conforme o impasse nas negociações foi sendo prolongado. Passavam-se as semanas e a empresa não sinalizava acerca da possibilidade de negociar. No começo de agosto, os petroleiros estabeleceram um prazo para a Petrobras responder às solicitações.

Nesse meio tempo, as lideranças sindicais se reuniram com a presidenta Dilma Rousseff. O motivo do encontro não podia ser outro, os petroleiros demonstraram suas discordâncias com o novo plano de negócios da empresa e apresentaram os argumentos contidos na Pauta pelo Brasil, no qual se demonstrava a possibilidade de diminuir de modo considerável o montante previsto de desinvestimento. Solicitaram a intervenção da presidenta no sentido de impedir a venda de ativos e a revisão dos desinvestimentos.

A empresa finalmente se manifestou em setembro de 2015. A proposta dos gestores consistia em dividir o processo negocial em etapas. Na perspectiva dos petroleiros, a empresa pretendia isolar a discussão que envolvia o plano de negócios para protelar e depois descartá-la. O impasse permaneceu.

#### A greve de 2015 e a Pauta pelo Brasil

Em outubro, já se completava três meses de campanha reivindicatória. No dia 29, as lideranças petroleiras compareceram à audiência convocada pelo Ministério Público do Trabalho, mas a empresa não enviou representantes. Na visão dos petroleiros, o impasse havia desgastado os gestores na base e a greve estava madura.

A greve foi decretada para ter início a partir das 15 horas do dia 1º de novembro de 2015. A adesão se deu em escala nacional. Para as lideranças sindicais, o controle das atividades nas áreas operacionais foi decisivo para sustentar a greve por 13 dias consecutivos.

No dia 13 de novembro, as lideranças indicaram a suspensão da parede, pois os gestores haviam sinalizado abertura para debater o plano de negócios da empresa por meio da instalação de um grupo de trabalho. O ACT seria renovado com a manutenção dos direitos conquistados em 2013.

O acordo foi assinado em 26 de novembro. Os sindicalistas comemoravam o sucesso da campanha, mas já se mobilizavam para sustentar o governo da presidenta Dilma Rousseff que se encontrava sob ameaça de *impeachment* e acossada por massivas manifestações de rua.

O grupo de trabalho “Pauta pelo Brasil” responsável pela discussão de alternativas de intervenção no PNG da Petrobras para o período 2015-2019, teve início em janeiro de 2016.

A primeira reunião foi realizada no dia sete de janeiro na sede da empresa, no centro da cidade do Rio de Janeiro (RJ). A assessoria técnica dos petroleiros ficou a cargo de um professor de economia do Grupo de Economia da Energia, Instituto de Economia da UFRJ. Os temas abordados foram: investimentos, arrecadação, balança comercial e empregos. O representante dos petroleiros concluiu acentuando os impactos dos desinvestimentos no emprego e na renda globais:

Considerando os investimentos programados no PNG 2015-2019 da Petrobras, o estudo prevê a criação de 526 mil vagas no total. Comparando com o PNG 2013-2017, que geraria 714 mil vagas no total, percebe-se assim uma diferença de 188 mil postos de trabalho (104 diretos e 84 mil indiretos) que deixarão de ser gerados. Em relação à renda que poderia ser gerada, percebe-se uma redução de R\$ 11,5 bilhões (no PNG 2015-2019 geraria R\$ 32 bilhões e no 2013-2017, R\$ 44 bilhões). (GT Pauta Pelo Brasil, Ata de Reunião n. 1, p. 2-3)

Pela Petrobras falou um economista do grupo de estratégia e organização da empresa. Os temas abordados foram os seguintes: metodologia utilizada pelo estudo, investimentos programados pelo PNG 2015-2019 e empregos. O estudo técnico apresentado pelo representante da Petrobras concluía que:

ainda há um descompasso entre a demanda interna e a capacidade de resposta da indústria brasileira. A indústria de transformação nacional manteve-se com [a] mesma capacidade de produção, entre março de 2005 e outubro de 2015, enquanto o consumo das famílias e a importação de bens e serviço[s] aumentou. (GT Pauta Pelo Brasil, Ata de Reunião n. 1, p. 3).

O caráter técnico da apresentação da Petrobras é acentuado pela generalidade da conclusão de seu representante que acentua um desequilíbrio entre a oferta e a demanda na indústria de transformação brasileira. Tal descompasso, caracterizado pela incapacidade de

resposta do setor industrial, fortalecia, ainda que implicitamente, o argumento dos petroleiros por mais investimentos no setor. Esse ponto poderia ser problematizado na conclusão do documento que registrou o debate, uma vez que a versão publicada depende do consenso das partes.

Desse modo, as partes concordaram em registrar a necessidade de utilizar métricas comparáveis nos próximos encontros. Todavia, ao invés de cobrar a contradição lógica da apresentação do técnico da Petrobras, que concluía por uma situação de descompasso na indústria de transformação, os petroleiros, ao que parece, fizeram questão de acentuar um ponto específico na conclusão, como demonstra o trecho a seguir:

Assim, de acordo com a apresentação feita pela Petrobras e na avaliação da FUP, cada R\$ 1 bilhão de investimentos realizados pela Petrobras, gera R\$ 860 milhões em valor adicionado (PIB), assim como a geração de 19.300 empregos. (GT Pauta Pelo Brasil, Ata de Reunião n. 1, p. 3-4).

Como as conclusões da reunião, assim como o conteúdo integral do documento, era fruto de um consenso entre as partes, uma vez que a publicação estava condicionada à concordância, desse modo, os petroleiros haviam conseguido o reconhecimento, por parte dos representantes da empresa, do problema central das discussões relativas à questão dos desinvestimentos.

Em retrospectiva, os dirigentes avaliaram a greve de 2015 como formativa:

Então, foi assim um movimento bastante interessante, e um movimento que eu diria que nos politizou muito, e nos fez conhecer muito da Petrobras. Acho que nos fez conhecer uma Petrobras que nós não conhecíamos, detalhes da importância do refino, da importância da área de E&P, da estratégia da Petrobras. Então isso nos, eu diria que em termos de conhecimento, isso nos deu uma riqueza muito grande, e de começar a discutir a Lava Jato através de números, de desmistificar a Lava Jato através de números. Então, foi, eu diria que a Pauta pelo Brasil, ela, eu diria, foi o ponta pé inicial para a criação do INEEP. Ela que nos deu a certeza de que nós tínhamos que começar a discutir a empresa. (Otávio, dirigente sindical)

Ao mesmo tempo, também Luísa reconhecia que os percalços do movimento é que tinha formado sua geração para o enfrentamento que viria a seguir.

Mas eu entendo, agora conversando. Pra mim o grande ano foi o ano de 2015. Que a gente se faz mesmo é nessas batalhas. Por mais formação que a gente faça, e eu até fiz muito pouco formação. A gente acabou fazendo muito pouco formação. A nossa formação foi à quente, como a gente brinca aqui. O treinamento aqui é formação à quente. (Luísa, dirigente sindical)

As reflexões de Luísa e Otávio sobre a organização da greve de 2015 convergem para a tese thompsoniana de que o conflito social tem o potencial de formar uma consciência política (Thompson, 2019). Nesse caso, tratou-se também de um ganho prático, no sentido do trabalho de organização.

#### A reforma do modelo de partilha

Desde março de 2015, tramitava no Senado Federal um projeto de lei substitutiva (PLS 131/15) de autoria do senador José Serra (PSDB-SP) cujo conteúdo substituiria e alteraria a Lei de Partilha (Lei n. 12.351/10)<sup>104</sup>. Segundo o projeto do senador, a Petrobras perderia a preferência na participação no regime de Partilha que ordenava o modelo de exploração dos campos petrolíferos da bacia do pré-sal.

Assim, as lideranças sindicais petroleiras também se organizaram para impedir essa alteração, pois na visão delas, o que estava em curso era uma micro-reforma do setor petrolífero por meio do realinhamento e do fortalecimento dos interesses de empresas privadas internacionais, que desejavam operar e produzir petróleo na bacia do pré-sal.

Enquanto isso, no senado o PLS 131/15 avançava sem impedimentos. Em 16 de junho, o projeto foi colocado em regime de urgência. Com a celeridade desse processo, no cenário de enfraquecimento político do governo federal, os petroleiros reativaram a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobras para frear o ímpeto reformista favorável aos interesses privados. (O Quadro 12 resume as ações da FUP contra a tramitação do PLS 131/15).

Na perspectiva do sindicalismo petroleiro, além do potencial dos desinvestimentos e da venda de ativos de eliminar postos de trabalho na base dos sindicatos petroleiros, a diminuição da participação da Petrobras na exploração do pré-sal, tal como instituía o PLS 131/15, acentuava o encolhimento do mercado de trabalho nesse setor da economia.

Assim, entre março e junho de 2015, a ação dos petroleiros concentrou-se também na contenção do trâmite desse projeto. Atuando em conjunto com os movimentos sociais e com o auxílio de congressistas da frente parlamentar, conseguiram reunir as assinaturas necessárias para retirar o PLS 131 do regime de urgência no dia 8 de julho. Em seguida, a Pauta pelo Brasil seria encaminhada pela greve iniciado no dia 1º de novembro. O ano terminava com a vitória na greve e a volta dos petroleiros à rua para defender o governo. No começo de 2016 o PLS

---

<sup>104</sup> Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/120179>. Acesso em 12 set. 2022.

131/15 voltaria à tona e o governo não resistiria. Os petroleiros começariam a viver, de fato, uma reversão completa de suas expectativas quanto ao futuro.

Quadro 12 - Campanha reivindicatória de 2015 e oposição ao PLS 131/2015

*28/05/2015	Reunião com o novo presidente da Petrobras, FUP critica desinvestimentos.
16/06/2015	PLS 131 é encaminhado para o plenário do Senado.
19/06/2015	Reunião com o presidente da Petrobras, FUP cobra interlocução com os gestores para discutir alternativas para a retomada dos investimentos da empresa.
*26/06/2015	Conselho de Administração da Petrobras aprova novo Plano de Negócios e Gestão para o período 2015-2019, com reduções de investimentos na ordem de US\$ 130,3 bilhões e venda de ativos de US\$ 57,7 bilhões.
05/07/2016	A V Plenafup aprova a Pauta pelo Brasil e delibera que a luta contra o desmonte da Petrobras e contra o PLS 131.
07/07/2015	FUP protocola na Petrobras a Pauta pelo Brasil.
17/07/2015	Os petroleiros concluem assembleias e aprovam estado de greve.
24/07/2015	Categoria adere à greve de 24 horas em defesa da Petrobras e do pré-sal.
13/08/2015	FUP entrega à Dilma Rousseff a Pauta pelo Brasil, reitera o posicionamento dos trabalhadores contrários ao PNG.
14/09/2015	Petrobras divulga proposta de acordo que não responde a Pauta pelo Brasil e ainda impõe redução de direitos sociais.
18/09/2015	Sindicatos concluem assembleias e aprovam greve nacional por tempo indeterminado em todo o Sistema Petrobras.
29/09/2015	Senadores retiram o PLS 131 da pauta do Plenário.
29/10/2015	Petrobras não comparece à audiência convocada pelo Ministério Público do Trabalho. FUP e sindicatos comunicam que o início da greve será a partir das 15 horas do dia 01/11.
01/11/2015	Petroleiros iniciam a greve que se configuraria nas próximas semanas no maior movimento político da história da categoria.
09/11/2015	Greve faz Petrobras reconhecer a Pauta pelo Brasil e iniciar negociação com as entidades sindicais.
08/11/2015	Ato no Rio de Janeiro deflagra movimento contra o impeachment da presidente Dilma e cobra retomada dos investimentos da Petrobras.

Fonte: Elaboração própria com base em informações da FUP.

No novo contexto, que se instalou com a queda do governo Rousseff, os petroleiros não perderam a capacidade de agir estrategicamente. Todavia, as ações não tinham mais o mesmo alcance que teve durante os governos do PT. À primeira vista, a disponibilidade de canais de comunicação com o governo trabalhista parece ter contribuído de modo decisivo para o desempenho da ação estratégica dos petroleiros. Entretanto, no período que se seguiria outro fator se mostraria decisivo, a necessária solidariedade entre a base e a cúpula sindical para agir no sentido de oferecer resistência ao processo de privatização da Petrobras que se aceleraria a partir de 2016. Tal solidariedade, no entanto, demoraria pelo menos três anos para fermentar. Enquanto isso, os petroleiros foram se adaptando ao novo contexto.

## Capítulo 10 – Os petroleiros e o processo de reversão microeconômica da Petrobras

Na visão dos petroleiros, o processo de *impeachment*, que selou o fim dos governos do PT, tratou-se de um golpe, o qual fora movido a petróleo. A mudança da Lei da Partilha a fim de favorecer as empresas estrangeiras foi apenas o primeiro passo. Como se sabe, o PL 4567/16, aprovado no dia 5 de outubro de 2016, que “tirou da Petrobras a exclusividade na operação do Pré-Sal e a garantia de participação mínima de 30% nos consórcios” que exploravam os blocos localizados na área do pré-sal (Primeira Mão, Boletim da Federação Única dos Petroleiros, 2017, p. 10).

A gestão de Pedro Parente à frente da empresa encaminhou o aceleração do processo de privatização, alterando a política de preços. Nascia a política de Preço de Paridade de Importação (PPI). Essa nova política de preços favorecia, sobretudo, as importadoras estrangeiras. Essas poderiam vender petróleo no Brasil sem precisar refinar aqui.

Ao mesmo tempo, o nivelamento do preço do petróleo produzido no Brasil ao preço do mercado internacional, portanto dolarizado, ampliava a margem de lucro da Petrobras. Assim, de ofertadora de bens públicos, a companhia tornava-se, prioritariamente, uma empresa que visava gerar valor para seus acionistas.

Sabemos que o caráter privado complementa a face pública de uma empresa estatal como a Petrobras, daí o seu caráter bifacial. Contudo, o que se viu, no período 2016-2020, foi a reversão microeconômica dos objetivos da empresa. Aliás, o interesse público foi, nesse período, reduzido à categoria de participação nos lucros. Pelo fato de controlar a maior parte das ações da empresa, o governo federal estava apto a receber parte dos dividendos distribuídos pela Petrobras. Nas palavras de um dos sucessores de Parente na presidência da Petrobras, a maior contribuição da estatal para o país era a distribuição de dividendos. Assim, justificou-se a razão de ser da empresa de 2016 em diante.

Dessa forma, não por acaso, a gestão de Pedro Parente assumiu o compromisso de aumentar os lucros da empresa para pagar dividendo para os acionistas. O Relatório Anual de 2017 traçava cinco princípios gerais. O quarto princípio era denominado: “Companhia determinada a gerar valor”. O primeiro objetivo desse princípio era “(i) assegurar o uso disciplinado de capital e retorno aos acionistas em todos os nossos projetos [...]” (Petrobras, 2017, p. 40).

A mudança de rumos que se configurava na gestão da empresa estatal não deixava de ser notável. Em 2014 o centro da estratégia era financiar a expansão dos negócios.



O objetivo de nossa estratégia financeira é financiar os investimentos necessários para alcançar as metas estabelecidas em nosso Plano de Negócios e Gestão 2014-2018, divulgado em 25 de fevereiro de 2014. O Plano 2014-2018 prevê investimentos de US\$ 220,6 bilhões durante este período, dos quais US\$ 206,8 bilhões serão alocados a projetos já em implementação ou em processo de licitação, e os US\$ 13,8 bilhões restantes serão alocado ao portfólio sob avaliação com projetos que ainda estão em fase de planejamento de desenvolvimento e sujeitos à aprovação final da nossa administração. (Petrobras, 2014, p. 95)

Um dos objetivos principais desse plano era ampliar o parque de refino, tido como um dos principais gargalos da indústria petrolífera no Brasil.

Já em 2016, os planos da empresa vão em outra direção. Ao invés de investir para crescer, passou-se a vender para pagar a dívida.

Com base em nossa avaliação interna de ativos que são considerados para venda de acordo com o programa de parceria e desinvestimento para o período 2017-2018, nosso objetivo é receber receitas em aproximadamente US \$ 21 bilhões. No entanto, mudanças nas condições de mercado ou na avaliação de nossos diferentes negócios, entre outros fatores, podem afetar as negociações em andamento ou a viabilidade de possíveis transações. Além disso, a venda desses ativos afetará nossos resultados futuros de operações. (Petrobras, 2016, p. 42-43)

Agindo de acordo com esse diagnóstico, a nova gestão deu início ao um acelerado processo de alienação de ativos (Ver Tabela 10). O principal objetivo passou a ser o pagamento da dívida.

Tabela 10 - Parcerias e desinvestimentos iniciados e concluídos entre 2015 e 2017

Data de assinatura	Data de fechamento	Transação Valor Nominal da Transação*	(US\$ bilhões)
31/03/2015	31/03/2015	Alienação de ativos na bacia do Sul ("Bacia Austral"), na província de Santa Cruz, na Argentina	0,1
23/10/2015	28/12/2015	Venda de 49% da Petrobras Gás S.A. (Gaspetro)	0,5
13/05/2016	27/07/2016	Venda do interesse 67.19% inteira na Petrobras Argentina	0,9
29/07/2016	22/11/2016	Venda do inteiro interesse 66% no bloco exploratório BM-S-8, na bacia de Santos	2,5
17/10/2016	28/12/2016	Venda de 100% das ações da Nansei Seikyu (NSS), localizado na ilha de Okinawa, no Japão	0,2
22/07/2016	04/01/2017	Venda de 100% da Petrobras Chile Distribución Ltda.	0,5
28/12/2016	03/02/2017	Venda do interesse 45.97% todo em Guarani S.A.	0,2
15/12/2016	23/02/2017	Recepção de 24 milhões novas ações ordinárias emitidas pela São Martinho S.A., como forma de pagamento para a fusão, por São	0.1**

		Martinho, o interesse de 49% detidos pela Petrobras Biocombustíveis na Nova Fronteira Biocombustível S.A.	
23/09/2016	04/04/2017	Venda de 90% das ações da Nova Transportadora Sudeste (NTS), empresa de transporte de gás natural no sudeste do Brasil (valor total da transação inclui regularização de dívidas)	5,2
17/11/2016		Venda de 100% das ações detidas pela Petrobras na Liquigás Distribuidora S.A.	0,8**
28/12/2016		Venda de todas as ações detidas pela Petrobras em suas subsidiárias Companhia Petroquímica de Pernambuco (PetroquímicaSuape) e Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe)	0,4
28/12/2016		Aliança estratégica com a empresa francesa Total em segmentos a montante e a jusante. Assinamos contratos para (i) estudos exploratórios comuns na região da margem Equatorial e bacia de Santos; e (ii) um contrato de parceria tecnológica nas áreas de Petrofísica digital, processamento geológico e sistemas de produção submarina. Além disso, os contratos preveem a atribuição de 22,5% dos direitos da Petrobras para Total na área de concessão, "Iara"; transferência de 35% dos direitos, bem como a operação da concessão do bloco BM-S-9 do campo de Lapa, deixando a Petrobras com 10%; transferência de 50% da participação da Petrobras na Termobahia, incluindo as usinas termelétricas  Rômulo de Almeida e Celso Furtado, com a opção de aquisição pela Petrobras de 20% de participação no bloco 2 na área Perdido Foldbelt no setor mexicano do Golfo do México.	2,2
Total (10,2 + 3,4)			13,6***

Fonte: Petrobras (2018). \*Considerando os recebimentos e pagamentos futuros relacionam com a transação. \*\*Com base no preço médio ponderado pelo volume de ações São Martinho de negociação nos últimos 30 dias antes da assinatura dos instrumentos contratuais da fusão. \*\*\*Considerando a taxa de câmbio a partir de 31 de dezembro de 2016.

A acelerada venda de ativos não deixou de ser contestada pelas federações petroleiras. Porém, tal contestação agora estava limitada ao plano do discurso. A consulta à imprensa petroleira, e mesmo dos arquivos da AEPET, demonstram isso. Tanto as federações, quanto a associação, moveram intelectuais e técnicos para defender uma alternativa à venda de ativos. Em geral, o argumento era o de que o próprio caixa da empresa, trimestre a trimestre, restituiria os valores necessários para amortizar a dívida. De fato, ao final do período, a AEPET demonstrou estar correta sua tese:

A maior parte, cerca de três quartos, da redução da dívida de US\$ 115,4 para US\$ 69,4 bilhões, entre o final de 2014 e de 2018, teve origem na geração operacional de caixa da Petrobras.

A meta de alavancagem, calculada pela relação entre dívida líquida e EBITDA ajustado, de 2,50 para o final de 2018, ainda que arbitrários, seriam atingidos, mesmo sem privatizar nenhum ativo da Petrobras entre 2015 e 2018. (AEPET, 2019, p. 23)

Do lado das federações, que possuem o poder de mobilizar para enfrentar o processo de venda de ativos, se instalava um hiato. Os petroleiros teriam que esperar pela próxima campanha reivindicatória. Enquanto a empresa não descumprisse o ACT em vigor, as federações não poderiam fomentar uma paralisação. Quando fosse oportuno, a estratégia possivelmente seria aliar a pauta corporativa à pauta política, como já tinham feito em 2015, por exemplo.

#### A campanha reivindicatória de 2017

Em agosto, os petroleiros encaminharam a pauta reivindicatória para a empresa. “A pauta de reivindicações” consistia basicamente na “renovação do Acordo Coletivo e o cumprimento das cláusulas econômicas reajustadas pelo ICV, Índice de Custo de Vida do DIEESE e pelo ganho de produtividade.”<sup>105</sup>

Antes de apresentar a proposta da empresa para o ACT de 2017, a gestão da empresa prorrogou a vigência do acordo 2015/2017. A prorrogação valia até à véspera do começo da entrada em vigor da reforma trabalhista aprovada pelo governo no mês de julho<sup>106</sup>. Tal prorrogação era inesperada pelos petroleiros. Os sindicalistas identificariam nesse gesto da empresa um clara ameaça de rebaixamento do acordo coletivo.

Em seguida, no mês de setembro, a área de recursos humanos da estatal respondeu com uma proposta que não contemplava a pauta enviada pelos petroleiros. Além disso, a proposta da estatal alterava “a vigência do Acordo Coletivo de dois para um ano” e reduzia o acordo coletivo, que passaria de 182 cláusulas para 114<sup>107</sup>.

---

<sup>105</sup> “Diretores da FUP entregam pauta de reivindicações em reunião na Petrobras”. FUP., 18 ago. 2017. Disponível em: <https://fup.org.br/diretores-da-fup-entregam-pauta-de-reivindicacoes-em-reuniao-na-Petrobras/>. Acesso em 21 mar. 2022.

<sup>106</sup> “Petrobras prorroga ACT, ameaçando trabalhadores”. FUP., 31 ago. 2017. Disponível em: <https://fup.org.br/Petrobras-prorroga-act-ameacando-trabalhadores/>. Acesso em 21 mar. 2022.

<sup>107</sup> “Proposta da Petrobras reduz direitos”. FUP, 14 set. 2017. Disponível em: <https://fup.org.br/proposta-da-Petrobras-reduz-direitos/>. Acesso em 21 mar. 2022.

O impasse persistiu nas rodadas de negociações seguintes. Em outubro, a FUP cedeu à demanda da gestão de recursos humanos da empresa e reformulou o acordo coletivo. Contudo, sem consentir a eliminação de direitos.

Uma das alegações da Petrobras para tentar justificar sua contraproposta que reduz direitos é o tamanho excessivo do Acordo Coletivo, que conta hoje com 182 cláusulas. Para acabar com a polêmica, a FUP protocolou nesta quarta-feira, 11, junto ao RH, uma nova formatação para o acordo, com 102 cláusulas, divididas em 10 capítulos que mantêm na íntegra todos os direitos previstos no ACT 2015-2017. Essa configuração proposta também garante as salvaguardas necessárias para preservar o Acordo Coletivo dos efeitos da contrarreforma trabalhista, que entra em vigor em 11 de novembro, dia seguinte à data de prorrogação do atual ACT.<sup>108</sup>

Os petroleiros tinham contra si o tempo. Era preciso aprovar o acordo antes que a reforma entrasse em vigor. A empresa jogava com essa estratégia desde o início da campanha, quando prorrogou o acordo.

A sexta rodada de negociação aconteceu no dia primeiro de novembro. Como a empresa mostrou-se irredutível, os petroleiros comunicaram que dariam início às assembleias para aprovar uma greve por tempo indeterminado.

O primeiro efeito foi uma nova prorrogação do acordo até o final do mês. Contudo, os petroleiros já tinham dado início ao processo de aprovação da greve. No dia 27, mais de 40 campos de produção de petróleo no norte fluminense haviam aprovado a greve<sup>109</sup>. A empresa prorrogou mais uma vez o acordo. No mês de dezembro, os petroleiros avaliaram a proposta da empresa. No dia 15, o conselho deliberativo da FUP aceitou a proposta e encaminhou para as assembleias nas bases.

Os petroleiros não conseguiram avançar na conquista de novos direitos, como vinha ocorrendo nas últimas campanhas. Porém, o cenário havia mudado. A manutenção das conquistas era uma vitória. “Diante deste processo de ruptura democrática que enfrentamos no país”, avaliava o coordenador da FUP, “manter intacto” o “acordo coletivo é uma baita de uma vitória.”<sup>110</sup>

---

<sup>108</sup> “E agora Petrobras? FUP propõe nova formatação para o ACT que preserva todos os direitos”. FUP, 11 out. 2017. Disponível em: <https://fup.org.br/e-agora-Petrobras-fup-propoe-nova-formatacao-para-o-act/>. Acesso em 21 mar. 2022.

<sup>109</sup> “Mais de 40 plataformas da Bacia de Campos aprovam indicativo da FUP de greve, se a Petrobras insistir na retirada de direitos.” Disponível em: <https://fup.org.br/mais-de-40-plataformas-da-bacia-de-campos-aprovam-indicativo-da-fup-de-greve-se-a-Petrobras-insistir-na-retirada-de-direitos/>. Acesso em 21 mar. 2022.

<sup>110</sup> “Petroleiros resistem e evitam desmonte do Acordo Coletivo”. Disponível em: <https://fup.org.br/petroleiros-resistem-e-evitam-desmonte-do-acordo-coletivo/>. Acesso em 21 mar. 2022.

Na visão do coordenador, a renovação do acordo daria fôlego para outros enfrentamentos.

Com nossos direitos preservados por mais dois anos, garantimos uma trincheira de resistência em meio ao golpe. Nossos esforços agora devem ser todos voltados para impedir o desmonte do Sistema Petrobras e garantir a retomada dos investimentos da empresa para que volte a ser gerida com foco no desenvolvimento nacional, gerando emprego e renda para o povo brasileiro.<sup>111</sup>

Todavia, dessa vez, os petroleiros não foram capazes de politizar a campanha como tinha ocorrido em 2013 e 2015. Ao invés de agirem para demonstrar força por meio do poder estrutural, potencialmente, à disposição do sindicalismo petroleiro, sob um novo contexto, os petroleiros apostaram no poder discursivo. A criação do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (INEEP), cuja antecessora foi a criação da Pauta pelo Brasil, simbolizou a estratégia dos petroleiros sob o governo Temer.

A criação do INEEP e o debate sobre as mudanças na Petrobras

As mudanças na gestão da Petrobras, na visão dos petroleiros, deveriam ser debatidas. O enfrentamento por meio de protestos de rua, que teve lugar no período anterior, dava lugar à disputa no plano das diferentes visões sobre os rumos da empresa estatal.

Para tanto, os petroleiros criaram, entre 2017 e 2018, o INEEP para atuar no debate sobre as mudanças em curso no setor petrolífero. Criado pela FUP, o instituto se pauta pelo valor estratégico do setor.

Para o Instituto o petróleo não é apenas uma *commodity*, mas um recurso natural estratégico. O setor energético tem forte impacto nos preços que influenciam a vida cotidiana das pessoas, tendo um efeito multiplicador estratégico para o país. Portanto, para além da questão econômica, o setor envolve um conjunto grande de atores e, por isso, demanda uma análise estratégica, que envolva os aspectos financeiros, mas que olhe também para o desenvolvimento nacional, e a atuação do Estado como planejador e regulador na promoção de políticas públicas para o setor.<sup>112</sup>

A criação do INEEP consiste em um destacado exercício de fortalecimento do poder discursivo dos petroleiros (Ludwig, Schmalz, Webster; 2018a; Hyman; Grumbell-Mccormick; Bernaciak, 2018). Com o auxílio dos técnicos desse instituto, os petroleiros passaram a intervir qualificadamente no debate sobre a indústria de petróleo no Brasil, como afirma Eduardo:

---

<sup>111</sup> Idem.

<sup>112</sup> “Quem somos”. INEEP. Disponível: <https://ineep.org.br/quem-somos/>. Acesso em 22 mar. 2023.

Então, a gente buscou com a criação do INEEP agregar um pouco disso. Buscar ter um diálogo mais próximos da academia para poder furar algumas bolhas aí também e avançar. E acabou sendo uma experiência muito interessante em um momento muito importante. Então, hoje, tecnicamente a gente ganha todos os debates. O problema é que eles fazem um debate ideológico de que tudo que é público não presta. Quando você vai fazer um debate realmente: “Olha, o quê que deu certo? O quê que dá certo?” A gente ganha. Muito porque a gente foi aprofundando, porque os dados são muito contundentes. (Eduardo, diretor sindical)

De fato, o discurso dos sindicalistas passou a apresentar um conhecimento mais detalhado sobre os complexos negócios da indústria petrolífera.

Ao mesmo tempo, o INEEP constituía-se como uma espécie de observatório das mudanças empreendidas pela gestão de Pedro Parente. À medida em que essa gestão foi alterando os objetivos da empresa, os técnicos do INEEP foram publicando artigos acerca dos possíveis impactos das mudanças na economia nacional.

Segundo o diretor sindical que teve a ideia de criar o instituto, os técnicos deveriam responder rápido ao que estava acontecendo com a Petrobras. Deveria influenciar no debate sobre o setor.

Bom, não dá pra fazer isso com estudos pontuais, com a imprensa divulgando algo hoje, e você só respondendo daqui a sete dias. Não dá o tempo, nós não temos tempo pra isso, então foi que nós criamos, eu falei: “Olha, cara, temos que criar um instituto de pesquisa, pra olhar o setor de petróleo o tempo todo. Nós temos que..., não podemos..., saiu alguma coisa da Petrobras hoje de manhã, à tarde nós temos que dar a resposta.” E felizmente, o INEEP hoje é uma realidade, é uma realidade. É um instituto que tem, a cada dia que passa, até por conta da qualidade dos seus pesquisadores, ele consegue colocar a Petrobras no canto do ringue, com informações mentirosas que ela passa pra sociedade. Então, você vê veículos como o Estadão, o Valor Econômico, a Carta Capital, como o próprio O Globo, procurando o INEEP pra saber sobre o balanço da Petrobras, sobre essa e aquela notícia, é algo que demonstra que nós trilhamos um caminho correto também na construção do INEEP. (Otávio, diretor sindical)

A partir de 2017, o INEEP começou a publicar artigos que analisavam as implicações das mudanças promovidas pela gestão Parente. O exame do plano de negócios para o período 2017/2021 registrou que estava em curso um processo de reestruturação da indústria de petróleo no Brasil.

## Reestruturação do setor petróleo e uma nova política de preços

A redefinição da política de preços dos combustíveis veio à baila nos primeiros dias de Parente à frente da estatal. Em entrevista ao jornal *O Globo*, Parente sinalizava que mudaria a política de preço dos derivados.

(A definição dos preços) tem que ser como é, natural, uma decisão empresarial. A gente tem custos para produzir, precisa fazer investimentos, tem que dar o retorno adequado aos nossos acionistas. E o principal acionista, não é o Tesouro Nacional, é a sociedade brasileira. Esse conjunto de coisas, como em qualquer empresa, faz com que a empresa tenha que pensar com autonomia nos preços que cobra para quem fornece.<sup>113</sup>

A “empresa autônoma”, sob a gestão de Parente, definiu uma nova política de preços. Essa política implicou na aceleração do processo inflacionário no mercado interno. A inflação dos combustíveis provocaria um grave conflito com setor de transportes.

Segundo o INEEP, as implicações do processo em curso iam além da aceleração do processo inflacionário. Já era possível registrar uma reestruturação no segmento *downstream* (refino e distribuição) da indústria de Petróleo nacional. A Petrobras preparava-se para adotar uma nova posição no setor. A mudança na política de preços era uma parte desse processo. A estratégia geral era formada por três princípios:

- (1) a promoção de uma nova política de preços e a maximização de margens na cadeia de valor – paridade com os preços internacionais de derivados;
- (2) a não garantia integral do abastecimento do mercado brasileiro, por entender que, em sua lógica de negócios, há a previsão do ingresso de mais agentes para o atendimento total da demanda; e,
- (3) o desenvolvimento de parcerias no *preparava-se*, possibilitando a introdução de outros atores no refino e na logística.<sup>114</sup>

Mutuamente, esse processo estaria articulado com uma iniciativa do Conselho Nacional de Política Energética (CNPED), ligado ao Ministério de Minas e Energia (MME). Segundo o

<sup>113</sup> “ ‘Não vim para cuidar de privatização’, diz Pedro Parente”. *O Globo*, 4 jun. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo>. Acesso em 21 fev. 2022.

<sup>114</sup> Pereira, C. “As mudanças recentes no refino brasileiro: uma bomba perto de explodir.” INEEP, 4 jun. 2017. Disponível em: <https://ineep.org.br/as-mudancas-recentes-no-refino-brasileiro-uma-bomba-perto-de-explodir/>. Acesso 21 mar. 2022.

INEEP, no começo de 2017, formou-se um grupo de trabalho chamado “Combustível Brasil”. O objetivo desse grupo era “propor ações e medidas voltadas para a promoção e intensificação da livre iniciativa em uma “nova configuração do mercado” brasileiro de combustíveis.”<sup>115</sup>

Em seguida, as mudanças se aplicariam também no segmento *upstream* (exploração e produção). A empresa preparava leilões de campos maduros (prontos para produção) que se realizariam ainda em 2017. Segundo o INEEP, a gestão Parente estava à procura de “novos parceiros em setores que ainda têm o “monopólio” e/ou desinteresse em explorar o pré-sal, incentivando a formação de consórcios com outras empresas.”<sup>116</sup> As novas parcerias seriam estabelecidas na cobiçada área do pré-sal.

No final de 2017, a AEPET fez uma avaliação da gestão Parente. A tradicional associação dos engenheiros da Petrobras corroborava as análises do INEEP. As mudanças na política de preços já estavam alterando a configuração do setor no país. Tal reconfiguração reforçava os interesses de empresas privadas. O editorial da AEPET era claro nesse sentido: “Política de preços de Temer e Parente é ‘*America First!*’.”.

A associação dos engenheiros alertava que a política de preços havia sido alterada ainda em 2016. Isso permitiu a entrada de empresas privadas estrangeiras no mercado de derivados. Segundo a AEPET, a partir de 2016:

foram praticados preços mais altos que viabilizaram a importação por concorrentes. A estatal perdeu mercado e a ociosidade de suas refinarias chegou a um quarto da capacidade instalada. A exportação de petróleo cru disparou, enquanto a importação de derivados bateu recordes. A importação de diesel se multiplicou por 1,8 desde 2015, dos EUA por 3,6. O diesel importado dos EUA que em 2015 respondia por 41% do total, em 2017 deve chegar a 82% do total importado pelo Brasil<sup>117</sup>.

A participação das empresas estrangeiras somente foi possível porque a Petrobras abriu mão de competir. Os custos de produção da estatal são muito vantajosos para competir no mercado interno. O domínio da técnica de produção em alto mar lhe permite produzir abaixo do custo médio internacional, bem como atingir uma margem de preços única para dominar o mercado interno (DIEESE, 2013). Assim, abrindo mão dessa prerrogativa, a gestão Parente tornou o mercado interno cativo dos vendedores internacionais.

---

<sup>115</sup> Pereira, C. “As mudanças recentes no refino brasileiro: uma bomba perto de explodir.” INEEP, 4 jun. 2017. Disponível em: <https://ineep.org.br/as-mudancas-recentes-no-refino-brasileiro-uma-bomba-perto-de-explodir/>. Acesso 21 mar. 2022.

<sup>116</sup> Idem.

<sup>117</sup> “Política de preços de Temer e Parente é “*America First!*”.” AEPET, 11 dez. 2017. Disponível em: <https://aepet.org.br/noticia/editorial-politica-de-precos-de-temer-e-parente-e-america-first/>. Acesso em 21 mar. 2022.



Ganharam os produtores norte-americanos, os “traders” multinacionais, os importadores e distribuidores de capital privado no Brasil. Perderam os consumidores brasileiros, a Petrobras, a União e os estados federados com os impactos recessivos e na arrecadação. Batizamos essa política de “*America first!*”, “Os Estados Unidos primeiro! ”.<sup>118</sup>

A atuação de empresas privadas no setor de refino sempre foi um problema no Brasil. Mesmo com a abertura do setor em 1997, nenhuma empresa privada investiu na construção de refinarias. Para incentivar a entrada de capital privado no setor a Petrobras vendeu 30% da REFAP para a REPSOL-YPF. Em 2010, a estatal comprou novamente os 30%.

O principal óbice é o fato de a Petrobras ter se formado como detentora natural do monopólio do segmento de refino (Ribeiro, 2022; Alveal, 1994). A estrutura de grandes refinarias para atender os mercados das grandes regiões do país impõe uma barreira à competição no setor, mas essa é a lógica na maioria dos grandes países produtores de derivados. É um mercado dominado por empresas gigantes, sejam estatais, sejam privadas (Alveal Contreras, 1994). A lógica é a do monopólio por força também do grande volume de capital investido nos negócios de petróleo. Isso induz a uma estrutura singular para o setor. As principais empresas do setor atuam nos segmentos *downstream* e *upstream* de modo integrado, ou seja, as empresas dominantes no setor permanecem como empresas integradas.

À época da venda de parte da REFAP, Parente ocupava a presidência do conselho de administração da Petrobras. De volta ao setor, incluiu as refinarias nos ativos que seriam alienados.

Os ativos são mais ou menos os mesmos, mas agora também vamos começar a falar sobre refino. Refino é importante para a Petrobras. Mas acreditamos que não é bom para a empresa nem para o país concentrar 100% do refino na mão de uma única empresa — avalia Parente.<sup>119</sup>

O fim da política de conteúdo local, com perda de espaço para as empresas nacionais no setor, foi outro ponto levantado pelos técnicos do INEEP. A gestão Parente desmontou a estratégia de desenvolvimento que tinha a Petrobras como protagonista. Na opinião do INEEP, tratava-se de um retrocesso<sup>120</sup>.

---

<sup>118</sup> Idem.

<sup>119</sup> “Venda de ativos da Petrobras incluirá refinarias”. O Globo, 2 mai. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/venda-de-ativos-da-Petrobras-inclui-refinarias-21282146>. Acesso em 21 mar. 2022.

<sup>120</sup> “A mudança da ANP para a política de conteúdo local: retrocesso”. INEEP, 5 out. 2017. Disponível em: <https://ineep.org.br/a-mudanca-da-anp-para-a-politica-de-conteudo-local-retrocesso/>. Acesso em 21 mar. 2022.

## A paralisação de 2018 contra a política de Preços de Paridade de Importação (PPI)

As críticas à política de preços da Petrobras vinham sendo feitas desde 2017. Tanto o INEEP, criado pela FUP, quanto a AEPET vinham emitindo avisos de que a política adotada pela Petrobras ia contra a natureza de uma empresa que foi construída para dominar o mercado nacional de petróleo com vistas a oferecer energia com o menor preço possível para o mercado nacional (Alveal Contreras, 1994; Cohn, 2017; Ribeiro, 2022).

Sendo o preço dos combustíveis extremamente central para o controle do processo inflacionário, o seu descontrole havia acelerado a inflação. Como mostrava a AEPET, a importação de diesel havia aumentado consideravelmente desde 2016. Cotado em dólar, isso significou um aumento de custos para o setor de transportes.

Assim, no dia 21 de maio de 2018, caminhoneiros e empresários iniciaram uma paralisação nacional ocupando as principais rodovias do país e estrangulando o abastecimento de mercadorias nos grandes centros urbanos.

Diante dessa iniciativa os petroleiros, perceberam que deveriam agir. Mas a situação não era de fácil movimentação. Havia dúvida sobre o caráter do movimento.

Então, os caminhoneiros entraram em greve. À esquerda deu pane na cabeça. “O que é que é isso? *Lockdown* ou não é? É de direita? Não é? A gente entra junto ou não entra?” E aí a gente olhando assim: “Pô, mas é uma pauta nossa, nós petroleiros. Porque os caras estão reclamando do diesel e é a gente que faz diesel.” E a gente já tinha todo, um monte de material sobre isso. É que a gente não conseguia às vezes dar repercussão. A gente olhou. Assim, e aí foi certo. A gente..., por isso que a gente fez... Mas não fez essa greve... Porque ela não foi uma greve que era nosso intuito a disputa da produção da empresa, não era isso. Que é o tradicional de uma greve. Essa greve, a gente olhou aquele furacão que estava rolando e falamos: “Meu, não é isso! É isso”. Para a gente conseguir entrar com uma narrativa. Quando a gente anuncia a greve, tem uma repercussão. Ainda mais no meio da greve dos caminhoneiros. Então, a gente olhou assim. “Nós vamos entrar em greve”. (Juliana, diretora sindical)

A decisão de paralisar as atividades, como sugere o relato de Juliana, não foi fácil. Não se sabia o caráter do movimento. E, de certo modo, isso foi o que justificou a entrada dos petroleiros em greve. A entrada se deu, tardiamente, para tentar disputar os rumos do debate que a paralisação dos caminhoneiros havia levantado. Enquanto os caminhoneiros centraram as críticas nos impostos sobre os combustíveis, os petroleiros batiam na tecla de que o problema era a política de preços da empresa conduzida por Parente. O INEEP e a AEPET já vinham batendo nessa tecla. Já haviam emitido alertas de que o país seria penalizado pelo PPI. Todavia, os protagonistas do movimento, empresários e caminhoneiros, miravam os impostos, não a PPI.

Na prática, a gente foi procurar os caminhoneiros nas regiões. Então os petroleiros, mesmo com todas as diferenças políticas, que às vezes a gente não podia nem ir com bandeira, nem com camisa de CUT, de nada. Se não, não podia ir. E a gente foi para explicar para eles, falar: “Vocês estão sendo enganados. O problema não é imposto. Os impostos eram os mesmos antes. Então o que é que mudou? Mudou foi a política da Petrobras.” E daí eles começaram a entender isso. Alguns deles começaram a entender isso, que a discussão era mais complexa. (Juliana, diretora sindical)

Dentre os sindicatos da FUP, houve uma adesão maior nos locais que já estavam na lista de venda. No sul do país, uma diretora sindical relatou que foi a base que chamou os petroleiros para a greve.

Em 2018, teve aquela greve dos caminhoneiros, te lembra né? A nossa base que arrastou a gente pra greve. Por quê? Porque aí a gente já estava sob ameaça da privatização, e aqui na frente da REFAP, se formou um acampamento, em outros lugares não aconteceu isso, mas na frente da REFAP se formou um acampamento, com caminhoneiro, *motoboy*, com motorista de *Uber*, e aí o pessoal se sentia mal de entrar pra trabalhar, e ver aquele movimento que tava acontecendo lá. E outra coisa, e o governo balançando. Então nesse caso, foi a base... pra ti ver como muda a concepção, né. Nesse movimento foi a base que nos arrastou, e a gente teve que ir lá, entramos em greve inclusive, de forma ilegal, porque a gente... na verdade a gente já tinha feito assembleias, e já tinha aprovado fazer uma greve contra os preços dos combustíveis. Mas a gente não tinha que notificar a empresa, porque a gente tem que notificar a empresa com 72 horas de antecedência. Então teve toda uma disputa ali, mas então tu vê como a base quis assumir esse risco, porque a tensão dentro da refinaria tava muito grande. Há uns dias atrás o gerente tinha nos chamado lá no refeitório, pra fazer uma explanação de como ia se dar o processo de venda. (Luisa, diretora sindical)

Ao contrário de 2015, quando os sindicalistas levaram a base para a greve para forçar a direção da empresa aceitar discutir o plano de negócios, em 2018 foi a base que empurrou a cúpula. Desde então, depois das ameaças de venda de refinarias, uma nova relação da base com os dirigentes sindicais petroleiros começava a se configurar.

Em Minas, os trabalhadores da REGAP foram os últimos a sair da greve. Assim, como a REFAP, a refinaria mineira também estava na lista de ativos de alienáveis. A queda de Pedro Parente foi anunciada durante a assembleia. Os mineiros, então, tomaram para si os louros da queda do presidente da empresa.

Aí mesmo quando a gente suspendeu a nossa greve, que só Minas continuou, inclusive, não conseguiu suspender naquele momento. Veio o anúncio da queda do Pedro Parente. E daí em Minas estavam em assembleia, isso foi muito histórico para eles lá. Porque veio a derrubada de Pedro Parente, e eles falaram: “Minas que ficou por último, nós derrubamos Pedro Parente” (risos). (Juliana, diretora sindical)

A greve dos caminhoneiros sensibilizou a base petroleira. Sobretudo, nos locais a serem privatizados. Do ponto de vista das direções, a adesão ao movimento se deu com atraso pelo fato de não saber identificar o caráter do movimento, como sugeriu o relato de Juliana. Na visão de Luísa, que atua no sul do país, a base se mobilizou porque o processo de privatização já estava sendo encaminhado por lá. Os trabalhadores queriam dar o troco na empresa, que pretendia dispensá-los.

A partir de 2018, as ameaças de privatização tornaram-se um fator mobilizador fundamental para o sindicalismo petroleiro. A insegurança e a ameaça criaram um sentido de urgência na base. Entre 2018 e 2019, esse sentimento foi sendo fermentado. Quando a próxima gestão tentou avançar nos planos de privatizar, a relação entre a base e a direção sindical já tinha se reconfigurado. Uma nova solidariedade surgia entre os petroleiros. O ataque externo foi o toque de união do sindicalismo petroleiro. Os problemas de criar uma disposição para agir coletivamente começaram a ser solucionados em resposta aos planos de privatização. Insensível, a gestão instilou nos trabalhadores um sentimento de insegurança quanto ao futuro. Isso abriu uma janela de oportunidade para a ação dos sindicalistas. Assim, quando a nova gestão da Petrobras assumisse para dobrar a aposta na privatização da empresa, já sob o governo Bolsonaro, os petroleiros haviam recuperado a capacidade de mobilização.

## Capítulo 11 – Mantendo a chama acesa: trabalhadores/as, sindicalistas e a intensificação das privatizações na Petrobras (2019-2020)

A partir de 2019, as reformas econômicas orientadas ao mercado, que tiveram início durante do governo Temer (2016-2018), foram acentuadas<sup>121</sup>. A política econômica passou a ser comandada por Paulo Guedes, quem indicou Roberto Castello Branco<sup>122</sup>, para a presidência da Petrobras. Em junho de 2018, após a crise gerada pela greve de maio, o aluno egresso da escola de economia da Universidade de Chicago, defendia a privatização: “Uma das lições que se tira desta crise é a urgente necessidade de privatizar não só a Petrobras, mas outras estatais.”<sup>123</sup>.

Indicado para ocupar a presidência da estatal em novembro de 2018, Castello Branco deu início à elaboração de um novo plano de negócios para a empresa. O “Plano Estratégico 2020-2024” foi apresentado aos investidores da Bolsa de Valores de Nova Iorque em dezembro de 2019. “Nesta quarta-feira (04/12) realizamos o “*Petrobras Day*” na Bolsa de Nova York (*NYSE*, na sigla em inglês), um evento em que investidores tiveram a oportunidade de conhecer os planos da companhia para o futuro.”<sup>124</sup>

O novo plano estava fundamentado em cinco pilares: “Maximização do retorno sobre capital empregado”; “Redução do custo de capital”; “Busca incessante por custos baixos e eficiência”; “Meritocracia”; “Segurança, respeito às pessoas e ao meio ambiente”. Por meio desse plano, a nova gestão assumia o objetivo de fazer uma “gestão ativa de portfólio” para atingir a meta de venda de US\$ 20 a 30 bilhões em ativos. Para tanto, a lista de privatização incluía oito refinarias: RNEST (PE), RLAM (BA), REPAR (PR), REFAP (RS), REGAP (MG),

---

<sup>121</sup> A partir de 2016 o golpe parlamentar sedimentou o caminho para a retomada de uma agenda política de cunho neoliberal, caracterizada por uma reforma trabalhista retrógrada, por uma política fiscal rígida e uma política monetária ortodoxa. Ainda que o governo seguinte tenha dobrado a aposta nessas diretrizes, assumindo algumas das principais feições do capitalismo financeirizado (Fraser, 2018), não se pode dizer que tal agenda tenha sido referendada pelas urnas. Em 2018, o então candidato, Jair Bolsonaro escondeu, enquanto pôde, a linha econômica de seu governo terceirizando a resposta para Paulo Guedes, que viria a ser seu ministro da Economia. Desse modo, tal como na década de 1990, depois do golpe de 2016, assistiu-se a um processo semelhante cujo itinerário incluiu a “privatização do público”, “o roubo da fala”, a “exclusão do discurso reivindicativo” (ou pelo menos a tentativa de chegar a tanto), bem como, a recondução da classe “ao estado de mercadoria, que é o objetivo neoliberal.” (Oliveira, 1999, p. 79).

<sup>122</sup> “Governo Bolsonaro: Quem é Roberto Castello Branco, futuro presidente da Petrobras.” BBC Brasil, 19 nov. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46242808>. Acesso em 22 mar. 2023.

<sup>123</sup> BRANCO, R. C. É urgente a necessidade de se privatizar não só a Petrobras, mas outras estatais”. Folha de São Paulo, São Paulo, 2 jun. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/e-urgente-a-necessidade-de-se-privatizar-nao-so-a-Petrobras-mas-outras-estatais.shtml>. Acesso 23 mar. 2023.

<sup>124</sup> “Apresentamos Plano Estratégico para investidores na Bolsa de Nova York #PetrobrasDay”. Fatos e Dados, 4 dez. 2019. Disponível em: <https://Petrobras.com.br/fatos-e-dados/apresentamos-plano-estrategico-para-investidores-na-bolsa-de-nova-york-Petrobrasday.htm>. Acesso em 23 mar. 2022.

REMAN (AM), LUBNOR (CE) e SIX (PR)<sup>125</sup>. O que Parente havia planejado, agora era posto em prática por Castello Branco.

Contudo, foi na relação com os/as trabalhadores/as que a nova gestão provou ter inspiração anti trabalhista. O ministro da economia, Paulo Guedes, em fevereiro de 2019, queixava-se do excesso de direitos da legislação trabalhista herdada da CLT: “Você pode escolher um sistema que tem muitos direitos e não tem emprego e um outro sistema onde você tem muitos empregos e esses direitos são os que você escolhe ter.”<sup>126</sup> Desse modo, desde os primeiros momentos do novo governo, seus gestores pautaram a relação com os/as trabalhadores/as pela máxima “direitos ou trabalho”.

Essa máxima resume bem o contexto em que se realizou a VIII Plenária Nacional da FUP de 2019 na cidade de Belo Horizonte.

#### Mantendo a chama acesa

A VIII Plenafup realizou-se entre os dias 23 e 26 de maio de 2019, na Escola de Formação da CUT situada no Bairro de Barreiro, em Belo Horizonte (MG). Durante três dias acompanhei os debates sobre a conjuntura política, com a participação de deputados (estadual e federal); ex-ministros de governo (PT); representantes de centrais sindicais (CTB e CUT); lideranças de movimentos sociais – Frente Brasil Popular, Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores em Terra (MST), Via Campesina; movimento estudantil – União Nacional dos Estudantes (UNE) e Levante Popular da Juventude; assessorias técnicas do DIEESE e do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (INEEP); professores universitários e intelectuais.

A abertura se deu na noite do dia 23, uma quinta-feira. Sob o tema da bandeira mineira (um triângulo vermelho sobre um fundo branco) se lia nos três lados: LIBERDADE SINDICAL / PETROBRAS DO POVO / DIREITOS. A mesa inaugural foi composta, mas antes de que as falas tivessem início, foi executado o hino nacional brasileiro. Com todos de pé, um coro coletivo tomou conta do auditório da escola de formação. Estava-se na presença de uma

<sup>125</sup> Ver “Plano Estratégico 2020-2024”. Disponível em: <https://Petrobras.com.br/data/files/42/93/91/A3/F4E1F610231B6EE642563EA8/fact-sheet-plano-estrategico-2020-2024.pdf>. Acesso em 23 mar. 2022.

<sup>126</sup> “Guedes defende nova modalidade de contratação trabalhista”. Agência Brasil, 7 fev. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-02/guedes-defende-nova-modalidade-de-contratacao-trabalhista>. Acesso em 23 mar. 2022.

experiência coletiva permeada pelos símbolos que compõe a identidade coletiva do grupo de sindicalistas (Thompson, 2019).

O nacionalismo relativo ao canto do hino aliava-se à defesa da Petrobras como uma empresa que deve ser devotada para o bem da nação. O canto coletivo funcionava para introduzir um sentimento de unidade, comunhão, antes das falas políticas, antes do dissenso.

A base do palco do auditório e da mesa, e mesmo as paredes do recinto, por exemplo, suportavam as bandeiras de diferentes organizações de esquerda. De movimentos como o LGTB até o MST, além da de partidos políticos, como o PT, o PDT, o PSOL, o PCdoB e o PSTU.

Em sua maioria, os/as petroleiros/as usavam o jaleco laranja, com a bandeira brasileira impressa no peito esquerdo (utilizado pelos trabalhadores das áreas operacionais, o jaleco original tem faixas fluorescentes para refletir o mínimo de luz dos ambientes das refinarias e de outras áreas operacionais, o jaleco dos dirigentes se inspira nele e é tecido em flanela na cor laranja “marca texto”). Esse jaleco foi assumido pela categoria como símbolo de resistência na greve de 2015, quando as acusações da Operação Lava Jato já tinham atingido a imagem da Petrobras e de seus/as trabalhadores/as.

em 2015 foi a primeira vez que a gente usou o jaleco laranja como bandeira de luta, até pra gente recuperar a auto-estima, porque a Lava-a-Jato tava destruindo com a imagem do petroleiro. Então, as pessoas tinham vergonha de dizer que trabalhavam na Petrobras. Aí em 2015 o jaleco virou bandeira de luta e a primeira pauta que foi mesmo de enfrentamento político direto foi a essa daí, o PLC 131 do José Serra. (Luisa, diretora sindical)

Assim, o jaleco laranja é assumido pelos petroleiros para afirmar o orgulho de ser trabalhador/a da Petrobras. Ao mesmo tempo, na medida em que simboliza a identidade constituiu também uma identidade de interesses centralizada na defesa do monopólio estatal sob execução da Petrobras.

Na noite do primeiro dia, a mesa de abertura foi composta pelo coordenador geral da FUP (tomando a figura 1 como referência, é a segunda pessoa da esquerda para a direita da mesa), por uma dirigente da Frente Brasil Popular (a primeira pessoa à esquerda), pelo coordenador do Sindipetro-MG (a primeira pessoa à direita), por um dirigente do MAB (ao centro) e por um deputado do PT-MG (de pé com o microfone na mão direita). As falas analisaram a conjuntura política como “um desafio histórico para a classe trabalhadora brasileira”. Vivia-se o primeiro ano do governo Bolsonaro, que, apesar da alta popularidade, já enfrentara uma grande manifestação nacional contrária aos cortes realizados no orçamento da educação.

Figura 1 - Mesa de abertura da VII Plenafup



O coordenador da FUP, José Maria Rangel, petroleiro do sindicato do Norte Fluminense, articulou o significado da luta dos petroleiros com as recentes derrotas dos trabalhadores: “a flexibilização das relações de trabalho [reforma trabalhista e terceirização], a reforma da previdência e o ataque à educação”. Causou furor no público quando expôs que a primeira proposta da empresa era retirar cerca de 30 cláusulas do acordo coletivo de trabalho dos/as empregados/as da Petrobras. Chamou os dirigentes presentes, inclusive as lideranças da FNP, para construírem uma forte mobilização, lembrando que esse era o maior desafio da nova geração e que só a unidade da categoria seria capaz de debelar a ofensiva da empresa. “Os petroleiros têm que resistir ao desmonte da Petrobras”. Lembrou das lutas históricas, da lendária greve de 1995:

Cada pequena vitória deve ser muito valorizada, é parte do processo do acúmulo de força. Ainda que ocorram perdas não devemos parar de lutar. Pequenas vitórias são significativas. Em 1997 perdeu-se o monopólio, mas manteve-se a empresa estatal. Em 2016, perdeu-se a partilha, mas manteve-se a capacidade da empresa ter preferência em leilões de grandes campos. A



mobilização garantiu essas conquistas. (Cadernos de campo, 23 mai. 2019. José Maria Rangel, FUP)<sup>127</sup>

O coordenador do Sindipetro-MG, que pertence à geração que ingressou na companhia durante os anos 2000, portanto depois das lutas dos anos 1990, ressaltou o papel politizador das lideranças:

Essa é a mais importante plenária da minha vida, por causa do contexto político. As tarefas são: politizar a categoria, posicioná-la politicamente, fazê-la tomar consciência de seu papel na conjuntura. Lembrar que o golpe teve a Petrobras como elemento central pode mobilizar de duas maneiras: pela via da defesa da empresa, e pela via de tomar partido, apoiar um projeto de país. (Cadernos de campo, 23 mai. 2019. Anselmo, Sindipetro-MG)

O representante do Movimento dos Atingidos por Barragens lembrou que “a defesa da Petrobras e a defesa da democracia são tarefas históricas dos trabalhadores.” (Cadernos de Campo, 23 mai. 2019, Joseli – MAB). O deputado estadual (MG) pelo PT lembrou que em 29 de maio ocorreria o “lançamento da Frente Popular em defesa da Petrobras.” (Cadernos de Campo, 23 mai. 2019, Rogério Correia – PT).

A mesa se encerrou com o informe de que, na manhã seguinte, seria realizado um ato em frente à refinaria Gabriel Passos (REGAP), na cidade vizinha, Betim. O ato era contra a privatização da REGAP que constava na lista das refinarias postas à venda pela gestão da empresa meses antes. Na oportunidade, também se realizaria uma assembleia sobre o acordo coletivo.

Após a mesa inaugural circulei pelo pátio e conversei com alguns petroleiros. Apresentei-me como pesquisador da UFSCar que estava estudando a ação coletiva dos petroleiros. Assuntei sobre as sucessivas gestões da Petrobras nos últimos anos com um dirigente.

Essas pautas vêm desde 2015. Começou com a Dilma ainda, por causa dos leilões. Luta por direitos. Foi uma grande greve, quase 20 dias de paralisação nacional. O Bendine era do mercado. Não tinha diálogo com ele. Muito difícil. Depois veio o Parente, complicado também. Com a Graça tinha mais diálogo. E mais ainda com o Gabrielli. (Cadernos de campo, 23 mai. 2019, dirigente sindical)

Um dirigente notou que eu estava sem crachá e me levou a uma sala para que recebesse um; no dia seguinte, só poderiam entrar na escola pessoas com identificação. Perguntei se

---

<sup>127</sup> As citações referenciadas como “Cadernos de Campo” são anotações realizadas durante a observação direta do encontro, portanto, são um registro escrito, não é uma reprodução exata das falas, mas expressa o sentido contextual das mesmas.

poderia acompanhar o ato em frente à refinaria na manhã seguinte. Ele me disse que bastava apresentar o crachá para embarcar em um dos ônibus que levariam as pessoas para a REGAP a partir das 6 horas da manhã<sup>128</sup>.

Figura 2 - Chegada à REGAP, manhã do dia 24 de maio de 2019



Na manhã do dia 24 cheguei à rua da escola depois das 6 horas da manhã. Avistei petroleiros aguardando o retorno dos ônibus que já tinham saído com o primeiro grupo. Esse deveria chegar na refinaria para reunir os/as trabalhadores/as na troca de turno. Algumas pessoas estavam ansiosas, ouvi alguns dizerem que não haveria mais conduções, que era melhor formar grupos de quatro pessoas chamar alguns carros por aplicativos; alguns fizeram isso. No entanto, aguardei com a maior parte das pessoas. Logo depois apareceram os ônibus e embarquei com esse grupo. Fui ao lado de uma trabalhadora da região norte fluminense, de quem colhi uma descrição pessimista sobre o impacto econômico da crise da Petrobras naquela região: “Os tempos bons se foram, quem construiu sua vida, construiu, quem não fez, não

---

<sup>128</sup> Como estava hospedado acerca de dois quilômetros da escola (onde estavam instalados os/as dirigentes e outros convidados/as), e cumpria o trecho a pé, deixei o prédio antes das 22 horas.

constrói mais.” Ela se mostrava relativamente insegura sobre o futuro na empresa, “a gente não sabe o que vai acontecer.” (Caderno de campo, 24 mai. 2019, delegada da plenária)

Figura 3 - Concentração na frente da REGAP



O trajeto até à REGAP durou menos de uma hora. O ônibus estacionou à direita da entrada da refinaria. Do lado esquerdo da entrada havia um grupo de pessoas (cerca de duas centenas). Estavam reunidos na lateral esquerda do carro de som da FUP. No gramado estava sendo distribuído um café da manhã. Circulei entre os trabalhadores. E, do outro lado, mais longe, se podia ver a entrada e a saída constante de caminhões tanque. As torres de hidrocarbonetos compunham o cenário de fundo.

Figura 4 - Início do ato/assembleia na REGAP



Voltando para o grupo, tomei café, e fui observando a dinâmica. Dentro de instantes, se iniciou o ato. Falaram um a um representantes de todas as organizações presentes. Por último, falaram os coordenadores das federações de sindicatos, Adaedson pela FNP; e José Maria Rangel pela FUP. O primeiro relacionou a proposta de retirada de direitos como “estratégia da gestão neoliberal para vender as refinarias e as empresas subsidiárias a preço vil” (Caderno de campo, 24 mai. 2019, Adaedson, diretor da FNP). O segundo também identificou essa relação e articulou a situação dos/as petroleiros/as aos desafios da conjuntura política.

Após as falas, realizou-se uma votação com os/as trabalhadores/as da REGAP acerca de uma paralisação nacional contra a primeira proposta da empresa para o acordo coletivo e o plano de venda de ativos anunciado pela gestão empresarial. A paralisação seria realizada no dia 14 de junho para coincidir com manifestações, contrárias ao governo federal, marcadas para o mesmo dia. O ato encerrou-se e as pessoas começaram a se dirigir para os ônibus.

Figura 5 - Secretário geral da FNP (no centro da imagem com o microfone)



Figura 6 - Coordenador da FUP (no centro da imagem com o microfone)



Figura 7 - A assembleia aprovando uma paralisação para o dia 14 de junho de 2019 em protesto contra a proposta de acordo coletivo e o plano de venda de ativos



Quando chegamos à escola já havia uma fila para almoçar no refeitório. Após a refeição teve início a primeira mesa do dia, dedicada ao tema do acordo coletivo de trabalho.

A assessoria do DIEESE junto aos sindicatos dos petroleiros apresentou a proposta da empresa, que definia a eliminação de 35 cláusulas do acordo assinado em 2017 e com vigência até agosto de 2019. O assessor do DIEESE disse que

[...] o acordo dos petroleiros dá o norte das negociações coletivas, em geral. As negociações dos metalúrgicos e os bancários são importantes também, mas o resultado da negociação petroleira diz como a banda vai tocar nas outras negociações (Cadernos de campo, 24 mai. 2019, Cloviomar Carine, DIEESE)

Depois um dirigente da CTB falou no sentido das discussões do dia anterior de que os desafios impunham uma luta sem trégua: “Temos que acumular força onde for possível. Temos que gerar engajamento, temos que ter um *youtuber* sindical” (Cadernos de campo, 24 mai. 2019, Adilson – CTB)<sup>129</sup>.

<sup>129</sup> Há poucos meses, o Sindipetro-SP criou um canal no *YouTube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/TVPetroleiros/featured>. Acesso: 23 abr. 2021.

Após essas intervenções abriu-se o microfone para comentários e dúvidas do público. Um dirigente sindical voltou a relacionar a retirada de direitos com a privatização, “impor a perda de direitos facilita a venda das refinarias.” (Caderno de campo, 24 mai. 2019 – dirigente sindical).

Muitos discursos acentuaram a dificuldade de mobilizar a base. Outra intervenção lembrou o caráter estratégico das áreas de operação: “Tem que ter controle da produção, o poder de barganha depende disso.” (Cadernos de campo, 24 mai. 2019, dirigente sindical). Complementarmente, outros disseram que a gestão só entenderia a linguagem da força, uma greve seria imprescindível. Tinham que mobilizar a base de qualquer forma.

Outras intervenções lembraram que não se podia esquecer dos/as trabalhadores/as terceirizados/as, que deveria haver esforços para representá-los. O sentimento geral era de que a gestão empresarial ia pagar para ver até onde os/as trabalhadores/as poderiam chegar: “Ela acha que não temos força política. Ela está testando. Sem mobilização não ganharemos nada, só argumentos técnicos não garantem nada.” (Cadernos de campo, 24 mai. 2019, Cloviomar Carine, DIEESE).

Após um intervalo para o café teria início a segunda mesa do dia. Aproveitei a interrupção para conversar com outros petroleiros, e assuntar sobre algumas questões que foram levantadas pelas intervenções. Conversei com delegados de diferentes regiões do país que estavam numa sala de TV, entrei na conversa através de uma discussão sobre esportes. Alguns me perguntaram o que eu fazia ali, me apresentei como pesquisador de uma instituição federal (sempre fui bem recebido quando revelava essa filiação, e isso facilitou o interesse deles pela conversa).

Um sindicalista comentou ter lido algumas obras de Marx, que assinava o clube do livro de uma editora de esquerda. Um representante sindical me disse que o discurso sindical não estava entrando na base desde o golpe (referência ao processo de impeachment de 2016), que muitos trabalhadores não paravam para ouvi-los, davam as costas. Muitos identificaram uma intensa campanha midiática que teria sido decisiva para desestabilizar os governos do PT com o objetivo de privatizar a Petrobras. Essa campanha teria refletido nos/as trabalhadores/as da empresa, principalmente por conta das denúncias de corrupção associadas à Petrobras. Alguns disseram que o reconhecimento social destinado ao trabalhador da Petrobras, por parte de amigos e familiares, deu lugar a piadinhas sobre “o petrolão”. Muitos disseram que tinham votado no Ciro ou no Boulos, no primeiro turno da eleição presidencial de 2018, e manifestaram críticas ao PT. Alguns mencionaram que o primeiro plano de privatização saiu ainda no governo

Dilma (2015), e a greve que fizeram na ocasião. Entretanto, disseram que para muitos trabalhadores da base, eles que exercem a função de representantes sindicais, eram identificados como petistas, “para eles é tudo igual” (motivo de risos). Esses delegados me disseram que não eram da “Articulação Sindical”, a ala majoritária no movimento sindical cutista. Eles pertenciam a uma corrente chamada CUT Socialista e Democrática (CSD), mas compunham a chapa que estava na direção da FUP. Ressaltaram, que a FNP e a FUP estavam juntas na mesa de negociação do acordo, a divisão que se efetuou nos governos do PT, agora era relativizada por conta do inimigo comum, agora todos tinham que lutar unidos contra a privatização. A conversa com esse grupo foi interrompida quando fomos chamados para retornar para o auditório para a segunda mesa do dia.

Essa etapa teve início com atraso, seu tema era a política de preços de combustíveis, sua formação contava com assessores do INEEP, instituto criado entre 2017 e 2018 pela FUP para atuar no debate econômico e oferecer apoio à ação coletiva dos petroleiros sobre assuntos da indústria de petróleo e gás. Também estava na mesa o representante dos/as trabalhadores/as no Conselho de Administração (CA) da Petrobras. Um economista assessor do INEEP falou que a estrutura de refino do país foi construída com base em grandes refinarias para atender aos mercados regionais.

Temos 13 refinarias com 90% do refino. Tem-se um oligopólio com monopólios regionais. Quem comprar a REMAM, por exemplo, terá o monopólio regional do norte. Temos um monopólio público, teremos um privado. (Cadernos de campo, 24 mai. 2019, Rodrigo Leão – INEEP)

Explicou que a constante oscilação dos preços de combustíveis no mercado interno segue a curva de preços internacionais do barril de petróleo, desde a gestão de Pedro Parente (2016) que iniciou a política de dolarização do preço dos combustíveis.

Em seguida, falou o representante dos empregados da Petrobras no CA. Ele contou que o conselho de administração da empresa se dedica

[...] a debater as estratégias da companhia pautadas pela direção da empresa. Lá tem-se debates técnicos, se é rentável, se é bom pro *[sic]* futuro da companhia. Eles negam tudo o que o Rodrigo mostrou. Há confidencialidade, não se pode falar tudo que se discute no CA. A direção atual é radical, segundo pessoas do próprio mercado. São neoliberais raiz, o neoliberalismo de FHC era “nutella”. Eles aplicam modelos abstratos à realidade. Não querem nem saber das consequências, não ligam para as regras. (Cadernos de campo, 24 mai. 2019, Danilo Silva – FUP)

Quando o microfone foi aberto um delegado questionou a mesa sobre a transição energética, disse que na Europa estão fechando refinarias porque o consumo está caindo. Um



assessor disse que não se duvidava do processo de transição energética o debate era sobre a velocidade. Um dirigente sindical afirmou que o esclarecimento da política de preços de combustíveis era central para chamar a população para o lado deles, e evocou a importância das campanhas das federações de distribuição de gás de cozinha e gasolina a preço justo para a população mais carente, disse que as campanhas tinham que ser intensificadas.

Após a mesa, confirmei com uma assessora da FUP a participação, como observador, em um grupo de trabalho sobre a construção da contraproposta de acordo coletivo que seria realizado no dia seguinte. Circulei em algumas rodas de conversa, observei e escutei os delegados conversando entre si, relatando memórias. Em uma roda estava o coordenador da FUP que falava sobre sua experiência na greve de 1995. Segundo o coordenador, naquela ocasião ele e os empregados da Petrobras chegaram a assinar uma carta de demissão durante a greve, disse que foi uma ação ousada, que sua esposa só ficou sabendo tempos depois e mesmo assim lhe deu uma bronca (causou risos), mas disse que isso surtiu o efeito desejado sobre a empresa, que passou a levar a sério o movimento grevista. Referiu-se aos acidentes em plataformas de produção de petróleo na bacia de Campos que vitimaram muitos trabalhadores durante o governo de FHC. Nos governos do PT os indicadores de acidentes caíram porque tinha mais trânsito com a empresa para propor e impor medidas mais rígidas de segurança, mas disse que só o trânsito não garantia a efetivação das medidas, essas dependeram de uma forte atuação em diferentes frentes, por exemplo, levando um dossiê ao Ministro do Trabalho (à época, Carlos Luzzi) e fazendo-se paralisações nas bases operacionais com problemas de segurança.

Circulei em outras rodas de conversa e depois deixei a escola. Voltaria no sábado para acompanhar o grupo de trabalho. A plenária seria encerrada no domingo de manhã com o fechamento da contraproposta e o debate sobre as teses do encontro que orientariam a ação dos delegados nas bases.

Voltei no sábado de manhã para acompanhar os grupos de trabalho. Fiquei sabendo que o coordenador da FUP e alguns/as diretores/as foram logo cedo à cidade de Brumadinho, que fora recentemente atingida pelo deslizamento de uma barragem de rejeitos de minério da Cia Vale do Rio Doce. Havia um ato ecumênico em solidariedade às vítimas, naquela manhã do dia 25 completavam-se quatro meses do acidente.

Após o almoço teve início o grupo de trabalho do qual eu participei. Não era permitido entrar com aparelhos celulares na sala, esses eram recolhidos por pessoas que trabalhavam na organização e depois devolvidos. Em uma sala com carteiras de tipo universitário, os/as

delegados/as sentaram em um grande círculo, dois dirigentes da atual gestão comandavam a dinâmica. Primeiramente, todos os presentes se apresentaram, inclusive eu. Depois os delegados se inscreveram para falar, dando as suas contribuições sobre a pauta e as teses da plenária. A reunião acabou ao anoitecer. Agradei e me despedi das pessoas que me receberam. Disse que acompanharia os próximos acontecimentos pelas redes sociais e pelos sites dos sindicatos.

### Direitos do trabalho como privilégios: antecedentes da campanha do ACT 2019

Não é novidade que a preservação ou a ampliação dos direitos do trabalho, e a proteção social que eles garantem, não constavam nos planos do governo Bolsonaro. Desde a eleição, o presidente deu declarações públicas de que os trabalhadores deveriam escolher entre ter direitos ou ter trabalho. Essa era, aliás, a mesma opinião do ministro da economia, Paulo Guedes, quem, durante a greve dos petroleiros em novembro de 2019, disse que se a empresa fosse privada ele demitiria todos os grevistas<sup>130</sup>. Ou seja, a greve não seria um direito do trabalhador. A mesma visão também poderia ser percebida no discurso do então presidente da Petrobras.

Na ocasião de uma audiência pública no Senado Federal em agosto de 2019, o então presidente da empresa disse que pretendia encerrar as atividades da Petrobras no Uruguai<sup>131</sup>, também, por lá existir um “sindicato voraz” que, com o apoio do governo uruguaio, sempre conseguiu aumentos salariais que acabaram por contribuir com os prejuízos arcados pela empresa.

Na véspera da Cúpula do MERCOSUL, eu tive uma reunião com o Presidente Tabaré Vasquez do Uruguai, e acertei com ele a devolução das concessões de distribuição de gás da Petrobras no Uruguai. A Petrobras é o grande distribuidor de gás no Uruguai desde 2004. Por que nós fizemos isso? Esse é um investimento que estava fadado a dar prejuízo sempre, como de fato deu, por quê? A Petrobras comprava gás natural da Argentina a preço de mercado e cobrava dos consumidores uruguaio um preço tabelado e subsidiado. Pagava o fornecedor de gás natural em sete dias, recebia de seus clientes em 40 dias. Ainda tinha um sindicato voraz, apoiado pelo governo uruguaio, qualquer negociação era tripartite – a empresa, o governo e o sindicato – e o

---

<sup>130</sup> Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/11/25/guedes-sugere-que-demitiria-grevistas-se-Petrobras-fosse-empresa-privada.htm>. Acesso em: 18 abr. 2020.

<sup>131</sup> Desde abril e maio as federações se solidarizavam com os trabalhadores uruguaio contra demissões e por respeito aos seus direitos. No dia 10 de junho os petroleiros uruguaio entraram em greve contra os ataques impetrados pela empresa retirando direitos dos trabalhadores uruguaio. Disponível em: <http://www.fnpetroleiros.org.br/noticias/5329/mocao-de-repudio-contra-medida-da-justica-uruguaia>; <https://www.fup.org.br/ultimas-noticias/item/24077-todo-apoio-a-greve-dos-petroleiros-uruguaio>. Acesso em: 18 abr. 2020.

governo sempre apoiava o sindicato. Então tivemos um aumento brutal de salários, em dólares, que afogaram a empresa<sup>132</sup>.

Por outro lado, o plano de desinvestimento aplicado na gestão da empresa desde a “crise de credibilidade”, com aprofundamento drástico na gestão de Pedro Parente, durante a maior parte do governo de Michel Temer, foi incrementado por outro objetivo imposto pela gestão de Roberto Castello Branco.

Tratava-se, nas palavras de Castello Branco, do processo de desmonopolização do setor de petróleo e gás. Esse seria desenvolvido através da venda das empresas subsidiárias da Petrobras. A venda das subsidiárias implicaria na entrada de empresas privadas no setor, que, segundo Castello Branco, teria como efeito criar um ambiente competitivo em um setor monopolizado.

O desinvestimento, em lugar de ser um desmonte, é uma contribuição, não só para a Petrobras, mas para o crescimento econômico do Brasil. A Petrobras era responsável por 98% da capacidade de refino, quer dizer, uma posição, uma verdadeira anomalia. Por que, os senhores que representam, as senhoras que representam o povo brasileiro, num regime democrático, deveriam abominar monopólios, como eu abomino? O monopólio é incompatível com o funcionamento de uma sociedade livre e democrática. Do ponto de vista econômico, ele gera muitas distorções que contribuem para minar o crescimento econômico de um país [...]. A mesma coisa se dá no mercado de gás. A Petrobras, com toda essa dominância no mercado de gás, não ganhou nada. Pelo contrário, só prejuízos. E prejudicou o Brasil. Quando nós fomos ao CADE, voluntariamente fazer um acordo para abrir esse mercado para a competição, foi pensando, não só na Petrobras, que vai passar a ter competidores no mercado, então vai ser compelida a ser eficiente, como no Brasil, que vai ter mais investimentos, maior geração de empregos, vai ter uma verdadeira indústria de gás natural<sup>133</sup>.

Segundo essa gestão, uma vez criado esse ambiente competitivo, a estatal teria que buscar, necessariamente, maior eficiência como empresa. Para ser bem-sucedida, a estratégia visava, portanto, era criar uma concorrência no setor de petróleo e gás. Para tanto, Castello Branco, como representante máximo dos interesses da empresa estatal, procurou o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para acordar o processo de desmonopolização do setor petrolífero no Brasil.

---

<sup>132</sup> Roberto Castello Branco, presidente da Petrobras, na Comissão de Infraestrutura (CI), que realizou audiência pública sobre a privatização de refinarias, fábricas de fertilizante e malhas dutoviárias da Petrobras no dia 13 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PDTSS0tIvLI>. Acesso em: 21 abr. 2020.

<sup>133</sup> Roberto Castello Branco, presidente da Petrobras, em audiência pública sobre a privatização de refinarias, fábricas de fertilizante e malhas dutoviárias. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PDTSS0tIvLI>. Acesso em: 21 abr. 2020.

Em 2019, assinamos dois acordos com o CADE, que consolida os acordos entre as partes relacionadas à (i) realização de desinvestimento de ativos de refino e (ii) promoção da concorrência no setor de gás natural no Brasil. Em 2021, assinamos três aditivos a esses contratos, alterando os prazos de assinatura para desinvestimento de alguns ativos. (Petrobras, 2022, p. 133)

O contrato no segmento de refino previa a venda de sete refinarias (REPAR, REFAP, RLAM, RNEST, REGAP, LUBNOR, REMAN) e de uma unidade de industrialização de xisto (SIX), incluindo a logística dessa unidade.

O contrato no segmento de gás natural tinha como objetivo “preservar e proteger as condições competitivas, visando a abertura do mercado brasileiro de gás natural, incentivando a entrada de novos agentes nesse mercado”. (Petrobras, 2022, p. 133-134).

A justificativa para a venda dos ativos sequer levanta argumentos de ordem econômica. Poderiam ser esgrimidos argumentos no sentido de que a empresa assumiria melhores possibilidades de manter suas posições dentro de um mercado competitivo. Ao contrário, os principais argumentos são de ordem valorativa (ideológica). A reforma impulsionada pela Petrobras tem como motivação fomentar a competição, tida como princípio fundamental de organização econômica em uma clara vinculação à ideologia liberal, que havia disputado a configuração dessa indústria no Brasil quando da fundação da Petrobras em 1953-1954 (Cohn, 2017; Ribeiro, 2022). Á época o nacionalismo hegemônico foi responsável por dispersar a proposta liberal.

Com o acordo feito junto ao CADE ratificado por decisão do Superior Tribunal Federal (STF), a Petrobras acelerou a privatização. Entre 2020 e 2021, foram concluídos os seguintes desinvestimentos: campos de produção de petróleo (*offshore*) no estado do RJ; campos de produção de petróleo (*onshore*) nos seguintes estados: AL, ES, RJ e BA; liquidação das ações da Petrobras Distribuidora S.A; venda de ativos no segmento de distribuição: no exterior (Uruguai); venda da parte restante da NTS; venda de ativos no setor de energia eólica no estado de SE, RN, BA; venda da refinaria Landulpho Alves – Mataripe (RLAM-BA).

Tabela 11 - Desinvestimentos concluídos entre jan. de 2021 e fev. de 2022<sup>134</sup>

Data de Assinatura	Data de Conclusão	Principais transações	Transação Nominal Valor* (US\$ bilhões)
11/2019	02/2021	Venda da totalidade da participação da concessão do Frade, localizada na Bacia de Campos no litoral norte do estado do Rio de Janeiro.	0.100
10/2020	02/2021	Venda da totalidade da participação detida na Petrobras Uruguay Distribución S.A. (PUDSA).	0.062
01/2021	04/2021	Venda da totalidade da participação detida na Eólica Mangue Seco 1.	0.008
01//2021	04/2021	Venda da totalidade da participação detida na Eólica Mangue Seco 3 e Eólica Mangue Seco 4.	0.017
04/2021	04/2021	Venda da participação restante (10%) detida na Nova Transportadora do Sudeste S.A. (“NTS”).	0.333
02/2021	05/2021	Venda da totalidade da participação detida na Eólica Mangue Seco 2	0.007
06/2021	07/2021	Petrobras Distribuidora S.A. Oferta Pública Secundária (venda de 37,5% das ações da Petrobras).	2.238
08/2020	07/2021	Venda de toda a participação mantida em oito concessões de exploração e produção <i>onshore</i> , localizadas no estado da Bahia, conjuntamente conhecidas como o Rio Ventura Complex.	0.094
12/2018	08/2021	Cessão dos direitos de 10% do campo Lapa para Total, no Bloco BM-S-9. Exercício da opção de venda do restante das nossas participações previstas no contrato firmado em janeiro de 2018 quando a Total adquiriu 35% da nossa participação no âmbito da parceria estratégica, assumindo as operações do campo	0.049
07/2021	11/2021	Venda de toda a participação detida em cinco empresas de geração de eletricidade: TEP Termoelétrica Potiguar S.A. (“TEP”) e Companhia Energética Manauara (“CEM”).	0.032
27/2021	10/2021	Alienação da totalidade da participação detida na Breitener Energética S.A. (“Breitener”).	0.058
24/2021	30/2021	Venda de ativos de refino e logística associada no Brasil da Refinaria Landulpho Alves (“RLAM”) na Bahia.	1.650
05/2021	12/2021	Venda da totalidade da participação nas três usinas termelétricas Bahia 1, Muricy e Arembepe localizadas em Camaçari – BA.	0.018
02/2021	12/2021	Venda de toda a participação detida em nove campos <i>onshore</i> , localizados na Bahia, conjuntamente conhecidos como Complexo Miranga.	0.220
12/2020	12/2021	Venda da totalidade da participação detida em 12 concessões de exploração e produção <i>onshore</i> , localizadas no estado da Bahia, conjuntamente conhecidas como Complexo Remanso.	0.030
08/2020	12/2021	Cessão total de direitos em 27 campos maduros <i>onshore</i> , localizados no Espírito Santo, conjuntamente conhecidos como Complexo de Cricaré.	0.155
07/2021	02/2022	Venda da totalidade da participação detida em sete campos <i>onshore</i> e em águas rasas localizados no estado de Alagoas, em conjunto denominados Alagoas.	0.300
Total			5.369

Fonte: Petrobras (2022). \*Considerando os valores acordados na assinatura da transação.

<sup>134</sup> Informações públicas pela Petrobras em seu relatório anual de 2022 (Petrobras, 2022, p. 132)

A venda de ativos no setor elétrico e de transporte teve início na gestão Pedro Parente. A novidade da gestão Castello Branco foi avançar na venda de ativos do segmento de refino, quando a necessidade do mercado de combustíveis apontava para a ampliação do mesmo (Morais, 2013; Ribeiro, 2022). Mas ao invés de atrair investimentos, a gestão optou por transferir os ativos para a iniciativa privada. Essa talvez seja a figura mais representativa de um processo de privatização: transferência direta de um ativo estatal para o controle privado (ver Tabela 11).

Além disso, esse expediente clássico, foi complementado por outro, menos corriqueiro. Em face da impossibilidade de liquidar todos os ativos da Petrobras rapidamente, por força da dimensão da empresa, a gestão se antecipou, e assumiu para si o papel de administrar uma empresa estatal como se fosse privada.

No rol de desinvestimentos pendentes até o final de 2020 estavam: campos de produção de petróleo (*offshore*) nos estados do RN, RJ; campos de produção de petróleo (onshore) nos estados do CE, BA, SE, AL, RN, ES; liquidação de 51% das ações da Gaspetro; venda de ativos no segmento de refino: REMAN, SIX-PR, refinaria Clara Camarão-RN (Petrobras, 2022).

A outra premissa da gestão Castello Branco era maximizar a gestão de capital. Para tanto, se seguiria o rebaixamento dos custos com a força de trabalho. Uma atitude antissindical já havia se expressado para o caso uruguaio. Não tardaria para se expressar também com relação aos sindicatos petroleiros no Brasil. Em 2019, a empresa empreendeu uma forte ofensiva contra os direitos de seus funcionários.

#### O Acordo Coletivo de Trabalho de 2019

Em maio de 2019, as federações enviaram<sup>135</sup> para a Petrobras a proposta de renovação do acordo coletivo. A pauta de reivindicações basicamente propunha a renovação do acordo com um reajuste nas cláusulas econômicas em conformidade com os índices do DIEESE.

A empresa respondeu às federações no dia 22 de maio. Sua proposta eliminava cerca de 30 cláusulas do acordo anterior. As mais importantes diziam respeito aos direitos de assistência médica, o que afetava são os trabalhadores da ativa, como também os aposentados. Além disso, restringia-se a atividade sindical e eliminava-se a cláusula de estabilidade no emprego.

---

<sup>135</sup> A campanha de 2019 foi marcada desde o início por fatores incomuns, dentre os quais se destaca a atuação conjunta das Federações que representam os sindicatos petroleiros: a FUP e a FNP. As Federações negociavam o acordo separadamente. A FUP representa 13 sindicatos, com 27 mil trabalhadores/as na base, a FNP tem cinco sindicatos em sua base, mas representam 23 mil, aproximadamente.

Segundo o coordenador da FUP à época, José Maria Rangel, a proposta da empresa tinha como objetivo abrir o caminho para a privatização total por meio da retirada de direitos “e também praticamente aniquilar o movimento sindical. Por isso nós temos que resistir e participar das assembleias rejeitando essa proposta com disposição de luta, que será necessário.”

Do lado da FNP, o diretor Adaedson Costa, interpretou a proposta de modo semelhante: “Essa é uma pauta da alta direção da empresa para acabar com os direitos dos trabalhadores e vender o refino e tudo que for possível a preço vil”<sup>136</sup>.

Em protesto contra a proposta da empresa, os sindicalistas decidiram não participar das reuniões marcadas para 27 e 28 de maio. Em vez disso, a FUP realizou a uma plenária na cidade de Belo Horizonte. Após essa plenária, os petroleiros convocaram as assembleias para aprovar o estado de greve<sup>137</sup>.

Nas semanas seguintes as assembleias foram realizadas em todas as bases. Em resposta, os/as trabalhadores/as negaram a proposta da empresa<sup>138</sup>. Estavam dadas as condições para fazer uma paralisação de advertência no dia 14 de junho. Nesse dia também haveria um protesto nacional contra a reforma da previdência.

Além de impedir o fim da Previdência Pública, a categoria petroleira se mobiliza contra a privatização do Sistema Petrobras, em defesa da soberania nacional e por políticas públicas que levem à retomada da atividade econômica, gerando empregos, com trabalho decente e renda digna<sup>139</sup>.

De acordo com as federações, havia uma massiva participação nas assembleias, como há muito não se via. De fato, em resposta à questão: “Entre junho e novembro de 2019 foi negociado o ACT 2019. Qual foi seu envolvimento nesses eventos?”, de 75 respondentes, 59 escolheram a opção: “Particpei de, pelo menos, uma assembleia e de uma paralisação.” Oito pessoas responderam: “Particpei somente de, pelo menos, uma assembleia.” Outras cinco apontaram a alternativa: “Fiquei sabendo, mas não particpei de assembleia ou paralisação.”

---

<sup>136</sup> Matéria publicada no sítio da FUP. Disponível em: <https://www.fup.org.br/ultimas-noticias/item/24019-Petrobras-apresenta-proposta-de-venda-da-empresa>. Acesso em: 16 abr. 2020.

<sup>137</sup> Os indicativos dos sindicatos para as assembleias eram: “Rejeição da proposta de Acordo Coletivo apresentada pela Petrobras e subsidiárias; Participação na greve geral do dia 14 de junho; Aprovação de Estado de Greve; Aprovação de Estado de Assembleias Permanentes”. Disponível em: <https://www.fup.org.br/ultimas-noticias/item/24032-todos-as-assembleias-para-reafirmar-nenhum-direito-a-menos>. Acesso em: 16 abr. 2020.

<sup>138</sup> Disponível em: <https://www.fup.org.br/ultimas-noticias/item/24073-contraproposta-fake-e-rejeitada-por-unanimidade>. Acesso em: 16 abr. 2020.

<sup>139</sup> Disponível em: <https://www.fup.org.br/ultimas-noticias/item/24098-petroleiros-iniciam-greve-em-oito-estados-do-pais>. Acesso em: 16 abr. 2020.

Portanto, pelo menos, uma parte significativa aderiu à mobilização realizada pelos sindicatos de base coordenados pelas federações. Na visão dos sindicalistas, os/as trabalhadores de base, entenderam que o objetivo da empresa era reduzir os direitos para colocá-los para fora e dar prosseguimento à privatização. Por esse motivo, a base queria uma greve a qualquer custo já em 2019. Os sindicalistas seguraram esse ímpeto. Na avaliação das federações, a empresa queria que eles entrassem em greve para denunciá-la como ilegal, tendo em vista que não havia motivo legal para tanto. O acordo ainda estava em vigência.

No dia 1.º de julho, os sindicatos entraram na justiça contra a venda de oito das treze refinarias da estatal<sup>140</sup>. Ao mesmo tempo, tendo como pano de fundo o resultado das assembleias e a paralisação do dia 14 de junho, a gestão da Petrobras assentiu reunir-se com os representantes dos/as trabalhadores/as para pactuarem um novo acordo a partir do dia 25 de junho. Os encontros continuaram entre os dias 27 de junho e 3 de julho. Porém, com poucos avanços.

Nas assembleias, a base continuava a rejeitar a proposta da empresa. “As assembleias foram concluídas nesta sexta-feira, 19, em todas as bases da FUP. A afrontosa proposta dos gestores de 1% de reajuste salarial foi rejeitada por 100% da categoria.”<sup>141</sup>. No dia 8 de agosto as negociações foram retomadas.

Após a rejeição da terceira proposta, a empresa solicitou uma mediação do Tribunal Superior do Trabalho no dia 26 de agosto. A partir de então as negociações seguiram um novo ritmo. Os petroleiros solicitaram a extensão do prazo para conclusão do ACT 2019. O tribunal acatou o pedido.<sup>142</sup>

O TST prorrogou o prazo de conclusão do dissídio para o dia 27 de setembro. No dia 10 de setembro, as federações apresentaram uma contraproposta. Ao mesmo tempo, comunicaram que os/as trabalhadores/as estavam prontos para ameaçar a greve<sup>143</sup>.

---

<sup>140</sup> “Em resposta ao comunicado que a Petrobras fez ao mercado na última sexta-feira, 28, dando início ao processo de venda de quatro das oito refinarias da empresa que estão sendo privatizadas, os sindicatos da FUP ingressaram com Ação Popular para barrar a entrega dos ativos”. Disponível em: <https://www.fup.org.br/ultimas-noticias/item/24154-sindipetros-da-fup-entram-com-acao-na-justica-contravenda-de-refinarias-da-Petrobras>. Acesso em: 16 abr. 2020.

<sup>141</sup> Disponível em: <https://www.fup.org.br/ultimas-noticias/item/24220-rejeicao-100-para-a-proposta-de-1-da-Petrobras>. Acesso em: 16 abr. 2020.

<sup>142</sup> Disponível em: <https://www.fup.org.br/ultimas-noticias/item/24342-que-papelao-Petrobras>. Acesso em: 16 abr. 2020.

<sup>143</sup> A Petrobras emitiu uma única nota, ao longo de toda negociação, no dia 1.º de outubro de 2019: “A Petrobras reforça seu compromisso com a transparência na comunicação e que seu objetivo sempre foi chegar na melhor proposta para os empregados, mas sem colocar em risco a saúde financeira e sustentabilidade da companhia”. Disponível em: [https://www.investidorPetrobras.com.br/ptb/15788/9512\\_713718.pdf](https://www.investidorPetrobras.com.br/ptb/15788/9512_713718.pdf). Acesso em: 18 abr. 2020.



As assembleias seguiram rejeitando a nova proposta da empresa. Após novas reuniões com massiva presença dos/as trabalhadores/as, a proposta foi rejeitada. A decisão era entrar em greve a partir do dia 26 de outubro<sup>144</sup>.

A aprovação do estado de greve pelas assembleias gerou uma nova proposta da Petrobras. A empresa sinaliza com melhoria nos itens apontados pelas federações como fundamentais. Dentre os quais estava a manutenção da garantia de estabilidade. O acordo foi assinado em 4 de novembro. Após quase seis meses de tensas negociações. A validade era de apenas um ano. Mesmo sob o governo Temer, os petroleiros haviam conseguido um acordo de dois anos.

Simbolicamente, o acordo foi assinado no TST. Geralmente, o acordo era celebrado na sede da empresa. O ACT 2019-2020 não preservou todos os direitos e benefícios que havia sendo conquistados nos anos anteriores. Era a primeira perda significativa de direitos dos petroleiros desde 2002. Durante os governos do PT, os petroleiros recuperaram uma parte substancial do seu acordo. Mais que isso, conseguiram ampliar a proteção para os terceirizados, como em 2011, no que diz respeito às questões de segurança.

A maior perda foi na dimensão econômica. Dentre os principais prejuízos, destacam-se: a antecipação do 13.º salário foi excluída do acordo; as cláusulas sobre o direito de férias foram modificadas; os adicionais, vinculados à remuneração líquida, deixaram de sofrer reajuste automático pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA); as cláusulas sobre “Feriado Turno” remuneravam os feriados em 100%, passou-se a praticar 50%; as horas extras eram pagas com um sobrevalor de 100%, caiu para 75%; o programa de complementação educacional, cláusula 26 ACT 2017-2019, foi abolido. Mas a estabilidade no emprego foi mantida, assim como as licenças sindicais que a empresa pretendia abolir.

Um dos focos de tensões durante essa campanha reivindicatória esteve associado aos custos da Assistência Médica Suplementar do Sistema Petrobras (AMS)<sup>145</sup>. A gestão da AMS começou a ser alterada durante o governo Temer. Em janeiro de 2018, a Resolução 23 da

---

<sup>144</sup> Disponível em: <https://www.fup.org.br/ultimas-noticias/item/24541-fup-comunica-a-Petrobras-e-ao-tst-resultado-das-assembleias-e-aguarda-posicionamento-sobre-melhoria-da-proposta-de-act>. Acesso em: 16 abr. 2020.

<sup>145</sup> A AMS é o “serviço de assistência de saúde suplementar que atende 246 mil beneficiários da empresa e subsidiárias” e foi criada em 1975 para dar assistência médica especializada aos trabalhadores do sistema Petrobras. Esse serviço especial resulta “do elevado índice de adoecimentos e acidentes na indústria do petróleo”. Atualmente, esse plano assiste aos “trabalhadores da ativa, aposentados, pensionistas e seus dependentes”. Trabalhadores e aposentados contribuem com até 30% dos custos totais de manutenção do plano assistencial, a Petrobras arca com os 70% restantes. Disponível em: <https://fup.org.br/ultimas-noticias/item/25226-diretoria-da-Petrobras-age-na-surdina-para-privatizar-gestao-da-ams-com-impactos-de-r-2-bj>; <https://fup.org.br/ultimas-noticias/item/23119-resolucao-23-e-empregados-da-Petrobras>. Acesso em: 18 abr. 2020.

Comissão Interministerial de Governança Corporativa de Participações Societárias da União (CGPAR) modificou as regras dos planos de assistência médica das empresas estatais. A partir então, as empresas estatais deveriam alterar o custeio para os aposentados e trabalhadores/as da ativa. No caso dos/as petroleiros/as, aqueles que se aposentassem a partir daquela data não teriam mais direitos aos serviços da AMS. Somente os/as trabalhadores/as da ativa poderiam usufruir desses direitos. Ademais, os trabalhadores da ativa e os aposentados teriam que arcar com um aumento de custos para manter a AMS, a contribuição passaria a ser paritária 50x50<sup>146</sup>.

Antes da campanha reivindicatória ser iniciada, em 5 de abril de 2019 a Petrobras enviou um documento informando que iria “cobrar dos beneficiários da AMS a equalização do custeio 70x30”. Não o fez porque os petroleiros estavam cobertos pelo acordo de 2017, na “Cláusula 31”<sup>147</sup>. Além disso, a empresa decidiu cobrar um déficit de 119,5 milhões de reais sobre os custos da AMS referentes ao ano de 2018. Tal cobrança seria descontada na folha salarial dos petroleiros.

A AMS constituía um fundo cobiçado pelo mercado privado dos planos de saúde. Segundo a FUP, durante o “Gov. FHC, por exemplo, estava preparada a entrega da AMS para a Golden Cross, e só a mobilização dos trabalhadores impediu”. Na ocasião, os petroleiros fizeram uma paralisação nacional por cinco dias em outubro de 2001<sup>148</sup>.

Em 2019 os petroleiros tiveram que ceder. Porém, a alteração dos custos não foram de 50x50, como queria a empresa. No acordo assinado em 4 de novembro, os petroleiros conseguiram manter a relação de custeio 70x30. Esse acordo, criou uma comissão permanente para tratar das questões da AMS. Apesar de manter a relação 70x30, a partir do próximo ano os custos dos/as trabalhadores/as aumentariam paulatinamente até chegar na relação 50x50.

O sentimento de revolta dos trabalhadores da base, que queriam dar uma lição na empresa, ainda se verificava quando o acordo coletivo de trabalho foi aprovado. Assim, sob um clima favorável para decretar uma greve, os sindicalistas queriam apenas um motivo para saciar a sede de greve da base.

No dia 22 de novembro de 2019, os petroleiros alertaram que entrariam em greve entre os dias 25 e 29 em protesto contra o descumprimento do ACT recém-assinado.

---

<sup>146</sup> Disponível em: <https://fup.org.br/ultimas-noticias/item/23094-governo-altera-regras-de-planos-de-saude-de-estatais>. Acesso em: 18abr. 2020.

<sup>147</sup> Disponível em: <https://fup.org.br/ultimas-noticias/item/23906-fup-reage-a-mais-uma-medida-arbitraria-da-Petrobras>. Acesso em: 18 abr. 2020.

<sup>148</sup> Disponível em: <https://fup.org.br/ultimas-noticias/item/23119-resolucao-23-e-empregados-da-Petrobras>. Acesso em: 18 abr. 2020.

[...] para exigir da Petrobras o cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho [...]. Além de demissões e transferências em massa, a diretoria da Petrobras incluiu metas de segurança, saúde e meio ambiente (SMS) como critérios para pagamento de bônus e concessão de vantagens <sup>149</sup>.

Imediatamente, um juiz do TST declarou a greve ilegal. Mas os petroleiros mantiveram a decisão de entrar em greve no dia 25.

Porém, no dia 27 a greve era abortada. Um ministro do TST decidiu, de maneira monocrática, que a greve era ilegal. A justificativa era que havia pouco tempo ocorrido da assinatura do ACT. Em seguida, impôs aos sindicatos multas milionárias. Com efeito, as federações abortaram o movimento. Em dezembro de 2019, o pleno do TST derrubou a medida monocrática do ministro Ives Gandra Martins Filho. Os petroleiros haviam aprendido mais uma lição.

A greve de 2020: uma nova relação de solidariedade entre a base e a direção sindicais

“Greve de petroleiros atrai oposição e caminhoneiros. Maior ato desde os anos 1990 mobiliza 21 mil e afeta refinarias, segundo sindicato”<sup>150</sup>. Há muito tempo os movimentos paredistas deixaram de frequentar as capas dos principais periódicos do país, mas essa manchete tocava em pontos sensíveis da política nacional, como o aceno positivo de caminhoneiros ao movimento, o apoio de partidos de esquerda e a possibilidade de uma crise de desabastecimento de combustíveis por conta do limite de funcionamento das refinarias.

A greve dos/as trabalhadores/as da Petrobras, àquela altura, já estava no décimo oitavo dia de mobilização nacional. No dia 14 de janeiro de 2020, a Petrobras comunicou o fechamento da Fábrica de Fertilizantes e Nitrogenados do Paraná (Fafen-PR) com a demissão de cerca de mil trabalhadores/as descumprindo o acordo coletivo de trabalho assinado em novembro de 2019. No dia 1º de fevereiro começou a paralisação em nível nacional.

Entre os dias 29 e 31 de janeiro as bases foram consultadas e aprovaram a greve. Do ponto de vista da lei o motivo era legítimo, uma vez que o ACT estava sendo descumprido pela empresa. Mas a solidariedade com demitidos/as da Fafen-PR consolidou o apoio majoritário dos/as trabalhadores/as à greve.

---

<sup>149</sup> Disponível em: <https://www.fup.org.br/ultimas-noticias/item/24652-comunicado-a-imprensa-petroleiros-paralisam-atividades-pelo-cumprimento-do-acordo-coletivo-fechado-com-a-Petrobras>. Acesso em: 18 abr. 2020.

<sup>150</sup> Folha de São Paulo. 18 fev. 2020, p. 1. De acordo com reportagem dessa edição, oito plataformas, 46% da produção, onze refinarias, 24 terminais encontravam-se paralisados (Seabra; Pamplona, 2020, p. A11).

Em resposta à questão: “Em fevereiro de 2020 os/as trabalhadores/as da Petrobras organizaram uma greve que durou 20 dias. Qual foi seu envolvimento nesses eventos?”, de 75 respondentes, 55 escolheram a opção: “Participei de, pelo menos, uma assembleia e de uma paralisação.” Outras quatro pessoas responderam: “Participei somente de, pelo menos, uma assembleia.” Outras cinco apontaram a alternativa: “Fiquei sabendo, mas não participei de assembleia ou paralisação.” Três disseram não lembrar desses eventos. Tal como em 2019, a participava parece ter sido significativa. O ímpeto de reestruturação dos negócios do petróleo no Brasil da nova gestão da Petrobras, acabou por restaurar a solidariedade entre os petroleiros.

A pauta da greve era abrir negociações com a empresa, que de modo unilateral comunicou as demissões. Além disso, a empresa havia ignorando os pedidos dos sindicatos para dirimir os problemas relativos com a tabela turno negociada em 2019. Com o resultado das assembleias consolidado, uma comissão de negociação formada por cinco dirigentes da FUP encaminhou-se à sede da Petrobras, no centro da cidade do Rio de Janeiro, na tarde do dia 31 de janeiro para entregar a pauta da greve para os representantes da empresa. Uma vez dentro do prédio, os dirigentes decidiram ocupar uma sala de reunião no quarto andar da sede até que a empresa aceitasse abrir as negociações.

Na manhã do primeiro dia de fevereiro a empresa entrou com a primeira medida judicial para encerrar a ocupação. Não obteve êxito, os representantes dos trabalhadores permaneceram ocupando a sala do quarto andar durante os 21 dias de greve. Enquanto permaneceram na sala os dirigentes gravaram mensagens de vídeos com seus aparelhos celulares e concederam entrevistas para canais de mídia alternativa do *Youtube*.

Na frente da sede da Petrobras foi montado um acampamento de greve, empregados/as da Petrobras de diferentes partes do país, inclusive os/as trabalhadores/as da Fafen-PR, foram até lá para participar das atividades de greve e em apoio aos representantes que estavam na ocupação. Participaram também militantes de movimentos sociais, movimento estudantil e de partidos de esquerda. A capacidade de envolver movimentos sociais em suas causas mais uma vez mostrava-se uma característica marcante do sindicalismo petroleiro.

No dia 14 de fevereiro a empresa enviou um comunicado de demissão para os funcionários da Fafen-PR. Também enviou telegramas de advertência para os/as trabalhadores/as em greve. Mas a adesão ao movimento paredista não diminuiu. A empresa recorreu novamente ao ministro do TST. Mais uma vez o ministro Ives Gandra Martins Filho, que declarou a greve abusiva e impôs outra multa milionária aos sindicatos, tal como fizera em novembro de 2019.

Entretanto, tendo a experiência da derrota do ministro pelo pleno do tribunal, as federações não voltaram atrás. Sustentaram a greve. A essa altura, os sindicatos já haviam aberto um canal de comunicação com uma frente parlamentar de partidos de esquerda que passaram a articular um apoio à greve, atuando para conter possíveis abusos da Justiça do Trabalho. Como a medida não surtiu o mesmo efeito de novembro, como os sindicatos sustentaram a continuidade da greve, o ministro retirou a própria decisão e recomendou uma mediação para o conflito. A empresa decidiu negociar.

A greve foi encerrada no dia 21 de fevereiro. As demissões foram temporariamente suspensas. Ao cabo, os/as trabalhadores/as não foram reintegrados/as à empresa sob o argumento de que eram funcionários/as de uma subsidiária. A Fafen-PR estava em processo de incorporação à holding, mas não foi integrada a tempo de seus/suas trabalhadores/as serem transferidos em caso de fechamento. Tal como ocorreu com a Fafen-SE e a Fafen-BA, nesses casos os/as trabalhadores/as foram transferidos para outras instalações da Petrobras.

As bases do poder associativo do sindicalismo petroleiro

A estabilidade no emprego e a remuneração praticada pela Petrobras constituem, além do próprio prestígio do emprego concursado, um horizonte comum de expectativas de seus/suas empregados/as e formam a base do consentimento (Gramsci, 2008) dessa força de trabalho. A empresa torna-se um destino profissional desejado porque os potenciais ingressantes atribuem esses sentidos para o trabalho na companhia, segundo vemos no seguinte relato:

Eu entrei em 2015 [...]. Na época a Petrobras era uma das principais empresas do mundo, não só do Brasil, isso dava um certo glamour de trabalhar lá. [...]. E... foi isso, foi a questão também da... de uma certa estabilidade, chamava muito... a gente sabia que era CLT... lá é uma empresa estatal, sociedade mista, e por ter uma certa segurança em relação ao mercado privado. Querendo ou não, ela sendo estatal, ela dá uma estabilidade, via acordo coletivo, a gente sabe... Isso é o que me chamou atenção. (Cadernos de campo, 10 mar. 2021, Mauro<sup>151</sup>, empregado da Petrobras)

Assim, as expectativas em torno das relações de trabalho, tradicionalmente pactuadas pela empresa com os sindicatos, constituem a base de um consentimento. Contudo, quando as mudanças aplicadas pela nova gestão foram ameaçando as bases desse consentimento, os valores que eram fatores de estabilidade tornam-se elementos de confrontação.

---

<sup>151</sup> Os nomes atribuídos aos entrevistados são fictícios.

A disposição para o confronto se mostrou desde 2018, quando sob a gestão Parente já circulava pelos corredores da empresa informações que davam conta da privatização de refinarias. Porém, a experiência marcante para a atual geração de trabalhadores/as da Petrobras se deu ao longo do processo de negociação do ACT de 2019, que se arrastou por meses.

Eu vi como um... todo mundo ficou com uma pulga atrás da orelha, uma dor de cabeça. Assim, porque esse ACT muda muito a vida da gente. [...] Por exemplo, agora o plano de saúde vem caindo pra ficar 50 a 50 por cento, com a lei do presidente agora, do presidente da República, parece que é dele essa proposta<sup>152</sup>, que as estatais, não podem mais fazer 70 a 30, como era antes [a lei é de 2017]. Agora, nesse ano já mudou, agora vai ficar 50 a 50. Então mexe muito com a vida da gente porque impacta diretamente com o bolso. E enquanto não sai o acordo, fica aquela angústia, aquela aflição, principalmente pros mais novos. (Cadernos de campo, 10 mar. 2021, Mauro, empregado da Petrobras).

Desconfiança, dor de cabeça, perda salarial, desestímulo, angústia, aflição. Os relatos acerca das alterações nas relações de trabalho foram elaborados por uma consciência moral e afetiva (Thompson, 1981), e não apenas racional. Mauro foi o empregado com menos tempo de empresa que eu entrevistei, ele ingressou em 2015.

A fala dos/as trabalhadores/as exteriorizou, de diferentes formas, a percepção de que as relações de trabalho na Petrobras estavam se alterando, para pior. O emprego que antes era visto como fonte de estabilidade e segurança, passava a significar insegurança, sobretudo, com relação à durabilidade da própria relação e das condições de trabalho. Felipe entrou na Petrobras em 2008, na área administrativa. Ele relatou ter adoecido na época do ACT de 2019.

Nossa, foi uma coisa horrível. Para você ter uma ideia eu tive uma crise de ansiedade, eu tive que me afastar do trabalho. Foi um desses momentos mais horríveis dentro da companhia. Claro, eu não vou dizer que tudo era uma questão do acordo coletivo, mas ali eu acho que foi um dos momentos em que eu mais vi as relações de trabalho dentro da empresa se degradarem. A proposta que eles enviaram para os sindicatos era um negócio absurdo [...]. (Cadernos de campo, 16 mar. 2021, Felipe, empregado da Petrobras).

A experiência de confrontação às políticas da empresa também se expressou quando o assunto era a privatização.

A venda da empresa aparecia sob o registro de uma perda para o país. Mauro, um trabalhador sindicalizado (cujo relato demonstrou uma sensibilidade mais aguçada acerca da conjuntura política), posicionava-se contra a venda. Ele reconhece que a companhia enfrenta um cenário econômico adverso, “preço do barril baixo”, e que está endividada. Porém, faz

---

<sup>152</sup> Na verdade, essa relação de custeio da AMS foi ameaçada em 2017 durante o governo Temer.

cálculos acerca da condução dos negócios e conclui que a conta não fecha, “vende uma refinaria pela metade do preço [...] vai amortizar pouco a sua dívida, que a dívida é grande, enfim, eu não concordo. Não concordo nem um pouco, eu acho que é uma perda enorme pro Brasil”. (Cadernos de campo, 10 mar. 2021, Mauro, empregado da Petrobras).

Para Caio, um técnico não sindicalizado (cujo relato sugere inclusive uma ojeriza à política) e que estava há 14 anos na empresa, a venda de partes da empresa também era questionável.

Ah, é... em princípio eu não vejo com bons olhos. Obviamente, não soa bem a privatização. Mas, de fato, a Petrobras tava com uma dívida... uma dívida muito alta. E aí não tem o que fazer, você tem que tomar medidas. [...] E eles passaram pra gente que foi isso, que eles estão vendendo coisas que... eu não tenho essa conta, mas que não dava tanto retorno, ficava ali no zero a zero [...]. Mas na prática não é o que a gente tá vendo, né. O preço das... parece que as refinarias são estratégicas também, e aí o preço dos combustíveis tá disparando, né? (Cadernos de campo, 22 mar. 2021, Caio, empregado da Petrobras).

As respostas sobre o tema da privatização de cada entrevistado/a, considerando-se o conteúdo e a forma de expressão, parecem seguir uma gradação afetiva, quanto maior a sensibilidade do/a entrevistado/a em relação “às coisas da política”, tanto maior é a sensibilidade revelada nas respostas.

Julio, na época, era um dirigente sindical de base. Ou seja, exercia essa função enquanto trabalhava como técnico em química na empresa. Portanto, ele acumulava as funções de trabalhador e dirigente sindical. Sua fala sobre a privatização era direta e politicamente informada.

[...] o Paulo Guedes e a turma dele, eles têm uma visão que tem que privatizar tudo. Aí eles colocaram um presidente na Petrobras que é o Castello Branco e ele é um presidente que entrou lá para privatizar tudo. [...] a palavra privatização não aparece porque o discurso deles é um discurso tecnicista. Aí eles tentam usar coisas como alocação, como é que é? Alocação de Capital! É... porque eles agora estão querendo gerar lucro para acionista como única política da Petrobras. Antes a Petrobras era uma ferramenta de desenvolvimento. Agora não, ela é uma ferramenta de lucro para o acionista. (Cadernos de campo, 14 mar. 2021, Julio, empregado da Petrobras e dirigente sindical de base).

O processo acelerado de venda de partes da empresa propiciava a percepção de dois tempos. Em todas as entrevistas houve a enunciação de um tempo passado, um “antes” ao qual se contrapõe o “agora” (o presente).

Na visão dos/as trabalhadores/as o que estava sendo feito por aquela gestão inaugura um novo tempo. A maioria deles/as havia entrado na empresa após a primeira privatização efetuada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, que aparece nos relatos como elemento de uma memória coletiva herdada dos/as trabalhadores/as que viveram a greve de 1995. Nesse sentido, os/as trabalhadores/as captavam e significavam suas experiências também através de distinções valorativas atribuídas ao passado. Esse tempo era definido, por um lado, pela estabilidade e segurança das relações de trabalho e, por outro lado, pelo papel estratégico da empresa como provedora de bens coletivos. A esse tempo, se opunha o tempo presente. Esse era marcado pelo receio de perder o emprego e os direitos a ele atrelados.

Mas, assim, na era do PT, a Petrobras tinha uma questão estratégica. Não era só lucro, não era só dinheiro, não! Era uma questão de desenvolver mão de obra; desenvolver uma cidade, enfim, ela tinha essa função. Ela funcionava como braço do governo. E cada vez mais ela está mudando, ela tem que ser uma empresa que gere lucro, está mudando. (Cadernos de campo, 22 mar. 2021, Caio, empregado da Petrobras).

Outra forma de distinção que se pronunciava estava associada à dissociação de um “nós” enunciado em oposição a um “eles”. O critério organizador dessa dissociação gravitava em torno de valores que caracterizariam e distinguiriam um grupo do outro. O “nós”, pronunciado pelo grupo de trabalhadores/as, era associado a valores coletivos e igualitários, uma noção de bem comum, de que os negócios têm que ser conduzidos para que todos sejam beneficiados, não apenas alguns.

Para os/as trabalhadores/as, por exemplo, o botijão de gás tornava-se inacessível para a população de baixa renda. E isso era a contrapartida necessária do objetivo fixado pela nova gestão: “gerar valor para o acionista”. De acordo com a perspectiva dos gestores, a distribuição da riqueza deveria ocorrer através dos mecanismos do mercado de ações<sup>153</sup>. Nesse sentido, à empresa não caberia mais assumir o papel de prover bens sociais.

Veio um grupo de gerentes da sede, todos esses gerentes do alto escalão, menos o Castelo Branco. [...] E aí eu fiz a pergunta pra eles assim: “Como é que vocês que são que nem nós – crachá verde, tem concurso, fizeram concurso –, como é que vocês defendem a privatização? Como é que vocês defendem desmanchar a empresa? Não consigo entender isso.” E aí um dos caras me respondeu assim: “Eu tenho orgulho de dizer que eu sou um dos mandatários [...] pra gerar valor ao acionista. Eu quero gerar valor pro acionista, para aquele cara que ganha um, dois salários mínimos, mas tem ação

---

<sup>153</sup> Isso lembra o que Streeck (2018) chama de justiça do mercado oposta à justiça social, que depende da intervenção das instituições democráticas para se efetuar.



da Petrobras.” O cara conseguiu falar isso! Sabe? Eu não pude dar a resposta pra ele, eu ia dizer assim: “cara, o cara que ganha um, dois salários mínimos, por causa da tua gestão não consegue comprar um botijão de gás! E tu está preocupado em gerar valor pra ele, como acionista!?” [...] E eles utilizam esses artifícios pra tentar se justificar perante nós, porque eles tiveram a cara de pau de nos chamar no refeitório dizer um monte de coisa, que a gente tinha que ser vendido, que ia ser bom pra empresa se a gente fosse vendido, sabe? (Cadernos de campo, 21 ago. 2020, Luísa, empregada da Petrobras e dirigente sindical)

Internamente, a dissociação “nós”-“eles” é acentuada pela nova forma de remuneração variável<sup>154</sup>, que instaurava uma distância maior entre as maiores e as menores premiações. Ou seja, aumentava a desigualdade de renda na hierarquia da empresa em até 11 vezes, considerando-se a política de premiação que visava substituir a Participação em Lucros e Resultados (PLR).

[...] eles fizeram um novo sistema de se pagar bônus, criado por eles (a gestão). É assim, peão só pode ganhar até duas vezes de bônus o seu salário (duas vírgula seis vezes o seu salário). Mas o Castelo Branco pode ganhar de bônus onze vezes o salário dele! Então pra mim a diferença entre o que a gestão pensa e o que nós pensamos é isso. [...] Eles querem uma empresa pra eles sugarem e ganharem. E a gente quer uma empresa, a gente quer ganhar? Quer! Quer ganhar bem? Quer! Mas a gente quer que os outros ganhem bem também! (Cadernos de campo, 21 ago. 2020, Luísa, empregada da Petrobras e dirigente sindical).

As visões sobre a privatização e a percepção da ofensiva da empresa com o intuito de eliminar os direitos relacionados ao emprego na Petrobras formaram uma constelação de sentidos que também abrangia o reconhecimento tanto da eficácia da ação sindical – dedicada a defesa dos interesses corporativos – quanto da dimensão política da ação coletiva do grupo. “Por que é como eu te falei, o sindicato está envolvido com a política, não tem jeito, não tem como, e assim, quem... se tem uma empresa estatal, não tem como o sindicato não ser politizado.” (Cadernos de campo, 10 mar. 2021, Mauro, empregado da Petrobras).

A sensibilidade de Mauro em relação aos aspectos da política que tocam na Petrobras começou a ganhar cores no ano de seu ingresso, 2015. Depois, foi sendo aguçada ainda mais com a perda de direitos, sobretudo as que foram promovidas pela gestão nomeada pelo governo

---

<sup>154</sup> No relatório anual de 2020 consta a seguinte explicação da empresa: “No primeiro trimestre de 2019, nosso Conselho de Administração aprovou um novo modelo de remuneração variável para todos os empregados: o Programa Prêmio por Performance (“PPP”). O PPP está em linha com nosso Plano Estratégico 2020-2024, com foco na meritocracia e aumento da flexibilidade, à medida em que buscamos mais eficiência e alinhamento com as melhores práticas de gestão”. (Petrobras, 2020, p. 191)

Bolsonaro. Assim, o acúmulo dessas experiências vinha se mostrando capaz de alterar os pontos de vista e as práticas dos/as empregados/as da Petrobras.

Para Luísa o processo político recente foi atijando os/as trabalhadores/as da base em que ela atuava para assumirem uma posição política. Luísa explorou essa nuance para comparar ao comportamento dos/as trabalhadores/as em outras situações. Segundo ela, na greve de 2015 eles não entendiam, nem apoiaram, a politização do acordo coletivo, a disputa pelos rumos da empresa para evitar a venda de algumas partes. No entanto, entre 2018 e 2020, sob o espectro do fechamento da própria unidade onde trabalhavam, e em 2020, com a hibernação e encerramento dos contratos de todos os/as empregados/as da Fafen-PR, ocorreu um efeito catalisador de apoio à dimensão política da ação coletiva. Se em 2015 a direção sindical teve que puxar os/as trabalhadores/as para a greve, de 2018 para 2020 foi diferente, foram os/as trabalhadores/as que incitaram toda a movimentação com o objetivo de paralisar as atividades e de executar a greve.

Então, lá em 2015, era uma coisa que tava muito crua, mesmo. Porque vinha todo aquele processo, e a própria base sendo massacrada com o discurso da televisão, então foi difícil. [...] E o ano passado [2019], quando a gente foi fazer a negociação do acordo, a gente tinha muito esse plano de fundo da privatização também. [...] A base enxergou muito assim: “eu tenho que usar o acordo pra fazer greve. E aí agora é hora de fazer greve.” [...] E aí a gente conseguiu, em 2020, fazer essa greve. E aí, foi uma greve muito forte, na nossa base aqui foi muito forte. (Cadernos de campo, 21 ago. 2020, Luísa, empregada da Petrobras e dirigente sindical)

O relato de Julio reforçou a ideia de que entre 2019 e 2020 ocorreu um amadurecimento, sobretudo, para a sua geração, que ingressou na companhia nos anos 2000:

[...] Eu vi as pessoas com vontade de lutar, com disposição para a luta. É... ela [a greve de 2020] foi especial talvez porque foi a greve mais longa que eu participei, uma das mais longas. Foram mais de três semanas. E foi uma greve que a gente já tava brigando com um governo que é fracamente anti-sindicalista que tem uma visão assim de passar o trator, que ele é autoritário, que ele tem uma visão militarista de tudo [...]. Acho que furou a bolha da mídia. Porque geralmente as nossas greves não saem na mídia, ou quando saí é só uma nota muito negativa. Porque a mídia sempre mostra a greve com um ponto de vista muito negativo, e a gente conseguiu furar essa bolha. Então, foi uma greve muito vitoriosa nesse sentido. E por isso que eu acho que foi uma greve muito importante prá nós aqui como um todo, e pra mim como experiência pessoal, assim, como militante, trabalhador, foi uma greve de muito aprendizado, também. (Cadernos de campo, 14 mar. 2021, Julio, empregado da Petrobras e dirigente sindical de base).

Esses relatos reforçam o sentido de que a experiência de ser empregado na Petrobras durante essas intensas atribuições afetou a sensibilidade política da nova geração de seus

trabalhadores e trabalhadoras que processualmente se sentiram afetados pelas mudanças e, com efeito, alteraram seus pontos de vista e suas posições e atitudes. Antes preocupados apenas com a “pauta econômica”, quando o processo de privatização se acelerou e o confronto de interesses se impôs, manifestou-se o reconhecimento da dimensão política da ação coletiva, identificada pelo enfrentamento à gestão da empresa e ao governo.

Durante esse processo, acentuou-se também a percepção da frágil condição dos terceirizados. “Eu vi que muitos terceirizados perderam o emprego, não só... a perda do petroleiro da *holding* é de direitos, nesses anos... por enquanto! E as dos terceirizados é a perda do emprego mesmo!” (Cadernos de campo, 10 mar. 2021, Mauro, empregado da Petrobras).

O reconhecimento dessa diferença de condições pode ser entendido como um sentimento de solidariedade que nasce na convivência com os/as terceirizados/as que realizam tarefas semelhantes, mas não têm os mesmos direitos.

[...] outros setores como o meu laboratório, tá terceirizando. É... tinha três pessoas lá dois anos atrás, tem 15 agora, 15 técnicos fazendo a mesma coisa que eu, ganhando cinco vezes menos, sem segurança nenhuma no emprego [...], meu sindicato não pode representá-los, mas o que a gente faz? Dentro do que é possível é manter relação com os sindicatos que representam esses trabalhadores [...]. Por exemplo, agora mesmo tá tendo um problema que a empresa tá demitindo os motoristas do turno, e aí o nosso sindicato tá se mobilizando pra ver o que tá acontecendo, não só por uma questão de consciência de classe, mas também porque assim, são pessoas que a gente vê todo dia, são colegas, o motorista todo dia ele me leva e me traz em casa [...]. (Cadernos de campo, 14 mar. 2021, Julio, empregado da Petrobras e dirigente sindical).

O reconhecimento de uma injustiça social, na situação desprotegida dos terceirizados, manifesta a presença da igualdade como valor. Nos trabalhadores há o reconhecimento, e entre os dirigentes há uma efetiva atuação no sentido de criar meios, driblando os limites institucionais, para auxiliar os terceirizados. Em resposta à questão: “Como você avalia o sindicato da sua localidade quando: 3) Quando ele atua para representar os/as trabalhadores/as terceirizados/as na Petrobras?” de 75 respondentes, 40 afirmaram “Aprovo totalmente”. Outros 29 disseram “Aprovo”. Um entrevistado disse: “Desaprovo totalmente”; e mais quatro disseram desaprovar. Três disseram não saber opinar. Portanto, a maior parte dos/as trabalhadores/as da Petrobras parecem ser solidários com a condição dos terceirizados e apoiam os esforços dos sindicatos em sua defesa.

Uma das formas de atuar em solidariedade ao grupo terceirizado é mobilizar os dispositivos do acordo coletivo para justificar uma vigilância das condições de trabalho dos

mesmos, tal como ocorreu em 2011. Esse é o caso das questões de segurança e dos acidentes de trabalho, os quais vitimam mais os terceirizados:

É por sorte o quê que acontece? A gente tem no nosso acordo – por sorte não, por luta, né?! (risos) –, a gente tem no nosso acordo que a gente participa de todas as análises de acidente, então a gente contata a pessoa [...]. Mas a gente vai lá, a gente contata a pessoa, a gente faz a entrevista, a gente pega o contato individual pra dar um suporte. Então quando tem esses acidentes, os notificados, aqueles que viram CAT [Comunicação de Acidente de Trabalho], a gente recebe todas as CATs – de próprio e terceiro, a gente recebe. (Cadernos de campo, 21 ago. 2020, Luísa, empregada da Petrobras e dirigente sindical)

Embora o reconhecimento da condição desigual dos terceirizados se manifeste na base, as ações efetivas dependem da atuação dos dirigentes sindicais. Assim, também é o caso de outros tipos de ação que aparecem nos relatos tanto dos dirigentes de base, quanto dos/as sindicalistas (trabalhadores/as licenciados).

O problema da dolarização dos combustíveis é um tema sensível e de forte apelo popular. Cientes disso, os sindicalistas organizaram campanhas de “venda de combustíveis a preço justo” para se aproximar da população e denunciar os efeitos da privatização. A distribuição de combustíveis era feita em parceria com donos de postos de gasolina, e geralmente atingia um público de classe média. Já a venda de gás de cozinha “pela metade do preço” foi feita em parceria com distribuidoras. O local escolhido para a distribuição foram bairros periféricos com vistas a atingir outro público, a população mais pobre. “A gente fez a ação num bairro popular, [...] a gente entregou 200 botijões, nós entregamos a preço da refinaria, que seria, pela metade do preço, e o povo participou muito.” (Cadernos de campo, 15 mar. 2021, Patrícia, empregada da Petrobras e dirigente sindical de base).

Nós estamos tentando voltar para a periferia. [...] Hoje, por exemplo, as nossas campanhas de gás de cozinha, nós escolhemos algumas periferias e subsidiamos o preço do gás de cozinha [...]. Então para você transmitir isso para a população nós descobrimos esse mote, que é conversar com a periferia através dessas ações de subsídio de combustível e gás de cozinha. Está dando muito certo e a população está começando a apoiar e entender. [...] um exemplo da Liquigás, né? A Liquigás foi privatizada com a promessa do Paulo Guedes [de] que o gás de cozinha chegaria a R\$ 40,00. E nós vimos justamente o contrário, ou seja, depois de um ano e meio adiantou privatizar? Ou seja, privatização não resolve e aí com isso a gente está conseguindo dialogar com a sociedade. [...] Então eu acho que nós encontramos o caminho. (Cadernos de campo, 11 nov. 2020, Hélio, empregado da Petrobras e dirigente sindical)

No plano político, a associação com os movimentos sociais de esquerda e o apoio financeiro a projetos sociais distinguem e reforçam a dimensão política da ação coletiva dos/as trabalhadores/as da Petrobras. “Nós temos o MAB [Movimentos dos Atingidos por Barragens],

o MPA [Movimento de Pequenos Agricultores], o MOVA-SE que é um projeto aqui de periferia, SOS Periferia, nós temos o Quilombo [...] Temos uma parceria boa.” (Cadernos de campo, 11 nov. 2020, Hélio, empregado da Petrobras e dirigente sindical)

A gente tem uma parceria muito forte, assim, orgânica, com a Via Campesina; MST [Movimentos dos/as Trabalhadores/as Sem Terra], MAB e MPA, são parceiros de primeira frente dos petroleiros – sempre! – Aí você tem o Levante [Popular] da Juventude também, sempre está junto (Cadernos de campo, 18 ago. 2020, Juliana, empregada da Petrobras e dirigente sindical).

A relação com os movimentos populares se deve à própria história de fundação da empresa, no presente essa relação é vista como indispensável, pois embora seja importante a atuação institucional, uma vez que a Petrobras é controlada pelo Estado, a ideia é que a ação coletiva dos/as trabalhadores/as necessita se unir com outras forças do campo popular, ou seja, transcender a esfera institucional. Essa capacidade de manter alianças com os movimentos sociais marca também o caráter específico do sindicalismo petroleiro.

Juliana suscita a dimensão tradicional da relação dos petroleiros com os movimentos populares. Nessa relação os interesses nacionais identificados a Petrobras que formam o traço de união entre os/as petroleiros/as e os movimentos sociais:

[...] a Petrobras nasceu de um movimento popular. Ela foi uma empresa criada fruto da mobilização “o Petróleo é Nosso”. Sete anos de luta popular para criar essa empresa. Então a gente sabe que a gente não pode ficar sozinho, tanto que nós somos uma categoria que tem uma aliança histórica com o MST, com outros movimentos da via [Campesina], até mais, às vezes do que com o próprio movimento sindical, não que não tenha, mas a nossa relação é muito forte para a questão de movimentos populares. E aí quando vem uns momentos que a gente percebe que a gente vai ter um embate no nível que foi em fevereiro [de 2020], a gente sempre tem a mobilização da categoria, a gente tem a relação com os movimentos, tanto que ficou uma vigília acampada na frente da sede da Petrobras e também ficou um acampamento na frente da Fafen Paraná, né? E aí a gente tem na questão institucional parlamentar, no Congresso, isso durante a luta contra o PL do Serra [de 2016], a gente ficou indo para Brasília toda hora. [...] E é aquela coisa, o que a gente coloca [...] tem que uma [luta] ir somando à outra. Não adianta você fazer uma frente parlamentar sozinha. (Cadernos de campo, 18 ago. 2020, Juliana, empregada da Petrobras e dirigente sindical).

## Conclusões

Ao longo do período analisado, o sindicalismo petroleiro manteve-se fiel ao elemento fundamental de sua identidade coletiva, qual seja, a defesa do monopólio estatal da exploração e da produção de petróleo sob o controle da Petrobras. Esse objetivo precípua do sindicalismo petroleiro, em sua face política, mantém uma relação de mútuo reforço de interesses com as diretrizes da política econômica novo desenvolvimentista, que orientou as ações do Estado brasileiro entre 2007 e 2013. Tais diretrizes são, por assim dizer, a antítese da política econômica convencional, que traduz para o contexto brasileiro as linhas fundamentais da dominação financeira em termos de política econômica. Essa dominação se caracteriza por uma política monetária rígida, que resulta em taxas de juros altas; e em uma política fiscal ortodoxa, que compromete a capacidade de investimento do Estado. Ambas políticas criam efeitos que restringem as possibilidades de atuação dos sindicatos ao manterem o ciclo econômico próximo da recessão e, com efeito, os mercados de trabalho cada vez mais estreitos. A despeito desse cenário pouco favorável para o sindicalismo, os petroleiros conseguiram recuperar e consolidar as bases de seus recursos de poder, entre o final dos anos 1990 e os primeiros anos da década seguinte. Isso lhes permitiu organizarem-se para tentar influenciar na política petrolífera, sempre afinados com os princípios novo desenvolvimentistas.

Desse modo, a partir de 2008, com a descoberta do pré-sal, o sindicalismo petroleiro demonstrou uma capacidade renovada de atuar na arena política com vistas a influenciar na definição do marco regulatório da indústria petrolífera no Brasil. Nessa ocasião, os petroleiros estabeleceram parcerias com os movimentos sociais e, apesar da recente cisão (2006), os sindicatos atuaram unidos sob a liderança da FUP na construção de um projeto de lei que concorreu com o projeto apresentado pelo governo do PT. As leis que resultaram desse processo criaram um fundo social do pré-sal, inspirado no fundo soberano norueguês também sustentado pela renda do petróleo e na instituição de um assento no conselho de administração da Petrobras para um representante dos trabalhadores, instituído em 2010.

Do ponto de vista da questão das possibilidades de influenciar na arena política os petroleiros demonstraram uma significativa capacidade de atuar em defesa da tese do monopólio estatal na indústria petroleira. Tal engajamento, ao mesmo tempo, representou o reforço da autonomia do sindicalismo petroleiro com relação aos diferentes governos no período analisado. Ainda que o grupo de trabalho ordenado pelo governo para elaborar os projetos, liderado por Rousseff, à época ministra da Casa Civil, tenha hegemonizado as

diretrizes do novo marco regulatório, os próprios petroleiros sentiram-se relativamente contemplados pelo alcance das novas leis. Ademais, consideraram um feito a campanha realizada na defesa do monopólio da qual resultou a elaboração de um projeto de iniciativa popular em conjunto com os movimentos sindical e social.

A participação nessa campanha reforçou a identidade sindical petroleira, calcada na tese do monopólio, tanto para dentro, quanto para fora. Por força da identidade sindical petroleira gravitar em torno da ideia do monopólio, não havia outra alternativa senão defendê-la, publicamente, quando se abriu a possibilidade de reordenar as regras do setor petrolífero. Do ponto de vista interno, a mobilização de energias na defesa do monopólio resultou em uma forte integração dos setores nacionalistas da sociedade civil, representada pela participação da tradicional Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET). Bem como propiciou restituir, ainda que momentaneamente, a unidade do sindicalismo petroleiro representada pela atuação conjunta das duas federações.

A questão da autonomia sindical com relação aos governos do PT ainda seria suscitada pelo comportamento da FUP no período representado pelo governo Rousseff. O embate mais significativo desse período foi o enfrentamento à decisão do governo de leiloar o campo petrolífero de Libra. Porém, mais do que a concessão do bloco petrolífero, em 2013, o governo Rousseff dava início ao desmanche da política novo desenvolvimentista que tivera na Petrobras um de seus pilares. Nesse sentido, os petroleiros foram os primeiros a sentir a mudança de ventos na área da política econômica. Por uma razão simples, a especialização do trabalho sindical que lhes coube, também lhes obrigou a vigiar os movimentos dos governos no que diz respeito às intenções sobre a Petrobras.

Ainda do ponto de vista da capacidade de atuar sobre os rumos da empresa estatal e, portanto, também sobre a definição da política de investimentos relativos ao setor petrolífero, que tinha a Petrobras como núcleo fundamental, houve outro momento de singular capacidade organizativa demonstrada pelos petroleiros.

Entre 2014-2015, quando se configurou uma crise financeira e de credibilidade na empresa estatal, surgiu uma nova oportunidade para que os petroleiros atuassem no sentido de alterar a regulamentação do setor petrolífero, bem como mudar as diretrizes da gestão da empresa. Sob nova presidência, e novos conselheiros, a empresa teve seu plano de negócios redefinido. O novo plano concentrou-se na redução dos investimentos e na venda de ativos para amortizar a dívida de curto prazo.

A análise do processo da greve de 2015 demonstrou uma capacidade de ação estratégica ímpar por parte dos petroleiros. Embora não tenha sido a primeira vez que politizaram a campanha reivindicatória para influenciar em uma dimensão superior, dessa vez, conseguiram algo inédito. O encerramento das negociações ficou condicionado à discussão da revisão do plano de negócios 2015-2019. Assim, os petroleiros conseguiram fazer com que a empresa concordasse em instalar um grupo de trabalho para redimensionar a política de investimentos. Os petroleiros, assim, criaram um espaço de dissenso.

Mais uma vez, a questão da autonomia dos petroleiros com relação ao governo é suscitada, mas dessa vez com mais razão. A greve de 2015 coincidiu com o momento mais grave para o governo Rousseff. Seu governo enfrentava manifestações massivas. Sua popularidade havia despencado desde 2013, e agora encontrava-se em um patamar muito delicado. Ao mesmo tempo, os petroleiros sustentaram uma parede com o objetivo de influenciar nos rumos da empresa. As questões suscitadas por esses eventos legaram aos petroleiros a formação de uma consciência política acerca da necessidade de intervir de modo mais qualificado nas questões que tocavam a Petrobras. Todavia, para o período que se abria com a queda do governo Rousseff, o poder discursivo talvez não fosse o mais adequado para enfrentar o potencial dos interesses privados que se armavam agora para se estabelecer sobre os negócios da indústria petrolífera.

A partir de 2016 os objetivos microeconômicos passaram a ser privilegiados e tornaram-se dominantes do ponto de vista dos atores da gestão empresarial. O ocaso dos governos trabalhistas ensejou novas mudanças na gestão da empresa estatal, cujo foco passou a ser a geração de valor para o acionista. Nesse momento consolidava-se um movimento de reversão microeconômica dos objetivos da empresa. Mesmo assim, ainda em 2016, os petroleiros organizaram um *lobby* através da ação de congressistas para tentar impedir a mudança no marco regulatório do pré-sal. Dessa foram conseguiram protelar a reforma, mas não conseguiram evitar sua efetivação sob o governo Temer.

Em 2017, criaram um instituto vocacionado para defender uma visão nacionalista na política da indústria de petróleo, e da Petrobras. A criação do INEEP representou uma inovação, a aposta no plano ideológico, no entanto, serviu também para assessorar as lideranças sindicais no debate sobre a política de preços da Petrobras, tanto no conselho de administração da estatal, quanto no debate público sobre essas questões. Porém, essa inovação não trouxe os mesmos resultados que a mobilização do poder estrutural havia trazido no período anterior.



Em 2018, os petroleiros paralisaram as atividades por dois dias contra a política de preços de paridade de importação. Essa greve foi motivada para tentar disputar os sentidos do grande movimento dos empresários do setor de transportes e de caminhoneiros particulares. Para os petroleiros o que deveria legitimar o movimento era o protesto contra a política de preços da Petrobras. Já para os caminhoneiros a questão, até onde se sabe, dizia respeito aos impostos. Ainda assim é digno de nota o fato de os petroleiros terem organizado campanhas de venda de gás e combustíveis a preço subsidiado para mostrar à população que era possível baixar os preços. Embora o alcance dessas campanhas seja muito reduzido, não se pode censurar os petroleiros por serem coerentes com o seu próprio discurso, afinal estranho seria se eles muito falassem e nada fizessem sob a desculpa do pequeno alcance.

Assim, entre 2019 e 2020, o sindicalismo petroleiro demonstrou nova capacidade de agenciar as pressões imprimidas pelos gestores da empresa, após um período de crise na representação sindical. Aproveitando o descontentamento dos/as empregados/as da Petrobras contra o desmonte do acordo coletivo de trabalho intentado pelos novos gestores, as lideranças sindicais conseguiram conjugar uma ação coletiva que foi capaz de frear o ímpeto precarizante da ação empresarial, e de modo relativo, nas palavras de suas lideranças, retardar o processo de privatização da empresa.

Todas essas iniciativas dignas de reconhecimento pelas energias despendidas, mas de pouco alcance se comparadas às campanhas de 2008 e 2015, se deram sob um contexto no qual o sindicalismo petroleiro foi sensivelmente enfraquecido pela abrupta mudança política. Tal mudança se deu sem a legitimidade do voto popular. Ainda assim, essas experiências certamente significaram muito para os que se envolveram nessas campanhas, o que se produziu na base dessas experiências de resistência foi muito significativo para essa geração. Ainda é na base dessas experiências que a consciência pode alterar a própria percepção sobre o presente e, assim, também se elaborar os novos sentidos para os processos históricos experienciados. Assim, em 2019, a insegurança instilada pela ameaça da privatização abriu a possibilidade de uma nova solidariedade entre a base e as lideranças sindicais, que resistiram ao desmonte do ACT; e, em 2020, fizeram a maior greve desde 1995, com vinte dias de duração. A greve de 2020 não impediu o fechamento da Fafen-PR, mas tal como em 2015, foi capaz de criar, mais uma vez, um espaço de dissenso.

**Referências bibliográficas**

ALEXANDER, Jeffrey C.; GIESEN, Bernhard. Introducción. De la reducción a la vinculación: la visión a largo plazo del debate micro-macro. In: JEFFREY, Alexander *et al.* **El vínculo micro-macro**. Universidad de Guadalajara: Jalisco, 1994.

ALMEIDA, M. H. T. **Crise econômica e interesses organizados**: o sindicalismo no Brasil dos anos 1980. São Paulo: USP, 1996.

ALMEIDA, M. H. T. Sindicatos no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. **Debate e Crítica**, São Paulo, n. 6, p. 49-74, 1975.

ALVEAL CONTRERAS, Edelmira del Carmen. **Os desbravadores**: a Petrobras e a construção do Brasil industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ALVES, G. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.19, p. 71-94, 2002.

ANTUNES, Ricardo. Impasses e desafios: a crise e os sindicatos. **Teoria e Debate**, São Paulo, v. 20, p. 66-69, 1993.

ANTUNES, R.; SILVA, J. B. Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 511-528, set./dez. 2015.

ARAÚJO, Angela; OLIVEIRA, Roberto Verás de. El sindicalismo brasileño en la Era de Lula. **Trabajo**, México, v. 5, n. 1, p. 83-112, 2011.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de survey**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

BATISTA, C. **A estratégia da negação**: o lulismo e a dissidência sindical petroleira – Niterói, 2018. 234 f. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, 2018.

BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia.; MARCELINO, Paula. Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000. **OSAL**, Buenos Aires, v. 10, n. 26, p. 36, 2009.

BOITO JR., Armando. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Unicamp, 2018.

BRANT, V. C. **Paulínia, petróleo e política**. Campinas-SP: Sindicato dos Petroleiros de Paulínia e Campinas; São Paulo: CEBRAP, 1990.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 5-24, 2006.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavía, 2018.

CARDOSO, A. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2003.

CARDOSO, A. Problemas de representação do sindicalismo brasileiro: o que aconteceu com a filiação sindical? In.: TOLEDO, Enrique de la Garza (Comp.). **Los sindicatos frente a los procesos de transición política**. Buenos Aires: CLACSO, p. 55-89, 2001.

CARDOSO, A. **A trama da modernidade**. Rio de Janeiro: IUPERJ/Revan, 1999.

CARDOSO, A. Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro. **CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 493-510, 2015.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CERQUEIRA, B. S. **Política fiscal, demanda agregada, crescimento e crise**: o investimento federal e o investimento da Petrobras no período 2003-2015. Rio de Janeiro: I.E./UFRJ, 2016. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/index.php/index-publicacoes/textos-para-discussao>. Acesso em: 11 jul. 2019.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**, São Paulo, v. 5, n. 2, 2001.

COHN, Gabriel. **Petróleo e nacionalismo**. São Paulo: UNIFESP, 2017.

COLOMBI, Ana Paula; *et. al.* **Panorama do sindicalismo no Brasil 2015-2021**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022. [Livro eletrônico].

COMIN, Álvaro Augusto. **Estrutura sindical corporativa**: um obstáculo à consolidação das centrais sindicais no Brasil. 1995. Dissertação. Mestrado em Sociologia - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

COMIN, Álvaro Augusto; CASTRO, Nadya Araujo. As novas esferas da regulação do trabalho e o dilema sindical. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 45-52, 1998.

CRUZ, Iracema Christina Ramos. **Ouro negro: sindicalismo petroleiro no Rio de Janeiro (1954-1964)**. 1997. Dissertação. Mestrado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 1997.

CRUZ JUNIOR, Antonio Sales da. **Reorganização do movimento petroleiro e petroquímico e a criação do PT em Alagoinhas/BA (1974-1984)**. 2021. Dissertação. Mestrado em História - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2021.

DA COSTA NEVES, Paulo Sergio. **L'action syndicale des travailleurs du pétrole à Bahia (Brésil). Pétrole, nationalisme et politique**. 1999. Université Lumière Lyon 2. Faculté d'Anthropologie et de Sociologie. Thèse de Doctorat Nouveau Régime.

DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. **A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobras**. FGV, 1993.

DIAS, José Luciano de Mattos. Petrobras: organizações e subsidiárias. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 47- 68, 1993.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Desafios rumo à construção de uma nova legislação para a indústria de petróleo e gás natural no Brasil. **Estudos e Pesquisas**, n. 48. São Paulo: DIEESE, 2009.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Os modelos de exploração de petróleo no Brasil e as questões relacionadas ao surgimento do pré-sal: o debate sobre o Campo de Libra. **Nota Técnica**, n. 129. São Paulo: DIEESE, 2013.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. O PAC, o setor de hidrocarbonetos e a matriz energética brasileira. **Nota Técnica**, n. 43. São Paulo: DIEESE, 2007.

DRUCK, M. G.; e GODINHO, L. F. R. Um mosaico de classe, a terceirização na Rlam e a pulverização dos sindicatos. In: XXVII Encontro Nacional da ANPOCS, 2003, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2003. Grupo de Trabalho. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/27-encontro-anual-da-anpocs/gt-24/gt24-12/4317-druck-godinho-um-mosaico/file>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

DRUCK, M. G. Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência. **OSAL**, Buenos Aires, v. 6, n. 19, p. 329-340, 2006.

EVANS, Peter. Será possível uma globalização alternativa? **Periferia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.5-36, 2009.

FARIA, G. **O governo Lula e o novo papel do Estado brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

FERREIRA, Jorge. **A democracia no Brasil: (1945-1964)**. São Paulo: Atual, 2006.

FICHTER, M. *et al.* **The Transformation of Organised Labour: Mobilising Power Resources to Confront 21st Century Capitalism**. Berlin: **FES**, 2018.

FIGUEIREDO, A. C. Intervenções Sindicais e o Novo Sindicalismo. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 135-155, 1978.

FIORI, J. L. C. Petróleo: uma decisão urgente. In: LEÃO, Rodrigo; NOZAKI, William (Orgs.). **Geopolítica, estratégia e petróleo: transformações internacionais e nacionais**. Rio de Janeiro: INEEP; FLACSO, 2019.

FRASER, Nancy. Crise de legitimação? Sobre as contradições políticas do capitalismo financeirizado. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 153-188, 2018.

FREGE, C.; KELLY, J. (Eds.). **Varieties of Unionism: Strategies for Union Revitalization in a Globalizing Economy**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

GALL, G.; WILKINSON, A.; HURD, R. Labour Unionism and Neo-Liberalism. In: GALL, G.; WILKINSON, A.; HURD, R. (Eds.) **The International Handbook of Labour Unions: Responses to Neo-Liberalism**. Cheltenham, Northampton: Edward Elgar, 2011, p. 1-12.

GALLAS, A. Class Power and Union Capacities: A Research Note on the Power Resources Approach. **Global Labour Journal**, State College-PA, v. 9, n. 3, p. 348-352, 2018.

GALVÃO, A. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. **Outubro**, Campinas, n. 18, p.177-200, 2009.

GALVÃO, A.; TEIXEIRA, M. O. Flexibilização na lei e na prática: o impacto da reforma trabalhista sobre o movimento sindical. In: KREIN, José Dari; GIMENEZ, Denis Maracci; SANTOS, Anselmo Luis dos (Orgs.). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas-SP: Curt Nimuendajú, 2018, p. 155-182.

GERBELLI, Caio Vinicius de Castro. **Todos para o que der e vier: os trabalhadores do petróleo de Mauá e a luta pela organização sindical (1957-1964)**. 2018. Dissertação. Mestrado em História. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a Ditadura Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2014.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

GOMES, Angela de Castro. O problema do sindicato único no Brasil: um livro faz 50 anos. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora-MG, v. 9, n. 1, p. 9-32, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e fordismo**. Tradução de Gabriel Bogossian. São Paulo: Hedra, 2008.

GUMBRELL-MCCORMICK, Rebecca; HYMAN, Richard. **Trade Unions in Western Europe: Hard Times, Hard Choices**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

GUMBRELL-MCCORMICK, Rebecca; HYMAN, Richard; BERNACIAK, Magdalena. Los retos sindicales en un mundo en transición. Una perspectiva europea. **Gaceta Sindical. Reflexión y Debate**, Madrid, n. 30, p. 19-46, jun. 2018.

HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência: a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. Tradução de Carlos Alberto Marques Novaes. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 18, p. 103-114, 1987.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.

HYMAN, Richard. Los sindicatos y la desarticulación de la classe obrera. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, México, v. 2, n. 4, p. 9-28, 1996.

HYMAN, Richard. Europeização ou erosão das relações laborais? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 62, p. 7-32, 2002.

HYMAN, Richard. **Understanding European Trade Unionism: Between Market, Class and Society**. London: Sage, 2001.

HYMAN, Richard; GRUMBELL-MCCORMICK, R. Trade Unions, Politics and Parties: Is a New Configuration Possible? **Transfer: European Review of Labour and Research**, New York, v. 16, n. 3, p. 315-33, 2010.

IBSEN, Christian Lyhne; TAPIA, Maite. Trade Union Revitalisation: Where Are We Now? Where to Next? **Journal of Industrial Relations**, New York, v. 59, n. 2, p. 170-191, 2017.

IVO, Alex de Souza. **Uma história em verde, amarelo e negro: classe operária, trabalho e sindicalismo na indústria do petróleo (1949-1964)**. 2008. Dissertação. Mestrado em História - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

IVO, Alex de Souza. **O sindicalismo petroleiro e a questão nacional, entre a democracia e a ditadura (Bahia, 1957-1968)**. 2019. Tese. Doutorado em História - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2019.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

KELLY, John; HAMANN, Kerstin. Unions as Political Actors: A Recipe for Revitalization? In: FREGE, C.; KELLY, J. (Eds.) **Varieties of Unionism: Strategies of Union Revitalization in a Globalizing Economy**. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 93-116.

KREIN, José Dari; DIAS, Hugo. Os caminhos do sindicalismo nos anos 2000. **Revista Ciências do Trabalho**, São Paulo, v. 8, p. 1-17, 2017.

KREIN, José Dari ; TEIXEIRA, M. As controvérsias das negociações coletivas nos anos 2000 no Brasil. In: OLIVEIRA, R. V.; BRIDI, M. A.; FERRAZ, M. (Orgs.). **O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. p. 213-246.

KELLY, J. Theories of Collective Action and Union Power. In: GALL, G.; WILKINSON, A.; HURD, R. (Orgs.) **The International Handbook of Labour Unions: Responses to Neo-Liberalism**. Edward Elgar: Cheltenham, Northampton: 2011. p. 13-28.

KORPI, Walter. **The Democratic Class Struggle**. United Kingdom: Routledge, 2018.

LADOSKY, Mário Henrique. A nova estrutura sindical no Brasil. *Revista da ABET*, v. 14, n. 1, p. 114-140, 2015.

LADOSKY, Mário Henrique. **A CUT e o Governo Lula: Da defesa da “liberdade e autonomia” à reforma sindical inconclusa**. Tese (Doutorado em Sociologia), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/index.php?lang=pt-br> >. Acesso em: 9 de dez. 2016.

LADOSKY, Mário Henrique Guedes; RODRIGUES, Iram Jácome. A CUT e o sindicalismo brasileiro nos anos recentes: limites e possibilidades. **Tempo Social**, São Paulo, v. 30, p. 53-76, 2018.

LADOSKY, Mário Henrique Guedes. OLIVEIRA, R, V. O “novo sindicalismo” pela ótica dos estudos do trabalho. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 6, n. 11, p.147-170, 2014.

LADOSKY, Mário Henrique Guedes. Das greves do ABC ao Conselho de Relações de Trabalho: chances e limites da ação sindical institucional. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, p. 97-131, 2018.

LAPAVITSAS, Costas. **Beneficios sin producción**. Cómo nos explotan las finanzas. Traficantes de Sueños: Madrid, 2016.

LARANGEIRA, Sônia. Há lugar para o sindicalismo na sociedade pós-industrial? Aspectos do debate internacional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 174-183, 1998.

LÉVESQUE, C. MURRAY, G. Renewing Union Narrative Resources: How Union Capabilities Make a Difference. **British Journal of Industrial Relations**, Marshall-TX, v. 51, n.4, p. 777-796, 2013.

LIMA, J. C. **Trabalho, mercado e formação de classe - estudo sobre operários fabris em Pernambuco**. João Pessoa: UFPB, 1996, 213.

LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo: Marco Zero; UnB/MCT/CNPq, 1988.

LOUREIRO, I.; TROJBICZ, B. Rupturas, continuidades e gradualismo nas políticas de petróleo no Brasil: 1995 a 2010. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 25, n. 85, 2018.

MANFIO, Fernanda. **O enquadramento sindical dos empregados terceirizados**. TCC, 72p. Departamento de Direito Econômico e do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

MARCELINO, Paula. **Terceirização e ação sindical: a singularidade da reestruturação do capital no Brasil**. – Campinas-SP, 2008. 401 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2008.

MARCELINO, Paula. Sindicalismo e neodesenvolvimentismo: analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil. **Tempo social**, São Paulo, v. 29, p. 201-227, 2017.

MARTINS RODRIGUES, Leôncio. **Destino do sindicalismo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

MARTINS RODRIGUES, Leôncio. O sindicalismo nos anos 80: um balanço. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 11-19, 1990.

MATOS FILHO, José Coelho; OLIVEIRA, Carlos Wagner de A. O processo de privatização das empresas estatais brasileiras. **Texto para Discussão**, Brasília, n. 422, 1996.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In: THIOLENT, Michel J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987.

MORAIS, José Mauro de. Petrobras: crise financeira e de credibilidade e recuperação recente. **Radar: Tecnologia, Produção e Comércio Exterior**, Brasília, n. 53, 2017. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/radar/temas/industria/678-Petrobras-crise-financeira-e-de-credibilidade-e-recuperacao-recente>. Acesso em: 9 set. 2020.

MORAIS, José Mauro de. **Petróleo em águas profundas: uma história tecnológica da Petrobras na exploração e produção offshore**. Brasília: Ipea; Petrobras, 2013.

MURRAY, G. Union Renewal: What Can We Learn from Three Decades of Research? **Transfer: European Review of Labour and Research**, New York, v. 23, n. 1, p. 9-29, 2017.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 167-204.

NORONHA, Eduardo G. O modelo legislado de relações de trabalho no Brasil. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 43, 2000.

NOZAKI, W. V. A indústria de petróleo e energia como núcleo dinâmico do capital produtivo nacional. In: LEÃO, Rodrigo; NOZAKI, William (Orgs.). **Geopolítica, estratégia e petróleo: transformações internacionais e nacionais**. Rio de Janeiro, INEEP/ FLACSO, 2019. p. 37-40.

NOWAK, J. The Spectre of Social Democracy: A Symptomatic Reading of the Power Resources Approach. **Global Labour Journal**, State College-PA, v. 9, n. 3, p. 353-360, 2018.

OFFE, Claus; WIESENTHAL, Helmut. Duas lógicas da ação coletiva: notas teóricas sobre a classe social e a forma de organização. In: OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 56-118.

OFFE, Claus. Trabalho: a categoria-chave da sociologia? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 5-20, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2006a. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101101031724/10DeOliveira.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

OLIVEIRA, Francisco de. O Momento Lênin. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 75, p. 23-47, jul. 2006b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002006000200003>. Acesso em: 12 fev. 2023.

OLIVEIRA, Francisco de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVERIA, F.; RIZEK, C. S. (Org.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global (Org.)**. Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA JR, Franklin. **A usina dos sonhos: nascimentos, ascensão e refluxo da organização sindical dos trabalhadores da indústria da destilação e refinação do petróleo no Estado da Bahia: 1954-1964**. Dissertação 441p. Mestrado em História - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1995.



OLIVEIRA, Tiago. **Trabalho e padrão de desenvolvimento**: uma reflexão sobre a reconfiguração do mercado de trabalho brasileiro. Tese. Doutorado em Desenvolvimento Econômico. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2015.

PARANHOS, M. da S. **Mobilização e ação sindical**: a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a negociação coletiva para o acordo 2013-2015.2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

PAULANI, Leda. **Brasil delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2015.

PEREIRA, Cloviomar Cararine. Leilão do pré-sal: a vez das petroleiras americanas. In: LEÃO, R., NOZAKI, W. (Orgs.). **Energia e petrolíferas globais**: transformações e crise. Rio de Janeiro: INEEP – FLACSO, 2018. p. 93-98.

PEREIRA, Cloviomar Cararine; NETO, Iderley Colombini. A singularidade da relação capital-trabalho nos anos 2000 no setor petrolífero. **Revista Ciências do Trabalho**, São Paulo, n. 15, 2019.

PINHEIRO, Armando Castelar; OLIVEIRA FILHO, Luiz Chrysóstomo de. Privatização no Brasil: passado, planos e perspectivas. **Texto para Discussão**, Rio de Janeiro, IPEA, n. 230, 1991.

PINTO, E. C., DWECK, E. Redução dos investimentos da Petrobras: um balanço das perdas. In: LEÃO, Rodrigo; NOZAKI, William (Orgs.). **Geopolítica, estratégia e petróleo**: transformações internacionais e nacionais. Rio de Janeiro: INEEP; FLACSO, 2019. p. 111-113.

POCHMANN, Marcio. Terceirização desregulada e seus efeitos no mercado de trabalho no Brasil. **Revista do TST**, Brasília, v. 80, n. 3, 2014.

POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean (Org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

PRAUN, Luci; COSTA, Claudia. Pistas sobre a estrutura e as ações de repressão do Estado brasileiro no pós 1964 e sua configuração no interior da Petrobras. **Revista do Arquivo do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 2, abr. 2016.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RAMALHO, J. R. Estado Novo, industrialização e a formação do trabalhador brasileiro: o caso FNM 2007. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora-MG, v. 13, n. 2, p. 119-134, 2007.

RAMALHO, José Ricardo. **Estado patrão e luta operária. O caso FNM**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

RAMALHO, José Ricardo. Trabalho e sindicato: posições em debate na sociologia hoje. **Dados Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 43, p. 761-777, 2000.

RIBEIRO, José Augusto. **A história da Petrobras – Parte 2 – de 1954 a 2002**. AEPET: 2022. [Livro digital].

RIBEIRO, Cassio Garcia; NOVAES, Henrique T. Da “Lei do Petróleo” ao leilão de Libra: Petrobras de FHC a Dilma. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói-RJ, n. 39, p. 34-58, out. 2014.

RIZEK, Cibele Saliba. A greve dos petroleiros. **Praga**, São Paulo, v. 6, p. 97-105, 1998.

RODRIGUES, Iram Jácome; RAMALHO, José Ricardo; CONCEIÇÃO, Jefferson José da. Relações de trabalho e sindicato no primeiro governo Lula (2003-2006). **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 60, n. 4, p. 54-57, 2008.

RODRIGUES, Iram Jácome. O sindicalismo brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 9, n. 3, p.116-126, 1995.

RODRIGUES, Iram Jácome. **Sindicalismo e Política** – A Trajetória da CUT. São Paulo: Scritta/FAPESP, 1997.

ROMÃO, F. L. **A greve do fim do mundo**: petroleiros 1995 – expressão fenomênica da crise fordista no Brasil. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça. A Política Social na Ordem Brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 279-309, 2008.

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 41, p.103-120, 1999.

SANTANA, Marco Aurélio. O sindicalismo brasileiro nos anos 1980/2000: do ressurgimento à reorientação. **Sindicalismo e Relações Trabalhistas**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 35-50, 2002.

SANTANA, Marco Aurélio; MOLLONA, Massimiliano. Trabalho e ação coletiva: memória, espaço e identidades sociais na cidade do aço. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 19, p. 125-148, 2013.

SCALETISKY, Eduardo Carnos. **O patrão e o petroleiro**: um passeio pela história do trabalho na Petrobras. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2003.

SCHMALZ, Stefan; THIEL, Marcel. IG Metall’s Comeback: Trade Union Renewal in Times of Crisis. **Journal of Industrial Relations**, London, v. 59, n. 4, p. 465-486, 2017.

SCHMALZ, S.; LUDWIG, C.; WEBSTER, E. The power resources approach: developments and challenges. **Global Labour Journal**, State College-PA, v. 9, n. 2, p. 113-134, 2018a.

SCHMALZ, S. Power Resources and Global Capitalism. **Global Labour Journal**, State College-PA, v. 10, n. 1, p. 84-90, 2018b.

SECCO, Lincoln. **História do PT, 1978-2010**. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2011.

SILVA, Leonardo Gomes Mello e. Qualificação versus competência: um comentário bibliográfico sobre um debate francês recente. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 53, p. 103-117, 2002.

SILVA, Fernando Teixeira da; NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo da experiência democrática da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 47-96.

SILVER, Beverly J. **Forças do Trabalho**: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo, 2005.

SINGER, André. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOARES, J. As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 541-564, 2013.

SOUSA, Rodinele Ribeiro de. A adequação da PETROS à reforma da previdência: atores e interesses. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, Cascavel-PR, v. 15, n. 28, p. 61-82, 2016.

SOUZA, Maria Cristina Cacciamali de. Mercado de trabalho: abordagens duais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 18, n.1, 1978.

STREECK, Wolfgang. As crises do capitalismo democrático. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 92, p. 35-56, mar. 2012.

STREECK, Wolfgang. Como vai acabar o capitalismo? O epílogo de um sistema em desmantelamento crônico. *Piauí*, n. 97, out. 2014. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/como-vai-acabar-o-capitalismo/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado**: a crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo, 2018.

STREECK, Wolfgang.; HASSEL, A. Trade Unions as Political Actors. In: ADDISON, J. T.; SCHNABEL, C. (Eds.), **International Handbook of Trade Unions**. Northampton-MA: Edward Elgar, 2003. p. 335-365.

TATTERSALL, Amanda. There Is Power in Coalition: A Framework for Assessing How and When Union-Community Coalitions are Effective and Enhance Union Power. **Labour & Industry**, London, v. 16, n. 2, p. 97-112, 2013.

TEIXEIRA, Heloísa Helena. Burocratização do sindicato: o dirigente sindical como profissional. **Cadernos CERU (USP)**, São Paulo, v. 1, n.6, p. 217-225, 1973.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2019. v. 1: A árvore da liberdade.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

VIANNA, Luiz Wernicke. O coroamento da era Vargas e o fim da história do Brasil. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 01, p. 163-172, 1995.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

WEBSTER, Edward. Sword of Justice or Defender of Vested Interest? South African Labour in Comparative Perspective. In: MPOFU, Busani; NDLOVU-GATSHENI, Sabelo J. (Eds.) **Rethinking Development and Inequality**, Berghahn: New York, 2013. p. 97-108. v. 2

WRIGHT, Erik. Olin. Working-Class Power, Capitalist-Class Interests and Class Compromise. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 105, n. 4, p. 957-1002, 2000.

## Outras Referências

### Entrevistas do Projeto Memória Petrobras

ANJOS, Germino Borges dos. **Vale a pena sempre lutar**. MUSEU DA PESSOA. MEMÓRIA *PETROBRAS*, 2003. Disponível em: <https://museudapessoa.org/acoes/memoria-petrobras/>. Acesso em: 5 mai. 2022.

BITTAR, Jacob. **Política e militância**. MUSEU DA PESSOA. MEMÓRIA *PETROBRAS*, 2003. Disponível em: <https://museudapessoa.org/acoes/memoria-petrobras/>. Acesso em: 28 jun. 2022.

RUBEM, Mauricio França. **Privilégio por participar da Petrobras**. MUSEU DA PESSOA. MEMÓRIA *PETROBRAS*, 2003. Disponível em: <https://museudapessoa.org/acoes/memoria-petrobras/>. Acesso em: 19 dez. 2022.

SPIS, Antonio Carlos. **Uma outra história sobre a Petrobras**. MUSEU DA PESSOA. MEMÓRIA *PETROBRAS*, 2003. Disponível em: <https://museudapessoa.org/acoes/memoria-petrobras/>. Acesso em: 28 jun. 2022.

### Material audiovisual

Comissão de Infraestrutura Plano de privatização da Petrobras. **Tv Senado**. 2019. Depoimento de Roberto Castello Branco, presidente da Petrobras, na Comissão de Infraestrutura (CI) em audiência pública sobre a privatização de refinarias, fábricas de fertilizante e malhas dutoviárias. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PDTSS5OtlvLI>. Acesso em: 21 abr. 2020.

### Matérias e artigos de jornais, revistas e boletins

Ações da FUP no Congresso. Primeira Mão, **Boletim da Federação Única dos Petroleiros, edição especial: Retrospectiva 2016**, dez. 2016, p. 7. Disponível em: <https://fup.org.br/retrospectiva-2016-resistencia-e-luta/>. Acesso: 25 jun. 2022.

ALENCAR, K.; FRANÇA, W. Presidente sabia da mudança de nome. **Folha de São Paulo**, São Paulo 29 dez. 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2912200007.htm>. Acesso em: 14 jan. 2023.

ARAÚJO, Carla. Chefe da Petrobras defende lucro e diz que tabelar gasolina não funciona. **UOL**, 17 Out. 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/colunas/carla-araujo/2021/10/17/presidente-petrobras-precos-mercado-nao-por-canetadas-diz-silva-e-luna.htm>. Acesso em: 8 fev. 2022.

Categoria aprova desfiliação da CUT. **Boletim Informativo, Sindipetro PA/AM/MA/AP**, n. 13, 06 jul. 2005, p. 1. Disponível em: <https://www.sindipetroamazonia.org.br/60-anos/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

DATA FOLHA. Avaliação de 100 dias do governo Lula. **Data Folha**, São Paulo, mar. 2023. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniao-e-sociedade/2023/04/38-sao-a-favor-de-privatizacoes-e-45-se-opoem.shtml>. Acesso em 22 jun. 2023.

DESFILIAÇÃO. Porque desfilia da FUP! **Boletim Informativo, Sindipetro PA/AM/MA/AP**, n. 19, 25 out. 2006, p. 1. Disponível em: <https://www.sindipetroamazonia.org.br/60-anos/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

Editorial. **Jornal dos Petroleiros – Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo**, n. 827, p. 1. Disponível em: <https://sindipetrosp.org.br/jornal-dos-petroleiros/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

Editorial. **Unidade e Luta. Revista da FUP**. Ano 1, n. 1, jan. 2011. p. 5. Disponível em: <https://fup.org.br/revista-unidade-e-luta/>. Acesso em: 27 jul. 2022.

EMERICK, Shirley. Greve dos Petroleiros só acaba com acordo diz FUP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 mai. 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/22/brasil/4.html>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Entrevista. **Unidade e Luta. Revista da FUP**. Ano 1, n. 1, jan. 2011. p. 6-7. Disponível em: <https://fup.org.br/revista-unidade-e-luta/>. Acesso em: 27 jul. 2022.

FREITAS, Janio. A história de uma farsa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 jun. 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/7/29/brasil/10.html>. Acesso em: 13 mar. 2022.

Greve de petroleiros atrai oposição e caminhoneiros. Maior ato desde os anos 1990 mobiliza 21 mil e afeta refinarias, segundo sindicato. **Folha de São Paulo**. 18 fev. 2020, p. 1.

Greve e mobilizações contra o leilão de Libra. **Primeira Mão, Boletim da Federação Única dos Petroleiros, edição especial: Retrospectiva 2013**, dez. 2013, p. 7. Disponível em: <https://fup.org.br/retrospectiva-2013/>. Acesso: 25 jun. 2022.

Mais de 4 milhões de vagas de emprego foram eliminadas. **Brasil de Fato**, edição especial, n. 8, p. 6, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/especiais/especial-cobertura-da-operacao-lava-jato/>. Acesso em: 25 jun. 2022a.

Mais um acordo histórico! **Primeira Mão, Boletim da Federação Única dos Petroleiros, edição especial: Retrospectiva 2011**, dez. 2011, p. 7. Disponível em: <https://fup.org.br/retrospectiva-2011/>. Acesso: 25 jun. 2022.

Petróleo para os brasileiros. **Primeira Mão, Boletim da Federação Única dos Petroleiros**, edição n. 855, 1 a 3 ago. 2008, p. 2. Disponível em: <https://fup.org.br/edicao-855-semana-de-01-a-03-08-2008/>. Acesso: 12 mai. 2022.

PIB brasileiro poderia ter crescido 3,6% a mais se não fosse a Lava Jato. **Brasil de Fato**, edição especial, n. 8, p. 7, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/especiais/especial-cobertura-da-operacao-lava-jato/>. Acesso em: 25 jun. 2022b.

SANTOS, C.; CLEMENTE, I. Petrobras muda de nome para PetroBrax. **Folha de São Paulo**, São Paulo 27 dez. 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2712200008.htm>. Acesso em: 14 jan. 2023.

SEABRA, Cátia; PAMPLONA, Nicola. Oposição quer usar greve na Petrobras contra privatizações. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 fev. 2020. Mercado, p. A11.

XXII Congresso Regional em Manaus acontece nos dias 16 e 17/06. **Boletim Informativo, Sindipetro PA/AM/MA/AP**, n. 9, 14 jun. 2006, p. 1. Disponível em: <https://www.sindipetroamazonia.org.br/60-anos/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

### Documentos da FUP e FNP

FUP. **1º CONFUP**, Manter acesa a chama da resistência. 11 a 13 de ago. 1995. Serra Negra (SP). Disponível em: <https://www.fup.org.br/forum/confup/i-confup>. Acesso em: 28 ago. 2022.

FUP. **2º CONFUP**, Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros. 26 a 28 Jul. 1996. Belo Horizonte (MG). Disponível em: <https://www.fup.org.br/forum/confup/ii-confup>. Acesso em: 28 ago. 2022.

FUP. **3º CONFUP**, Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros. 13 a 15 jun. 1997. Nova Friburgo (RJ). Disponível em: <https://www.fup.org.br/forum/confup/iii-confup>. Acesso em: 28 ago. 2022.

FUP. **4º CONFUP**, Tire o emprego do FHC antes que ele tire o seu. 7 a 9 ago. 1998. Santos (SP). Disponível em: <https://www.fup.org.br/forum/confup/iv-confup>. Acesso em: 28 ago. 2022.

FUP. **6º CONFUP**, Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros, 16 a 18 de jun. de 2000. Belo Horizonte (MG). Disponível em: <https://www.fup.org.br/forum/confup/vi-confup>. Acesso em: 28 ago. 2022.

FUP. **8º CONFUP**, Um Novo Brasil é Urgente. 4 a 7 jul. 2002. Salvador (BA). Disponível em: <https://www.fup.org.br/forum/confup/viii-confup>. Acesso em: 28 ago. 2022.

FUP. **9º CONFUP**, Petroleiros: 50 anos construindo a história da Petrobras, 10 a 13 de jul. 2003. Campinas (SP). Disponível em: <https://www.fup.org.br/forum/confup/ix-confup>. Acesso em: 28 ago. 2022.

FUP. **13º CONFUP**, Energia para o Desenvolvimento com Igualdade Social. 15 a 17 jun. 2007. Recife (PE). Disponível em: <https://www.fup.org.br/forum/confup/xiii-confup>. Acesso em: 28 ago. 2022.

FUP. **14º CONFUP**, Soberania, Saúde e Segurança. 1 a 3 ago 2008. Formosa (ES). Disponível em: <https://www.fup.org.br/forum/confup/xiv-confup>. Acesso em: 28 ago. 2022.

FUP. **Estatuto da Federação Única dos Petroleiros**. Rio de Janeiro: FUP, 2008. Disponível em: <https://www.fup.org.br/a-federacao/estatuto>. Acesso em: 4 jul. 2021.

FUP. **Grupo de Trabalho - Pauta Pelo Brasil**, Ata de Reunião n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.fup.org.br>. Acesso em: 12 fev. 2022.

### **Relatórios da Petrobras**

PETROBRAS. **Almanaque Memória dos trabalhadores PETROBRAS**. Organizado pelo Museu da Pessoa. – Rio de Janeiro: PETROBRAS; São Paulo: Museu da Pessoa, 2003, p. 196. Disponível em: <https://museudapessoa.org/acoes/almanaque-memoria-dos-trabalhadores-da-petrobras/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. **PETROBRAS. Relatório Anual 2018**. Rio de Janeiro, Petrobras: 2019. Disponível em: <https://www.investidorpetrobras.com.br/apresentacoes-relatorios-e-eventos/relatorios-anuais/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. **PETROBRAS. Relatório Anual 2020**. Rio de Janeiro, Petrobras: 2021. Disponível em: <https://www.investidorpetrobras.com.br/apresentacoes-relatorios-e-eventos/relatorios-anuais/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. **PETROBRAS. Relatório Anual 2022**. Rio de Janeiro, Petrobras: 2023. Disponível em: <https://www.investidorpetrobras.com.br/apresentacoes-relatorios-e-eventos/relatorios-anuais/>. Acesso em: 11 jun. 2023.



### APÊNDICE A – Organizações sindicais petroleiras (1950-2010)

Região	Estado	Entidade de origem	Ano de fundação	Fusões	Atual
Norte	Amazonas (AM)	Sindicato dos Petroleiros do Setor de Refino do Amazonas.	1961/ 1962	1996	Sindipetro AM (Sindipetro Amazonas)
	Pará, Amazonas e Maranhão (PA/AM/MA)	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Petróleo do Pará, Amazonas e Maranhão.	1962	2006	Sindipetro PA/AM/MA/AP (Sindicato dos Petroleiros do Pará, Amazonas, Maranhão e Amapá).
Nordeste	Bahia (BA)	Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo da Bahia; Sindicato dos Petroleiros da Bahia.	1954/ 1956.	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Petróleo no Estado da Bahia (1962); Sindicato Único dos Petroleiros da Bahia (1996).	Sindipetro Bahia (Sindicato dos Químicos e Petroleiros do Estado da Bahia, 1998)
	Rio Grande do Norte (RN)	Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação do Estado do RN	1983	1996	Sindipetro RN (Sindipetro Rio Grande do Norte)
	Sergipe e Alagoas (SE/AL)	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Petróleo do Estado de Alagoas.	1962	Sindipetro SE/AL com o Sindiquímica (1994).	Sindipetro AL/SE (Sindicato Unificado dos Trabalhadores Petroleiros, Petroquímicos, Químicos e Plásticos nos Estados de Alagoas e Sergipe)

	Pernambuco e Paraíba (PE/PB)	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Petróleo do Estado de Pernambuco.	1989	Sindipetro PE / PB (1998)	Sindipetro PE / PB (Sindipetro Pernambuco e Paraíba)
	Ceará (CE)	Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Petróleo.	1964	Sindipetro CE (1974)	Sindipetro CE (Sindipetro Ceará)
Sudeste	Espírito Santo (ES)	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria e Extração de Petróleo do Espírito Santo	1989	1996	Sindipetro ES (Sindipetro Espírito Santo)
	Minas Gerais (MG)	Associação dos Petroleiros de Minas Gerais	1963	1996	Sindipetro MG (Sindipetro Minas Gerais)
	São Paulo (SP)	Sindicato dos Petroleiros de Cubatão, Santos e São Sebastião	1958	2006	Sindipetro LP (Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista)
		Sindicato dos Petroleiros de Mauá	1963	1998	Sindipetro Unificado (Sindipetro Unificado dos Petroleiros do Estado de São Paulo, 2002)
		Sindipetro Paulínia/Campinas	1972/ 1973		
		São José dos Campos	1979	Sindicato dos Petroleiros de São José dos Campos (1982)	Sindipetro SJC (Sindicato dos Petroleiros de São José dos Campos Sindicato)
	Rio de Janeiro (RJ)	Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias.	1962	1996	Sindipetro Caxias (Sindipetro Duque de Caxias)
		Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro	1958/ 1959	1996	Sindipetro RJ (Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro)

		Associação dos Petroleiros do Norte Fluminense	1983/1984	Cisão (1996): Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro e Sindipetro do Norte Fluminense.	Sindipetro NF (Sindipetro Norte Fluminense)
Sul	Paraná e Santa Catarina (PR/SC)	Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Petróleo no Estado do Paraná	1962	1996	Sindipetro PR/SC (Sindipetro Paraná e Santa Catarina)
	Rio Grande do Sul (RS)	Associação dos Empregados da Petrobras no Rio Grande do Sul	1962/1963	1996	Sindipetro RS (Sindipetro Rio Grande do Sul)

**APÊNDICE B – Direções executivas da FUP (2008-2023)****Direção executiva da FUP (2008-2011)**

XIV CONFUP – 2008	
Diretoria executiva 2008-2011	Sindicatos
Coord. João Antônio de Moraes (1984)	Unificado-SP
Machado	Sindipetro Bahia
Leopoldino Ferreira de Paula	Sindipetro MG
José Genivaldo Silva	oposição Litoral Paulista
Marluzio Ferreira Dantas	Sindipetro NF
Simão Zanardi Filho	Sindipetro Duque de Caxias
Paulo Cesar Martin	Sindipetro Bahia
Francisco Rocha Ramos	Sindipetro Bahia
Ubiraney Porto	Sindipetro Bahia
Anselmo Ernesto Ruosso	Sindipetro PR/SC
Ester	Sindipetro ES
Aldemir de Carvalho Caetano	Sindipetro AM
Daniel Samarate Queiroz	oposição PA
José Divanilton Silva	Sindipetro RN
Sinval (BA)	Sindipetro RS

Fonte: Elaboração própria com base em informações da FUP.

**Direção Executiva da FUP (2011-2014)**

XV CONFUP – 2011	
Diretoria executiva 2011-2014	Sindicatos
Coord. João Antônio de Moraes (1984)	Unificado-SP
José Maria Ferreira Rangel	Sindipetro NF
Leopoldino Ferreira de Paula	Sindipetro MG
José Genivaldo Silva	oposição Litoral Paulista
Marluzio Ferreira Dantas	Sindipetro NF
Simão Zanardi Filho	Sindipetro Duque de Caxias
Paulo Cesar Martin	Sindipetro Bahia
Francisco Rocha Ramos	Sindipetro Bahia
Ubiraney Porto	Sindipetro Bahia
Anselmo Ernesto Ruosso	Sindipetro PR/SC
Enéas Zanelato Carvalho	Sindipetro ES
Aldemir de Carvalho Caetano	Sindipetro AM
Daniel Samarate Queiroz	oposição PA
José Divanilton Silva	Sindipetro RN
Dary Beck Filho	Sindipetro RS

Fonte: Elaboração própria com base em informações da FUP.

**Direção Executiva da FUP (2014-2017)**

XVI CONFUP – 2014	
Coordenação	Sindicatos
José Maria Rangel (1985)	Sindipetro-NF
João Antônio de Moraes	Sindipetro Unificado SP
José Genivaldo da Silva	Sindipetro Unificado de SP
Paulo César Martin	Sindipetro-BA
Ubiraney Porto	Sindipetro-BA
Francisco José de Oliveira	Sindipetro-NF
Eneias Zanelato	Sindipetro-ES
Silvaney Bernardi	Sindipetro-PR-SC
Francisco Ramos da Rocha	Sindipetro-BA
Leopoldino Martins	Sindipetro-MG
Simão Zanardi Filho	Sindipetro Duque de Caxias
Gerson Luiz Castellano	Sindiquímica-PR
Dary Beck Filho	Sindipetro-RS
Aldemir Caetano	Sindipetro-AM
José Divanilton Silva	Sindipetro-RN

Fonte: Elaboração própria com base em informações da FUP.

**Direção Executiva da FUP (2017-2020)**

XVII CONFUP – 2017	
Coordenação	Sindicatos
José Maria Rangel (1985)	Sindipetro-NF
Secretaria de Administração e Finanças:	
Cibele Vieira	Sindipetro Unificado/SP
Simão Zanardi Filho	Sindipetro Duque de Caxias
Secretaria de Comunicação:	
Gerson Castellano	Sindiquímica-PR
Alexandre Finamori	Sindipetro-MG
Secretaria de Relações Internacionais e Empresas Privadas	
Eneias Zanelato	Sindipetro-ES
Tadeu Porto	Sindipetro-NF
Secretaria de Saúde, Segurança e Meio Ambiente	
Rosângela Maria	Sindipetro-BA
Alexandro Guilherme Jorge	Sindipetro-PR/SC
Secretaria de Formação Sindical	
Fátima Viana	Sindipetro-RN
Arthur Bob Ragusa	Sindipetro Unificado-SP
Secretaria de Assuntos Jurídicos e Institucionais	
Fernando Maia	Sindipetro-RS
Leonardo Urpia	Sindipetro-BA
Secretaria de Seguridade, Aposentados e Políticas Sociais	
Paulo Cesar Martin	Sindipetro-BA
Daniel Samarate	Oposição Sindipetro-PA
Conselho Fiscal	
Jailson Melo Moraes	Sindipetro-RN
Lucas Costa de Almeida	Sndipetro-BA
Luiz Antônio Louremzon	Sindipetro-PE/PB

Fonte: Elaboração própria com base em informações da FUP.

**Direção Executiva da FUP (2020-2023)**

XVIII CONFUP – 2020	
Diretoria Executiva (2020-2023)	Sindicatos
Coordenação	
Deyvid Souza Bacelar da Silva (2006)	Sindipetro BA
Secretaria de Administração e Finanças	
Cibele Izidorio Fogaça Vieira	Unificado SP
Sérgio Borges Cordeiro	Sindipetro NF
Secretaria de Imprensa e Comunicação	
Anselmo Luciano da Silva	Sindipetro MG
Tadeu de Brito Oliveira Porto	Sindipetro NF
Secretaria de Saúde, Segurança, Tecnologia e Meio Ambiente	
Antônio Raimundo Teles do Santos	Sindipetro NF
Paulo Sérgio Cardoso da Silva	Sindipetro Caxias
Secretaria de Política Sindical e Formação	
Fernando Maia da Costa	Sindipetro RS
Paulo Neves de Oliveira Júnior	Sindipetro AM
Secretaria de Relações Internacionais e do Setor Privado	
Gerson Luiz Castellano	Sindiquímica-PR
Pedro Lúcio Góis e Silva	Sindipetro RN
Secretaria de Seguridade, Aposentados e Políticas Sociais	
Marise Costa Sansão	Sindipetro BA
Paulo César Chamadoiro Martin	Sindipetro BA
Secretaria de Assuntos Jurídicos, Institucionais e Terceirizados	
Arthur Ragusa Guimarães	Unificado SP
Mário Alberto Dal Zot	Sindipetro PR/SC
Conselho Fiscal	
Claudio Rodrigues Nunes	Sindipetro NF
Luiz Antônio Lourenzon	Sindipetro PE/PB
Rafael Crespo Rangel Barcellos	Sindipetro NF

Fonte: Elaboração própria com base em informações da FUP

## APÊNDICE C – Diretoria Executiva da FNP (2022-2025)

### Diretoria Executiva da FNP (2022-2025)

Secretária Geral	Sindicatos
Adaedson Costa SINDIPETRO LP	Sindipetro LP
Eduardo Henrique Soares da Costa	Sindipetro RJ
Secretaria de Administração e Finanças	
Fábio José Rodrigues de Mello	Sindipetro LP
Agnelson Camilo	Sindipetro PA/AM/MA/AP
Secretaria de Comunicação	
Bruno Dantas	Sindipetro RJ
Rafael Prado	Sindipetro SJC
Secretaria de Seguridade, Aposentados e Políticas Sociais	
Luiz Martins	Sindipetro RJ
Alealdo Hilário	Sindipetro AL/SE
Secretaria de Política Sindical e Formação	
Cidiana Masini	Sindipetro SJC
Marcos Dias	Sindipetro RJ
Secretaria de Saúde, Segurança, Tecnologia e Meio Ambiente	
Natália Russo	Sindipetro RJ
Marcelo Juvenal	Sindipetro LP
Secretaria de Assuntos Jurídicos, Institucionais e Terceirizados	
Sidney Santos Melo	Sindipetro AL/SE
Márcia Bezerra Leitão	Sindipetro AL/SE
Secretaria de Relações Internacionais e do Setor Privado	
Bruno Terribas	Sindipetro PA/AM/MA/AP
Sérgio Paes	Sindipetro RJ

Fonte: Elaboração própria com base em informações da FNP.

**ANEXO A – Ata de reunião do Grupo de Trabalho Pauta pelo Brasil**